

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA – UNESP  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS – FFC  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**IVO DOS SANTOS FARIAS**

**OS FIOS TECIDOS DA MEMÓRIA: A RECONSTRUÇÃO DO PASSADO FABRIL DE  
FERNÃO VELHO (MACEIÓ-AL): DO INÍCIO DOS ANOS 1950 A 1962**

**MARÍLIA, SP**

**2017**

**IVO DOS SANTOS FARIAS**

**OS FIOS TECIDOS DA MEMÓRIA: A RECONSTRUÇÃO DO PASSADO FABRIL DE  
FERNÃO VELHO (MACEIÓ-AL): DO INÍCIO DOS ANOS 1950 A 1962**

Tese de Doutorado apresentada ao  
Programa de Pós-Graduação em  
Ciências Sociais da UNESP, campus  
de Marília.

**Linha de Pesquisa:** Determinações  
do Mundo do Trabalho

**Orientador:** Dr. Marcos Tadeo Del  
Roio

**Coorientador:** Fábio Kazuo Ocada

**MARÍLIA, SP**

**2017**

Farias, Ivo dos Santos.

F224f Os fios tecidos da memória: a reconstrução do passado fabril de Fernão Velho (Maceió-AL): do início dos anos 1950 a 1962 / Ivo dos Santos Farias. – Marília, 2017.  
275 f. ; 30 cm.

Orientador: Marcos Tadeu Del Roio.

Co-orientador: Fábio Kazuo Ocada.

Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Filosofia e Ciências, 2017.

Bibliografia: f. 253-268

1. Indústria têxtil – Alagoas – 1950-1962. 2. Trabalhadores. 3. Memória coletiva. I. Título.

CDD 301.444

**Ivo dos Santos Farias**

**OS FIOS TECIDOS DA MEMÓRIA: A RECONSTRUÇÃO DO PASSADO FABRIL DE  
FERNÃO VELHO (MACEIÓ-AL): DO INÍCIO DOS ANOS 1950 A 1962**

**BANCA EXAMINADORA:**

---

**Orientador**

**Prof. Dr. Marcos Tadeu Del Roio**

Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais  
Universidade Estadual Paulista – UNESP/ Marília

---

**Coorientador**

**Prof. Dr. Fábio Kazuo Ocada**

Universidade Estadual Paulista – UNESP/ Marília

---

**Prof. Dr. Paulo Eduardo Teixeira**

Membro Titular Interno (Unesp/Marília)

---

**Profa. Dra. Paula Ferreira Vermeersch**

Membro Titular Interno (Unesp/Assis)

---

**Profa. Dra. Maria Aparecida de Moraes Silva**

Membro Titular Externo (Universidade Federal de São Carlos)

---

**Prof. Dr. Osvaldo Batista Acioly Maciel**

Membro Titular Externo (Universidade Federal de Alagoas)

**Marília, 25 de agosto de 2017.**

Este trabalho é dedicado aos meus pais, Maria José (Bel) e Fábio, que entre as miudezas e grandezas da vida, souberam despertar em mim a sensibilidade para lutar com a humanidade.

## AGRADECIMENTOS

Faz-se necessário agradecer a pessoas e instituições que contribuíram para que esta Tese fosse iniciada, desenvolvida e concluída, pois todo trabalho é feito a partir de inúmeros esforços. Por isso, é preciso ser grato a quem se empenhou direta ou indiretamente para o resultado da pesquisa que aqui será exposta. Digo de antemão que alguns nomes poderão ser injustamente esquecidos, o que faz com que eu já peça minhas desculpas por possíveis lapsos.

As primeiras pessoas a quem agradeço são os de lá de casa: meu pai, Fábio, e minha mãe, Maria José. À minha mãe sou grato pelos aconchegos, sugestões, conselhos, dedicação, injeções de otimismo e paciência; a meu pai, por sempre estimular meus estudos, pelo exemplo de dedicação à coletividade e por inúmeras recomendações que estão inseridas neste trabalho, muitas delas a partir de sua experiência dentro da Fábrica Carmen e do Sindicato dos Trabalhadores, do qual foi presidente. Mais uma pessoa lá de casa é minha irmã, Iris Maria, pelo constante apoio, por saber me ouvir e saber falar nos momentos propícios, além das inúmeras pendências minhas que ela tem resolvido em Maceió, devido à minha distância, por estar há cinco anos morando em Marília. Sem ela muito do que está aqui não seria possível.

Saindo um pouco da casa dos pais, é importante agradecer a três dos meus tios maternos, Tony, Chico e Bião, que foram muito importantes para minha formação, principalmente na infância e até hoje retribuem o mesmo aconchego de outrora. Não poderia deixar de falar também de meus avós paternos e maternos, em especial à minha finada avó Maria José da Costa, conhecida como Maria Preta, que por boa parte de minha infância quase dividiu a função materna para que meus pais pudessem trabalhar.

Chegando na minha atual casa, agradeço à família que formei, minha companheira Mona e ao meu filho Murilo. À Mona por todo companheirismo e por ser quem instigou, em larga medida, para que eu entrasse em um doutorado; foi com ela também que dividi muitas de minhas aflições e experiências durante todo o processo, o que foi de fundamental importância, principalmente na conjuntura vivida, em que a inserção em uma pós-graduação pode se tornar sinônimo de depressão, angústias e uma série de danos psicológicos ocasionados pela lógica produtivista e de intensa competitividade, pois a construção do conhecimento tem se tornado um fardo, quando deveria ser uma atividade para o desenvolvimento humano. Assim sendo, fico agradecido à minha companheira pela paciência

e por compreender meus isolamentos em alguns momentos dedicados ao estudo e à escrita.

A meu filho agradeço pela compreensão em momentos de abusos meus, naqueles períodos em que é necessário fechar a porta do quarto para escrever e em algumas ocasiões estar ausente. Imagino o quanto deve ser doloroso para uma criança com seis anos de idade viver tal processo. Ainda assim nunca deixamos de retribuir carinho e atenção um ao outro. De todo modo, tais fases são também importantes para a formação dele enquanto ser humano. Além do mais, Murilo me traz sempre um quê de otimismo mesmo na conjuntura brutal que vivemos, o que se concilia com o poema-música de Gonzaguinha: “Eu fico com a pureza da resposta das crianças”. Creio que sem Murilo por perto este trabalho seria outro.

Agradeço também à família de minha companheira, que me acolhem também como família: Dona Maria, Seu Juarez, Leide, Lena, Bela, Leninha, Zete.

Devo agradecer de modo enfático a meu orientador Fábio Kazuo Ocada (que oficialmente aparece como coorientador devido mudanças recentes ocorridas no Programa de Pós-Graduação), por ter me acolhido desde antes da entrada no doutorado, pois foi a partir de diálogos e inúmeras recomendações de leituras e de análise que foi possível construir o Projeto de Pesquisa, elaborar todo o trabalho, desde o sumário até as considerações finais. Tivemos durante todo esse processo uma relação de muito respeito e considero até numa condição de amizade, fugindo de possíveis formalidades acadêmico-positivistas de distanciamento entre orientador e orientando. Mesmo após seu descredenciamento do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, que ocorreu meses após a qualificação deste trabalho, a atenção e dedicação por parte de Fábio foi a mesma, o que mostra que seu empenho está muito além dos interesses de títulos acadêmicos.

Sou grato também ao professor Marcos Tadeu Del Roio, por ter aceito estar na condição de orientador, mesmo com o trabalho na fase de conclusão. Por ter também confiado e estar disposto em colaborar com o que foi possível durante esse curto trajeto.

Agradeço também à professor Fátima Cabral, pela participação na banca de qualificação e por suas inúmeras recomendações e inquietações que levantou, mas devido à incompatibilidade de datas não pôde estar na banca de defesa. À banca de defesa, aos professores e professoras Paulo Eduardo Teixeira, Osvaldo Maciel, Maria Aparecida de Moraes e Paula Vermeersch.

Voltando para Maceió, sou grato a amigos de inúmeras horas, dentre os quais aponto a

turma das viagens, das farras e dos forrós: meu compadre Gustavo, minha comadre Natália, ao Léo, Priscila, Denisson, Evelyne, Mel, Luciano, as crianças Thomaz e Heitor. Aos amigos Pop, Glória, Alex, Lisandra, Nielson e Kennerson.

Sou grato também a Marcelo Góes, pelas sugestões, trocas de informações e por dividirmos entrevistas juntos. Ao Everson Cardoso, pelas diversas orientações na subseção dedicada à lagoa Mundaú. À Daniella Acioli por responder a dúvidas a respeito da arquitetura e urbanismo, principalmente na subseção dedicada ao núcleo fabril. Ao colega Ewerton Matos, por estar sempre disposto a trazer informações sobre Fernão Velho. Agradeço também a Jalmo Rocha, que sempre me enviou materiais sobre a história de Fernão Velho. A Gedson Basílio e Carla Regina, por terem também contribuído com informações, principalmente referente à Igreja Católica do local.

A Paulo Lira e Maria Helena Lira, sua filha, que moram em Recife e sempre estiveram muito dispostos a apresentar detalhes sobre a história de vida de Sílvio Lira, pai de Paulo e um dos importantes líderes comunistas de Fernão Velho, preso político em São Paulo, durante a ditadura civil-militar brasileira.

Ao colega e camarada Golbery Lessa, por inquietações contidas desde o período de minha dissertação de mestrado e que se mostrou sempre muito solícito em várias etapas da pesquisa. O mesmo tem contribuído bastante para com os jovens historiadores alagoanos.

É óbvio que não posso deixar de agradecer com afincamento aos operários e às operárias por mim entrevistados/as. Começando pelas operárias: Linaura, Guiomar, Odete, Biu, Elza e Calma; dentre os operários: Carlos, Gilson, Zeca Miranda, Veríssimo, Zequinha Moura, Antônio Cardoso, Ildebrando e Edson Borges. Essas pessoas foram fundamentais para a articulação do passado operário têxtil de Fernão Velho. Ensinarão-me a valorizar ainda mais a memória e a me emocionar com cada história de vida, a partir de situações tristes e engraçadas, que deram um ar de recomposição de momentos revividos em minha imaginação a partir de seus relatos. Pude me sensibilizar com essas pessoas, que choraram e riram durante as entrevistas. Por uma questão de discrição e de preservação para com elas e suas famílias, seus nomes não aparecerão ao longo do trabalho.

Em Marília, tenho também pessoas para prestar meus agradecimentos. Fora da Unesp pude conhecer Mi, Figueiredo e Sílvio Lopes, que acolheram com carinho a mim e à minha família. Estiveram e creio que continuarão estando presentes em diversas circunstâncias,



compartilhando muitas vezes nossas angústias devido à saudade de quem de quem vive fora de seu lugar.

Conhecemos também Carlos e Luana, Camila e Sofia, que consideramos como da família, tanto pela confiança mútua, como pela intensidade de nossos poucos momentos de encontros.

A Gregório e Vitor Carvalho, que conheci na Unesp, a partir de encontros para estudos e que com o tempo foram se tornando amigos. À turma da Revista Aurora, dos discentes da Pós em Ciências Sociais, por diversos aprendizados que compartilhamos uns com os outros. Ao pessoal do grupo de pesquisa Terra, Trabalho, Memória e Migração, da UFSCAR.

Aos colegas de trabalho, André Vitor e Gabriel, pois além do companheirismo, o primeiro contribuiu com algumas leituras de trabalhos meus; enquanto o segundo fez algumas considerações sobre geografia.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Unesp de Marília, por possibilitar a realização do doutorado.

Ao Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas (IGHAL), à Hemeroteca da Biblioteca Pública de Alagoas e ao Arquivo Público de Alagoas, onde pude realizar pesquisas em periódicos. Também ao IPHAN-AL, onde alguns funcionários me forneceram informações a respeito das condições legais de tombamento de Fernão Velho, frente aos órgãos competentes. À Rosa Cristina, da Secretaria de Planejamento de Maceió (SEPLAM), sempre bastante prestativa. Sou grato também à Elisa, da Biblioteca da Unesp/Marília, pelas inúmeras dúvidas e sugestões sobre normalizações neste trabalho.

Foram estas, portanto, as gratidões do pesquisador deste trabalho. Como já dito, perdoem-me aos que me fugiram da lembrança.

"O enraizamento é talvez a necessidade mais importante e mais desconhecida da alma humana. É uma das mais difíceis de definir. O ser humano tem uma raiz por sua participação real, ativa e natural na existência de uma coletividade que conserva vivos certos tesouros do passado e certos pressentimentos do futuro. Participação natural, isto é, que vem automaticamente do lugar, do nascimento, da profissão, do ambiente. Cada ser humano precisa ter múltiplas raízes. Precisa receber quase que a totalidade de sua vida moral, intelectual, espiritual, por intermédio dos meios de que faz parte naturalmente" (WEIL, 1996, p. 411).

“Precisamos sentir, concretamente, que a nossa relação com o passado só será verdadeira se mexer conosco, se nós estivermos nos dando conta de que aquele passado nos conserva, tem algo de nós” (KONDER, 1999, p. 67).

FARIAS, I. dos S. **Os fios tecidos da memória:** a reconstrução do passado fabril de Fernão Velho (Maceió-AL): do início dos anos 1950 a 1962. 2017. 275f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista - Unesp, Marília, 2017.

## RESUMO

A presente tese de doutorado visa reconstruir a memória do operariado da Fábrica Carmen de Fiação e Tecelagem de Fernão Velho, situada às margens da lagoa Mundaú, na periferia de Maceió, capital de Alagoas. Embora tenha como foco o período de seu apogeu, que vai do início dos anos 1950 até 1962, não se perde de vista os preâmbulos de seu amadurecimento, iniciado em 1857, ano de sua fundação, bem como a consequência de seu declínio para a classe trabalhadora, iniciado a partir dos anos 1980. No período focado, a fábrica pertencia ao grupo Othon Bezerra de Mello, um dos maiores grupos empresariais brasileiros na primeira metade do século XX. Como método de pesquisa, tendo em vista a relação de proximidade entre o pesquisador-membro e o grupo estudado, recorre-se à história oral e à memória operária, utilizando-se da base teórica marxiana, respaldada por Walter Benjamin, E. P. Thompson, Simone Weil e Lucien Goldmann. As fontes de investigação do passado são, portanto, os relatos de operários e operárias que trabalharam na fábrica entre os anos 1940, 1950 e 1960, além de periódicos de circulação estadual, fotografias, filmes, relatórios e atas de reuniões sindicais. Ao se analisar o passado aqui estudado, é possível apreender a intensa articulação política e social deste operariado, bem como suas manifestações culturais, entendendo-as como representações da formação da modernidade alagoana. O protagonismo das mulheres frente às lutas sociais é um ponto que também chamou a atenção durante a pesquisa. Por fim, notou-se que o processo de desmonte fabril trouxe graves consequências sociais aos sobreviventes deste legado, porque as gerações tenderam a se desconectar do passado operário e sofrer um processo de desarticulação da memória no interior do grupo, levando ao desenraizamento e ao enfraquecimento da identidade de classe.

**Palavras-Chave:** Memória. Alienação. Indústria Têxtil. Operariado. Desenraizamento.

## **ABSTRACT**

The doctoral thesis herein aims to rebuild the memory of the working class of the factory Fábrica Carmen de Fiação e Tecelagem in Fernão Velho, located at Mundaú pond bank, in the outskirts of Maceió, capital of Alagoas. Although it focuses on the period of its apogee, which is from the beginning of 1950 to 1962, it does not ignore the preambles of its improvement, which started in 1857 when it was set up, as well as the consequence of its decline for the working class, which started in 1980. In this period, Othon Bezerro de Mello group owned the fabric. This group was one of the biggest Brazilian business groups in the first half of the 20th century. In view of the closeness between the researcher-member and the studied group, the oral history and the working class memory are invoked as a method of research, using Marx theoretical base, supported by Walter Benjamin, E. P. Thompson, Simone Weil and Lucien Goldmann. The sources of investigation from the past are, therefore, the reports of workers who worked in the fabric during the years of 1940, 1950 and 1960, as well as state-wide journals, photographs, movies, reports and the minutes of trade union meetings. When the past is analyzed, it is possible to understand the intense political and social articulation of this working class, as well as its cultural manifestations, understanding them as representations of the formation of modernity in Alagoas. The women's role towards the social struggle also attracted our attention during the research. Finally, it was possible to observe that the fabric dismantle process brought serious social consequences to the survivors of this legacy, as the generations tend to disconnect from the past of workers and suffer a process of disarticulation of memory inside the group, leading to uprooting and decline of the class identity.

**Key words:** Memory. Alienation. Textile Industry. Working class. Uprooting.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Parte da cerca que divide a Fábrica Carmen com a vila operária .....	49
Figura 2 – Busto em cobre de Othon Bezerra de Mello .....	51
Figura 3 – Alicerce da estátua de Othon Bezerra de Mello .....	52
Figura 4 – Exibição do filme Memória da Vida e do Trabalho (1986), de Celso Brandão. Projeto Acenda uma vela .....	54
Figura 5 – Vista aérea de Fernão Velho e regiões circunvizinhas .....	75
Figura 6 – Planta Baixa de Fernão Velho .....	76
Figura 7 – Casarão e Dispensa .....	80
Figura 8 – Operariado em frente à União Mercantil: início dos anos 1920 .....	91
Figura 9 – Marcação de 1914 em alto-relevo apagada.....	94
Figura 10 – Marcação de 1914 em alto-relevo .....	95
Figura 11 – Fábrica Carmen e parte da vila operária.....	99
Figura 12 – Jornal Gazeta de Alagoas, 07 de dezembro de 1948.....	105
Figura 13 – Operárias da Fábrica Carmen na Sede Othon, por volta dos anos 1950 .....	110
Figura 14 – Operárias no Refeitório da Fábrica Carmen, por volta dos anos 1950 .....	111
Figura 15 – Esquema do Funcionamento da Fábrica .....	133
Figura 16 – Fluxograma da Fábrica Carmen .....	134
Figura 17 – Filatório da Fábrica Carmen.....	135
Figura 18 – Tecelagem da Fábrica Carmen .....	150
Figura 19 – Rua da Praia, Fernão Velho .....	172
Figura 20 – Rua Dr. Manoel Machado, conhecida como “Vai-quem-quer” .....	173
Figura 21 – Rua Dr. Pontes de Miranda, conhecida como “Vila Operária” .....	173
Figura 22 – Praça São José no início dos Anos 1920 .....	175
Figura 23 – Bangalôs na Praça Coronel Othon .....	176
Figura 24 – Casas com platibandas na Praça São José.....	176
Figura 25 – A Voz do Povo, 23 de novembro de 1958. p. 1 .....	180
Figura 26 – Complexo Estuário Mundaú-Manguaba .....	185
Figura 27 – Pescador na lagoa Mundaú (Fernão Velho) .....	187
Figura 28 – Pescador retirando sururu para a pré-lavagem .....	191

Figura 29 – Sururu de capote (na casca) .....	192
Figura 30 – Banda de Música Othon .....	207
Figura 31 – Fachada do Recreio Operário .....	210
Figura 32 – Recreio Operário .....	211
Figura 33 – Cine Teatro São José .....	213
Figura 34 – Desfile cívico .....	214
Figura 35 – Paróquia de São José, Fernão Velho .....	215
Figura 36 – Meninos do Carnaval .....	218
Figura 37 – Ferrugem I .....	219
Figura 38 – Ferrugem II .....	220
Figura 39 – Fachada do Sindicato dos Trabalhadores Têxteis de Fernão Velho .....	224
Figura 40 – Imagem interna da edificação da Fábrica Carmen .....	248

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>15</b>
<b>1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS DA PESQUISA .....</b>	<b>23</b>
1.1 A HIPÓTESE QUE NORTEIA O TRABALHO .....	23
1.2 O PASSADO A MEMÓRIA E A LUTA DE CLASSES .....	27
<b>2 OS FIOS QUE LIGAM A MEMÓRIA: (DES) CAMINHOS PARA A CONSTRUÇÃO DA PESQUISA .....</b>	<b>37</b>
2.1 CADERNO DE CAMPO OU A CONSTRUÇÃO DO OBJETO E DO SUJEITO-OBJETO .....	37
2.2 OS PONTOS DE PARTIDA PARA A RECONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA OPERÁRIA DE FERNÃO VELHO .....	45
2.3 REVISÃO FÍLMICO-BIBLIOGRÁFICA SOBRE O OPERARIADO ALAGOANO .....	56
<b>3 A TRAMA SOCIAL E A URDIDURA DO TEMPO: FORMAÇÃO HISTÓRICA DO OPERARIADO DE FERNÃO VELHO .....</b>	<b>74</b>
3.1 O PROCESSO DE ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO TÊXTIL DE FERNÃO VELHO .....	74
3.2 O OPERARIADO DE FERNÃO VELHO NO CONTEXTO ALAGOANO: DAS ORIGENS AOS ANOS 1950 .....	82
3.3 TRAJETÓRIA ECONÔMICA E SOCIAL DA FÁBRICA CARMEN.....	88
<b>4 A PRODUÇÃO DOS TECIDOS DA VIDA: TRABALHO E PROCESSO DE PROLETARIZAÇÃO .....</b>	<b>107</b>
4.1 ORIGENS SOCIAIS E PROCESSO DE PROLETARIZAÇÃO .....	108
4.2 (DES) ATANDO O NÓ DA DOMINAÇÃO EXPLORAÇÃO.....	124
4.3 A DIVISÃO SOCIAL E SEXUAL DO TRABALHO.....	129
4.4 CONDIÇÕES DE TRABALHO NA FÁBRICA CARMEN .....	144
<b>5 OS FIOS QUE SE ESTENDEM PARA ALÉM DA FÁBRICA .....</b>	<b>158</b>

5.1 NÚCLEO FABRIL: ENTRE A DIVISÃO SOCIAL, AS CONDIÇÕES DE VIDA E A REPRESSÃO .....	159
5.2 O SURURU E A “MÃE LAGOA” (MUNDAÚ) .....	183
5.3 A SIMBIOSE DA CULTURA FESTIVA OPERÁRIA: O ASPECTO LÚDICO DA MEMÓRIA .....	197
<b>6 O ACABAMENTO DAS CONTRADIÇÕES DE CLASSE: A RESISTÊNCIA ORGANIZADA DO OPERARIADO .....</b>	<b>222</b>
6.1 A ORGANIZAÇÃO SINDICAL: ENTRE A VIGILÂNCIA E AS ARTICULAÇÕES OPERÁRIAS .....	222
6.2 A GREVE DAS TECELÃS EM 1962: O FIM DO APOGEU FABRIL .....	235
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS: O DESFECHO DA TRAMA .....</b>	<b>245</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>253</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>269</b>
<b>ANEXO A – RESUMO DO PERFIL DOS/AS ENTREVISTADOS/AS .....</b>	<b>270</b>
<b>ANEXO B – PRODUÇÃO INDUSTRIAL .....</b>	<b>277</b>



## INTRODUÇÃO

O processo de implantação de indústrias em Alagoas teve seu início em 1857, com a instalação da União Mercantil S/A., que a partir de 1943 passou a ser denominada Fábrica Carmen, localizada onde hoje é o bairro de Fernão Velho, situado nas margens da lagoa Mundaú, periferia de Maceió, Nordeste brasileiro. Foi – entre as 12 indústrias têxteis do estado – a mais próspera e a de maior tempo de duração, fechando suas portas definitivamente<sup>1</sup> em janeiro de 2010. Chegou a empregar cerca de 5.000 trabalhadores/as no seu período mais próspero, entre fins dos anos 1940 e início da década de 1960.

Fernão Velho foi, portanto, importante eixo da indústria têxtil algodoeira, que foi peça central para o desenvolvimento da modernidade capitalista alagoana, a partir do início do século XX, trazendo experiências inéditas no campo econômico e político, tendo em vista a importante participação do operariado têxtil em greves, partidos políticos, na criação de imprensa operária etc. (LESSA, 2013).

No entanto, nota-se um processo de apagamento da memória do operariado alagoano a partir do gradual fechamento das fábricas, o que ocorreu em paralelo com o crescimento das indústrias sucroalcooleiras em Alagoas, a partir da década de 1970. Quais os motivos desse esquecimento? A que interesses está ligado? Quais consequências podem trazer para a classe trabalhadora? Que relações há com o avanço do capital internacional?

Considerando-se essas indagações, o objetivo deste estudo é a reconstrução da memória do operariado da Fábrica Carmen, com foco entre início da década de 1950 e o ano de 1962, período de seu apogeu econômico, social e cultural, mas sem se perder de vista as condições do desmonte fabril, principalmente a partir de meados dos anos 1990, pois se buscará também demonstrar as consequências diretas e indiretas da reestruturação do capital para esse grupo social<sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup> A Fábrica Carmen já havia parado a produção em 1990, mas voltou a funcionar em poucos dias. Em outubro de 1996, o grupo Othon Bezerra de Mello, encerrou as atividades e vendeu e/ou pagou como indenização grande parte do núcleo fabril. Em agosto de 1997, a fábrica voltou a funcionar com três proprietários, sendo um deles membro da família Othon.

<sup>2</sup> Com o fechamento da fábrica de Fernão Velho, a herança fabril foi desfavorável à classe trabalhadora. Engels (2008, p. 118), em A situação da classe trabalhadora na Inglaterra, escrito em 1845, sinalizou uma condição que para

Será perceptível ao leitor que as transformações materiais e imateriais estarão umbilicalmente ligadas, porque o processo de desmonte fabril ocasionou um gradual apagamento da memória social, acentuado na medida em que as transformações do capital avançam para um processo de “desproletarização do trabalho industrial, fabril” e uma “subproletarização intensificada” (ANTUNES, 1995, p. 41).

Dito isso, a intenção não é apenas apresentar o passado, mas escavar sobre aquilo que está/estava desaparecendo “num instante de perigo”, ou seja, no momento em que fica clara a necessidade de rearticular o passado, tal como apontou Benjamin (1987b). Por isso, não se buscará apresentar “fatos” históricos, nem descrições sobre o passado, mas a exposição de uma articulação com o passado, com a intenção de se lançar lampejos sobre o presente em direção ao futuro (BENJAMIN, 1987b). Muito do que foi reconstruído está na procura de diálogos com os herdeiros fabris<sup>3</sup>, pois as entrevistas com antigos/as operários/as introduziram questões fundamentais para a problemática da perda da memória e da necessidade de sua reconstrução.

É importante sinalizar que o pesquisador é membro do grupo estudado, pois está entre os herdeiros fabris, já que seu pai e sua mãe são oriundos do interior de Alagoas e passaram pelo processo de proletarização, no início dos anos 1970. Foi a partir dessa conexão com o objeto de pesquisa que surgiram algumas questões que estão envolvidas nesta tese, tal como serão melhores apresentadas ao longo do texto.

Dessa forma, ao se retomar o passado de Fernão Velho foi possível a percepção da presença de um operariado com forte encadeamento político entre si e em proximidade com grupos progressistas e/ou de esquerda de Alagoas. Esteve também interligado por uma simbiose cultural que representou as contradições das experiências da modernidade industrial capitalista no Estado durante a década de 1950. A participação do operariado em festividades criadas pelo

---

Fernão Velho também é compatível: “O proletariado é desprovido de tudo – entregue a si mesmo, não sobreviveria um único dia, porque a burguesia se arrogou o monopólio de todos os meios de subsistência, no sentido mais amplo da expressão”.

<sup>3</sup> Entende-se como herdeiros fabris, os desempregados/as, operários/as aposentados/as, seus/suas filhos/as e netos/as residentes na localidade e que sobrevivem de “bicos”, aposentadoria, pensão, pequenas atividades comerciais, funcionalismo público, prostituição e criminalidade, através de furto, roubo ou tráfico de drogas, o que tem crescido bastante na última década. Uma parte da população local mudou-se para outros bairros de Maceió ou cidades do Nordeste, destacando-se Campina Grande-PB, ou para o Sul e Sudeste do país, a fim de se conseguir emprego. Os/As emigrantes não estão inseridos/as no objeto de estudo.

grupo Othon Bezerra de Mello (proprietário da Fábrica Carmen no período enfatizado) e/ou a criação de atividades lúdicas pelo próprio operariado foram símbolos dessa modernização.

Além disso, o fato de parte deste operariado estar conectado com a organização sindical, envolvido com o comunismo e meios não institucionalizados e/ou cotidianos de enfrentamento para com o patronato colocaram esta localidade como peça central das articulações e decisões políticas em Alagoas entre fins do século XIX e meados do século XX. Esta constatação põe em xeque a afirmativa do senso comum que apresenta a desarticulação atual dos herdeiros fabris como natural e inevitável. Ao que se poderá observar, a condição atual é reflexo de um processo de desmonte fabril (interno e externo) que abalou profundamente a identidade de classe na localidade.

Todavia, ao mesmo tempo em que há um processo de apagamento da memória, não se pode deixar de apontar que nos últimos dez anos houve importante crescimento na produção historiográfica em Alagoas referente ao operariado têxtil, principalmente no período democrático, compreendido entre os anos de 1946 e 1964.

Fora os trabalhos de Dirceu Lindoso e Sávio de Almeida, escritos em fins da década de 1980 e republicados em 2005, outros estudiosos têm se desdobrado em pesquisas e publicações, dentre os quais destacam-se Golbery Lessa, Osvaldo Maciel, Airton Souza, Anderson Moura, Rodrigo Costa, Marcelo Góes e o pesquisador que aqui escreve, estando estes em saudáveis diálogos entre si, fazendo troca de informações, de documentações e de problemáticas, o que contribui para o fortalecimento das pesquisas<sup>4</sup>. Estas investigações vêm dando fôlego ao estudo sobre o operariado alagoano, na medida em que coopera para a retomada desta temática para a construção de uma diferente história do Estado, pois a narrativa dominante a põe somente como a história da cana-de-açúcar.

Detalhe importante nestas pesquisas sobre o operariado alagoano é o não regionalismo “puro”, ou melhor, não se trata de uma historiografia centrada apenas em Alagoas ou no Nordeste, mas de estudos que colocam a condição do operariado local em interconexão com a conjuntura nacional e internacional. Tal característica colabora, inclusive, para a compreensão da

---

<sup>4</sup> Na subseção Revisão Fílmico-Bibliográfica será melhor discutido sobre estes pesquisadores.

história do operariado brasileiro, fazendo repensar a própria concepção e/ou situação da classe social na totalidade, muitas vezes tomadas apenas a partir do ponto de vista das regiões industrialmente dominantes.

Os estudiosos sobre o operariado alagoano contribuem para desconstruir a imagem de Alagoas apenas como lugar de “atraso”, latifúndio e coronelismo, pois apresenta o protagonismo operário nas decisões políticas e nas experiências culturais fabris, que trazem particularidades e aproximações para com a industrialização das regiões de maior concentração industrial do país, o que mostra que a função da reconstrução da memória ultrapassa os limites da localidade estudada, pois entende-se que Fernão Velho é dialeticamente parte de um todo englobado pela exploração do modo de produção capitalista, pois “o conhecimento concreto não é a soma mas *síntese* de abstrações *justificadas*” (GOLDMANN, 1984, p. 17, grifos originais).

Posto isto, a desestruturação fabril de Fernão Velho está ligada às transformações internacionais no mundo do trabalho, ocorridas nas últimas décadas do século XX, que trouxeram o progressivo desmonte do fordismo e o predomínio do modelo toyotista ou “acumulação flexível” pelo mundo. Conseqüentemente, este modelo causou o desmantelamento de diversas profissões e especialidades, acarretando radicais mudanças no mundo do trabalho, com graves efeitos para diferentes gerações da classe trabalhadora (HARVEY, 2012).

Assim, o toyotismo entrou como uma espécie de avalanche sobre o mundo material e sobre a subjetividade dos sujeitos históricos, gerando: gradual abandono das formas de sociabilidade de caráter coletivo; avanço da cultura de massa e da lógica da obsolescência programada; maior intensificação e exploração do trabalho; desestruturação das organizações de trabalhadores/as, aumento de desemprego e subempregos; robotização das máquinas e das pessoas; sérios danos ecológico-humanos; predomínio da financeirização e facilidade de crédito; crescimento da concentração de terra e de renda; e insaciável avanço tecnológico (HARVEY, 2012).

Isso explica, portanto, o processo de desestruturação de espaços fabris tradicionais em

---

<sup>5</sup> Goldmann (1984, p. 23, grifos originais), apontou que “[...] o objeto das ciências históricas é constituído pelas *ações humanas de todos os lugares e de todos os tempos*, na medida em que tiveram ou ainda têm importância ou influência na existência e na estrutura de um grupo humano e, implicitamente por meio deles, uma importância ou uma influência na existência e na existência da comunidade humana presente ou futura”.

praticamente todo o mundo, provocando muitas vezes uma perda de identidade de classe entre as novas gerações, pois estas tendem a perder conexão com seu passado, com suas raízes, negando muitas vezes sua própria classe social. Tudo isso trouxe efeitos para a memória social dos grupos de trabalhadores/as pertencentes a espaços fabris, tornando cada vez mais frágeis os elos entre o passado e o presente (BOSI, 1994).

Portanto, Fernão Velho é apenas um exemplo desta avalanche de transformações do capital internacional e, ao estar na periferia da periferia do mundo capitalista, sofre impactos de grande intensidade sobre sua condição material e imaterial.

Reconstruir esta memória operária, desse modo, significa apresentar elementos para superar a alienação no presente, através de um processo dialético de busca por unificar teoria e prática. De acordo com István Mészáros (2016), para se compreender a teoria marxiana da alienação, é necessário se conhecer o conceito alemão *Aufhebung* (que concomitantemente significa “transcendência”, “supressão”, “preservação” e “superação” para um estágio mais elevado). Ou seja, Marx propõe a apreensão dialética da realidade (teoria) como meio para se erguer a humanidade a uma transformação qualitativa em que está inserida. Não se trata de negar aquilo que o capitalismo ou as sociedades de classes anteriores produziram (tecnologia, técnicas, ciências, artes etc.), mas trazer estes elementos para uma sociedade humanamente livre.

Nesse meio, defende-se aqui que a condição de alienação leva junto consigo a amnésia social, porque o passado está direta ou indiretamente posto na vida coletiva, porém este não aparece no imediato, tal como o segredo da mais-valia. Ou seja, o capital, além de extrair a mais-valia, contribui para apagar o passado concreto da classe trabalhadora e, à medida que avança e intensifica a sua acumulação, vai dissipando da memória o passado concreto, isto é, a luta (cotidiana e/ou institucionalizada) da classe trabalhadora contra a opressão.

Entretanto, é preciso ter cuidado para que o passado não se torne um fardo para o presente, porque ao ser visto apenas como saudosismo, tradições a serem mantidas ou a esperança na volta de uma vida não mais existente é contrária ao *Aufhebung* já mencionado. É preciso superar o passado, isto é, trazê-lo enquanto instrumento contra a opressão do presente, almejando o futuro. É preciso retomar a rememoração benjaminiana (1987), que corresponde a um conceito que ultrapassa esta perspectiva conservadora e saudosista de passado para uma

perspectiva dialética.

Dito isso, nessa rearticulação da memória operária têxtil dos anos 1950 em Fernão Velho, pode-se reconhecer um fenômeno inédito na história de Alagoas: o protagonismo feminino nas decisões grevistas fabris. Embora já exista estudos apontando a atuação do operariado fabril<sup>6</sup>, ainda há uma tímida apresentação do papel das mulheres nas greves das fábricas. Neste trabalho, apesar de não haver ênfase sobre o papel da mulher, acrescenta-se, em alguns momentos, discussões referentes às condições de gênero na relação de divisão e social do trabalho, pois o que se pôde perceber através das entrevistas é que, seguindo a lógica de produção têxtil, que era dominada pelo trabalho feminino, é impossível haver paralisação da produção sem o consentimento das mulheres.

Para a reconstrução desta memória operária, foram utilizadas como fonte atas de reuniões sindicais, fotografias, periódicos de circulação estadual, filmes, documentários e as falas de operárias/os, sendo esta última uma das principais norteadoras do trabalho, porque entende-se aqui como história viva e que retoma os diferentes tempos vividos na condição de classe trabalhadora.

Ao se escavar a terra aparentemente infértil a fim de encontrar as angústias, alegrias, tristezas, resistências, organização, sabedoria e a identidade de um grupo social – neste estudo, o operariado de Fernão Velho – não se pode esquecer que este grupo é herdeiro dos trabalhadores do passado, porque está nele a história dos escravizados, dos papa-méis cabanos<sup>7</sup>, dos massacrados indígenas caetés, xukurus e tupinambás, dos resistentes quilombolas, dos capoeiras, dos servos, dos marginalizados e de todos/as aqueles/as que são/foram massacrados/as em sua vida presente, em seu passado e futuro.

A rearticulação da memória operária se faz acompanhada das recomendações de

---

<sup>6</sup> Há menções sobre a participação de mulheres em ALMEIDA, 2006. Também nas entrevistas com três operárias em TRAMA, 2007. O historiador Airton Melo (2012), também fez referência em sua dissertação de mestrado, destacando o papel das mulheres em uma subseção: Mulheres de ferro: a greve das tecelãs contra o aumento no número de teares (1962).

<sup>7</sup> “O termo *papa-mel*, aplicado ao escravo fugido, oculto nos mocambos, nas matas, foi substituído pelo termo *quilombola*, que se usava contra os negros das Minas Gerais. A mistificação historiográfica era evidente: um negro papa-mel cabano não era simplesmente um quilombola. O papa-mel cabano era o negro, pobre, fugido como o quilombola do sistema de escravidão, e que se unia a brancos pobres e índios numa guerra que não tinha o objetivo de um quilombo” (LINDOSO, 2005a, p. 23, grifos originais).

Hobsbawm (2015), quando atentou para o fato de que fazer a história do operariado não significa escrever necessariamente a história do movimento operário, a fim de não negligenciar a própria classe trabalhadora, porque esta última pode não ser ou não se ver em seus líderes ou nas instituições que as representa.

Além disso, busca-se estar metodologicamente atento a um conjunto de fatores que se interligam à memória operária, pois esta

[...] é parte da história da sociedade, ou melhor, da história de certas sociedades que possuem características específicas em comum. Relações de classe, qualquer que seja a natureza da classe, são relações entre classes e camadas que não podem ser adequadamente escritas se analisadas isoladamente, ou apenas em termos de suas divisões ou estratificações internas. Isso implica um modelo do que são as sociedades e de como funcionam (HOBSBAWN, 2015, p. 30).

Além da luta institucionalizada, através das articulações sindicais e grevistas, apresentar-se-ão os mecanismos cotidianos de resistência, que costumam não se evidenciar. As festividades, o envolvimento operário com a música, os esportes e a pesca, serão analisados, até porque foram aspectos enfatizados pelas/os depoentes e comumente observado pelo pesquisador-membro. Disso resulta que o operariado não se forma enquanto classe somente no embate direto com a burguesia, mas através de simbologias no seu “próprio fazer-se” (THOMPSON, 1987).

Feitas estas considerações, apontemos que o trabalho que segue estará dividido em quatro seções, que procuram ter conexões entre si, partindo de exposições teóricas e metodológicas, permeada pela contextualização histórica e adentra o universo fabril, através do processo de proletarianização, do trabalho na Fábrica Carmen e, em seguida, voltando-se para as condições e contradições colocadas na vida de operários-moradores do núcleo fabril.

A primeira seção, intitulada: considerações teórico-metodológicas da pesquisa, está subdividida através da apresentação da hipótese; a discussão teórica sobre a memória e a luta de classes; e os trajetos da pesquisa e a revisão fílmico-bibliográfica do operariado alagoano.

Em segundo, entra-se em Fernão Velho, com a apresentação de sua localização territorial, a trajetória econômica e social da Fábrica Carmen, ou seja, suas origens, ascensão, apogeu e declínio fabril, concluindo com a necessidade de articulação da memória operária, a partir do “momento de perigo” (BENJAMIN, 1987b) observado a partir das duas últimas décadas.

Na terceira seção, adentrar-se-á com mais clareza no objeto da pesquisa, pois discute-se sobre a formação social do operariado, ou seja, seu processo de proletarização. Lá se poderá ver os preâmbulos da maturidade do operariado alagoano, iniciando-se a partir de fins do século XIX e percorrendo até a década de 1940, para depois apresentar as origens sociais do operariado de Fernão Velho, composto em sua grande maioria por sitiantes ou filhos/as de sitiantes oriundos de regiões próximas de Maceió. Analisar-se-á também o processo de trabalho, com a significativa participação feminina; findará com as condições de trabalho na fábrica.

A última seção procurará apresentar a vida fora da fábrica, apresentando como o núcleo fabril (casa, lazer, assistência médica, escola etc.) era controlado pelos industriais como uma espécie de panóptico, em que a divisão do trabalho estava claramente posta nos espaços de moradia. A extração direta de alimento e/ou renda da pesca extraída da lagoa Mundaú (“mãe lagoa”) estão postas como complemento salarial, resistência e lazer para o operariado. Nesta subseção apontar-se-á a degradação atual da lagoa como meio de intensificar a precariedade dos herdeiros fabris. Apresentar-se-á em seguida a simbiose da cultura operária como símbolo da modernidade de Alagoas nos anos 1950. Na penúltima subseção será feita uma análise sobre a vigilância e as articulações sindicais e, por fim, destaca-se a greve de 1962, encabeçada por tecelãs, encerrando o recorte temporal deste trabalho.



## 1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS DA PESQUISA

### 1.1 A HIPÓTESE QUE NORTEIA O TRABALHO

Em Os Manuscritos Econômico-filosóficos, Marx (2010b) considerou o trabalho como determinação ontológica fundamental da “humanidade”, porque através dele o ser humano transforma dialeticamente a natureza e a si, ou seja, desenvolve suas capacidades físicas e mentais, ao mesmo tempo em que domina a natureza. Porém, aponta que o trabalho (atividade) é também alicerce para a alienação, porque a propriedade privada, a troca e a divisão social, “[...] se interpõem entre o ser humano e suas capacidades produtivas (criativas) e na apropriação humana dos produtos de sua atividade” (MÉSZÁROS, 2006, p. 78).

A partir desse encandeamento entre os seres humanos e seus produtos, os nexos da vida prática perdem sentido, pois na medida em que o trabalho e seus frutos invertem-se na relação humana genérica – porque os produtos se humanizam, tornando-se “independentes” e os humanos se coisificam, ficando à mercê das relações de mercado<sup>8</sup> – “[...] os produtos do cérebro humano parecem dotados de vida própria, figuras autômatas, que mantêm relações entre si e com os homens” (MÉSZÁROS, 2006, p. 71). É o que Marx denominou como o “segredo da mercadoria” ou seu “caráter fetichizado”.

Dessa forma, à medida que o capitalismo avança, diminui a capacidade auto construtiva da humanidade, desmanchando elos, potencialidades e a identidade humano-social-ambiental<sup>9</sup>. A autodestruição inclui o desmonte da natureza ecológica, gerando desequilíbrios cada vez mais danosos, tornando o mundo um imenso suicídio coletivo e “naturalizado” pela ideologia burguesa, pois o que se incute através de diversos veículos é a necessidade de ampliação constante sobre a produção e o consumo alienados<sup>10</sup>.

Karl Polanyi (2000), em A Grande Transformação, defendeu que a “economia de

---

<sup>8</sup> “Se as mercadorias pudessem falar, diriam: é possível que nosso valor de uso interesse ao homem. Ele não nos compete enquanto coisas é nosso valor. Nossa própria circulação como coisas mercantis demonstra isso. Nós nos relacionamos umas com as outras somente como valores de troca” (MARX, 1985a p. 77).

<sup>9</sup> Marx & Engels (2010, p. 41) enfatizaram que a fluidez predominava sobre a solidez no mundo da burguesia. Qualquer laço que prenda sua expansão tende a ser desfeito. A frieza prevalece sobre as relações humanas, ou seja, no mundo burguês “tudo que era sólido e estável se desmancha no ar, tudo que era sagrado é profanado e os homens são obrigados a finalmente encarar sem ilusões a sua posição social e as suas relações com os outros homens”.

<sup>10</sup> Sobre esta discussão, ver: LOWY, 2000.

mercado<sup>11</sup>” (representada pela *haute finance*) não pode existir sem destruir a “substância humana e natural da sociedade”, porque com seu domínio sobre todas as organizações societárias, estas passaram a ser controladas com o intuito único de preservar o mercado. A justiça, a guerra, a paz, o Estado, a produção e distribuição, são sistematicamente administradas para manter a boa saúde do mercado. Pouco importa a vida (em seu sentido mais amplo), porque a meta é cuidar para que o mercado funcione com o mínimo possível de intempéries. Os esforços se curvam a este propósito, movidos pelo mecanismo dos preços, tornando a sociedade em uma espécie de apêndice do mercado.

Polanyi nesse aspecto concordou com Marx (mesmo sem declarar), já que sua tese central foi a de que a sociedade guiada pela economia de mercado não é natural, pois ela surge somente com a modernidade, firmando-se ao longo do século XIX. Nela a motivação do lucro surgiu como princípio fundamental da “vida” e da “felicidade” humanas. Os incentivos religiosos, de parentesco, políticos etc., princípios marcantes em sociabilidades anteriores à modernidade, foram engolidos pelo mercado. A “redistribuição” ou as “reciprocidades” perderam o sentido de sua existência frente à lógica da concorrência<sup>12</sup>.

Em outras palavras, o avanço do capitalismo (para Marx) ou o predomínio da economia de mercado (para Polanyi) intensificam a alienação. Cada vez mais o mercado toma conta das minúcias da vida humano-social, desde as bases da educação familiar até o velório. A mercantilização dos “bens” materiais juntou-se à mercantilização da cultura, da informação, dos saberes milenares, da arte, do prazer e do contato humano em sua inteireza.

Acrescentando as interseções entre o raciocínio de Marx e Polanyi aqui resumidamente apresentadas, percebe-se que a conclusão de Benjamin (2013, p. 21) a respeito do “capitalismo como religião” é cabível, na medida em que ele enfatizou que “[...] o capitalismo está essencialmente a serviço da resolução das mesmas preocupações, aflições e inquietações a que outrora as assim chamadas religiões quiseram oferecer resposta”.

---

<sup>11</sup> A qual alcançou seu estágio de plenitude no século XIX, firmada em quatro instituições (sistema de equilíbrio de poder, padrão internacional do ouro, mercado regulável e Estado Liberal).

<sup>12</sup> “A possibilidade de adquirir uma mercadoria da moda, facilitada pelo crédito em qualquer loja, por qualquer ser que seja possuidor de renda suficiente, induz a pensar que ‘todos somos iguais’ com os mesmos direitos e deixando a impressão de que as classes sociais foram desfeitas e eliminadas. [...] Agora as pessoas são tratadas como clientes ou consumidores e não como sujeitos da história e de classes específicas” (BOGO, 2010, p. 15).

Desse modo, Benjamin explicou que o capitalismo tem sua estrutura religiosa marcada por três traços: é puramente cultural, já que não possui dogma ou teologia; tem culto com duração permanente, pois nele não há dia que não seja festivo; é culpabilizador, numa expansão do desespero universal. Em anexo a esses, afirmou que no capitalismo “[...] Deus precisa ser ocultado e só pode ser invocado no zênite de sua culpabilização” (BENJAMIN, 2013, p. 22).

Benjamin estava rebatendo o “deus está morto”, de Nietzsche, pois entendia que deus estaria vivo e transformado em capitalismo. O capitalismo (enquanto religião) rege princípios ético-valorativos fluidos (porque só são aceitos enquanto interessam ao crescimento de seu deus) que orientam as ações humanas, da mesma forma que existe em todas as religiões do mundo. As proibições e obrigações em busca de agradar deus ou deuses, estão presentes na “vida” do grande gestor das “almas” humanas.

Por fim, o “capitalismo como religião” só concebe sua moralidade sob interesse prático, porque a burguesia (representante de deus na terra) trata os não-religiosos (os não diretamente úteis para a reprodução e ampliação do capital) ou os de crenças diferentes da sua (os resistentes à submissão ao capital) como “impuros”, desonrados, maléficos<sup>13</sup>. Assim, sua construção é feita a partir da destruição da humanidade por via da concorrência, da ampliação de capital, da ênfase sobre a propriedade privada e do auto estranhamento do ser social.

Partindo desses pressupostos, a **hipótese central** desta tese é a de que o capitalismo atropela um dos nexos centrais da formação humana: a memória social concreta, na medida em que apaga o passado que questiona a derrota das/os trabalhadoras/es, pois o **deus-capital é amnésico e exige a devoção ao esquecimento**. Parafraseando a célebre frase de Marx (2010a), o esquecimento seria o ópio do povo, porque transforma a barbárie em modelo de vida, porém tal condição fica despercebida pelo senso comum, porque esquece-se do seu passado e não consegue conectar-se ao presente, tampouco ter expectativas.

Ao destruir o passado ou recontá-lo de forma superficial, de acordo com seus próprios interesses, a burguesia consegue desarticular os nexos sociais humanos, na medida em que contribui para o crescimento do individualismo e provoca uma guerra civil entre o próprio

---

<sup>13</sup> Ver também LOWY, 2014. p. 95-110.

proletariado nas sociedades contemporâneas. Tal situação caminha para uma tragédia coletiva, ao tempo em que gera uma sensação de impotência por parte significativa da humanidade. Por se tratar de uma sociedade em que a burguesia gerencia o “poder divino” do capital, um dos seus investimentos é também em prol do apagamento da memória das classes trabalhadoras, embora isso nem sempre apareça de modo direto.

Dito de outro modo, o avanço do capitalismo tende a colaborar por desconectar os elos humanos de conexão com “a história a contrapelo” (BENJAMIN, 1987b) e, ao fazer isso, desliga a humanidade de sua condição de ser genérico, porque lhes arranca um dos instrumentos de suas lutas: a percepção sobre a humanidade. A classe trabalhadora se desumaniza por não enxergar sua totalidade. Por isso, a intervenção intelectual que se faz aqui sobre a reconstrução do passado operário de Fernão Velho tem um sentido prático: escavar a memória como contribuição contra o destronamento do capital.

Como já dito, esse passado vem sendo destruído e tal destruição é conveniente para os vencedores prosseguirem seu cortejo<sup>14</sup>, tal como apontou Walter Benjamin em uma de suas emblemáticas teses Sobre o Conceito de História. Reconstruir o passado dos vencidos é trazer à tona faíscas de esperança para os viventes do presente. Em momentos de crise do capitalismo esta relação torna-se mais intensa, porque suas contradições ficam mais explícitas, principalmente através da repressão que o capital costuma intensificar a fim de prosseguir seu domínio.

Há um clássico poema que aqui se enquadra bem: Perguntas de um operário que lê, de Bertold Brecht. No poema, Brecht se mostrou ironicamente admirado com certos contos históricos que dizem que quem construiu certas cidades/monumentos ou quem conquistou territórios teria sido certos reis, príncipes etc. Daí o poeta, ou melhor, o trabalhador pergunta: mas não havia sequer um/a trabalhador/a ajudando-os na construção, ninguém mais pôs sequer um tijolo ou carregou uma ferramenta etc.? Seria possível a tomada de um povo somente por um único homem (herói), sem precisar sequer de um soldado? E conclui o poema com indagações também irônicas: “Em cada página uma vitória. Quem cozinhava os festins? Em cada década um

---

<sup>14</sup> “Todo aquele que, até hoje, obteve a vitória, marcha junto no cortejo de um triunfo que conduz os dominantes de hoje [a marcharem] por cima dos que, hoje, jazem por terra. [...] Nunca há um documento da cultura que não seja, ao mesmo tempo, um documento da barbárie” (LOWY, 2005, p. 70 apud, BENJAMIN, 1940).

grande homem. Quem pagava as despesas? Tantas histórias. Quantas perguntas<sup>15</sup>”.

Desse modo, o barco da história precisa prosseguir, mas não adianta chegar ao destino como fracassados e deserdados. É preciso entender que as derrotas e vitórias do passado são o que move o eixo do presente em direção ao futuro. Uma das armas da luta contra o capital é a memória da classe trabalhadora. Reconstruir o passado é se armar para o presente e para o futuro. Mas esta luta é árdua e muitas vezes desanimadora. Seu abandono significa a entrega definitiva da humanidade aos opressores.

## 1.2 O PASSADO, A MEMÓRIA E A LUTA DE CLASSES

A condição de “ser genérico”<sup>16</sup> permite-nos uma percepção peculiar de tempo: o tempo histórico, que é feito com base na consciência sobre o passado, o presente e o futuro. A preocupação pelo futuro só faz sentido se existir uma percepção nítida do passado e vice-versa, abrigando a lógica da dinâmica social transmitida pela história. Isso está ligado à percepção humano-histórico-social de tempo. Por isso, Lucien Goldmann (1984) afirmou – em nota de rodapé – que a história é a ciência do passado, do presente e do futuro. Em outras palavras,

Se o conhecimento da história nos apresenta uma importância prática, é porque nela aprendemos a conhecer os homens que, em condições diferentes e com meios diferentes, no mais das vezes inaplicáveis à nossa época, lutaram por valores e ideais, análogos, idênticos ou opostos aos que possuímos hoje; o que

---

<sup>15</sup> Perguntas de um trabalhador que lê: Quem construiu Tebas, a cidade das sete portas? / Nos livros estão nomes de reis; / Os reis carregaram as pedras? / E Babilônia, tantas vezes destruída, Quem a reconstruía sempre? / Em que casas da dourada Lima viviam aqueles que a construíram? / No dia em que a Muralha da China ficou pronta, Para onde foram os pedreiros? / A grande Roma está cheia de arcos-do-triunfo: Quem os erigiu? Quem eram aqueles que foram vencidos pelos céсарes? / Bizâncio, tão famosa, tinha somente palácios para seus moradores? / Na legendária Atlântida, quando o mar a engoliu, os afogados / continuaram a dar ordens a seus escravos. / O jovem Alexandre conquistou a Índia. Sozinho? / César ocupou a Gália. / Não estava com ele nem mesmo um cozinheiro? / Felipe da Espanha chorou quando sua armada naufragou. Foi o único a chorar? / Frederico 2o venceu a Guerra dos Sete Anos. / Quem partilhou da vitória? / A cada página uma vitória. / Quem preparava os banquetes? / A cada dez anos um grande homem. / Quem pagava as despesas? / Tantas histórias, Tantas questões (Bertold Brecht, 1935). Disponível em: <[http://www.memoriasindical.com.br/lermais\\_materias.php?cd\\_materias=1159](http://www.memoriasindical.com.br/lermais_materias.php?cd_materias=1159)>. Acesso em: 10 dez. 2015.

<sup>16</sup> Karl Marx, em os Manuscritos de 1844, trouxe a preocupação em demonstrar a condição humana, a qual está dialeticamente intercambiada com a natureza orgânica, e o ser humano ao modificá-la socialmente constrói-se enquanto ser particular em relação aos demais seres da natureza. Com a propriedade privada, o ser humano passou a inverter sua condição de “ser genérico” para a de um ser estranhado em que o trabalho (fundamental para a formação da condição humana) tornou-se seu inimigo, porque a produção humana passa a não pertencer a si e sua classe, mas a um outro.

nos dá consciência de fazer parte de um todo que nos transcende, a que no presente damos continuidade, e que os homens vindos depois de nós continuarão no porvir. A consciência histórica existe apenas para uma atitude que ultrapassa o eu individualista, ela é precisamente um dos principais meios para realizar essa superação (GOLDMANN, 1984, p. 22, grifos originais).

O conhecimento histórico a que Goldmann se refere condiz com um rompimento para com o senso comum, na medida em que pode servir como arma para reverter a ideologia dominante da modernidade capitalista, que nos educa a encarar passivamente o futuro, porque coloca a individualidade e a fragmentação acima da coletividade de classe. A consciência histórica pode ser um instrumento para a superação do estranhamento e da inversão ideológica do capital, pois fornece a condição de reflexão sobre a práxis, por permitir ir além da aparência.

É importante lembrar que muitas vezes o passado se encontra além do tempo social dos indivíduos vivos, tanto que conhecimentos são construídos de forma secular e/ou milenar e o passado existente na memória coletiva vai muito além da individualidade, porque

Para evocar seu próprio passado, em geral a pessoa precisa recorrer às lembranças de outras, e se transporta a pontos de referência que existem fora de si, determinados pela sociedade. Mais do que isso, o funcionamento da memória individual não é possível sem que esses instrumentos que são as palavras e as idéias, que o indivíduo não inventou, mas toma emprestado de seu ambiente (HALBWACHS, 2003, p. 72).

O interessante nessa forma de transmissão é que ela reproduz conhecimentos milenares em gestos, ações, costumes do cotidiano, sem que o indivíduo e o grupo percebam a profundidade destas minúcias. O folclorista Câmara Cascudo (1967) argumentou que os grupos humanos se caracterizam por possuir “patrimônios de tradições” transmitidos anonimamente pela oralidade e que se mantêm vivos nos costumes. É o que ele categorizou como folclore: uma espécie de patrimônio milenar mantido no cotidiano popular. Uma cultura viva porque útil. Universal e particular: universal porque existe em todos os povos, mas particular porque cada povo possui suas particularidades no fazer.

Entende-se aqui a crítica pertinente aos folcloristas, porque costumam apenas descrever um conjunto de práticas sociais de grupos não diretamente absorvidos pela modernidade capitalista, como exóticos ou remanescentes de um passado que “não mais existe”. No entanto, a

observação de Cascudo é importante, porque atenta-nos justamente ao fato de haver a preocupação de intelectuais em registrar aquilo que para eles “está se perdendo”, que sobrevive ao processo histórico.

Essa preocupação dos folcloristas, que começou a ocorrer na Europa por volta do século XVIII, e chegou ao Brasil entre fins do século XIX e ao longo do século XX, é um sinal claro de uma observação sobre as perdas de referências de identidades sociais, transmitidas pela oralidade e com traços aparentemente afastados da modernização.

Edward Palmer Thompson (1998), em *Costumes em Comum*, fez pertinentes críticas ao pensamento dos colecionadores de “antiguidades”, porque buscavam apenas os resíduos do que estava num passado distante. Ao invés disso, Thompson apontou para a necessidade de se perceber esses costumes (chamados pelos folcloristas de “sobreviventes”) não como posteriores a algo, mas pertencentes à mentalidade de uma determinada época, porque os costumes dos trabalhadores têm para esses um peso às vezes mais significativo do que a legislação e, muitos dos protestos dos trabalhadores no século XVIII ocorreram porque o capitalismo chocava-se com a conduta não econômica baseada nos costumes.

Para Dea Ribeiro Fenelon (1999, p. 407, 408), o estudo de Thompson explorou o sentido da cultura tradicional da plebe. “Propõe-se então recuperar a historicidade desses costumes, em vez de separá-los do contexto de experiência dos que se rebelaram ou encontraram formas de ajustamento. Sobretudo para destacar que estas foram opções de sujeitos históricos”.

Seguindo essas premissas, pode-se concluir que as linguagens historicamente criadas aparecem como instrumento essencial para a transmissão de conhecimentos técnicos, tecnológicos, experiências, histórias, mitos etc., mesmo de modo inconsciente e/ou imperceptível. Elas permitem que os seres humanos mantenham vivas uma infinidade de lembranças necessárias à sua sobrevivência e desenvolvimento. E, além disso, para a criação e manutenção da identidade social de um grupo (POLLAK, 1992). Por conseguinte, a memória da classe social só existe concomitante à linguagem e, ao tempo em que o grupo incorpora símbolos que identifiquem sua condição, a linguagem e a memória fazem o seu nexo de existência coletiva.

Em *A Ideologia Alemã*, Marx e Engels chamaram a atenção sobre a consciência enquanto construção histórico-social da humanidade, a qual se forma concomitante à consciência:

A linguagem é tão antiga quanto a consciência – a linguagem é a consciência real, prática, que existe para os outros homens e, portanto, existe também para mim mesmo; e a linguagem nasce, como a consciência, da carência, da necessidade de intercâmbio com os outros homens. [...] A consciência, portanto, é desde o início um produto social e continuará sendo enquanto existirem homens (MARX; ENGELS, 1977, p. 43).

Pode-se acrescentar que, inter-relacionado com a formação da consciência e da linguagem surgem as narrativas orais como meio para explicar e transmitir a respeito das origens e acontecimentos da natureza e da existência humana (ou de certos grupos), tal como apontado por Benjamin (1994). Elas cooperam para manter viva nas comunidades humanas contribuições profundas sobre o seu processo histórico através da oralidade.

A oralidade está como importante fonte de transmissão do conhecimento ao longo da história humana. Isso significa que seguir à risca um dos critérios positivistas de que a única fonte histórica válida é a escrita representa uma afirmação perigosa, porque se exclui conhecimentos e técnicas de transmissão que são alicerces para autoafirmação dos sujeitos históricos, pois parte da história da humanidade sequer está registrada pela escrita e há vários grupos humanos que não possuíam/possuem escrita. Há bem pouco tempo, a maioria da população não era alfabetizada e ainda hoje nota-se um grande analfabetismo funcional, o que torna impossível reconstruir o passado da classe trabalhadora ignorando a oralidade, as simbologias, códigos e manifestações culturais coletivas.

Dessa forma, concorda-se aqui com Ecléa Bosi (1994, grifos originais), quando afirmou que “[...] com certeza seus [do depoente] *erros* e *lapsos* são menos graves em seus resultados do que as *omissões da história oficial*. Nosso interesse está no que foi lembrado, no que foi escolhido para perpetuar-se na história de sua vida”.

Como exemplo dessa exclusão da oralidade, aponta-se aqui o filme *Os Narradores de Javé* (2004), que tem em seu enredo a necessidade de se fazer um dossiê sobre a história do Vale de Javé como solução para ser considerado patrimônio histórico, pois com a construção da usina hidrelétrica, o local seria coberto pelo rio. Somente se o Vale de Javé fosse considerado patrimônio a usina não seria construída. O detalhe é que na comunidade praticamente todos eram analfabetos ou semialfabetizados; apenas um dos moradores sabia escrever bem. Essa



personagem (Antônio Biá) foi incumbida de registrar no “livro da salvação” (tal como denominado pelos moradores) a história local através de relatos dos/as mais antigos/as.

O enredo é fictício, mas poderia ser real, porque mostrou que a exigência de uma história escrita e documentada feita por parte das autoridades responsáveis pela construção da hidrelétrica, apresentou o quanto a oralidade é desprezada enquanto fonte histórica e o quanto os iletrados ficam à parte da história dominante e das decisões do capital. Prejudica-se, desse modo, a configuração do trajeto da humanidade, em que para vários grupos a palavra falada possui o mesmo valor que hoje tem um documento escrito. A arte de narrar, concomitantemente, perdeu sentido dentro da sociedade burocratizada e dominada pelo valor de troca.

Walter Benjamin (1994), na década de 1930, em *O Narrador*, apresentou como processo de perda das narrativas, destacando sua substituição pelo romance<sup>17</sup>, depois pela informação<sup>18</sup> dentro da sociedade moderna. Para ele, o desaparecimento das grandes narrativas se deu entre fins do século XIX e início do século XX, tanto que ao término da Primeira Guerra Mundial (1918), os combatentes voltaram mudos.

Benjamin afirmou que as narrativas mantêm o elo social, porque transmitem as experiências (do narrador e dos outros), passando de pessoa a pessoa e traz uma dimensão utilitária, um ensinamento moral. Elas têm como característica a repetição, o recontar; elas se perdem quando deixam de ser (re)contadas, quando não há mais ouvinte. Precisa ser sempre retecida pois é uma forma artesanal de comunicação. É diferente de um documento formal, porque “ela mergulha a coisa na vida do narrador para em seguida retirá-la dele” (BENJAMIN, 1994, p. 205). A informação, por outro lado, é uma espécie de eterna presentificação, por só ser válida enquanto novidade; nela o passado é algo desvalorizado (BENJAMIN, 1994).

Assim, a comunicação deixou de servir como meio de troca de experiências, de aconselhamento e/ou transmissão de valores, para se tornar uma mercadoria. O valor de uso da comunicação narrativa foi substituído pela informação que, por ser intrinsecamente ligada ao valor de troca, substituiu a compreensão humana de passado em sua totalidade, por uma condição

---

<sup>17</sup> O primeiro grande romance é *Dom Quixote*. Para Benjamin, neste não há transmissão da menor centelha de sabedoria, tampouco aconselha.

<sup>18</sup> Ao contrário da narrativa, a informação só tem importância quando é nova. Sua disseminação é responsável pelo declínio da narrativa.

mercantil e descartável. As vozes humanas nas grandes cidades, foram cada vez mais substituídas pelos *outdoors*, celulares, mensagens instantâneas etc., reduzindo a comunicação pessoa a pessoa, cara a cara, olho a olho. Os assuntos que guiam os temas e os diálogos contemporâneos são cada vez mais direcionados pelos meios de comunicação de massa, os quais dão a desconexão com o passado, já que seu principal produto é a informação, propositalmente alienante.

Isso nos faz refletir sobre a situação em que o apagamento do passado leva-nos à condição de seres insensíveis, burocráticos, utilitaristas e moldados pelo valor de troca. O ser genérico sem lembrança é um ser frio, sem sentimentos, sem referencial e sem reflexão sobre o sentido da vida. As lembranças são parte das necessidades (*Notwendigkeit*)<sup>19</sup>, pois servem para o ser humano se perceber enquanto particular em relação aos demais seres e assim compreender que o futuro pode ser diferente se se age para que esse se modifique. No entanto, o passado não é individual; é compartilhado pelo grupo e só faz sentido se assim o for<sup>20</sup>.

Em *A Memória Coletiva* (2003), Maurice Halbwachs, trouxe a discussão sobre a memória como um fenômeno coletivo/social, apontando-a como objeto de estudo da Sociologia. Com influência durkheimiana, Halbwachs distinguiu “memória individual” e “memória coletiva”, em que a última era compartilhada entre os membros de um mesmo grupo, enquanto a primeira era parte da personalidade do indivíduo. Entendia que mesmo essa última sendo “individual”, estava subsumida a símbolos e lembranças sociais, porque toda lembrança necessitava de um conjunto de elementos apreendidos socialmente para que fizessem sentido.

O estudo de Halbwachs é bastante significativo, porque apresentou pela primeira vez, em

---

<sup>19</sup> Jesus Ranieri, na Introdução de os Manuscritos Econômico-filosóficos, de Marx (2010b, p. 16, 17) distinguiu carência (*Bedürfnis*) e necessidade (*Notwendigkeit*), que segundo o autor tal distinção foi feita também por Marx. *Bedürfnis* está na condição biológica do ser humano, ou seja, é aquilo que necessitamos para estarmos vivos (comer, beber, dormir etc.); enquanto “[...] *Notwendigkeit* está vinculada à necessidade lógica, oposta à contingência, que aparece como possibilidade efetiva de realização a partir da satisfação histórica das carências”.

<sup>20</sup> O enredo do livro literário *O Doador de Memórias* (2014) destaca o controle que membros conservadores de uma determinada sociedade têm para com a memória, que é tida como um bem muito preciso e é apenas transmitida para uma pessoa (o doador de memória). Todos os demais vivem numa constante amnésia, demonstrando vidas sem cores e sem sentimentos. Quando o aprendiz de doador de memória comenta sobre o “amor” com seus pais, eles disseram que se tratava de um termo ultrapassado e que não mais se falava nele. Viviam na “mesmice” e na “previsibilidade”, onde sequer conseguiam perceber as diferenças de cores. Tal paralelo faz pensar na sociedade moderna com sua amnésia social.

meados dos anos 1920<sup>21</sup>, a reflexão sobre a memória coletiva como algo compartilhado e transmitido entre os membros de um determinado grupo e não a mera capacidade mental de recordar<sup>22</sup>. Além disso, Halbwachs trouxe profundas investigações sociológicas sobre a dimensão social para a construção das lembranças individuais, o que aqui se entende como pertinente para reconstruir a história da classe trabalhadora.

No entanto, François Dosse (1988) afirmou que Halbwachs, por estar preocupado em inserir a memória na discussão da Sociologia durkheimiana, fez uma distinção radical entre o objeto de estudo da Sociologia e o da História. Para Dosse, Halbwachs apontou a memória como algo que se mantinha “viva” na “consciência coletiva”, e só assim seria colocada como objeto de estudo da Sociologia; porém o que não mais estava na consciência, na memória social, aquilo que já foi apagado, seria considerado o objeto de estudo da História. A História seria, portanto, marcada pela temporalidade do relógio e dos calendários, um saber abstrato e dispensável; enquanto a memória seria um saber real porque ainda permanecia na sociedade. Para Halbwachs, a história só começava quando se acabava a tradição.

Para Michael Pollak (1989), Halbwachs também não apontou que a memória coletiva não é neutra, porque ela pode partir de imposição ou dominação, passando por um processo de disputa, em que os grupos dominantes (às vezes também em conflitos internos) buscam inserir na população certas imagens, símbolos e lembranças que procurem manter sua condição de poder, visualizadas nos monumentos, nos feriados oficiais, festas comemorativas, nomes de ruas etc. e/ou propositalmente deixando (devido à especulação imobiliária ou endividamento) grupos conviverem com ruínas que vos assombravam inconscientemente.

Desse modo, Pollak chamou a atenção para o fato de que há diferenças entre a memória coletiva oficial e as lembranças ou silêncios do passado. A memória oficial procura transmitir e/ou construir heróis e imagens convenientes às classes/grupos dominantes, enquanto que o longo silêncio sobre o passado, afastado de conduzir ao esquecimento, está ligado à resistência que uma

---

<sup>21</sup> Em sua primeira obra *Les cadres sociaux de la mémoire*, publicada em 1925, Halbwachs expôs a teoria de que pensamos e rememoramos através de “quadros sociais da memória” e “[...] que as memórias se formam e são renovadas devido a laços de solidariedade entre indivíduos [...]” (SANTOS, 2002, p. 149).

<sup>22</sup> “Embora seja um aspecto amplamente aceito nos estudos atuais de memória, ele foi levantado numa época em que ‘memória’ era considerada basicamente como a capacidade mental de recordar, sendo, portanto, objeto de estudo filósofos, psicólogos e psicanalistas” (Ibidem, p. 148).

sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais. Ao mesmo tempo, esta última transmite cuidadosamente as lembranças dissidentes nas redes familiares e de amizades, esperando a hora da verdade e da redistribuição das cartas políticas e ideológicas.

Nesse meio, citando novamente o filme *Narradores de Javé*, pode-se visualizar como em um momento de perigo<sup>23</sup>, quando a comunidade sabe que pode deixar de existir, (res)surge o interesse por parte dos seus membros em procurar no passado os elos com o presente. Nessa procura, ocorreu o conflito entre os narradores, porque cada um quis apresentar sua versão como a verdadeira, pois na imaginação dos que contavam/narravam a história, as personagens principais estavam sempre vinculadas a algum ascendente seu<sup>24</sup>. Algo também notável foi que em nenhum momento os moradores demonstraram preocupação pelas perdas/danos materiais, mas apenas por deixar de existir e perder seus referenciais simbólicos, tanto que ao fim do filme os javélicos levaram o sino da igreja para algum destino possivelmente ignorado por eles.

Dito isso, o eixo de discussão temática desta tese volta-se sobre a condição da memória dentro da sociedade industrial capitalista, em que os indivíduos se formam socialmente em interesses antagônicos (mesmo que não se percebam), em que a classe trabalhadora incorpora elementos de aceitação e resistência contra a exploração; por outro lado, a classe dominante busca transmitir a si e às demais classes a ideologia conveniente com seus interesses de manter e ampliar seu domínio. A memória de grupo, então, torna-se a memória de classe. Parafraseando Marx e Engels (1977), a memória de cada época é a memória dominante de cada época, por isso aqui procura-se apresentar aquilo que não é dominante, aquilo que pode servir de arma contra o capital: a memória da classe trabalhadora.

Assim sendo, o conhecimento sobre o passado é um instrumento de disputa política e está

---

<sup>23</sup> Este “momento de perigo” é o que Benjamin (1987b) apontou como o momento de urgência para se articular o passado, o que, para Gagnebin (1998), é uma recusa de uma descrição exata de passado, porque a realidade não pode ser vista como acabada e inquestionável. O passado é articulado, não descrito. Desse modo, exclui-se uma história única, porque é preciso conectar a história com o presente do historiador e com as necessidades do momento histórico em que este vive. A cada condição histórica o passado surge com características diferentes.

<sup>24</sup> De acordo com Gilberto Velho (2003, p. 100), nas sociedades moderno-contemporâneas, a ênfase sobre a individualização é sua marca, pois o indivíduo é colocado como “valor básico da cultura” e sua trajetória tem significado primordial: “suas experiências pessoais, seus amores, desejos, sofrimentos, decepções, frustrações, traumas, triunfos etc. são os marcos que indicam o sentido de sua singularidade enquanto indivíduo, que é constantemente enfatizada.

ligado à luta de classes, porque existe uma luta pelo que se “deve” manter vivo e a forma como mantê-lo. Michael Pollak (1992) defendeu que há transferências ou projeções da memória, feitas através de datas comemorativas, monumentos, festas etc. Estas são colocadas entre a dominação e a resistência. Dominação porque oficialmente se estabelece certos marcos que são interessantes à preservação da memória conveniente às classes dominantes. Por outro lado, existe uma resistência, uma não-aceitação destas datas comemorativas: as/os trabalhadoras/es muitas vezes acabam burlando o que não faz sentido para si, seja criando outras datas, seja reinventando mecanismos diferentes de comemoração dentro deste sistema etc.

Por isso, para se articular o passado que traga à tona a reconstrução da classe trabalhadora é necessário escavar nas lembranças dos derrotados, porque devido à condição de impedimento ou de dificuldades para apresentar sua “versão” da história, a função do historiador marxista deve ser a de retomar o passado através da voz dos silenciados. Criar meios inclusive de (re)encontrar no silêncio reprimido a condição de resistência dos/as construtores/as reais da história, que acabam sendo explorados/as tanto pela extração da mais-valia, como pela destruição do passado e da memória de sua classe social.

O passado silenciado<sup>25</sup> é aqui o objeto de estudo, porque esse passado, ainda presente na memória, mas contraditoriamente nela oprimida, é um elemento importante como instrumento revolucionário, na medida em que traz ao presente aquilo que se omite no senso comum. A história concreta está no passado dos excluídos da história. A memória e o passado que as classes dominantes procuram esmagar estão contidos no seio da classe trabalhadora. Sua memória permite-nos encontrar faíscas para transformar o futuro, porque contribui para a consciência de classe. Segundo Benjamin (1987b), na tese II, “o passado leva consigo um índice secreto pelo qual ele é remetido à redenção<sup>26</sup>”.

---

<sup>25</sup> “O longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais. Ao mesmo tempo, ela tenta transmitir cuidadosamente as lembranças dissidentes nas redes familiares e de amigos, esperando a hora da verdade e da redistribuição das cartas políticas e ideológicas” (POLLAK, 1989, p. 5).

<sup>26</sup> Michael Lowy (2005, p. 51, grifo original), destacou que ao trazer uma categoria messiânica para o materialismo histórico (a redenção), Benjamin não a captura em seu sentido conservador, mas enquanto dispositivo revolucionário. A redenção benjaminiana é entendida como “reparação – em hebraico *tikkun* – do sofrimento, da desolação das gerações vencidas, e a realização dos objetivos pelos quais lutaram e não conseguiram alcançar”.

Apresentadas as discussões teóricas sobre a memória e a luta de classes, vejamos o processo de construção do objeto de pesquisa através da relação do sujeito do conhecimento para com o processo histórico em que está inserido, pois as bases para a construção deste trabalho partem de necessidades de reconstrução de memória em um contexto em que se tornam evidentes o apagamento da memória operária em Fernão Velho.

## 2 OS FIOS QUE LIGAM A MEMÓRIA: (DES) CAMINHOS PARA A CONSTRUÇÃO DA PESQUISA

### 2.1 CADERNO DE CAMPO OU A CONSTRUÇÃO DO OBJETO E DO SUJEITO-OBJETO

O primeiro fato apontado nesta subseção diz respeito à condição do sujeito da pesquisa, que é membro do grupo por ele estudado. Foi a partir dessa experiência que surgiram questões, motivações e inquietações necessárias para a realização do projeto e permearam o processo da pesquisa e da escrita<sup>27</sup>. Faz-se, desde já, uma quebra sobre o clássico “endeusamento teórico”, vigente entre positivistas e correntes estruturalistas, porque se propõe aqui a inserção da experiência como meio unificador das ações da classe trabalhadora, na medida em que se pode explorar, reformular e até mesmo criar novos métodos, acrescentando interseções entre a cultura popular<sup>28</sup> (comumente relegada) e o método materialista histórico (THOMPSON, 2009). A teoria e a vida prática devem estar conectadas. Uma não pode sobrepor-se à outra.

Assim, segue-se a metodologia qualitativa em profundidade, orientada pela prática, pois ao invés de apenas apontar caminhos e instrumentos utilizados, realiza-se uma análise histórico-dialético-prática, no sentido benjaminiano, pois a razão (para que seja eficaz) deve ser questionadora e auto questionadora em regime integral (KONDER, 1999), dialogando com a totalidade, “pois é somente nessa relação que se revela a consciência que os homens têm de sua existência, em todas as suas determinações essenciais” (LUKÁCS, 2003, p. 140).

Segundo Florestan Fernandes (1971), a condição de pesquisador-membro oferece a vantagem de estar inserido em um ambiente de pesquisa em que sua presença não se torna inibidora ou constrangedora (para si e para os outros), já que isto faz parte da rotina local. Além disso, essa proximidade gera uma confiança mútua durante o processo de investigação.

No entanto, aponta-se aqui o perigo de subjetivismo na pesquisa, riscos que foram

---

<sup>27</sup> A identidade do sujeito da pesquisa é articulada com sua memória na construção do Projeto, pois “[...] toda a noção de projeto está indissolavelmente imbricada à ideia de indivíduo-sujeito. [...] é indivíduo-sujeito aquele que faz projetos” (VELHO, 2003, p. 101).

<sup>28</sup> “A noção de cultura popular remete à dicotomia elites e classes e/ou camadas populares. Essa visão dualista distingue dois níveis de cultura dentro de uma sociedade, relacionados não só à desigualdade econômica e política como, de um modo geral, a visões de mundo e experiências sociais peculiares. [...] Na *tradição marxista*, quando se distingue, por exemplo, classe trabalhadora dentro do universo maior e mais heterogêneo das camadas e/ou classes populares, está havendo uma opção por *valorizar a importância da estrutura de classes na sociedade capitalista*, sublinhando os seus conflitos constitutivos básicos” (Ibidem, p. 64, 64, grifos meus).

detectados na qualificação desta tese. A auto avaliação e vigilância, as observações sobre sugestões externas e o embasamento teórico-conceitual devem sempre ser levados em consideração para que o trabalho científico não corra o risco de se tornar uma obra de arte ou uma descrição do cotidiano.

Assim, as pesquisas de campo realizadas após a entrada no doutorado<sup>29</sup> ocorreram pela primeira vez entre dezembro de 2013 e janeiro de 2014, quando o pesquisador passou um mês em Fernão Velho e realizou algumas entrevistas<sup>30</sup>, iniciando com seu pai e sua mãe, em sua própria residência, a fim de compreender melhor a construção de sua subjetividade, bem como conhecer algumas transformações e permanências ocorridas a partir de meados da década de 1970 em diante (período que seus pais mudaram-se do interior de Alagoas), tendo em vista a relação de seu pai (Fábio Assis de Farias) para com o local, pois este foi presidente sindical nos 1990.

Em seguida, houve a realização de entrevistas entre dezembro de 2014 e janeiro de 2015, sendo algumas dessas compartilhadas com o colega e pesquisador Marcelo Góes Tavares, que recentemente concluiu o doutorado em História pela Universidade Federal de Pernambuco, o qual estuda também sobre o operariado de Fernão Velho<sup>31</sup>.

Além da pesquisa e consulta sobre o material escrito (documentação da fábrica, jornais, panfletos, livro de atas, músicas, poesias, fotografias etc.) e do embasamento teórico-prático, o passado do operariado de Fernão Velho foi reconstruído com base no registro da oralidade com trabalhadores acima de 70 anos de idade, realizado pelo pesquisador, além das extraídas do registro Trama da Memória Tessitura do Tempo (2007) e de entrevistas contidas filme Memória da Vida e do Trabalho (1986) e ABC: memórias de uma vila (2009).

A opção pela idade dos/as entrevistados/as visou capturar as experiências fabris dos que

---

<sup>29</sup> Algumas entrevistas foram realizadas pelo pesquisador desde o período de elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso em História-Licenciatura (UFAL), entre 2007 e 2008 e outras para a dissertação de mestrado em Sociologia, entre 2009 e 2011. Três dessas entrevistas encontram-se neste trabalho.

<sup>30</sup> Além das entrevistas realizadas pelo pesquisador que aqui escreve, há trechos de falas extraídas do filme Memória da Vida e do Trabalho (1986) e mais três entrevistas escolhidas dentre as dez de Trama da Memória, Tessitura do Tempo (2007). Nestas últimas aparecem os nomes reais dos/as entrevistados/as (Maria de Lourdes, Maria José (Dona Zezinha) e Manuel Lourenço), pois as mesmas estão apresentadas ao público em formato de DVD. As entrevistas realizadas pelo pesquisador aparecem com classificação em forma de letras (Operária A, B, C), pois foi entendido como para preservar a integridade das/os depoentes.

<sup>31</sup> TAVARES, 2016.



viveram o apogeu econômico-social-cultural do operariado têxtil de Fernão Velho (Maceió-AL), entre as décadas de 1940 e 1960, e que sofreu um gradual processo de desenraizamento operário (WEIL, 1996) a partir das décadas de 1980/90. As suas experiências contaram não só o apogeu fabril, mas a percepção sobre o processo de desmonte fabril, que se intensificou com o definitivo fechamento da fábrica em janeiro de 2010, ou seja, trouxe o conhecimento do agora, do ontem e do processo de desmonte fabril.

Entretanto, é importante frisar que o indivíduo não é o centro de análise, mas o seu pertencimento à unidade socialmente estabelecida, porque as trajetórias pessoais são importantes enquanto significadoras de um passado social<sup>32</sup>. Suas lembranças são relevantes à reconstrução da classe operária, já que “a consistência do projeto depende, fundamentalmente, da memória que fornece os indicadores básicos de um passado que produziu as circunstâncias do presente, sem a consciência das quais seria possível ter ou elaborar projetos” (VELHO, 2003, p. 101).

Dentro da escolha dos depoentes, buscou-se um equilíbrio quantitativo entre homens e mulheres a fim de se compreender as implicações de classe e gênero na organização social do operariado, em que se pôde observar que a divisão sexual do trabalho foi/é instrumento central de dominação-exploração (SAFFIOTI, 1987; 1979), e as relações sociais acabam estabelecendo uma naturalização sobre categorias de ordem social a fim de conservar e ampliar o controle.

Essa opção por inserir o depoimento de homens e mulheres e de perceber as tramas das contradições entre gênero e classe social, ocorreu por uma preocupação em não se elencar essas categorias em seu sentido abstrato, como se fossem um todo estruturado. Buscou-se evitar cair na redundância de separar a “história das mulheres”, por exemplo, da histórica política, econômica e social, pois o propósito esteve em entrelaçar classe, gênero e raça/etnia, entendendo-os enquanto categorias sociais, cambiantes em tempo e espaços (SCOTT, 1995).

Embora não seja um estudo feminista, a categoria gênero surgiu neste trabalho como instrumento de análise das relações de poder culturalmente estabelecidas através de códigos, símbolos, o que implica em uma desnaturalização da identidade subjetiva dos sujeitos históricos

---

<sup>32</sup> “Para evocar seu próprio passado, em geral a pessoa precisa recorrer às lembranças de outras, e se transporta a pontos de referência que existem fora de si, determinadas pela sociedade. Mais do que isso, o funcionamento da memória individual não é possível sem esses instrumentos que são as palavras e as ideias, que o indivíduo não emprestou, mas toma emprestado de seu ambiente” (HALBWACHS, 2003, p. 72).

(SCOTT, 1995).

É importante destacar que a escolha das/os entrevistadas/os não esteve direcionada somente aos “operários avançados” ou “operários típicos”, os quais “[...] exprimem, de modo mais desenvolvido e mais rico, as possibilidades da consciência de classe” (FREDERICO, 1979, p. 20). Também não se fez escolha aleatória (através de sorteio), mas buscando os/as operários/as que não necessariamente estavam envolvidos/as com movimento operário ou sindical ou membros de partidos políticos. Pelo fato de serem escassos/as, a seleção se deu pelos/as de idade mais avançadas.

Embora não se negligencie o movimento operário, essa escolha ocorreu também para evitar uma tendência nos estudos operários de

[...] identificar ‘classes operárias’ com ‘movimento operário’, ou mesmo com organizações, ideologias ou partidos específicos”, [o que encaminha a negligenciar] [...] a história das próprias classes trabalhadoras, na medida em que estas não puderam ser subsumidas à das organizações, o mesmo acontecendo com relação às bases, enquanto distinta de seus líderes (HOBSBAWM, 2015, p. 15).

Acrescenta-se aqui que prender a história aos seus movimentos e organizações, no caso de Fernão Velho, significaria excluir as mulheres, porque estas não participaram como lideranças sindicais, por exemplo, já que todos os presidentes desta entidade foram homens. As mulheres participaram sim de greves e reuniões sindicais, mas essas informações pouco apareceram na oficialidade dos registros escritos<sup>33</sup>. Por isso, mais uma vez da importância do registro oral.

Entretanto, houve três exceções: o primeiro foi o operário Veríssimo Ferreira, que foi regente da orquestra e da banda de música de Fernão Velho e também presidente do sindicato entre os anos 1970. É um dos operários de maior representação na memória local, pelo forte envolvimento com a comunidade, pois nos blocos carnavalescos ainda hoje é comum pararem em

---

<sup>33</sup> Dentro dessa elaboração teórico-metodológica, é possível que haja incongruências ainda não percebidas pelo pesquisador na construção e exposição dos resultados da pesquisa, porque pelo fato de este ser filho de presidente sindical local, pode haver lacunas e/ou possíveis aproximações não realizadas por operários, porque tanto a exposição dos depoentes, como a análise, mesmo sendo construídas “de dentro” da experiência da classe, dentro desta última há heterogeneidades nem sempre captadas pelo pesquisador e que, talvez após certo distanciamento temporal, estas prováveis incongruências possam surgir. Por isso a importância da constante reflexão sobre o próprio estudo e visão de mundo.

frente à sua residência<sup>34</sup> (mesmo este já sendo falecido) e prestar homenagem à sua pessoa. Há também uma composição sua que é cantada pelos corais de músicas da igreja católica de Fernão Velho, denominada “São José, o carpinteiro de Nazaré”, em homenagem ao padroeiro local.

Outra exceção foi o operário Sílvio Lira. Militante do Partido Comunista Brasileiro, que trouxe em sua história de vida vários pontos que merecem destaque, pois desde os anos 1950 nota-se sua ativa participação em Atas da reunião do Sindicato dos Trabalhadores Têxteis de Fernão Velho, além de ser um dos redatores do jornal oficial do PCB/AL, *A Voz do Povo*<sup>35</sup>. Em meados dos anos 1950 foi demitido da fábrica por armação da própria gerência<sup>36</sup>. Residiu em Maceió por algum tempo, mas a partir do Golpe de 1964 entrou na clandestinidade, vivendo em diferentes cidades, sendo preso nos anos 1970, em São Paulo. O registro de sua história foi feito a partir do relato de sua companheira (registrado por sua neta, Maria Helena Lira, professora do Departamento de Educação da UFRPE) e a de um filho seu, Paulo Lira, também militante do partido e preso político pela ditadura civil-militar brasileira nos anos 1970.

A última está no pai do pesquisador, pois foi presidente do Sindicato de Fernão Velho e tem importante atuação ainda na comunidade. Do mesmo modo que Paulo Lira, não está incluído dentre os operários entrevistados, tal como exposto nos anexos. Não foi feito seu *portrait*, porque priorizou-se aqui pelas experiências das/os que trabalharam na fábrica nos anos 1950. Mas, suas experiências aparecerão em vários momentos do trabalho, onde estarão sinalizadas.

No mais, as escolhas foram feitas através da “experiência acumulada pelo próprio investigador”, que buscou cautela “[...] na seleção dos casos individuais ou do rigor com que aproveitar os resultados da análise” (FERNANDES, 1971, p. 256). As indicações colhidas entre os/as entrevistados/as foram importantes para a ampliação da rede de entrevistados/as.

---

<sup>34</sup> Na ocasião dos blocos carnavalescos em Fernão Velho, é comum a realização desta espécie de “rito” em que o bloco para em frente à casa dos participantes da orquestra dos operários. Além de Veríssimo Ferreira, costuma-se fazer reverência ao operário Zenon e Silval (este último ainda vivo).

<sup>35</sup> Jornal oficial do PCB-AL, circulou entre 1946-1964, com um lapso entre 1948 e 1951, ligado ao fato de o PCB ter sido posto na ilegalidade e de seus parlamentares terem seus mandados cassados. O periódico chegava ao público aos domingos e sempre passou por dificuldades financeiras, além de ter sofrido vários empastelamentos, invasões pela polícia, com máquinas destruídas e trabalhadores encarcerados. Entre 1956 e 1957, no governo de Muniz Falcão o periódico não sofreu perseguições, tanto que a maior parte do que pôde ser encontrados foram publicados nesse período (MOURA, 2014).

<sup>36</sup> A versão sobre sua demissão foi apresentada pelo Operário D e pelo filho e pela companheira de Sílvio Lira.

As entrevistas seguiram um roteiro semiestruturado, que inclusive guia as divisões desta tese: 1) origem social do/a depoente: local de proveniência de seus familiares, ano de nascimento, profissão dos pais e o processo de inserção (proletarização) em Fernão Velho; 2) lembranças da infância: com a apresentação de características e condições sociais entre os anos 1930 e 1940, além da perspectiva da criança sobre o contexto histórico em que vivia; 3) a vida de operário: setor(es) em que trabalhou, condições de trabalho, salário, greves, movimentação operária, acidentes de trabalho, conflitos, sindicato, atuação política e condições para a aposentadoria; 4) a vida fora da fábrica: festas, lazer, casa, cultura popular e esporte; 5) considerações entre o passado e o presente: o que pensa sobre as condições de vida de sua geração e das gerações ativas do presente.

Em julho de 2015, o pesquisador continuou a pesquisa em Maceió, intensificando-se as investigações no Arquivo Público de Alagoas, no Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas e na hemeroteca da Biblioteca Estadual de Alagoas. Dentre os acervos pesquisados, a maior parte foi encontrada no Arquivo Público, onde havia uma maior organização de jornais e demais documentações.

Dentre os jornais pesquisados, destacam-se o *Jornal de Alagoas*<sup>37</sup>, *Gazeta de Alagoas*<sup>38</sup> e *Diário de Alagoas*<sup>39</sup>, entre os anos de 1951 e 1962. Nesta pesquisa houve a colaboração de dois amigos (Adriano e Leandro). Nesse meio foi encontrado no Arquivo Público um documento sem assinatura e sem identificação de origem ou data, com relatos sobre o Golpe de 1964 na capital Maceió, com informações muito preciosas à história de Alagoas e também para esta pesquisa.

Em todas as etapas de pesquisa de campo, o caderno de anotações acompanhou o pesquisador, com o intuito de registrar as observações a respeito de suas percepções quanto às

---

<sup>37</sup> Fundado em 1908, por Luiz Silveira. Na década de 1950 foi o jornal de maior circulação em Alagoas, sendo o que mais se dedicava a notícias nacionais. Era partidário do PSD (Partido Social Democrata) (MOURA, 2014).

<sup>38</sup> Fundado em 1934, também por Luiz Silveira. Com o fim do Estado Novo (1937-1945), o jornal estabeleceu relações estreitas com a oligarquia Góis Monteiro, apoiando o governo estadual de Silvestre Péricles (1947-1951). Fez campanha para diversos candidatos trabalhistas, inclusive para Muniz Falcão, como deputado federal pelo PTB. Em 1952, o jornal foi comprado por Arnon de Mello, quando Silvestre Péricles e Muniz Falcão foram alvos constantes deste periódico (Ibidem).

<sup>39</sup> Atualmente só se conhece a partir do segundo semestre 1957, mas supõe-se que o jornal seja de 1952, porque em 1957 aparece o Ano V. Seu diretor foram o deputado estadual Abrahão Fidélis Moura e o jornalista Djalma Muniz Falcão (irmão do governador). No jornal era comum elogios a Muniz Falcão e seus aliados (Ibidem).

mudanças (físicas e imateriais) em cada etapa das visitas a Fernão Velho, destacando hábitos, conversas informais, reutilizações ou ressignificações de certos espaços sociais, as características e interseções entre os/as entrevistados/as. Também no caderno de campo, houve a preocupação em apontar as dificuldades e avanços encontrados ao longo do processo de pesquisa.

Um ponto que merece destaque na pesquisa de campo, condiz com o esperado<sup>40</sup> desinteresse dos proprietários da Fábrica Carmen quanto à preservação da memória têxtil da Fábrica Carmen, pois após várias insistências, pôde-se ter apenas um contato pessoal com um representante do grupo Othon (proprietário do espaço correspondente à fábrica), porém foram criadas diversas implicações quanto à pesquisa ao acervo histórico da fábrica. Relutamos (o pesquisador desta tese, junto a seu pai e Marcelo Góes) para adentrar no antigo escritório da fábrica a fim de se conseguir materiais como fotografias, atas de reuniões e/ou documentos de importância histórica, mas a resposta foi sempre negativa. Nada de concreto se pôde ter acesso: apenas uma ata contábil do final do século XIX, nas mãos deste representante<sup>41</sup>.

As condições acima reforçam a hipótese de que a memória pode ser elemento importante para a luta de classes: a classe dominante busca negligenciar o passado dos dominados. O apagamento da memória operária e/ou a de qualquer outro grupo ou subgrupo de trabalhadores/as é comum por parte das classes econômica e politicamente dominantes, tanto que alguns institutos responsáveis pela conservação de bens materiais e imateriais em boa parte costumam selecionar aspectos da “história nacional” e/ou local que apenas exaltem uma perspectiva que omita a luta de classes e a resistência dos grupos oprimidos.

Embora a discussão deste trabalho não parta para o âmbito do patrimônio histórico, é importante entender que a “história oficial” perpassa pela construção de uma memória, em que os patrimônios eleitos como relevantes à história, deixam claro que a escolha pelo que se preservar e os usos dessa preservação estão relacionados por interesses turísticos e/ou de exaltação do passado de determinadas famílias. É comum em algumas análises a esse respeito, a falta de

---

<sup>40</sup> Esperado tendo em vista sua condição de capitalista e, portanto, tendo a recuperação da memória operária como percalço para sua classe.

<sup>41</sup> Em fins de janeiro de 2017, a Fábrica Carmen foi ocupada por moradores locais e pelo Movimento Via do Trabalho e a informação que se obteve é que há no antigo escritório uma grande quantidade de documentações, que estão sendo preservadas, mas não acessadas pelos ocupantes. A distância em que se encontrava o pesquisador (morando em Marília-SP) impossibilitou o acesso a esta documentação.

consistência sobre a totalidade histórica em que a memória e o passado se constituem. Em casos extremos, a preservação pode não passar de um mero exotismo.

Assim, durante a ida a Maceió no mês de julho de 2015, o pesquisador procurou informações no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) de Alagoas, a fim de conhecer as condições de Fernão Velho quanto à institucionalidade representante pela preservação patrimonial. Lá foi possível ter acesso ao Processo de Tombamento da Vila Operária de Fernão Velho e da Vila Operária da Pedra (esta última situada em Delmiro Gouveia, sertão de Alagoas), em tramitação desde 1983 e, por coincidência, as arquitetas responsáveis locais precisavam retornar de imediato a resposta a Brasília de aceite ou negação do tombamento.

Dias após, uma das representantes do IPHAN, visitou Fernão Velho junto ao pesquisador. A conclusão provisória da arquiteta responsável foi que seria conveniente alguns prédios passarem pelo tombamento, porém não todo o bairro, tendo em vista as várias modificações já operadas. No momento da visita a Fernão Velho, acompanhados do carro do IPHAN, notou-se incômodo dos vigias da fábrica, tanto que em vários momentos estiveram nos observando de longe, quando percorremos e registramos com fotografias e anotações os arredores do prédio da fábrica.

Também em julho de 2015, o pesquisador procurou possíveis registros fílmicos, fotográficos e/ou sonoros no Museu da Imagem e do Som de Alagoas (MISA), situado no bairro de Jaraguá (Maceió). Porém, lá não havia registros sobre Fernão Velho, o que é preocupante, devido à importância artística, cultural e econômica desta região para o Estado, tal como veremos ao longo desta tese. O pesquisador encaminhou alguns registros fotográficos para MISA para pesquisas posteriores.

Dito isso, este estudo dialoga entre um passado particular que se reincorpora à oralidade e simbologias do operariado. Esse processo é fruto de uma dimensão infinitamente mais ampla: a totalidade histórica. Por isso, enquanto membro do grupo e da geração que sofre na pele o desenraizamento operário, propõe-se reconstruir a memória operária como contribuição à superação do modo de produção capitalista, utilizando uma análise dialética entre a materialidade e a “espiritualidade” da classe trabalhadora, as quais constituem a sua concreticidade histórica.

Após apresentadas as condições da pesquisa, é importante que conheçamos os pontos de

partida para a sua realização, pois a reconstrução da memória se faz ligada a partir de necessidades específicas de determinadas condições históricas e sociais.

## 2.2 OS PONTOS DE PARTIDA PARA A RECONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA OPERÁRIA DE FERNÃO VELHO

A reconstrução da memória se realiza a partir de determinado ponto. Pode-se comparar a escrita sobre o passado com o ato de lançar âncora ao mar devido as aflições do presente. O ancorar significa parar por um tempo, observar o mar, ver o que se passou para então apontar para o futuro. Parar o barco tem a ver com os desejos e as necessidades dos viventes. A vista do passado e do futuro se faz dentro da perspectiva oferecida pela experiência do navegador e de seus tripulantes; também pelas condições estruturais de seu barco, tais como seu tamanho, altura, potência, além de água e alimentos disponíveis. Os rumos dependem em larga escala dessas condições, mas também do objetivo dos que navegam<sup>42</sup>.

A metáfora apontada no parágrafo acima, segue as premissas da Tese VI, de Walter Benjamin, posta dentre suas Teses sobre o Conceito de História, escrita em 1940. Benjamin propôs “articular o passado historicamente”, que

significa apoderar-se de uma lembrança tal como ela lampeja num instante de perigo. Importa ao materialismo histórico capturar uma imagem do passado como ela inesperadamente se coloca para o sujeito histórico no instante de perigo. O perigo ameaça tanto o conteúdo dado da tradição quanto os seus destinatários. Para ambos o perigo é único e o mesmo: deixar transformar em instrumento da classe dominante. Em cada época é preciso tentar arrancar a transmissão da tradição ao conformismo que está na iminência de subjugar-la.[...]

Assim, a percepção de que há no presente um aumento da amnésia social-operária *versus* a luta pelo mantimento da identidade de classe em Fernão Velho (assim como em várias regiões do mundo) é o que move este barco, porque a compreensão desse embate chega de forma

---

<sup>42</sup> A analogia com a navegação pode parecer equivocada por se tratar de um estudo sobre operariado têxtil. No entanto, a relação se deu primeiro porque a água é um elemento central para a constituição da identidade social alagoana, tendo-se em vista que o nome do Estado se está relacionado à abundância de lagoas. Segundo: a Fábrica Carmen de Fernão Velho está localizada nas margens da lagoa Mundaú e boa parte do operariado também pescava e ainda pesca para complementar sua subsistência. E, por último, o pai e avô do pesquisador exerceram a atividade da pesca.

nebulosa devido as ideologias e a alienação que ofuscam a realidade. Procura-se, por fim, abrigar-se num solo firme em que se possa compreender com profundidade esse entrechoque, com intuito de fazer pontes para um futuro humanizado.

Porém, essa ponte não é útil apenas ao operariado de Fernão Velho, pois esse é apenas o porto seguro possível para tentar compreender uma problemática que envolve praticamente toda a sociedade de classes do mundo globalizado.

Dito isso, adentremos em nosso barco, o mundo fabril de Fernão Velho, a partir da experiência de um filho de operários e morador do lugar. O pesquisador<sup>43</sup> (ou navegador), nascido na metade da década de 1980<sup>44</sup>, passou a observar as mudanças ocorridas desde o primeiro e breve fechamento da fábrica, em 1990; seu segundo fechamento, ainda mais impactante, que ocorreu em 1996; sua reabertura em agosto de 1997; e seu processo de declínio total em janeiro de 2010, quando a Fábrica Carmen parou definitivamente seu funcionamento. O apito deixou de soar e o barulho das máquinas por fim silenciaram.

Cada um desses momentos representou uma específica forma de angústia e de luta do operariado, devido à dependência salarial dos/as empregados/as, das lembranças dos momentos de prosperidade pelos mais antigos e da inocência das crianças que viram a situação sem compreender a sua complexidade, mas que sentirão na pele seus impactos anos depois. Essas três gerações compõem os vivos (ou sobreviventes) das transformações do grande capital internacional sobre Fernão Velho, que impactou suas vidas materiais e imateriais.

O desmonte da Fábrica Carmen, bem como das diversas indústrias têxteis tradicionais brasileiras, está concatenado com as metamorfoses no mundo do trabalho, em que o modelo fordista de produção perdeu força e foi sendo substituído pela acumulação flexível, processo que

---

<sup>43</sup> Seus pais são originários do interior de Alagoas: São Miguel dos Campos (mãe) e Jequiá da Praia (pai), e chegaram em Fernão Velho por volta dos 15 anos de idade, no início da década de 1970, ou seja, no último grande período de fluxo migratório de famílias para a vila operária. Ambos se tornaram operários, sendo a mãe tecelã e o pai mecânico, onde este último foi presidente sindical operário na década de 1990 e início dos anos 2.000. Ambos vivem ainda hoje no local.

<sup>44</sup> Entre as décadas de 1970 e 1980, começou a se perceber um gradual declínio do emprego fabril em Fernão Velho. Segundo o Operário I, em 1982, começaram as dificuldades das fábricas têxteis do Brasil e os proprietários da Fábrica Carmen (enquanto determinação do grupo Othon) já estavam, naquele período, tentando vender a fábrica como primeira opção para sair da crise. Porém, os poucos interessados que apareceram para comprá-la desistiram porque a estrutura física do prédio e seus arredores (morro de mata Atlântica) não eram interessantes para instalar modernos empreendimentos.



ocorreu principalmente a partir de meados da década de 1970 (HARVEY, 2012).

Isso corresponde a uma conjuntura marcada pelo predomínio do capital globalizado, que passou a controlar a quase totalidade do mundo, através do predomínio do capital financeiro (fictício) e da intensificação da precarização do proletariado, a tal ponto que surgiram teorias que acreditavam que a partir de então a classe trabalhadora se extinguiu. No entanto, essa interpretação que afirmou “o fim das classes sociais” já vem sendo rebatida há algumas décadas principalmente por pensadores marxistas, estudiosos da classe trabalhadora<sup>45</sup>.

Junto a isso, houve o avanço neoliberal em que o imperialismo enfraqueceu o desenvolvimento industrial e tecnológico dos países subalternos, acompanhando a lógica de desigualdade regional, em que as burguesias dos países periféricos, possuidoras das formas de sociabilização, opressão e cooptação, enfraqueceram a industrialização da periferia a fim de breca a concorrência.

Nessa trama, entrou o gradual abandono industrial para com o núcleo fabril de Fernão Velho e o desleixo da administração pública pela Prefeitura de Maceió, que é inclusive ainda uma afirmação muito sustentada pela oralidade local. Segundo várias falas, a fábrica provinha “de tudo” em Fernão Velho no seu momento de prosperidade, numa condição patriarcal, a tal ponto que todas as questões referentes aos espaços públicos e privados precisavam estar sob o domínio fabril e a administração pública pouco intervinha. Com o abandono dos industriais, a desarticulação operária e o fato de os setores públicos ou privados não se interessarem pela localidade, a mesma entrou em situação de abandono, em que o maior prejudicado foi e é o operariado. Este passou a se ver impotente frente à crise que o englobou.

A fábrica de Fernão Velho estava em exercício no momento em que as demais indústrias de seu modelo em Alagoas (e em boa parte do país) já haviam fechado as portas, tanto que até quando estava funcionando (janeiro de 2010) era a fábrica mais antiga em funcionamento no Brasil. Com isso, pode-se imaginar a maior condição de exploração em que estava inserido o escasso operariado, já que a extração de mais-valia exigia maior intensificação da jornada de trabalho, por conta da pouca modernização do maquinário, do crescimento do desemprego e da

---

<sup>45</sup> Essa crítica pode ser encontrada no Brasil através da obra ANTUNES, 1995. Também em HARVEY, 2012 ou EVANGELISTA, 2002, dentre outros estudos.

condição de concorrência frente ao mercado competitivo, em que não era mais cabível a mercadoria tradicional têxtil. Além disso, a articulação para o movimento operário passou a estar atravancada pelo relativo isolamento em relação ao operariado alagoano, brasileiro e internacional, num contexto de reestruturação produtiva.

Aos poucos, as contradições do passado e do presente recaem sobre os ombros e as cabeças do operariado de Fernão Velho. A destruição de prédios, monumentos, festividades, blocos carnavalescos, espaços de diversão e a própria identidade de classe dos membros da localidade foi se esvaindo como água entre os dedos das mãos. Embora as gerações mais antigas já apontassem o início desse desmonte desde os anos 1970/80, a visão de nosso barco se deu com mais veemência a partir de 1996 e 1997, porque foi dentro dessa experiência que se procurou reconstruir essa memória, ou seja, trata-se aqui do “instante de perigo” para o sujeito histórico.

Pode-se aqui pensar na percepção geracional e a ocupação social do sujeito da pesquisa como ponto de partida para a reconstrução da memória fabril, pois levando em consideração que não há neutralidade na construção do conhecimento, “cada classe considera e interpreta o passado e o presente, as relações de produção e as instituições políticas, os conflitos socioeconômicos e as crises culturais *em função da sua experiência*, de sua vivência, de sua situação social, de seus interesses, aspirações, temores e desejos” (LOWY, 1987, p. 194, grifos meus). Por isso, o pesquisador que aqui escreve precisa estar num processo dialético de percepção de seu ponto de partida para a construção histórica, reconstruindo o passado e se autoconstruindo.

Além disso, foi a partir dos impactos mais recentes que as condições ficaram ainda mais gritantes. A avalanche da denominada “pós-modernidade” se acentuou à medida que o grande capital passou a avançar ainda mais nas periferias e as contradições se acentuaram.

Assim sendo, a partir de 1997, a fábrica, embora funcionando, deixou de se preocupar definitivamente com o núcleo fabril, já que a maior parte de sua propriedade já estava vendida, seja para pagamento em forma de indenização ou para sanar/quitar dívidas. As cercas passaram a fazer parte dos espaços que dividiam a fábrica e o núcleo fabril; os muros foram dividindo os espaços públicos, tais como a Sede (quadra de esporte e espaço para bailes) e a estação ferroviária. O operariado, que em seu período próspero, chegou a estar em cerca de 5.000, não estava além de 400. Ao longo dos anos esse número reduzia ainda mais com as demissões.

Figura 1 – Parte da cerca que divide a Fábrica Carmen com a vila operária.



Fonte: Acervo pessoal.  
 Autoria: Daniella Acioly, jan. 2016.

Junto a isso, houve o êxodo de famílias operárias à procura de trabalho em outras regiões. Iniciou-se a ocupação de terrenos insalubres<sup>46</sup> (favelização) por grupos que não tinham ligação social com o operariado local. Em paralelo, Fernão Velho deixou de ser distrito fabril para se tornar definitivamente bairro de Maceió, em 1998, através da lei municipal 4.687/98, o que oficialmente o colocou sob a gestão administrativa da Prefeitura Municipal de Maceió, embora essa já fizesse intervenções sobre seus espaços públicos ao menos desde a década de 1970.

Assim, os embates entre o Poder Público e a administração fabril em Fernão Velho já eram vistos desde a década de 1980. Através da fala do operário Hermínio Cardoso, vereador de Maceió entre os anos 1980 e 1990, percebeu-se essa preocupação. Em depoimento ao filme *Memória da Vida e do Trabalho*, em 1984, o operário disse que:

---

<sup>46</sup> São os moradores denominados como os da “beira da lagoa”, que passaram a construir casas e barracos sob o aterramento da lagoa Mundaú, por trás da Rua da Praia. Há também um povoamento após a região da Goiabeira, que se denomina “Feijão Puro”, o qual destaca-se por um rápido processo de favelização e de centro do tráfico de drogas. Outros espaços, mais afastados da região central de Fernão Velho também se formaram, com características similares ao “Feijão Puro”, localizados na Vila ABC e na antiga Granja ou Loteamento.

Há cerca de quinze a vinte anos passados, tudo em Fernão Velho era feito pela fábrica. No entanto, a fábrica fornecia aqui lazer... tudo finalmente era por conta da fábrica. Então os poderes públicos, nada fariam aqui porque era cidade privada e realmente a fábrica fazia tudo. Há cerca de quinze anos, vinte para cá, a fábrica deixou de fazer as coisas na cidade e hoje vive num completo abandono: pela fábrica que não faz e pelos poderes públicos dizendo que é privado. É isso o que nós vivemos, uma cidade suja, entregue às baratas, como se diz, e nada até hoje se fez dentro de Fernão Velho através do Poder Público (MEMÓRIA..., 1986).

Com isso, na segunda metade da década de 1960, um dos primeiros efeitos para o operariado foi a perda de alvo para reivindicação de direitos quanto às responsabilidades públicas sobre saneamento, atendimento médico, escola, limpeza, transporte, fornecimento de água e demais recursos, pois como a fábrica por quase um século se incumbiu dessas tarefas e deixou de fazer. O Poder Público (no qual o operariado também pagava impostos) se absteve (e muitas vezes ainda se abstém) de tais compromissos. Os freios da mobilização operária ficaram ligados também ao aumento da repressão oficializada pelo governo civil-militar, iniciado em 1964.

Os embates referentes à desmobilização operária para exigir ações do setor público se mantêm em Fernão Velho. Pode-se exemplificar através do abastecimento de água para o bairro. A localidade possui três açudes, que supririam tranquilamente toda a população. No entanto, a falta d'água é corriqueira, pois há pouca organização interna para resolver a questão. Parte dos açudes estão dentro da propriedade da fábrica e seus proprietários se abstém de fornecê-la à comunidade e, enquanto isso, significativa parte da população permanece passiva frente à resolução desse simples problema. Lança-se aqui a hipótese de que os “fantasmas” patrimonialistas e patriarcais do Othon ainda assombram a localidade.

Voltando ao período anterior, a reabertura da fábrica, em agosto de 1997, deu-se num clima de festividade<sup>47</sup>, com a presença de lideranças políticas e da imprensa local. O apito da fábrica voltou a soar, parte do operariado que estava em Fernão Velho conseguiu se reempregar e o cotidiano *aparentemente* voltou a ser o mesmo.

---

<sup>47</sup> Através de conversa com Fábio Assis de Farias, líder comunitário e presidente do Sindicato na época, essa reabertura só foi possível por conta de muita luta e insistência para com o governador do Estado de Alagoas neste período, Divaldo Suruagy, o qual negociou dívidas contraídas pela fábrica para que a reabertura se realizasse, em negociação com um grupo de três empresários, sendo um deles ainda da família Othon.

Em larga medida, o cotidiano era uma continuidade do passado, mas houve mudanças que foram significativas. Destacam-se as mudanças simbólicas, pois os símbolos institucionais da dominação do grupo Othon foram arrancados, ou seja, as logomarcas do grupo “Othon”, visíveis nos espaços públicos, tais como no Recreio Operário, Sede Othon, Escritório da fábrica, Sindicato, Caixa Beneficente e em praças públicas, foram apagadas. O prédio do Sindicato dos Trabalhadores, pertencente à fábrica, foi indenizado aos sindicalizados. O Cine Teatro São José e o Ambulatório São José foram demolidos para a construção de um supermercado que faliu poucos anos depois e hoje a maior parte do prédio encontra-se fechado. A Sede Othon e o Recreio Operário foram vendidos à Prefeitura de Maceió. Aponta-se, desse modo, um forte apagamento dessa camada de memória.

Porém, a estátua de bronze do Othon Lynch Bezerra de Mello, posta na Praça Cel. Othon, continuou “assombrando” Fernão Velho, numa condição que dava aos viventes uma relativa melancolia, por conta da nova contradição do capital em que punha agora em evidência seu caráter mais frio para com a memória operária.

Figura 2 – Busto em cobre de Othon Bezerra de Mello.



Fonte: Evocando Fernão Velho (facebook).  
Autoria: Desconhecida, 19??.

Quando da visita do pesquisador a Fernão Velho, em fins de 2015, a estátua do Othon tinha sido retirada. Segundo informações obtidas com moradores/as locais, o monumento foi levado pelos proprietários da fábrica, membros da família Othon. Segue abaixo imagem do monumento arrancado e, ao o observarmos, talvez a clássica afirmação de Marx e Engels (2010, p. 43) sobre a sociedade burguesa é bem representativa para a imagem: “tudo o que era sólido e estável se desmancha no ar, tudo que era sagrado é profanado [...]”.

Figura 3 – Alicerce da estátua de Othon Bezerra de Mello.



Fonte: Acervo pessoal.  
Autoria: Daniella Acioli, jan. 2016.

Desse modo, Fernão Velho e a Fábrica Carmen foram compassadamente se desligando uma da outra. As gerações que foram surgindo tenderam a deixar de conhecer as memórias e experiências sobre a condição e a história operária, o que pode se caracterizar como aquilo que Walter Benjamin (1987a) falou sobre a “pobreza da experiência”, ou seja, um abandono das peças do patrimônio humano.



Um exemplo dessa desconexão pode ser visto na exibição do filme de Celso Brandão: *Memória da Vida e do Trabalho* (de 1986, porém gravado em 1984, o qual enfatizou imagens e depoimentos de operários/as de Fernão Velho) que foi apresentado pela primeira vez no ano de 2003 por iniciativa do cineasta alagoano Hermano Figueiredo. Essa exibição em espaço público e aberto, formou-se num ar de grande festividade e a emoção de cada trecho do vídeo era sinônimo de afetividade e identificação pelos espectadores.

Em fevereiro de 2009, o mesmo filme foi apresentado num espaço público de Fernão Velho, pelo projeto *Acenda uma Vela*, também idealizado por Hermano Figueiredo. O entusiasmo já não foi mais o mesmo. O número de pessoas que a ele assistiu estava bastante reduzido e a identificação para com o vídeo já não se deu mais com a mesma ênfase. As gerações mais jovens não demonstraram muito interesse. Seis anos depois e o impacto das transformações das forças produtivas intensificaram o abalo sobre a identidade e a afetividade para com o passado dos/as filhos/as e netos/as desse grupo operário.

Figura 4 – Exibição do filme *Memória da Vida e do Trabalho* (1986), de Celso Brandão.

Projeto *Acenda uma Vela*.



Fonte: [www.acendaumavela.blogspot.com.br](http://www.acendaumavela.blogspot.com.br)  
Autoria: Nataska Conrado, fev. 2009.

Cabe uma observação para o parágrafo anterior. Em 2009, o vídeo estava digitalizado em

DVD e boa parte dos moradores lhe tinha acesso. Ao contrário de 2003, o filme não era novidade e poderia ser assistido facilmente dentro da própria casa. Ainda assim, isso não retira o impacto da desocupação do espaço público, na medida em que o grupo deixou de ter a reciprocidade coletiva de emoções que ultrapassa os membros da família para uma coletividade de classe.

Essas transformações concatenaram-se com a perda de referencial de Fernão Velho como lugar de grandes festividades no período natalino (ocorridas dias antes do Natal até o Dia de Reis, 06 de janeiro), dos grandes blocos carnavalescos, da grandeza das festividades juninas; além disso, perdeu-se uma série de relações cotidianas, tais como os encontros nos espaços públicos, os jogos de futebol, as pequenas festividades dos fins de semana etc., categoricamente enfatizadas nas entrevistas e as quais o próprio navegador pôde presenciar seu desfecho, foram engolidas, praticamente apagadas em pouco mais de uma década.

Agora a animação aqui era boa, era boa mesmo. Natal menino, natal a festa aqui era... Menino, natal aqui vinha gente de todo canto, da Utinga, Rio Largo, Bebedouro, Maceió, Tabuleiro [do Martins], de todo canto vinha gente para a festa aqui. Porque aqui era animado, animado mesmo. Festa, carnaval, São João. Tempo de São João aqui tinha muita, muita animação. Aí depois o pessoal foi se acabando, se afastando tudo (OPERÁRIA F).

Nota-se que os referenciais simbólicos foram se esvaindo e junto a eles houve um desmonte sobre a identidade de classe. Novos elementos foram sendo criados para substituir as relações de lazer anteriores, surgindo como um escape de um motor em funcionamento precário, porque a diversão agressiva representada por carros com sons estridentes, o alcoolismo passivo e o uso de tóxicos passaram a ser as principais formas de lazer para esse grupo.

Porém, não se pode cair num conformismo ou relativismo extremo de pensar que a perda desses referenciais de identidade de classe se deram naturalmente ou como simples inevitabilidade humana, tal como defendem algumas correntes teóricas. Essa perda resultou de uma desestruturação coletiva que causa, ao que aqui se entende, uma sensação de impotência social sobre os residentes de Fernão Velho ou de qualquer grupo social que se desconecte brutalmente de sua identidade de classe. A perda de referencial de classe e de memória é um pesadelo irreparável sobre a vida humana, porque elimina a possibilidade de recriar consciência histórica, tal como se vê ao longo desta tese.



A conclusão é a de que nossos tripulantes estão desnorteados. As tempestades geram fortes ondas e ventanias. O barco fica desgovernado. É preciso ancorar e ouvir os mais antigos para saber o que nos têm a ensinar sobre as experiências para com as tempestades do passado. No entanto, esse precioso ensinamento soa num eco que vai se ensurdecendo. O capital nos rouba a condição de ouvir. O passado assombra-os sem que percebamos<sup>48</sup>.

A identidade da classe titubeia numa corda que dá à parte das novas gerações a aparência de superioridade por conta da possibilidade de consumo ofertada pelo crédito, conseguidas seja pelo trabalho formal no comércio de Maceió, *shoppings centers*, empresas de ônibus, pequenos comércios locais, vendas de derivados do pouco que se produz na lagoa Mundaú etc.; ou por meio da criminalidade que, diga-se de passagem, cresceu significativamente, em que o tráfico de drogas ilícitas tornou-se passaporte para o seu próprio consumo e vice-versa<sup>49</sup>.

No passado, o operariado de Fernão Velho (bem como de boa parte do mundo) tinha um patronato de corpo e alma presente, um patrão comum a todos/as. A condição atual põe “patrões” (ou corporações) aleatórios e invisíveis. A burguesia consegue se camuflar na auréola da meritocracia e das grandes corporações, fazendo uma guerra em que o proletariado briga entre si no escuro, contra um inimigo que lhe enxerga muito bem.

Foi a partir dessas experiências que surgiram indagações ao navegador, ligadas a algumas preocupações centrais: 1) de que forma a destruição da memória operária é utilizada pelo capital para intensificar a alienação sobre as novas gerações de trabalhadores/as? 2) Como essa forma de amnésia social corrobora para o desmonte da identidade de classe? 3) Ainda assim, existem mecanismos pela preservação da identidade pela própria classe? De que forma são feitos?

A fim de se compreender esses questionamentos, procura-se aqui rearticular o passado operário de Fernão Velho. Essa rearticulação se faz além de uma coletânea de dados ou de fatos. O propósito central na resolução das perguntas é trazer armas para as lutas de classe do presente, as quais se estendem muito além de Fernão Velho. O objetivo é escavar o que está sendo

---

<sup>48</sup> “Hoje não há mais conselhos, nem para nós nem para os outros. Na época da informação, a busca da sabedoria perde as forças, foi substituída pela opinião” (BOSI, 1994, p. 85).

<sup>49</sup> A referência que aqui se fez ao uso das drogas não está associada a um discurso moralista, mas a uma questão de saúde pública, já que o uso de tóxicos por jovens de pouca idade traz sérios danos à saúde e à *psiqué* do indivíduo. Também, não se pode esquecer da violência institucionalizada pelo Estado contra o tráfico de jovens, que mata vários jovens da periferia brasileira.

encoberto pelo mar do esquecimento, escovando o passado a contrapelo e buscando nas lembranças pontos de referências para a resistência coletiva, fazendo um papel, portanto, de apresentar aquilo que não convém às ideologias dominantes (BENJAMIN, 1987b).

Essa reconstrução se faz a partir da experiência do navegador em conexão com os demais tripulantes, pois embora o pesquisador não tenha sido operário, formou-se socialmente no meio operário, participando inclusive de manifestações sociais criadas no local e compartilhando de signos, códigos e vínculos de confiança, que são importantes na reciprocidade para com os/as entrevistados/as e com o desenrolar da história. Antes do historiador-cientista social, há um tripulante. A articulação do passado a partir de dentro desta traz a particularidade da experiência compartilhada. A história contada de dentro é o que norteia esta tese.

Seguindo a contextualização deste estudo, entremos na apresentação da produção acadêmica sobre o operariado alagoano, a qual teve significativo crescimento na última década.

### 2.3 REVISÃO FÍLMICO-BIBLIOGRÁFICA SOBRE O OPERARIADO DE ALAGOAS

Quando se vê a recente construção do imaginário coletivo das regiões brasileiras, é comum a ideia dicotômica incutida no senso comum de que o Sul e Sudeste são somente lugares da modernidade, do desenvolvimento industrial, da “civilização” e do progresso; enquanto que as demais regiões são vistas e entendidas como exclusivas do grande latifúndio, do coronelismo e do atraso. Muitas vezes essa interpretação soa como se as decisões políticas da moderna sociedade brasileira perpassassem apenas em uma região, enquanto que as outras estariam como coadjuvantes no cenário brasileiro.

Entende-se aqui que essa dicotomia está atrelada a um viés generalista, porque não se pode esquecer que os embates sobre a criação de imagens de determinadas regiões/espacos/povos estão ligados ao conflito de interesses sobre a construção social da memória e da identidade social (POLLAK, 1992; PORTELLI, 1998), feitos através da produção bibliográfica, fílmica, literária, musical e de reforço midiático, principalmente ao longo do século XX, em que o acesso à produção da cultura de massa ampliou a disseminação da informação.

Desse modo, o eixo Rio de Janeiro/São Paulo, liderou a produção e propagação de estudos sobre a temática industrial, operária e urbana na história do Brasil republicano. Essa produção e

sua propagação como espaço “exclusivo” da modernidade, está ligado às disputas pelo monopólio político. Muitas vezes, o eixo Rio-São Paulo repercutiu/e até como lugar do “verdadeiro” espírito da luta de classes no país.

A historiadora Sílvia Petersen (1995, p. 130), defendeu que ao se estudar o movimento operário no Brasil, geralmente se faz pouquíssimas menções a regiões que não sejam o eixo Rio-São Paulo, o que se explica muitas vezes por seu caráter pioneiro. Porém, tal centralização tende a gerar equívocos sobre as diferentes experiências operárias nas diversas regiões do país. Isso implica para que haja

[...] uma tendência dos autores estenderem ao “Brasil” o que na verdade correspondeu ao centro do país. Em outras palavras, o que era também um estudo regional (embora indubitavelmente da região política e economicamente hegemônica) ganhou uma dimensão nacional ou global. Rio de Janeiro e São Paulo foram constituídos como “centros definidores de sentido” para a história operária do Brasil.

Daí, embora o eixo Rio-São Paulo apareça como ponta de lança da industrialização nacional desde o início do século XX<sup>50</sup>, não se pode ignorar que outras regiões também tiveram experiências – apesar de proporcionalmente mais discretas – para com a economia e as relações fabris. No entanto, o estudo e propagação das particularidades das regiões periféricas pode contribuir à compreensão da complexidade da formação social brasileira, porque a partir do conhecimento de outras experiências fabris pode-se enxergar tramas e problemáticas até então não pensadas do ponto de vista do eixo dominante<sup>51</sup>.

Segundo a hipótese da historiadora Sílvia Regina Ferraz Petersen (2005, p. 1),

[...] a investigação sobre a história operária no Brasil poderia ocupar um patamar nacionalmente mais representativo se houvesse o diálogo mais efetivo entre a bem conhecida e abundante historiografia referente ao eixo central dessa história (Rio de Janeiro e São Paulo) e a que aborda o tema nos demais estados e mesmo

---

<sup>50</sup> Até fins do século XIX, a indústria brasileira está descentralizada. “Das 45 fábricas de tecidos existentes em 1882, 12 localizavam-se na Bahia, 11 no Rio de Janeiro, 9 em São Paulo e 8 em Minas Gerais” (HARDMAN; LEONARDI, 1982, p. 34). São Paulo só vem a ter um salto de sua capacidade produtiva a partir da década de 1920 (CANO, 1985).

<sup>51</sup> Como o objeto de estudo aqui apresentado está em Alagoas, ou seja, territorialmente o segundo menor estado da região Nordeste e do Brasil, o foco da compreensão sobre a produção bibliográfica está no Nordeste. Não se adentrará, portanto, nas minúcias das demais regiões brasileiras.

no exterior.

De acordo com o levantamento bibliográfico de Petersen (2009), foi possível constatar que além das exposições de dois artigos publicados na década de 1940, no estado da Bahia, a mais antiga publicação sobre indústrias no Nordeste, datou de 1966. Trata-se do livro (também publicado na Bahia): *O Problema da Industrialização no Brasil*, de Luís Henrique Dias Tavares<sup>52</sup>.

No Nordeste, a partir da década de 1970 surgiram mais alguns trabalhos sobre a temática, especificamente nos Estados da Bahia e de Pernambuco. A produção se acentuou e se disseminou nos outros Estados nordestinos pelo decorrer da década de 1980, porém o crescimento significativo da historiografia sobre o operariado na região só se deu nas décadas de 1990, 2000 e ainda continua crescendo.

Entre os trabalhos produzidos sobre o operariado no/do Nordeste, os estudos que mais repercutiram e influenciaram para a produção posterior foram feitos a partir de fins da década de 1970 e tiveram destaque ao longo da década de 1980, por antropólogas/os e historiadoras/es do Museu Nacional do Rio de Janeiro, encabeçadas por José Sérgio Leite Lopes e Maria Rosilene Barbosa Alvim, sobre a Companhia de Tecidos Paulista (CTP), em Pernambuco.

Os estudos apontados no parágrafo anterior – que continuam sendo feitos, articulados aos seus projetos de pesquisa – servem ainda como importante base conceitual e teórica para a compreensão do caráter do operariado nordestino (ou brasileiro como um todo), porque ao mesmo tempo em que fogem do eixo da discussão sobre o latifúndio canavieiro local, o coronelismo, o cangaço ou a seca, levantam problemáticas para a compreensão das particularidades operárias fabris e para o entendimento mais profundo sobre a história e a construção da memória fabril da região.

A validade dessa premissa está na leitura obrigatória e da constante referência da tese, posteriormente lançada como livro, *A Tecelagem do Conflito de Classes na Cidade da Chaminé*, de José Sérgio Leite Lopes (1988). Tal obrigatoriedade e a constante referência a essa obra se dão tanto pelo riquíssimo material documental (oral e escrito) contido nela, como pela inovação analítica sobre a luta de classes dentro do sistema de “fábrica com vila operária”, em que Lopes

---

<sup>52</sup> TAVARES, Luís Henrique Dias. **O problema da revolução industrial na Bahia**. Salvador, Universidade Federal da Bahia, 1966.

utilizou uma metodologia profundamente entrelaçada entre diversos ramos das Ciências Humanas, observando-se a “teatralização do poder”, a aceitação e resistência à dominação através da observação sobre elementos vistos nos símbolos do cotidiano fabril e na vila operária. Assim, através da análise sobre um determinado grupo, o autor desenvolveu o estudo de uma forma de dominação específica: o sistema de “fábricas com vila operária”.

Retornando ao estudo de Petersen<sup>53</sup> referente à produção bibliográfica sobre o operariado no Brasil fora do eixo Rio-São Paulo, realizada até o período de dezembro de 2006, a historiadora conseguiu levantar novecentos trabalhos, incluindo livros, artigos, teses, dissertações, resumos em anais de congressos, apresentações em eventos científicos etc. Desses 900, 255 foram sobre a região Nordeste, ou seja, 28,33%. Dentre esses, apenas 14 foram sobre o operariado alagoano. Em termos de Nordeste, Alagoas apareceu com apenas 5,5%, até o ano de 2006. Em termos de Brasil, fora o eixo Rio-São Paulo, Alagoas teve apenas o total de 1,55%. Quantidade considerada irrisória para um Estado que teve o número de doze grandes fábricas têxteis entre os anos 1930 e 1960 e ter sido uma das primeiras Províncias a fundar indústria têxtil no país.

Em Alagoas, segundo Petersen, a primeira obra a respeito da temática corresponde à dissertação de mestrado de Douglas Apratto Tenório, em 1977, sobre as ferrovias em Alagoas<sup>54</sup>, ainda assim não pode ser considerada uma obra que esteja ligada diretamente ao operariado fabril. Os primeiros ensaios sobre o operariado em Alagoas só foram realizados em fins da década de 1980, tal como se verá alguns parágrafos abaixo.

Após a finalização do período dos levantamentos bibliográficos de Petersen (dezembro de 2006), observou-se um importante crescimento de pesquisadores e da consequente produção historiográfica em Alagoas sobre a temática do operariado<sup>55</sup>. Em anais de eventos científicos (resumos expandidos ou trabalhos completos) totalizou-se o número de 23; em artigos científicos encontram-se 8; três capítulos de livros; seis livros completos publicados; quatro dissertações de mestrado concluídas; quatro teses finalizadas, contando com esta.

---

<sup>53</sup> Ver PETERSEN, 2009.

<sup>54</sup> TENÓRIO, Douglas Apratto. As ferrovias em Alagoas - Estudo de implantação do transporte ferroviário nas Alagoas durante o período imperial até o alvorecer do período republicano. Recife, PPG em História da UFPE, 1977. Dissertação de mestrado.

<sup>55</sup> Aqui se inseriu também trabalhos sobre o comunismo e o golpe civil-militar de 1964 em Alagoas, devido ao fato de que nestas temáticas foram imprescindíveis a presença operária.

Além das referências escritas, houve o importante filme *Memória da Vida e do Trabalho* (não referenciado por Petersen), sob a direção e produção do renomado cineasta e fotógrafo alagoano Celso Brandão<sup>56</sup>. As imagens do filme foram capturadas em 1984 e o seu lançamento ocorreu em 1986. Com roteiro de Regina Coeli e argumento de José Sérgio Leite Lopes e Rosilene Alvim, o filme apresentou uma análise sobre a decadência e abandono das vilas operárias, destacando Fernão Velho<sup>57</sup>, onde a maioria das imagens e depoimentos do operariado dessa localidade compuseram seu roteiro. Pode-se considerá-lo como um dos mais importantes registros (senão o mais) sobre a condição operária em Alagoas ativa ainda na penúltima década do século XX.

Segundo Maria de Lourdes Lima e Roseane Monteiro Virgínio (2016, p. 37, grifos originais):

[...] Celso Brandão ao dar imagem e voz às classes subalternas através do seu filme *Memória da vida e do trabalho*, onde ex-operários testemunham sobre o declínio da fábrica que levou ao processo de modificação e degradação das vilas operárias têxteis de Fernão Velho, Saúde e Rio Largo; ele põe os excluídos como verdadeiros protagonistas. Brandão abre uma janela para vislumbrar a situação dos moradores e denunciar as péssimas condições de vida das pessoas seja no tempo áureo da fábrica ou na época de sua decadência.

Há também um vídeo produzido pela Companhia Alagoana de Tecidos, em 1946, situada no município de Rio Largo-AL. Não se trata de uma produção acadêmica, mas de vídeo de propaganda dos industriais. Foi na contramão do vídeo de Celso Brandão, porque louvou “os feitos” dos industriais e apresentou uma imagem encantadora sobre a condição do operariado. Foi um trabalho de muita qualidade técnica para a época em que foi realizado.

Nele se exaltou a importância dos industriais para o progresso de Alagoas e do Brasil e apresentou em vários momentos a suposta preocupação dos industriais para com o bem-estar do operariado (ou seria do capital?), demonstrando o atendimento na educação, esporte, médico-

---

<sup>56</sup> Vindo de família Brandão, conhecida pela trajetória intelectual de nomes como Octávio Brandão, Théo Brandão e Teotônio Vilela, a marca de Celso Brandão (Maceió, 1951-) está no vasto registro fílmico e fotográfico de manifestações da cultura popular alagoana em diferentes regiões do estado, com mais de 50 filmes e documentários produzidos. Para acessar algumas de suas produções, ver: < <http://projetoandarilha.com/celso-brandao/>>.

<sup>57</sup> Traz imagens também da vila operária de Rio Largo e de Saúde, ambas já em claro estado de abandono no período da filmagem (1984).

hospitalar, lazer, desfiles cívicos e a organização fabril como um todo. Em suma, trata-se de um importante registro histórico para o mundo do trabalho, principalmente por demonstrar importantes imagens e exaltar os discursos dos industriais (principalmente a figura de Gustavo Paiva) na época de seu apogeu fabril.

Em tempos recentes, teve a produção dos documentários *Trama da Memória*, *Urdidura do Tempo* e *O Comendador do Povo: Gustavo Paiva*, ambos sob a direção e coordenação do cineasta alagoano Pedro da Rocha. O primeiro foi do ano de 2011, baseado na obra de Golbery Lessa e apresentou como tema central o questionamento das Alagoas como a “civilização do açúcar”, a partir dos depoimentos e pesquisas históricas mais recentes. Golbery Lessa e Sávio de Almeida, em seus depoimentos, enfatizaram a importância do algodão e das indústrias têxteis para o Estado. O segundo documentário, lançado em 2013, montou a trajetória do comendador Gustavo Paiva, considerado um dos mais emblemáticos industriais das Alagoas, proprietário da Companhia Alagoana de Tecidos, de Rio Largo-AL.

Sobre a produção e documentação acadêmica em Alagoas dos últimos dez anos, houve o importante registro coordenado por Analice Dantas e Golbery Lessa, executado em 2007. É a coletânea *Trama da Memória, Tessitura do Tempo: registro da memória e da iconografia das famílias de tradição operária têxtil residentes no bairro de Fernão Velho – Maceió/AL*. Nele contém também dez entrevistas com operários/as da Fábrica Carmen, com acréscimo de um DVD composto pela digitalização de iconografias de famílias operárias, fotografias do bairro (antigo núcleo fabril), atas sindicais (1953-1964), jornal do PCB/AL *A Voz do Povo* (1954-1964) e *Relatórios Anuais das Fábricas Têxteis de Alagoas*.

De volta ao montante da produção bibliográfica, notou-se que após as reduzidas quatorze publicações sobre o operariado de Alagoas até 2006, tem-se até então (2017) cinquenta e oito trabalhos publicados, ou seja, uma multiplicação por quatro vezes nos últimos dez anos, sem contar matérias de jornais impressos e produções audiovisuais de emissoras locais tratando, em sua maioria, do abandono da fábrica têxtil de Fernão Velho, principalmente após seu fechamento, em 2010.

Praticamente todas essas últimas publicações foram realizadas por graduados em História pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL) ou pela Universidade Estadual de Alagoas

(UNEAL), que continuaram suas pesquisas em Programas de Pós-Graduação em outras universidades ou em sua pequena minoria no Programa Pós-Graduação de História da UFAL, criado em 2012<sup>58</sup>. Alguns desses pesquisadores já são professores e desempenham trabalhos de pesquisa, o que tende ao aumento da produção sobre o operariado alagoano, através de possíveis Projetos de Pesquisa e/ou o estímulo para a orientação de trabalhos acadêmicos<sup>59</sup>.

Apesar desse recente crescimento de estudos sobre o operariado de Alagoas, a maior parte da bibliografia existente, bem como a própria representação da memória alagoana ainda se faz sob o imaginário quase exclusivamente canavieiro. As demais formas de produção e reprodução ficam ainda muitas vezes escanteadas por conta do predomínio dos estudos sobre as regiões da cana-de-açúcar. Parte desses estudos tenderam a não apresentar as contradições sociais do mundo do trabalho canavieiro. Em muitos casos, observa-se quase uma louvação à “civilização do açúcar”, principalmente nos estudos mais antigos.

Vertentes contrárias a esta maré de “louvação” canavieira, ou seja, de crítica ao sistema danoso estabelecido pelo poder canavieiro, podem ser encontradas nas pesquisas de estudiosos como Lúcio Vasconcellos de Verçoza<sup>60</sup>, Beatriz Alasia de Heredia<sup>61</sup>, Alice Anabuki Plancherel<sup>62</sup>,

---

<sup>58</sup> A implantação tardia de um Programa de Pós-Graduação em um dos cursos mais antigos da Universidade Federal de Alagoas (criado em 1954, com início das atividades em 1961), apresenta-nos uma dificuldade para as pesquisas historiográficas locais. As opções para os graduados que concluíam a graduação em História na UFAL era UFPE (Recife) ou migrar para o curso de Sociologia da própria UFAL, criado em 2013.

<sup>59</sup> Dentre os pós-graduados, pode-se apontar Rodrigo José da Costa (doutorando em História – UFPE); Gustavo Bruno Costa Neri (mestre em História – UFAL); Airton de Souza Melo (mestre em História – UFPE); Anderson Vieira Moura (doutorado em História Social – Unicamp) e Ivo dos Santos Farias (doutorando em Ciências Sociais – Unesp/Marília). Quanto aos professores em exercício em universidades públicas encontram-se Osvaldo Batista Acioli Maciel (UFAL); Marcelo Góes Tavares (UNEAL/FITS-Maceió) e Fernando Antônio Mesquita de Medeiros (UFAL). Além destes, há Golbery Luiz Lessa de Moura (doutorado em Ciências Sociais – Unicamp), que embora não atue diretamente na área acadêmica, continua trazendo importantes contribuições para a historiografia operária alagoana. Outros professores com contribuições recentes sobre a indústria têxtil são Alberto Saldanha (UFAL) e Douglas Apratto Tenório (Cesmac).

<sup>60</sup> Os saltos do 'canguru' nos canaviais alagoanos: um estudo sobre trabalho e saúde (tese de Doutorado) UFSCAR, 2016. Trabalhadores nos canaviais de Alagoas: um estudo sobre as condições de trabalho e resistência (Dissertação de mestrado – UFSCAR, 2012). Além de alguns artigos publicados na área. Sua pesquisa de doutorado, concluída em 2016, e realizado pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS), da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), orientado por Maria Aparecida de Moraes Silva, recebeu o prêmio de melhor tese no VII Encontro Nacional da Rede de Estudos Rurais. Este evento ocorreu na cidade de Natal, entre 29 de agosto e 1 de setembro de 2016. A pesquisa será publicada em formato de livro, com lançamento previsto para o início de 2017. (PESQUISA, 2016).

<sup>61</sup> HEREDIA, 1998.

<sup>62</sup> Encontram-se três Projetos de Pesquisa realizados pela pesquisadora, referentes ao/à trabalhador/a canavieiro/a



Cícero Ferreira de Albuquerque<sup>63</sup>, Araken Alves de Lima<sup>64</sup>, dentre possíveis outros/as pesquisadores/as com os quais o autor desta tese por ventura não tenha encontrado por não estar diretamente ligado ao foco da pesquisa.

Segundo Douglas Apratto Tenório (2013, p. 18), dentro do quadro de obras e publicações nas bibliotecas de Alagoas, o número das que se referem à cana-de-açúcar é bem maior do que as que tratam sobre o algodão e a indústria têxtil. Só um adendo: Tenório afirmou que a pouquíssima quantidade de bibliotecas existentes em Alagoas (sete) já é uma indicação do reflexo de sua opção agrária. Vejamos a seguir a lista da pesquisa de Tenório:

---

alagoano/a, entre os anos de 2007 e 2013; além de mais três artigos publicados sobre esta temática. Projetos de Pesquisa: Trabalho na agroindústria açucareira de Alagoas (2007-2009); O "canguru" no universo canavieiro alagoano: produtividade e precarização do trabalho na agroindústria açucareira e sucroalcooleira (2009-2011); Novas configurações do trabalho nos canaviais. Um estudo comparativo entre os estados de São Paulo e Alagoas (2012-2013). Artigos Publicados: PLANCHEREL, Alice Anabuki; QUEIROZ, Allan Souza. Antigas e recentes configurações do trabalho canavieiro. **Latitude**, Maceió, v. 5, p. 7-51, 2013; PLANCHEREL, Alice Anabuki; QUEIROZ, Allan Souza. O 'canguru' no universo canavieiro alagoano: saúde e precarização do trabalho na agroindústria açucareira. **Estudos do Trabalho**, v. IV, p. 01-22, 2010; PLANCHEREL, Alice Anabuki; ALBUQUERQUE, C. F.; MELO, S.R.G.S. Trabalho na agroindústria açucareira de Alagoas. **Latitude**, Maceió, v. 1, p. 119-134, 2010.

<sup>63</sup> ALBUQUERQUE, Cícero Ferreira de. **Cana, casa e poder**. Maceió: EDUFAL, 2009.

<sup>64</sup> Além de Dissertação de Mestrado e Tese de Doutorado, ambas pela Unicamp, o autor tem dois livros e quatro artigos publicados em periódicos sobre a temática canavieira em Alagoas.

**Quadro 1** – Levantamento bibliográfico sobre a cana-de-açúcar e o algodão em Alagoas

<b>Biblioteca</b>	<b>Temática da cana ou açúcar</b>	<b>Temática do algodão ou indústria têxtil</b>
Universidade Federal de Alagoas (UFAL)	57 livros; 101 ensaios e publicações	6 livros; 10 ensaios e publicações
Centro Universitário Cesmac	47 livros	06 livros
Arquivo Público de Alagoas (APA)	17 livros	2 livros
Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas – IGHAL	43 livros	07 livros
Academia Alagoana de Letras	15 livros	01 livro
Sesc Senac	06 livros	00 livros
Biblioteca Pública Estadual	34 livros	01livros

FORNTE: TENÓRIO (2013, p. 18).

Com base no levantamento de Tenório, nota-se o predomínio da visão de mundo açucareira inclusive sobre a produção intelectual em Alagoas. A mentalidade da oligarquia canavieira transbordou sobre a autoconstrução da alagoanidade. Essa concepção não é fortuita, pois dialoga com a mentalidade de dominação agrária existente ainda na atualidade. É também no combate contra essa onda do poderio canavieiro-oligárquico que esta tese caminha.

Todavia, veremos que essa mesma mentalidade oligárquica também estava presente nos espaços de dominação das indústrias têxteis, tanto através da organização do trabalho, como da vida fora da fábrica. O que se propõe então é pensar sobre os interesses da elite vencedora (canavieira) em manter seu poder através da construção de uma memória que apaga formas de produção diferentes do açucareiro.

A perspectiva de “louvação canavieira” está presente em um dos mais emblemáticos

clássicos alagoanos, *O Banguê nas Alagoas* (1980), escrito por Manuel Diégues Júnior<sup>65</sup> (1912-1991), com primeira edição publicada em 1949. Nessa obra, pode-se ver a elaboração intelectual da imagem das Alagoas como espaço exclusivamente agrário-canavieiro, pois o autor iniciou o primeiro parágrafo da introdução já afirmando que: “A história do engenho de Açúcar nas Alagoas quase se confunde com a própria história do hoje Estado [...]. *A história de um ditou e condicionou a do outro*; acompanha a história do Estado, o desenvolvimento da agricultura da cana e da indústria do açúcar” (DIÉGUES JUNIOR, 1980, p. 23, grifos meus).

Ao longo do livro, Diégues Júnior compôs a formação histórica de várias regiões canavieiras, omitindo espaços bastante significativos para o então Estado, porque esses não apresentavam ligação com a produção canavieira. Segundo Lessa (2013, p. 102), essa omissão dificulta a escrita da “[...] história de municípios tão importantes como Delmiro Gouveia, Santana do Ipanema, Palmeira dos Índios, Arapiraca, Penedo e Maceió, estruturados por atividades econômicas distintas das atividades açucareiras”.

Lessa (2013, p. 103) acrescentou que

se observarmos apenas as trajetórias da burguesia e dos trabalhadores das fábricas têxteis, já adentramos em um ambiente importante para um melhor entendimento dos descaminhos do *ethos* capitalista e das relações sociais mercantis em Alagoas, pois essas classes sociais encarnaram a vanguarda do mundo burguês entre o final do século XIX e meados do século XX.

Levanta-se aqui a hipótese de que Diégues Júnior, por pertencer às oligarquias canavieiras do Estado, escreveu um importante livro elogiando a cana-de-açúcar e excluindo os demais setores e regiões, justamente em 1949, isto é, no período em que o setor açucareiro conseguia enxergar sua hegemonia ameaçada pelo avanço dos setores industriais não-canavieiros no Estado. Essa hipótese parece coerente quando se percebe que dentre os anos 1930 e 1950 o setor têxtil algodoeiro tinha produção em competição ou ultrapassando a da cana-de-açúcar (LESSA, 2013).

Esse entrechoque desembocou mais tarde no *impeachment* (com caráter golpista) do governador Muniz Falcão (1956-1961), em setembro de 1957, pois foi o único governo estadual

---

<sup>65</sup> É importante perceber que o seu posicionamento está ligado ao fato de este ser membro de família tradicionalmente ligada à cana-de-açúcar em Alagoas.

de Alagoas, até seu período, a não ter ligação direta com as famílias dos setores canavieiros locais e ter a figura do governador com sua trajetória política ligada aos trabalhadores urbanos de Maceió, levando em consideração que foi Delegado do Trabalho desde fins dos anos 1940. Além do mais, seu governo foi marcado pelo diálogo e tolerância com os comunistas (TENÓRIO, 2007).

Dentro desse embate, a partir dos anos 1950 em Alagoas se inicia a ocupação dos tabuleiros para a plantação canavieira, pois até então a cana era plantada nas regiões de várzeas (HEREDIA, 1998). Essa política de expansão canavieira, apoiada e financiada pelo Estado, fez com que o setor canavieiro retomasse as rédeas da hegemonia política em Alagoas, principalmente pós-1961, quando eleito o governador Coronel Luiz Cavalcante (1961-1966), que apoiou integralmente o Golpe civil-militar de 1964 (COSTA, 2013).

Assim, o livro *Banguê das Alagoas* pode ser entendido como uma síntese intelectual da defesa das oligarquias canavieiras (vencedoras) do Estado, contra os demais setores, mas não é só isso: foi uma espécie de antecipação da volta da hegemonia da monocultura canavieira no Estado e de seu predomínio até os dias atuais.

Mas, se a cultura algodoeira estava presente em boa parte do território alagoano entre meados do século XIX e primeira metade do século XX e teve uma importante produção têxtil que totalizou o número de doze fábricas, instaladas a partir da segunda metade do século XIX e representou importante peso político, econômico, social e cultural para o Estado de Alagoas durante quase toda a primeira metade do século XX, por que esse acanhamento historiográfico sobre o algodão?

Para responder à indagação acima, deve-se recorrer a duas premissas. A primeira é a de Marx & Engels (1977, p. 36), quando afirmaram que “a produção de ideias, de representações, da consciência, está, de início, diretamente entrelaçada com a atividade material e com o intercâmbio material dos homens [...]”; a segunda foi a de Walter Benjamin (1987b, Tese VII): “todo aquele que, até hoje, obteve a vitória, marcha junto no cortejo de triunfo que conduz os dominantes de hoje [a marcharem] por cima dos que, hoje, jazem, por terra”.

Entre o pressuposto de Marx & Engels e o de Benjamin há uma intersecção: o imaginário que se constrói sobre determinada sociedade está umbilicalmente ligado aos interesses da parcela

hegemônica da classe dominante que conseguiu destruir os perdedores, isto é, a classe trabalhadora e a parcela minoritária da classe dominante do passado perdem fôlego na construção social da memória. Lembrando que o capital segue a lógica de concorrência inclusive entre as classes dominantes<sup>66</sup>.

Esse raciocínio responde à predominância do setor açucareiro sobre a representação do passado e do presente alagoano, porque, como já dito, a partir dos anos 1950, Alagoas entrou na expansão da agroindústria canavieira nacional e os usineiros saíram vitoriosos frente aos demais setores. A estratégia na mudança de produção em várzea para a produção em tabuleiros<sup>67</sup> foi o pontapé para o predomínio quase exclusivo do canavial nas terras do Estado (HEREDIA, 1988).

Dessa forma, entrou novamente a hegemonia das famílias oligárquicas canavieiras, em que tal superioridade implicou no processo de destruição ou desleixo para com qualquer outra forma de atividade concorrente na construção de sua memória e de seu predomínio político na região. Embora existam algumas poucas indústrias, principalmente na cidade de Maceió, o único setor que tem tido representação considerável no Estado é o turismo praieiro, sendo dominado pela especulação imobiliária e responsável em grande parte pela expulsão das tradicionais famílias de pescadores de suas vilas ou povoados no litoral alagoano (PEREIRA, 2015).

É a partir dessa condição que se pode entender o predomínio da escrita de Alagoas como espaço quase exclusivo do canavial. São válidas então as premissas ditas em parágrafos anteriores: as classes dominantes criam mecanismos de dominação da história sobre o espaço em que buscam manter a sua autoridade, concebendo a sua imagem como natural, benéfica e inevitável.

Para se perceber a atual condição de Alagoas quanto ao controle oligárquico sobre os diversos setores da vida pública, pode-se ver a aprovação pela Assembleia Legislativa Estadual, do Projeto de Lei 7.800/2016, conhecido como Lei da “Escola Livre”, de autoria do deputado estadual Ricardo Nenzinho (PMDB). O Projeto tem características similares a demais propostas

---

<sup>66</sup> “Em nenhuma sociedade existe um consenso total, não existe simplesmente uma ideologia dominante, existem enfrentamentos ideológicos, contradições entre ideologias, utopia e visões de mundo conflituais, contraditórias” (LOWY, 1987, p. 17).

<sup>67</sup> “4. *Fitogeogr. Bras.* Planalto pouco elevado, arenoso e de vegetação rasteira” (FERREIRA, 2008, p. 462).

ainda em tramitação em outros Estados e Municípios do país, além de estar no próprio Senado Federal<sup>68</sup>, com o intuito de punir professores se posicionem sobre assuntos de cunho político, religioso ou referente a gênero/sexual em sala de aula. Alagoas foi o primeiro a aprovar este Projeto, porém em 21 de março de 2017, Luís Roberto Barroso, ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) suspendeu provisoriamente até a decisão final do Supremo (MINISTRO..., 2017).

O fato de esse projeto ter avançado em Alagoas é sinal do profundo controle dos setores mais reacionários sobre a política local. Esses representantes da economia canavieira estão, como já ressaltado em outros momentos, em conexão com a destruição do pensamento crítico e de uma concepção de sociedade que fuja do controle oligárquico tradicional.

Para ter uma noção desse conservadorismo, dos trinta e três deputados estaduais atuais, todos são brancos e quase todos ligados ao setor canavieiro. Há apenas duas mulheres. Não há deputados filiados a partidos minimamente progressistas e o PMDB (um dos partidos que encabeçou o movimento de *impeachment* com caráter golpista em âmbito nacional contra a presidente da República, em 2016) é hegemônico.

Segundo Golbery Lessa (2011), esse autoritarismo perverso na política de Alagoas não é natural, obviamente, mas fruto da forte presença do setor agrícola canavieiro e da pouca existência de indústrias no estado. “No universo cultural, essa economia e essa política atrasadas determinam a vigência de ideias e costumes racistas, antidemocráticos e paternalistas, além de uma grande dificuldade para que as correntes de pensamento progressistas possam se estabelecer com consistência e durabilidade”.

Por isso, é preciso sempre lembrar que a construção do passado e da própria formação cultural sempre estão subsumidas à luta de classes do presente, já que o passado não nos aparece em seu sentido revolucionário na imediatividade, porque as classes dominantes procuram apresentar seus interesses como sendo o interesse geral, o mais adequado e cabível para toda a sociedade através da ideologia. O “índice secreto do passado” (BENJAMIN, 1987b) costuma

---

<sup>68</sup> O mais perigoso nesse Projeto é que ele visa inibir e punir professores que tragam discussões a respeito de conteúdos ou temas com caráter político-ideológico para as salas de aula. Essa proposta não é nada senão um bloqueio sobre a construção da formação política dos jovens, uma contribuição ao desligamento de sua condição histórica concreta. Trazer a realidade com as contradições sobre as quais ela se sustenta não se faz sem se recuperar a violência histórica do espaço em que os indivíduos vivem. Na concepção desse projeto, fazer essa recuperação seria punitivo, porque se estaria tomando partido de uma condição histórico-social.

aparecer como estranho aos olhos e ouvidos dos indivíduos em seu cotidiano e quando surgem correntes contrárias ao estranhamento, a tendência dos ideólogos do presente é criar as mais diversas façanhas para desmontá-las.

O passado transmitido (quando transmitido) pelos grupos dominantes procura omitir as bases reais do passado, porque ignora os indivíduos que a constrói. A omissão da *praxis* dos sujeitos e a inserção de uma estrutura ideológica são as bases do pensamento burguês, porque na medida em que avança, busca arrancar da consciência e da inconsciência dos indivíduos a noção de totalidade e de concreticidade.

Na contramão dessa maré reacionária, parte da historiografia alagoana (tal como já afirmado), a partir de meados da década de 2.000, acabou trazendo uma investigação academicamente mais rigorosa sobre a história local, na medida em que apresentou a disputa e o predomínio do algodão em certos contextos, da indústria têxtil e da economia comercial portuária, ao menos entre meados do século XIX e a primeira metade do século XX.

Essa leva de estudos tem contribuído para problematizar questões importantes para a (re)construção do passado e do presente alagoano, na medida em que trazem à tona o protagonismo dos/as trabalhadores/as urbanos/as em suas diversas formas de atuação política, intercambiadas em muitos casos pelo anarquismo, socialismo e comunismo e/ou por suas lutas trabalhistas e sindicais.

Assim, para se compreender o lugar desta tese, é importante retomar alguns estudiosos do operariado alagoano desde as últimas décadas, apontando-se três gerações que estão ativas em seus estudos sobre a história e a sociedade deste Estado, embora não necessariamente todos pesquisem somente sobre a questão operária.

Os primeiros estudos surgiram entre fins dos anos 1980 e início da década de 1990, com Dirceu Lindoso e Luiz Sávio de Almeida, separadamente. A partir de meados da década de 2000, aparece uma segunda leva de estudos, com Osvaldo Maciel, Fernando Medeiros e Golbery Lessa, também separadamente. A terceira geração, bastante influenciada pela segunda, vem do início dos anos 2010 até o presente. A segunda e a terceira geração continuam a pesquisar e a produzir sobre o operariado de Alagoas.

Entretanto, um detalhe interessante e preocupante é a ausência de mulheres pesquisadoras

sobre o operariado em Alagoas, o que pode ser melhor compreendido em estudos posteriores, porque compreender tal fenômeno escaparia do escopo desta tese. Uma hipótese que parece plausível condiz com o fato de as mulheres aparecerem muito pouco na historiografia sobre a história do operariado alagoano e da tímida repercussão dessa temática no meio acadêmico, o que demonstra o caráter patriarcal sobre a construção da imagem do operariado no Estado e que vem aos poucos sendo quebrada pelas pesquisas mais recentes.

Sobre esta contraposição patriarcal, é importante apontar a penúltima subseção da Dissertação de Mestrado de Airton Melo (2012), em que o autor denominou como “Mulheres de ferro: a greve das tecelãs contra o aumento no número de teares (1962)”, sobre uma greve ocorrida na Fábrica Carmen de Fernão Velho, em que o advogado do sindicato da época, Rubem Ângelo, escreveu um poema para as operárias que participaram da greve, sob a denominação “Mulheres de Ferro”, devido à coragem destas mulheres no enfrentamento à exploração dos industriais.

Entende-se aqui que esse apontamento já é um importante avanço, mas deve-se ressaltar a necessidade de maiores aprofundamentos sobre esta temática, tendo em vista que as mulheres eram maioria na participação fabril têxtil. Talvez o estudo realizado por mulher(es) levante questões até então pendentes para a relação entre gênero e trabalho em Alagoas.

Assim, da **primeira geração de estudiosos**, encontra-se em Dirceu Lindoso<sup>69</sup> a referência da formação da burguesia comercial maceioense e sobre as especificidades dos espaços de produção fabril na então província, a partir de meados do século XIX. Esse estudo foi escrito na década de 1980, quando Lindoso se tornou membro honorário do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas. Cerca de vinte anos depois, em 2005, essa coletânea de textos foi publicada com o título *Interpretação da Província: estudo da cultura alagoana* (LINDOSO, 2005a), pela EDUFAL.

Outro estudo, com mais destaque ao operariado alagoano, foi o conjunto de quatro artigos de Luiz Sávio de Almeida<sup>70</sup>, escritos em 1987, publicados de modo separado entre os anos de

---

<sup>69</sup> Dirceu Lindoso, nascido em 1932, pode ser considerado um dos maiores historiadores ainda vivo de Alagoas. Imortalizado com sua obra *A Utopia Armada* (2005b), em que fez um grandioso estudo sobre a Guerra dos Cabanos, em Alagoas do século XIX. Em 2011 recebe o título Doutor *Honoris Causa* pela UFAL, por solicitação e aprovação por unanimidade do Instituto de Ciências Sociais da mesma instituição.

<sup>70</sup> Outro grande nome da historiografia alagoana, Sávio (tal como é conhecido), tem um longo trajeto de escritos e



1989 a 1992, na Revista do Departamento de História da UFAL<sup>71</sup>, durante o evento Cem Anos de República. O conjunto de artigos na época foi denominado pelo autor como História do Assalariamento em Alagoas. Em 2006, esses artigos foram também publicados em forma de livro impresso também pela EDUFAL, denominado Notas sobre o Poder, Operários e Comunistas em Alagoas (ALMEIDA, 2006).

Dentre os dois estudos assinalados anteriormente, o que houve em comum entre eles foi a procura dos embriões da cultura urbana de Alagoas. Sávio Almeida enfatizou o papel das organizações e greves operárias no estado, entre os anos 1889 e 1932; enquanto Lindoso se preocupou em apresentar a formação cultural e intelectual em diferentes espaços da então província alagoana no século XIX.

A **segunda geração de estudiosos** trouxe uma característica academicamente mais rigorosa e voltada à pesquisa em jornais, atas, entrevistas com operários e operárias, além de uma maior aproximação empírica com os espaços fabris, através de visitas e pesquisa de campo. Esse maior rigor científico pode ser explicado pelo próprio desenvolvimento de pesquisas acadêmicas no Brasil ao longo da década de 2000, porém a intensificação da procura pela história do operariado local também se fez decorrente da preocupação com a destruição da memória fabril do Estado.

Dentre eles, Osvaldo Maciel foi quem apareceu com maior número de publicações sobre a temática operária. Dentre os anos de 2005 a 2011, o pesquisador coordenou um Projeto de Pesquisa, publicou quatro artigos e lançou dois livros sobre o operariado em Alagoas, em que os focos desses estudos foram a imprensa, o mutualismo, a transição do Império para a República na Província/Estado e a atuação comunista e socialista na região. Sua produção continuou se expandindo pelos anos consecutivos, não só através de publicações como em coordenação de Projetos de Pesquisa e de Grupos de Trabalhos (GTs) em eventos de cunho científico sobre os mundos do trabalho. Osvaldo foca sua análise em fontes escritas, principalmente periódicos.

---

militância política em Maceió. Sua produção nos últimos anos está mais voltada à questão indígena e negra em Alagoas.

<sup>71</sup> Os textos da publicação deste período não foram encontrados. É possível que a republicação destas obras, em meados da década de 2000, tenha influenciado, despertado maior curiosidade e dado estímulo à segunda e terceira levadas de produção sobre a temática.

Outro pesquisador dessa geração é Fernando Antônio Mesquita de Medeiros, que desenvolve um Projeto de Pesquisa, em andamento desde 2009, e teve um livro publicado. Seu foco é a relação entre a igreja Católica e o anticomunismo em Alagoas. Medeiros continua suas pesquisas através de doutorado em andamento e também é professor da Universidade Federal de Alagoas. Um historiador que não se pode deixar de fazer referência sobre o período denominado aqui como da “segunda geração”, é Geraldo de Majella. Embora não esteja ligado à instituição acadêmica, tem quatro importantes livros publicados sobre a atuação e repressão comunista em Alagoas. Essas obras estão em conexão com a própria militância política do autor, que foi membro do PCB/AL.

Outro da “segunda geração” é o historiador e atual secretário geral do PCB/AL, Golbery Lessa. Embora Lessa não esteja atuante diretamente no meio acadêmico (como professor, por exemplo), têm contribuído de modo significativo para os estudos sobre o operariado e/ou as esquerdas em Alagoas, porque além do desenvolvimento da pesquisa aqui já referenciada e da publicação de um livro seu em 2013, em parceria com Douglas Apratto Tenório, tem tido uma forte aproximação com os mais jovens pesquisadores, contribuindo com fontes e debates, não somente sobre o operariado, mas sobre a sociedade alagoana de uma forma geral.

Boa parte da produção de textos de Golbery Lessa sobre Alagoas pode ser visto no *blog A Voz do Povo* (Alagoas), em que se encontra a diversidade temática já dita. O mais emblemático de seus textos foi publicado no jornal (impresso e virtual) *Gazeta de Alagoas*, em 2008, intitulado “Para uma História da Indústria Têxtil Alagoana”. Esse texto é leitura obrigatória aos estudiosos da temática operária do Estado. Mais tarde, em 2013, esse texto foi adaptado e publicado no livro *O Ciclo do Algodão e as Vilas Operárias* (LESSA; TENÓRIO, 2013).

Dentre os mais jovens pesquisadores, ou seja, os que concluíram mestrado a partir de 2012, aponta-se nesta tese como a **terceira geração de estudiosos**. Esses estão no número de seis (já apresentados em nota de rodapé nesta subseção) e quase todos continuam pesquisando e publicando sobre o operariado, comunistas e/ou indústria têxtil de Alagoas. Nota-se entre esses pesquisadores uma maior ênfase no período democrático brasileiro, entre os anos de 1945 e 1964, embora haja publicações também sobre o século XIX e os anos 1930.

Devido ao fato de boa parte das pesquisas desses estudiosos estarem em andamento e

apresentarem variadas perspectivas metodológicas e objetos de estudos diversificados, não cabe aqui ainda buscar uma análise mais específica sobre cada uma delas, mas apenas detectar que a produção que se faz nesta tese está concatenada com outras de espécie similar, o que não impede que ao longo desse trabalho haja diálogos com o que até então se tem construído pelos mesmos.

Apresentado o panorama em que se encontrar esta pesquisa, os seus (des)caminhos e a interconexão de trabalhos similares, passemos a partir de então a nos inserir com mais clareza no seu objeto de pesquisa, isto é, o operariado de Fernão Velho.

### 3 A TRAMA SOCIAL E A URDIDURA HISTÓRICA: FORMAÇÃO HISTÓRICA DO OPERARIADO DE FERNÃO VELHO

#### 3.1 O PROCESSO DE ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO TÊXTIL DE FERNÃO VELHO

Para quem passa pela região do bairro de Bebedouro em direção ao Tabuleiro do Martins, trafegando pela estrada de Santa Amélia e/ou vem da direção contrária, pela região dos tabuleiros maceioenses, na capital alagoana, passando pelo bairro Colina dos Eucaliptos, pode ter a opção e/ou necessidade de descer a ladeira da Goiabeira<sup>72</sup>, com vistas para a lagoa Mundaú<sup>73</sup> à sua esquerda. Ao percorrer essa ladeira, consegue-se enxergar então um bairro histórico de Maceió<sup>74</sup>, situado entre a lagoa e um morro de Mata Atlântica<sup>75</sup>. Esse atual bairro corresponde ao antigo núcleo fabril de Fernão Velho<sup>76</sup>.

---

<sup>72</sup> Asfaltada desde 1990, essa ladeira só passou a ser principal acesso para Fernão Velho há cerca de 30 anos, porque a ligação com os bairros da parte alta de Maceió faz-se pela ladeira de Pedra (hoje desativada) e/ou através das margens da lagoa Mundaú, pela estrada de terra do Matadouro, em direção ao bairro de Bebedouro.

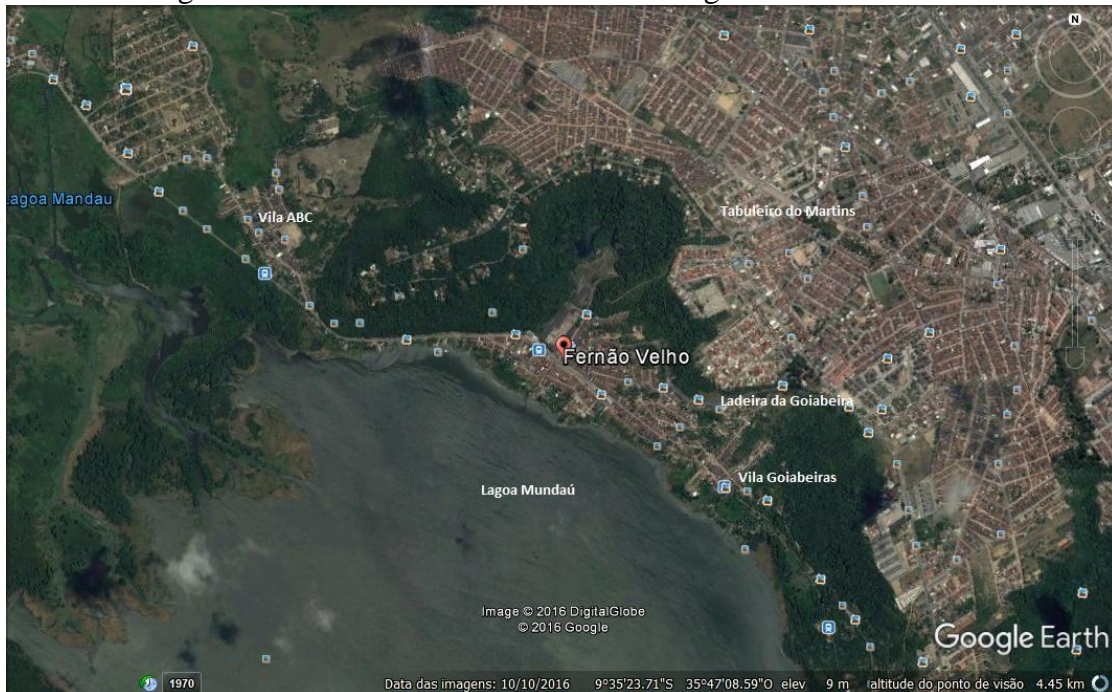
<sup>73</sup> “A lagoa Mundaú está situada no litoral médio do estado de Alagoas, abrangendo os municípios de Maceió, Coqueiro Seco, Santa Luzia do Norte, Pilar e Marechal Deodoro. Possui uma área de aproximadamente 27 km<sup>2</sup>, profundidade entre 2 e 7 metros e está inserida na bacia hidrográfica do rio Mundaú, com nascente próxima à cidade de Garanhuns/PE” (SAMPAIO; SANTOS, 2013 apud Agência Nacional das Águas, 2006).

<sup>74</sup> Maceió é capital alagoana, situada no Nordeste brasileiro. A condição de capital ocorre em 05 de dezembro de 1839, quando Santa Maria Madalena da Lagoa do Sul (atual Marechal Deodoro) perde o posto. Segundo o Censo IBGE 2016, Maceió tem a população de 932.748 habitantes (2010); área territorial 509, 552 km<sup>2</sup>; densidade demográfica 1.854,10 hab/km<sup>2</sup> (2010).

<sup>75</sup> Correspondente à Área de Proteção Ambiental (APA) do Catolé e Fernão Velho. A mesma compreende 5.415 hectares e abrange os municípios de Maceió, Satuba, Santa Luzia do Norte e Coqueiro Seco. Criada pela Lei 5.347/1992. Observa-se que a fiscalização por sua preservação ainda é muito precária. Sobre esta APA, ver SILVA, Gilda Acioli da. Unidades de conservação como política de proteção à biodiversidade: uma caracterização perceptiva de grupos socioculturais do entorno da APA do Catolé e Fernão Velho, estado de Alagoas. 2006. 162f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente). Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2006. VERDE, Marcelo Barros Lima. Conflitos socioambientais: estudo de caso da APA do Catolé e Fernão Velho, Maceió-AL. 2010. 150f. Dissertação (Mestrado em Dinâmicas do Espaço Habitado). Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2010.

<sup>76</sup> Sua atual área territorial compreende 2,66 km<sup>2</sup>, com população de 5.655 habitantes (IBGE, 2010). Dentro de seu território está a Vila Goiabeiras e a Vila ABC (antiga Pedreiras).

Figura 5 – Vista aérea de Fernão Velho e regiões circunvizinhas.



Fonte: Google Earth, 2017.

Alguém desavisado pode ter a impressão de estar chegando em um pequeno município interiorano afastado da capital, já que se depara com uma arquitetura com predomínio de construções entre as décadas de 1940 e 1950, com pequenas praças e arruados com algumas poucas casas em estilo colonial, em formato similar às antigas residências de trabalhadores/as do campo<sup>77</sup>, em parte ainda preservado, principalmente em sua região central.

Além da estrutura física, o transeunte pode se deparar com hábitos e traços dos moradores da comunidade, em que homens idosos costumam jogar dominó ou gamão em espaços públicos; ver a monotonia cotidiana, com pouco fluxo de veículos; ouvir o bater quase diário do sino da igreja Católica; perceber o trajeto do VLT (Veículo Leve sobre Trilhos<sup>78</sup>) ou do antigo trem; o

<sup>77</sup> Segundo Telma Correia (2008, p. 69), em núcleos fabris e vilas operárias no Brasil era comum a construção de residências em estilo colonial, em que “[...] casas de porta e janela surgem em blocos – dotados ou não de alpendre – preservado tanto a implantação e os materiais, quanto a simplicidade e desnudamento de ornatos da arquitetura colonial. Trata-se de uma continuidade da tendência que norteou a construção dos conjuntos arquitetônicos gerados por engenhos, fábricas e mineradoras no país até 1880, no sentido de recuperar muito da forma de arquitetura de engenho e fazendas anteriores”.

<sup>78</sup> Instalado pelo Governo Federal, através da Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU), em 10 de outubro de

modo simples das pessoas; e a facilidade de se encontrar algum morador local através da indicação dos que por ventura estejam nas ruas ou em portas de casa. Tudo isso colabora para a impressão de seu aspecto rural ou suburbano.

Figura 6 – Planta Baixa de Fernão Velho.



Fonte: Googleearth, 2017.

No entanto, o cotidiano atual de Fernão Velho demonstra uma aparência que engana aos “desavisados” (internos e externos), porque seu modo pacato, lento e marcado por traços rurais, esconde uma complexa relação histórica e social de um espaço construído como sinônimo da modernidade industrial alagoana e que abrigou uma das importantes referências da identidade de classe do operariado, marcada pela dominação fabril ainda resvalam nas vidas de seus herdeiros, porém tais características não aparecem na imedaticidade.

---

2011, trafega pelos municípios de Maceió, Satuba e Rio Largo. Percorre cerca de 32 km de ferrovia. Trata-se de um projeto de modernização da ferrovia existente em funcionamento ininterrupto desde fins do século XIX.

Condição similar pode ser encontrada em várias regiões do mundo, em que há vestígios da (i)materialidade do passado posto no presente, pois quando se observa espaços sociais em que o registro arquitetônico do passado se mistura com as propagandas atuais, em que o capital investe e modifica o mundo concreto, a memória tende a ficar embaçada. É como enxergar o mundo através de um vidro num dia frio: quem vê, percebe que existe algo, mas não se consegue identificar muito bem seus traços: para se enxergar é preciso passar um pano ou as mãos sobre o vidro<sup>79</sup>. Do mesmo modo é o cotidiano. O pano aqui seria a busca pelo passado concreto, através de uma rigorosa investigação, em que se possa suplantar a alienação.

Esse raciocínio aponta à necessidade de adentrar na concreticidade do mundo, a fim de compreendê-lo e expô-lo em sua essência. Para isso, aqui se procura captar a distinção entre realidade e aparência no âmbito do materialismo histórico<sup>80</sup>. De acordo com Karel Kosik (1976), escritor marxista de origem tcheca, o pensamento dialético concreto é a condição para se alcançar a coisa-em-si, ou seja, para distinguir entre a representação e o conceito da coisa-em-si<sup>81</sup>, porque se as coisas fossem tal como chegam à nossa vista não seria necessário a Filosofia nem as Ciências, porque a própria aparência corresponderia à essência<sup>82</sup>.

Kosik denominou como “pseudoconcreticidade” a aparência do mundo e dos fenômenos, tudo aquilo que não corresponde à essência da coisa-em-si, mas apenas à sua imediaticidade. O

---

<sup>79</sup> Esta analogia ao vidro teve inspiração no célebre texto de Walter Benjamin, *Experiência e Pobreza*, em que o autor apresentou a geração que vivenciou as catástrofes da Primeira Guerra Mundial, como uma geração pobre de experiência, pois era quase inexistente informações boca a boca sobre a guerra, o que representava a barbárie, em que a técnica estava sobreposta ao ser humano. Benjamin utilizou do romance de Paul Scheerbart (1863-1915), para ilustrar a “cultura do vidro” enquanto símbolo da modernidade, porque “[...] o vidro é um material tão duro e tão liso, no qual nada se fixa. É também um material frio e sóbrio. As coisas de vidro não têm nenhuma aura” (BENJAMIN, 1987a, p. 116).

<sup>80</sup> Remete-se aqui ao materialismo, porque, segundo Kosik (1976), Platão já havia realizado esta distinção, mas utilizava-se do pressuposto de que a verdade seria encontrada através das ideias, não no mundo material. Para o filósofo grego, os sentidos físicos humanos impediam de se alcançar a verdade, que já estava “adormecida” no sujeito e só poderia ser alcançada através da razão, das ideias, do pensamento. Já o materialismo entende o contrário: que a consciência se forma a partir do contato com o mundo material.

<sup>81</sup> José Paulo Netto (2011, p. 21, 22), demonstrou que essa metodologia já estava contida nos estudos de Marx, mais precisamente quando se deslocou da crítica da filosofia à crítica da economia política, em que desenvolveu com mais consistência uma teoria que vai colocar em xeque a aparência dos fenômenos para captar sua essência, ou seja, sua estrutura, sua dinâmica, “o real reproduzido e interpretado no plano real (do pensamento)”. Netto (2011, p. 39, grifos originais), acrescentou: “para elaborar a reprodução ideal (a teoria) do seu objeto real (que é a sociedade burguesa), Marx descobriu que o procedimento fundante é a análise do modo pelo qual nele se produz a riqueza material”.

<sup>82</sup> “Se a aparência fenomênica e a essência das coisas coincidissem diretamente, a ciência e a filosofia seriam inúteis” (KOSIK, 1976, p. 13).



mundo cotidiano é o mundo da praticidade e não o da reflexão, nem da investigação. Desse jeito, a pseudoconcretidade deve ser categorizada como “[...] o complexo dos fenômenos que povoam o ambiente cotidiano e a atmosfera comum da vida humana, que, com a sua regularidade, imediatismo e evidência, penetram na consciência dos indivíduos agentes, assumindo um aspecto independente e natural” (KOSIK, 1976, p. 11).

Para ir além da aparência dos fenômenos, deixando de lado a sua pseudoconcretidade, é preciso sair da imediaticidade, conhecer a estrutura da coisa, sua totalidade concreta. A totalidade aparece de forma súbita, porém de maneira obscura. Para compreendê-la e explicá-la, o ser humano “[...] tem de fazer um *detour*: o concreto se torna compreensível através da mediação do abstrato, o todo através da mediação da parte”. Alcançar a concreticidade significa então ascender do abstrato ao concreto a fim de superar a abstratividade (KOSIK, 1976, p. 30, grifo original).

Entende-se aqui que essa análise sobre a concreticidade dialética do mundo, apresentada por Kosik se concilia com o propósito de Walter Benjamin, quando propõe sair da história e do passado que aparecem em evidência para escavar, investigar e analisar com profundidade a história dos oprimidos, porque é preciso sair do “cortejo dos vencedores”, na medida em que a luta das classes oprimidas, que vem sendo apagada ao longo da história, deve ser o objeto do materialismo histórico.

Seguindo esses pressupostos, passa-se aqui a se aproximar de uma parcela possível da concreticidade ou da “história a contrapelo” de Fernão Velho (Maceió-AL), que compõe o espaço industrial e o respectivo núcleo fabril da mais antiga, maior e mais próspera indústria têxtil de Alagoas entre início e meados do século XX, mas inaugurada 07 de março em 1857<sup>83</sup>, nas proximidades de um povoamento chamado Pedreiras<sup>84</sup>, à época pertencente à comarca de Santa Luzia do Norte<sup>85</sup>.

---

<sup>83</sup> A Cópia da Ata de fundação da Companhia União Mercantil foi divulgada em seu centenário, em 07 de março de 1957, no jornal Diário de Alagoas, por iniciativa da direção da Fábrica Carmen, junto a um texto de homenagem à memória dos empreendedores da primeira fábrica de fiação e tecidos de Alagoas.

<sup>84</sup> Hoje a vila ABC pertence aos domínios de Fernão Velho. Construída também pela gestão fabril da Fábrica Carmen. Segundo a oralidade, o nome ABC foi dado porque quando edificada era composta por 26 casas sinalizadas de A a Z, seguindo ordem alfabética.

<sup>85</sup> Santa Luzia do Norte foi a oitava vila das Alagoas, erigida em 1830, porém foi um povoado que apareceu desde os primeiros anos do século XVII. A sua principal atividade econômica estava concentrada nos banguês de cana-de-açúcar (DIEGUES JUNIOR, 1980). Por conta de não ter sido beneficiada pela estrada de ferro, Santa Luzia, assim



No período anterior à sua instalação, parte de seu território foi adquirido por José Antônio de Mendonça, o futuro Barão de Jaraguá, juntamente com outros sócios, iniciando a acumulação de capital para a implantação industrial, num contexto histórico em que o Brasil ainda era oficialmente escravista e imperial<sup>86</sup>, mas passando por importantes transformações em sua vida social e econômica, que apareceram com maior profundidade nas décadas posteriores.

A indústria foi denominada Companhia União Mercantil<sup>87</sup> e iniciou o processo de composição do operariado têxtil na Província, o que se acentuou nas décadas posteriores, principalmente entre a última década do século XIX, os anos correspondentes à Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e as décadas subsequentes (1920-1930), contribuindo para criar, desse modo, uma situação inédita no aspecto político, econômico, cultural e social das Alagoas, tendo em vista que esse Estado, antiga Província, teve sua história alicerçada sob o predomínio agroexportador, primeiramente com a cana-de-açúcar e em seguida com ou paralelo ao algodão<sup>88</sup>.

Dessa forma, após ter sido fundada, a indústria têxtil de Fernão Velho foi gradativamente ampliada e para o seu funcionamento necessitou da formação de uma classe operária fixa, treinada e disciplinada à nova condição sócio-econômico-cultural, guiada pela conciliação do controle do tempo e do trabalho, em que a produção industrial procurou inserir culturalmente uma ordem sistemática e regular sobre a classe trabalhadora (THOMPSON, 1998).

Por isso, aos poucos os industriais foram construindo uma espécie de “cidade fabril”, que compreendia a moradia do operariado, mestres, contramestres e gerentes<sup>89</sup>, próximas a um panóptico. Em alguns momentos, a própria família patronal residiu ou fez estadia em Fernão Velho, no primeiro andar do “casarão” ou “casa-grande”, como referenciado pela oralidade. A

---

como outras regiões, perdeu força econômica e política a partir de fins do século XIX (TENÓRIO, 1996).

<sup>86</sup> Há registros inclusive da visita do imperador Pedro II em Fernão Velho, no ano de 1859, quando de sua passagem por Alagoas, descrita em seu diário, e organizada em DUARTE, 2010a.

<sup>87</sup> A partir de 1943, passou a ser denominada Fábrica Carmen de Fiação e Tecelagem, quando foi adquirida pelo grupo Othon Bezerra de Melo.

<sup>88</sup> No período colonial, a cultura da cana-de-açúcar foi dominante na Zona da Mata alagoana. A partir de fins do século XVIII, entrou em cena a produção de algodão em larga escala, a qual competiu e até sobrepôs à cultura canavieira entre meados do século XIX e primeira metade do século XX. A cultura algodoeira na região favoreceu inclusive para o desenvolvimento dos estabelecimentos fabris alagoanos (LESSA; TENÓRIO, 2013).

<sup>89</sup> Nas primeiras décadas de funcionamento, a União Mercantil, tal como as demais fábricas no Brasil em período similar, emprega técnicos e trabalhadores especializados vindos de países europeus em sua maioria. (SANT’ANA, 1970).

presença física através de visitas periódicas do patrão foi muitas vezes enfatizada nos relatos orais de operários/as, principalmente no período em que o Othon Bezerra de Mello estava vivo (até 1949). Esse casarão ainda se mantém na estrutura de sua última reforma, em 1955, e está situado na parte central do bairro. (Na imagem a seguir pode-se ver a residência dos industriais).

Figura 7 – Casarão e dispensa.



Fonte: TRAMA..., 2007.

Autoria: Desconhecida.

Contudo, as visitas da família patronal tinham o intuito de inserir o operariado na disciplina fabril e de apresentar o patronato numa condição de superioridade frente à paupérrima classe operária, pois a presença da família Othon em Fernão Velho procurou mostrar-se como “bondosa” e caridosa para com os mais pobres. Através da fala da operária abaixo, que chegou em Fernão Velho em meados da década de 1930, pode-se perceber então a encenação do domínio do “Velho” (Othon Lynch Bezerra de Mello):

Tinha aquela casa lá em cima, que ainda tem [...] Mas o Othon e dona Maria Auxiliadora vinham passar tempo; eles não moravam lá. Só quem morava lá era o dr. Alberto [filho do Othon Bezerra de Melo e diretor da Fábrica Carmen]. Aí quando o “velho” [Othon] chegava, ele já era um homem de idade, ele ficava

naquela janela lá de cima [do casarão ou casa grande], aí pegava aquelas notinhas bem novinhas, de 2 reais<sup>90</sup>, não sei de quanto era, aí jogava no chão, plá, na rua, era dinheiro para todo canto e ficava assim de menino para apanhar as notinhas tudo nova, novinha [risos]... ele achava uma graça, os meninos tudo correndo atrás para pegar o dinheiro (OPERÁRIA C).

Essa relação, no entanto, não foi particularidade de Fernão Velho, mas parte de uma política de administração fabril em que o controle patronal direto sobre o operariado era peça central, pois o patronato procurava residir próximo à classe trabalhadora ou estar em visitas periódicas aos núcleos fabris ou vilas operárias, como demonstração de uma espécie de “devotamento” do industrial para com os pobres. “Nessas representações, o patrão surgia como indivíduo esclarecido que, num gesto de grandeza, empregava parte de seu tempo na tarefa de zelar, ensinar e educar seus operários” (CORREIA, 1998, p. 174).

Através do que foi apresentado até então, é possível perceber que a instalação de um núcleo fabril não era uma atitude fortuita, mas uma estratégia de dominação muito usual no Brasil entre fins do século XIX e início da segunda metade do século XX, principalmente por se tratar de um modelo de produção inédito, em um país agrário, escravista (ou recém-saído da escravidão) e de escassa experiência fabril (CORREIA, 1998).

Esse modelo de dominação fabril, em que os industriais regulavam o tempo-espço da classe trabalhadora fora do trabalho, estava ligado a um contexto específico do capitalismo internacional existente desde as primeiras décadas do século XX, conhecido como “fordismo-keynesianismo” (HARVEY, 2012), ou “americanismo-fordismo” (GRAMSCI, 2008), em que uma de suas preocupações centrais condizia com a inserção da autodisciplina e obediência da classe trabalhadora, o que fazia com que o controle dos industriais transbordasse para a vida privada através do consumo e da moralização da classe trabalhadora.

Desse modo, em Fernão Velho os industriais montaram gradativamente uma estrutura urbana, com assistências sociais relativamente avançadas, comparando com a de boa parte dos espaços de habitação das Alagoas de então, porque o núcleo fabril possuía ambulatório, cinema, clubes recreativos, mercados, feira livre, quadras poliesportivas, escolas e um conjunto de

---

<sup>90</sup> Trata-se de um lapso de memória, pois a entrevistada possivelmente confunde a moeda brasileira atual com o Réis (entre 1822 e 1942) ou com o Cruzeiro (entre 1942 e 1967).

atividades, compostas por banda e orquestra musical, corpo de bombeiros, grupo de escoteiros, grupos religiosos católicos, times de futebol de salão e de campo, voleibol e basquetebol etc., todas realizadas por operárias/os, mas por intermédio da administração fabril.

Como veremos melhor adiante, até fins da década de 1950 toda a estrutura material da fábrica e do núcleo fabril já estavam formadas. As últimas grandes construções ou reformas de espaços públicos pela intervenção dos industriais aconteceram até o início da década de 1960, pois a data mais recente, marcada em prédios na localidade é do ano de 1961, quando da reforma e ampliação do prédio da fiação da Fábrica Carmen. O período de reformas e aumento da extensão do núcleo fabril ocorreram com a gestão do grupo Othon, principalmente entre fins dos anos 1940 e os anos 1950, mas há construções ainda de períodos anteriores, principalmente nas edificações da fábrica.

Para se compreender melhor a formação social de Fernão Velho, é importante conectá-lo às transformações políticas e econômicas ocorridas em Alagoas, entre a segunda metade do século XIX e meados do século XX, pois se o seu desenvolvimento industrial está interligado com as estruturas internas do país e mais especificamente do Estado em que está inserido.

### 3.2 O OPERARIADO DE FERNÃO VELHO NO CONTEXTO ALAGOANO: DAS ORIGENS AOS ANOS 1950

Esta subseção tem o intuito de apresentar o operariado de Fernão Velho em suas conexões com a estrutura social da formação da modernidade capitalista em Alagoas, percebendo-se as articulações políticas dessa formação.

Como visto, o pontapé inicial do tímido processo de implantação de indústrias em Alagoas ocorreu em 1857, quando na então província foi instalada a União Mercantil, no povoado denominado Fernão Velho. Ao se observar o contexto brasileiro naquele momento, percebe-se que essa instalação se deu prematuramente, porque quase não existiam indústrias no Brasil. Em 1866, havia somente nove indústrias têxteis na extensão nacional<sup>91</sup>. Além disso,

---

<sup>91</sup> “Em 1866 a indústria têxtil [brasileira] atingia maior desenvolvimento, com a existência de 9 fábricas com 14.875 fusos, 385 teares mecânicos, em que trabalhavam 768 operários produzindo 125.000 quilos de fio e 3.944.600 metros de pano [...]” (SIMONSEN, 1973, p. 15).

Alagoas era territorialmente a segunda menor Província e uma das menos prósperas economicamente<sup>92</sup>.

Todavia, este surgimento do operariado em Alagoas não foi a única transformação local, pois desde fins do século XIX, havia a presença dos estivadores do Porto de Maceió, em Jaraguá, lancheiros, doqueiros, carroceiros e vendedores ambulantes, compostos basicamente por força de trabalho masculina. Também se notava a existência dos caixeiros, que tinham uma entidade representativa de caráter mutualista, a Sociedade Perseverança e Auxílio dos Caixeiros de Maceió (MACIEL, 2009). Tinha-se igualmente trabalhadores ligados à rede ferroviária, à tipografia (imprensa) e aos pequenos estabelecimentos de “[...] sapatarias, fundições, fábricas de vinagre, óleo, gelo, cera, sabão e cigarro” (MACIEL, 2009, p. 64).

Embora o número de operários/as alfabetizados/as fosse reduzido – o analfabetismo chegava a 80% na população de Maceió ao menos até o início do século XX – nesse contexto era notória a presença de uma imprensa operária, de crítica à sociedade maceioense e comprometida com a causa das/os trabalhadoras/es. Osvaldo Maciel (2009) entendeu que a difusão da imprensa operária acabava por estimular o hábito de leitura entre a classe trabalhadora.

Dito isso, a articulação política da nascente burguesia industrial e a formação do operariado têxtil em Alagoas passaram por um lento processo de amadurecimento, que durou cerca sessenta anos para se firmar no conjunto dessa sociedade, quando em outras regiões do país, esse processo já estava mais consolidado, devido possuírem maior acumulação de capitais, sem contar o estabelecimento de poder político-estatal por setores ligados à industrialização<sup>93</sup>.

É possível afirmar que o momento de formação de um peso político mais consistente do proletariado alagoano só começou a existir a partir dos anos compreendidos pela Primeira Guerra Mundial (1914-1918), quando a indústria têxtil nacional ampliou sua produção têxtil, aproveitando do mercado consumidor aberto pelas grandes potências em conflito.

A indústria têxtil absorveu a força de trabalho feminina, enquanto nos demais setores era

---

<sup>92</sup> Essa discussão pode ser encontrada no artigo FARIAS, 2013.

<sup>93</sup> Segundo Stein (1979, p. 35), “em 1866, a cidade da Bahia e seus arredores abrigavam 5 das 9 fábricas existentes no Brasil”. No entanto, “em 1885, trinta e três das quarenta e oito fábricas brasileiras estavam localizadas nas províncias do centro-sul (Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais), sendo que os subúrbios e a cidade do Rio de Janeiro concentravam o maior número de fusos e teares” (Ibidem, p. 36).

ínfima essa presença. A inserção de mulheres operárias gerou uma dinâmica nova, primeiro porque passou a ter a ocupação de famílias inteiras no mesmo trabalho; também provocou certa autonomia das mulheres frente ao espaço público e às decisões políticas<sup>94</sup>, embora essa participação direta fosse muitas vezes retraída pelo predomínio patriarcal sindical e partidário.

Do seio dessa nascente burguesia comercial brotaram as condições políticas e econômicas para Alagoas iniciar a acumulação de capital para a modernização, provocando o gradual desenvolvimento dos transportes, da criação de uma estrutura estatal burocratizada e da futura instalação da União Mercantil, primeira fábrica têxtil alagoana, pelo comerciante José Antônio de Mendonça, o futuro barão de Jaraguá que, diga-se de passagem, mantinha-se articulado com o imperador Pedro II, tanto que este último em passagem por Alagoas visitou as instalações da fábrica e se hospedou no palacete de seu fundador, situado no Centro de Maceió (DUARTE, 2010a).

É interessante notar como a “memória por tabela” (POLLAK, 1992) se faz presente quanto à fundação da fábrica da União Mercantil, pois vários entrevistados (principalmente homens) remeteram-se à visita de Pedro II a Fernão Velho.

Alguns depoimentos apontaram também que a origem do nome “Fernão Velho” está relacionada a um homem de idade avançada, que tinha um sítio na parte alta e que por ter o nome de Fernão e ser idoso, chamavam-no por “Fernão Velho”. Segundo esses depoimentos, quando a fábrica foi instalada a denominação do sítio já existia. Essa é uma hipótese viva nas histórias da origem.

Por que Fernão Velho? Por que eu chamo esse nome de Fernão Velho? Porque aí no alto da Bela Vista era um sítio sabe, tinha manga, tinha banana, tinha muitas frutas, principalmente manga... então tinha uma casinha lá, uma casa... e morava um homem. Este homem se chamava Fernão. É pesquisa, não é que eu diga, que eu não vi. Pesquisei, sabe? [...] Eu não era nem nascido, mas eu pesquisei e encontrei e o nome do homem chamava-se Fernão, ali no alto da Bela Vista. Só a

---

<sup>94</sup> A inserção em massa da mulher no trabalho fabril no país, entre fins do século XIX e primeiras décadas do século XX, condicionaram para que estas reividassem participação eleitoral por décadas. No Código Eleitoral de 24 de fevereiro de 1932, número 21.076, apareceu pela primeira vez no país, a permissão para a participação da mulher como eleitora. No entanto, a Constituição de 1934, em seu artigo 109, trouxe a condição de que a mulher deveria estar exercendo função remunerada: “o alistamento e o voto são obrigatórios para os homens, e para as mulheres, quando estas exerçam função pública remunerada, sob as sanções e salva as exceções que a lei determinar”.

casinha dele era lá, o Fernão morava lá. Por ele ser um homem de idade, chamavam-no de Fernão Velho, sabe? Porque ele era um homem já velho. O pessoal de Bebedouro, Maceió, por ali, vinha... vamos para a casa do Fernão Velho hoje... tudo atrás das mangas, das frutas, né? Aí vinha, ele recebia muitas visitas. Então, esse nome de Fernão Velho veio desse que morava aí, desse homem que morava aí na Bela Vista, o Fernão, seu Fernão. Não foi o Fernão Dias Paes Lemo [Leme] da história não. Foi um homem assim e pronto. Simples, tão simples, né (OPERÁRIO B).

A história da origem, narrado pelo Operário B, explicou a formação de um espaço fabril inaugurado sob a exuberância de alimentos, tanto que pessoas de outros locais vinham “tudo atrás das mangas, atrás das frutas”. Ao que se indica, o operário buscou afirmar uma condição operária alicerçada sob a abundância. Fernão Velho foi, portanto, fundado num instante em que o local da indústria era lugar de prosperidade e que a fábrica chegou para substituir esse “velho homem bondoso” para com os visitantes, isso por volta do século XIX. Percebe-se também uma relação com a terra que, ao menos aparentemente não dispunha de cercas, de obstáculos para os transeuntes.

Voltando-se às condições mais amplas do contexto de fundação da fábrica é importante notar que na segunda metade do século XIX, quando havia transformações na dinâmica econômica, principalmente com a produção algodoeira em diversas cidades alagoanas, que chegou em muitos momentos a competir com o açúcar (LESSA; TENÓRIO, 2013). O algodão contribuiu assim como matéria-prima às nascentes indústrias têxteis alagoanas<sup>95</sup>.

A apresentação desse alicerce é fundamental para se perceber como ocorreu a articulação inicial da burguesia comercial-industrial alagoana para a formação da indústria local, porque embora instalada, a indústria não teve êxito lucrativo ao menos nas primeiras décadas de sua existência, o que levanta a hipótese de que sua instalação e mantimento desdobrou-se mais por *status* social do fundador do que por lucro, em que se pode confundir a mentalidade oligárquica sobre a elaboração de um *ethos* industrial próprio, ao menos em suas formação inicial (FARIAS,

---

<sup>95</sup> Até então, pode-se dizer que há uma lacuna quanto aos impactos da Lei de Terras, de 1850, para Alagoas. Durante este estudo não foi possível encontrar referências para trazer um diálogo entre o processo de formação do operariado em Alagoas e a relação com os latifúndios ou pequenos produtores rurais. Pode-se fazer referência à obra *Cativeiro da Terra* (MARTINS, 2010), em que José de Souza Martins apresentou a problemática da mudança de trabalho escravo para o de cativeiro, ligado às plantações de café no Centro-Sul. Em seu estudo, Martins apontou que o século XIX não representou do ponto de vista capitalista a formação do trabalho assalariado, mas da transição para o colonato, que durou no país até a década de 1950.

2013).

No ano de 1876, foi fundada a Sociedade Beneficente de Proteção e Auxílio da Cia. União Mercantil, em Fernão Velho, sociedade de caráter mutualista, pois foi um instrumento de auxílio “[...] em casos de doença, invalidez ou morte de sócios e/ou familiares: em alguns casos a mutualidade possuía como principal objetivo, explicitado em seus estatutos, angariar forças para realizar atividades culturais, organizar grupos teatrais e bandas de música, etc.” (MACIEL, 2010).

Em 21 de dezembro de 1890, foi criado o Partido Operário Alagoano; em 1891, surgiu a primeira grande greve em Maceió, em que lancheiros, estivadores, carroceiros e trapicheiros também aderiram; em 1892, houve a paralisação dos trabalhadores da estrada de ferro (ALMEIDA, 2006).

Em cerca de uma década e meia, em 1909, aconteceu a primeira greve regional dos trabalhadores da Great Western (empresa inglesa de ferrovia), envolvendo trabalhadores/as da Paraíba, Alagoas, Pernambuco e Rio Grande do Norte (ALMEIDA, 2006). Na mesma época, irromperam-se ligas e centros operários, jornais e periódicos voltados ao operariado, bem como a constituição de sociedades mutualistas embasadas em parte pela teoria do socialismo europeu (MACIEL, 2009; ALMEIDA, 2006).

Assim, nos idos dos anos 1930, havia uma articulação operária mais amadurecida e mais conectada com a conjuntura e os movimentos nacionais, em que já se tinha a fundação do Partido Comunista Brasileiro, em 1922, bem como uma atuação operária mais engajada, a institucionalização sindical que, embora fiscalizada pelo Estado, servia de amparo jurídico para as/os trabalhadoras/es. Não se pode esquecer que também houve uma maior difusão dos ideais socialistas, influenciados pela Revolução Soviética de 1917. Além disso, com a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) houve significativo crescimento dos parques industriais brasileiros e, consequentemente, aumento da classe operária.

Essas condições históricas proporcionaram para que em Fernão Velho tivesse uma classe operária mais combativa e desembocasse no primeiro registro que se tem de greve na União Mercantil, em 1932. Essa greve desencadeou na expulsão de dezessete famílias operárias, que passaram por grande represália policial, pois foram demitidas e desalojadas, gerando um embate



entre a União Mercantil e a Federação dos Trabalhadores (ALMEIDA, 2006).

A fundação do Sindicato dos Trabalhadores de Fiação e Tecelagem de Fernão Velho só aconteceu em 03 de dezembro de 1939 e a Caixa Beneficente no ano de 1942.

Apresentadas esses processos iniciais, observou-se que por volta das primeiras décadas do século XX, Alagoas firmou sua estrutura industrial e operária têxtil, composta pelas fábricas da Pedra (de Delmiro Gouveia), Pilar, São Miguel dos Campos, Rio Largo, Penedo e Maceió. Segundo levantamentos do historiador Golbery Lessa (2013), nos anos 1940 contabilizou-se o número de doze indústrias têxteis no território alagoano, porém, de acordo com o Censo Industrial de 1940 (com dados de 1939), em Alagoas havia cinquenta e três estabelecimentos têxteis, sendo cinquenta em atividade.

Golbery Lessa, através de um diálogo informal, afirmou que é possível que os quarenta e um estabelecimentos restantes correspondessem a pequenas organizações de produção de saco para empacotamento de açúcar ou de tecidos em pequena escala, mas que não se caracterizavam como fábricas, o que explica a divergência para com o Censo Industrial.

Em termos de Nordeste<sup>96</sup>, no Censo Industrial de 1940, dentre os nove Estados, Alagoas apareceu como o terceiro menor em número de estabelecimentos, mas o terceiro maior em quantidade de operários/as empregados/as e em produção de tecidos. É provável que haja incongruências nesses dados, tendo em vista possíveis omissões numéricas por parte dos industriais para se esquivarem de pagamentos de direitos trabalhistas e/ou impostos. A afirmação sobre as incongruências nos dados pode ser encontrada também na oralidade, como veremos ao longo desta tese.

Voltando ao contexto alagoano, em fins da década de 1950 era notório o declínio de algumas indústrias têxteis. A exemplo foram a Companhia Pilarense de Fiação e Tecidos (Pilar-AL) e a Companhia Industrial Penedense (Penedo-AL). Referente ao fechamento dessas duas fábricas, houve uma publicação no Diário do Congresso Nacional (Seção II), de 20 de setembro de 1957, p. 2373, a seguinte afirmação do senhor Ezechias da Rocha: “Desejo também referir-me

---

<sup>96</sup> A fim de se perceber a desigualdade de concentração industrial no país, aponta-se para São Paulo, estado com produção e estabelecimentos muito superiores aos das indústrias dos demais estados do país, pois possuía 998 estabelecimentos têxteis e empregava 1.411.968 operários. No somatório dos 9 Estados nordestinos 733 estabelecimentos têxteis no mesmo período (COMISSÃO..., 1950). Ver Anexo II.

à condição da indústria de tecidos, no estado de Alagoas. Há algum tempo fechou-se a fábrica de Penedo e, nos últimos dias, outra em Pilar. A situação é, pois, calamitosa, não só para essa indústria, como para o pobre operariado que, desempregado, fica na mais triste situação”.

Valendo-se da informação acima, é perceptível que os anos 1950 apresentaram sinais da crise da indústria têxtil em Alagoas. As que possuíam menor capital não suportaram e tenderam a um processo de decadência e/ou falência. Mas, não se pode deixar de lembrar que essa foi uma crise que estava concatenada com as transformações na indústria nacional, pois 1953 “[...] fora o primeiro ano de declínio da produção industrial desde 1947, após um período de crescimento econômico provocado por uma política indireta de proteção à indústria, introduzida pelo governo de Dutra, por meio do controle de operações cambiais” (MOISÉS, 1978, p. 68).

Por conta dessa conjuntura, a primeira metade dos anos 1950 foi marcada por mobilizações operárias em todo o país, desembocando na greve dos 300 mil, em São Paulo, em 1953 e 1954. Esses conflitos de classe acirraram as disputas hegemônicas entre as classes dominantes pelo controle do Estado (MOISÉS, 1978). Em Fernão Velho, as mobilizações operárias ocorreram com frequência, principalmente no contexto dos anos 1953 a 1964, através da maior inserção do PCB-AL no meio sindical, tal como será apontado em momento propício desta tese.

Feita esta breve apresentação sobre as condições históricas da formação da indústria têxtil de Fernão Velho no panorama regional, vejamos adiante algumas características e períodos correspondentes às diferentes gestões fabris da Fábrica Carmen, desde sua formação até o processo de declínio fabril.

### 3.3 TRAJETÓRIA ECONÔMICA E SOCIAL DA FÁBRICA CARMEN

Nesta subseção, procurar-se-á apontar os períodos das gestões da Fábrica Carmen, a fim de se conhecer os grupos de industriais que mantiveram a propriedade privada dos meios de produção e de reprodução em Fernão Velho, porque, como já dito, além da produção fabril, os serviços prestados ao operariado eram de incumbência dos industriais. Ao mesmo tempo, procurar-se-á fazer nexos com a atualidade para se perceber ligações entre a memória nos relatos e o aprofundamento da investigação histórica.

As primeiras décadas de funcionamento foram marcadas por uma espécie de **ensaio das relações fabris**<sup>97</sup>, em que a fábrica começou a mover suas máquinas, a partir de 1864<sup>98</sup>, com cerca de setenta teares, funcionando inclusive com bastante dificuldade nos primeiros anos, por conta da concorrência com as indústrias baianas<sup>99</sup> e com aparecimento de doenças, como varíola e malária (SANT'ANA, 1970).

Em 1884, houve a inauguração da estação ferroviária de Fernão Velho, possibilitando o desenvolvimento econômico da localidade, devido à facilidade de escoamento de mercadorias e a absorção de matérias-primas, além de ampliar a potencialidade de comunicação com “outros mundos”, porque conectou a localidade ao Porto de Jaraguá, em Maceió, e a diversas cidades do interior de Alagoas; em 1894, os trilhos passaram a fazer ligação com a cidade de Recife-PE (TENÓRIO, 1996).

Segundo Douglas Tenório (1996, p. 106), a linha férrea proporcionou

[...] o conhecimento da corte e do mundo, a discussão de temas políticos, sociais, científicos e culturais. A leitura de jornais passaria a ser um hábito obrigatório nas viagens. Maceió aumentará os seus serviços públicos, suas diversões, atraindo a gente do interior, os fazendeiros. [...] As zonas servidas pelos trilhos tinham as propriedades rurais valorizadas.

A União Mercantil foi adquirida pela família Machado em 1891, período compreendido pelo “grande surto industrial brasileiro<sup>100</sup>” (1885-1895) em que surgiram mais quatro indústrias têxteis em Alagoas<sup>101</sup> e uma maior quantidade de fábricas no Brasil como um todo<sup>102</sup>. Adalberto

<sup>97</sup> Para mais detalhes sobre esse período, ver: FARIAS, 2013.

<sup>98</sup> Segundo Sant'ana (1970, p. 64) “Somente em 1863, após superadas algumas dificuldades, acabou-se de montar a fábrica, na localidade Fernão Velho (Maceió), funcionando pela primeira vez os seus teares no ano seguinte [1864], ficando assim implantada a indústria têxtil em Alagoas”.

<sup>99</sup> “Em 1866, a cidade da Bahia e seus arredores abrigavam 5 das 9 fábricas [têxteis] existentes no Brasil” (STEIN, 1979, p. 35).

<sup>100</sup> “Os primeiros anos da década de noventa [1890] foram considerados pelos contemporâneos como um período de grande expansão para a indústria têxtil algodoeira. [...] Nesse período foram fundadas muitas das fábricas que, posteriormente, viriam a se transformar nas maiores do Brasil” (STEIN, 1979, p. 97).

<sup>101</sup> Duas delas situadas na localidade de Rio Largo, na época pertencente ao município de Santa Luzia do Norte: Progresso Alagoano, fundada em 1892 e Alagoana de Fiação e Tecidos, construída em 1888. Uma localizada no município de Pilar, constituída em 1892. A última do período foi a Industrial Penedense, inaugurada em 1897, no município de Penedo (SANT'ANA, 1970).

<sup>102</sup> “Os primeiros anos da década de noventa [1890] foram considerados pelos contemporâneos como um período de grande expansão da indústria têxtil algodoeira [no Brasil]” (STEIN, 1979, p. 97).

Marroquim<sup>103</sup> (1922, p. 201, 202, 204), trouxe, através de um tom propagandístico para com os industriais da União Mercantil, a condição da fábrica no início dos anos 1920, pois afirmou que:

[...] sob a direção do saudoso capitalista commendador José Teixeira Machado<sup>104</sup>, a fabrica de Fernão Velho passou por completa transformação tornando-se, com o aumento do predio e adaptação de novas machinas, um dos mais poderosos nucleos da industria brasileira de tecidos. Depois do alludido aumento de capital a fabrica, que só produzia tecidos crús, passou a fabricar tambem tecidos alvos. Nestes ultimos anos [início dos anos 1920] sob a poderosa iniciativa dos Diretores drs. Antonio Machado e Arthur Machado, filhos do commendador Machado, a Fabrica tem augmentado sempre sua capacidade, e a organização operaria tornou-se verdadeiramente modelar. Foram executados grandes serviços de saneamento no perimetro da povoação de Fernão Velho afim de assegurar a salubridade local abolido o trabalho nocturno, creadas escolas para filhos de operários e concedidas casas para habitação gratuita dos operarios que tiverem 5 anos de serviços, com direito a fornecimento, tambem gratuito de agua e luz electrica (sic).

Dessa forma, com a inserção da linha férrea, a chegada da família Machado e a relativa ampliação da indústria têxtil no Brasil, Fernão Velho saiu do fim do ciclo preambular ou dos ensaios das relações fabris para sua “**primeira fase de expansão industrial**”, pois as mudanças internas e externas ocorridas em fins do século XIX desdobraram-se ao longo do início do século XX, com fatores favoráveis a esse desenvolvimento. Tais causas decorreram dos favorecimentos recebidos pela indústria nacional, através da absorção de crédito inglês e estadunidense<sup>105</sup>, do desenvolvimento nas comunicações e transporte, abolição da escravatura, imigração europeia para o Sul e Sudeste etc., criados nos anos anteriores e consolidados com os desdobramentos da Primeira Guerra Mundial (1914-1918)<sup>106</sup>.

<sup>103</sup> “(AL? 1833-?) Deputado Estadual nas legislaturas 1917-18; 19-20; 21-22; 23-24. Diretor do Ensino Público”. Disponível em: < <http://www.abcdasalagoas.com.br/verbetes>>.

<sup>104</sup> José Teixeira Machado (1857-1918) era de origem lusitana, mas viveu no Brasil mais de meio século, sendo trinta e três anos em Alagoas. Foi um dos fundadores da Fábrica Cachoeira, em Rio Largo, em 1891; em 1895, fundou a Companhia Progresso Alagoana, também em Rio Largo. Foi acionista de bancos, “[...] acionista majoritário da Companhia Alagoana de Trilhos Urbanos (CATU); acionista da Companhia de Força e Luz de Maceió e do Banco do Norte do Brasil, além de ocupar cargos de destaque, como por exemplo, o primeiro presidente da Junta Comercial do Estado de Alagoas [...]”. Foi, por fim, proprietário da Companhia União Mercantil, adquirindo-a em 1891, tal como já sinalizado. (PAIVA, 2015).

<sup>105</sup> Devido ao caráter subserviente da burguesia brasileira aos grandes trustes internacionais, a dependência dos investimentos internos aconteceu por via do capital financeiro inglês durante o século XIX, ao passo que “a 'americanização' do país [Brasil] ganhou força na primeira década do século XX” (ARRUDA, 2012, p. 127).

<sup>106</sup> “A principal consequência da guerra [Primeira Guerra] para as fábricas de tecidos brasileiras não foi o crédito

A ampliação fabril de Fernão Velho, ocorrida durante a Primeira Guerra implicou no aumento do número de teares, pois a União Mercantil estendeu seu maquinário de setenta a oitenta teares para o número de mil máquinas de tecer (CIPRIANO, 1999). A imagem a seguir condiz com a segunda estrutura física da fábrica, instalada em 1914. Dentre as informações encontradas na oralidade, houve tanto a afirmação de que a indústria foi instalada no mesmo lugar que está atualmente (o mesmo da foto abaixo), como a de que foi instalada no prédio onde funcionou o armazém até fins da década de 1970 (espaço onde parte da estrutura hoje funciona a Escola Municipal Hermínio Cardoso e outra parte está sendo destruída para construção de casas, pois corresponde a um dos terrenos indenizado aos/às trabalhadores/as).

Figura 8 – Operariado em frente à União Mercantil: início dos Anos 1920.



Fonte: MARROQUIM, 1922.

Autoria: Desconhecida.

---

fácil e sim o monopólio do mercado interno. Era uma oportunidade de ouro para os empresários têxteis que já dispunham, nessa época, de know-how técnico, mercado para os tecidos grossos produzidos pela maioria das fábricas e um sistema bem consolidado de distribuição” (STEIN, 1979, p. 116).

Ao se observar a fotografia, é possível notar um espaço fabril com arquitetura eclética e já bastante extensa, que em termos de tamanho não sofreu grandes modificações mesmo com a ampliação do grupo Othon. O aparecimento da chaminé também aponta para esse crescimento, pois a força hidráulica deixou de ser a única a mover a fábrica. A imagem das pessoas (supõe-se que seja o operariado) demonstrou a presença massiva de crianças, algo comum entre as últimas décadas do século XIX e meados do século XX. Outra presença marcante na imagem é a de mulheres, as quais compõem a maioria do quadro, principalmente nos setores de fiação e tecelagem.

De acordo com Adalberto Marroquim (1922, p. 204), a Companhia União Mercantil, em 1920, “mantem 850 operarios, sendo 330 homens e 520 mulheres; não ha trabalho nocturno em nenhuma das secções, fornece gratuitamente assistencia medica e serviços de pharmacia, custeando varias escolas diurnas e nocturnas, e um cinema que funciona aos domingos” (sic).

Ou seja, cerca de 39% do operariado eram homens, enquanto 61% eram mulheres. Talvez a não existência de trabalho noturno tenha se dado pelos altos custos da produção com utilização de luz elétrica na iluminação do ambiente de trabalho. Por fim, notou-se que o autor do livro, Marroquim, procurou evidenciar um suposto bom tratamento dos industriais para com o operariado, através do fornecimento “gratuito” de uma série de assistências e promoção de lazer.

Voltando à fotografia, um detalhe que também chamou a atenção foi as características étnico-raciais, marcadas pelo predomínio de negros e mestiços, pois a presença do imigrante europeu para o trabalho nas indústrias do Nordeste foi quase nula, exceto homens com maior qualificação técnica. Em Fernão Velho, tal como em outras regiões do país, o operariado naquele período era composto por mestiços pauperizados, filhos ou netos de escravizados, indígenas e/ou brancos pobres. É quase inexistente pessoas brancas com traços predominantemente europeias, a não ser nas famílias dos industriais.

Segundo Hardman e Leonardi (1982, p. 117),

Mesmo após a abolição, com exceção de São Paulo, Rio e outras cidades do centro-sul, o peso específico dos operários imigrantes continua pequeno em certas cidades do Rio Grande do Sul, em Salvador, Recife, Belém e outras cidades do Norte-Nordeste. Nessas regiões, predominava o trabalhador nascido no Brasil.

A breve apresentação dessa condição étnico-racial do operariado têxtil de Fernão Velho, é fundamental para se perceber as suas especificidades, que trazem contradições específicas em comparação com o operariado europeu e até mesmo o das regiões de grande concentração industrial do Brasil.

Dito isso, parcela da estrutura fabril do início de meados dos anos 1910, ainda compõe parte da estrutura do edifício fabril existente em Fernão Velho, pois em uma das fachadas do prédio da fábrica há a marcação do ano de 1914, quando a planta fabril foi ampliada e o núcleo fabril teve grande crescimento, ao ponto que várias ruas da localidade ainda hoje mantém oficialmente nomes da família Machado<sup>107</sup>.

O Operário F, nascido em 1936, em seu depoimento, apontou para o ano de 1914, marcado no prédio da Fábrica Carmen, como ano de reforma, não de construção da indústria. O que se pode perceber em sua fala é que se trata de um conhecimento transferido pela “memória por tabela” (POLLAK, 1992), em que o narrador não viveu o período em que narra, mas conta a partir do que ouviu. Além disso, em sua fala é possível perceber o que Benjamin (1987b) chamou a atenção para a importância do significado da experiência, ou seja, a comunicação entre os mais velhos e os mais jovens. Vejamos:

Os mais antigos conversavam sobre isso, sabe? A gente ouvia... está entendendo? Muita gente às vezes chega aqui, chega ali perto do Senado<sup>108</sup>, eles olham ali e veem 1914 na fábrica, mas ela não foi feita, a fábrica não foi feita em 1914; 1914 ela deu uma reforma, então botaram ali 1914, mas ali foi uma reforma (OPERÁRIO F).

Segundo informações obtidas com moradores/as de Fernão Velho, em meados de 2014, os proprietários do prédio da fábrica mandaram apagar a marcação mais evidente no edifício fabril, datada de 1914. Cogita-se aqui que essa atitude esteja ligada a um processo de destruição dos

---

<sup>107</sup> Para um aprofundamento sobre a atuação política e econômica da família Machado em Alagoas, demandaria um estudo à parte devido à necessidade de ter acesso e análise de documentações cujo o período não está como foco deste estudo.

<sup>108</sup> Senado, em Fernão Velho, foi e ainda é um espaço predominantemente masculino, criado pelos operários para discutir assuntos de política, das relações da fábrica e/ou assuntos do cotidiano. Não há data precisa de seu surgimento, mas no passado foi usado para organizar greves e discutir assuntos relacionados ao trabalho. Atualmente abriga pessoas mais velhas para jogos de dominó e similares e/ou ver os que transitam pela localidade, pois fica em local de visão privilegiada para a região central do bairro.

símbolos da memória com fins de se comercializar o prédio, burlando-se fiscalizações dos órgãos responsáveis pelo mantimento do patrimônio histórico. Entretanto, outra marcação com a data de 1914 ainda se mantém, porém de modo mais discreto, talvez não observada pelos proprietários<sup>109</sup>.

Figura 9 – Marcação de 1914 em alto-relevo apagada.



Fonte: Acervo pessoal.  
Autoria: Daniella Acioli, jan. 2016.

---

<sup>109</sup> Em parceria com Golbery Lessa, o autor desta tese produziu e publicou um vídeo de denúncia sobre a destruição do patrimônio industrial de Fernão Velho, em dezembro de 2014. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=HAVzvImCas8>>.



Figura 10 – Marcação de 1914 em alto-relevo.



Fonte: Acervo pessoal  
 Autoria: Larissa Lisboa, 2017.

Abrindo-se um parêntese sobre as denominações das ruas de nomes de familiares dos industriais, é interessante notar que os/as moradores/as-operários/as atribuem alcunhas aos nomes oficiais das ruas. Desconhece-se o nome de alguma rua em que no cotidiano se denomine pelo das famílias dos industriais. Em substituição colocam-na “rua nova”, “vai-quem-quer”, “rua da mangueira”, “rua do cajueiro”, “beco da coruja”, “rua da linha” etc. O início e fins dos espaços das ruas também não obedecem ao estabelecido pela oficialidade. Se algum transeunte desavisado procurar apenas por endereço oficial pode ter certa dificuldade para encontrar o que almeja. Uma hipótese é que isso seja estratégia de resistência coletiva (mesmo inconsciente).

Voltando ao recorte histórico das gestões fabris, no ano de 1938 a União Mercantil S/A. foi vendida para a família Leão<sup>110</sup>, da Usina Utinga Leão, localizada no município de Rio Largo-AL, no povoado de nome Utinga Leão. Essa foi a gestão mais curta dessa fábrica, pois durou

<sup>110</sup> Sobre a família Leão em Alagoas, há pouca informação disponível. Não foi possível encontrar trabalhos científicos referentes a esta família, mas apenas um texto sem autoria definida, no blog Cantinho da Leão, em que se apresentou o histórico da chegada desta família em Alagoas, ocorrida em fins do século XIX. Neste texto também se afirmou que essa família estava ligada ao antigo Banco de Alagoas e à produção canavieira, primeiro com engenho e depois como Usina, sendo uma das primeiras do estado. Ver [http://cantinhodaleao.blogspot.com.br/2013\\_12\\_01\\_archive.html](http://cantinhodaleao.blogspot.com.br/2013_12_01_archive.html).

apenas até o ano de 1943.

Segundo Marcelo Tavares (2016), apesar da curta duração, a gestão da família Leão teve grande número de acionistas, modificou o Estatuto da Fábrica, modernizou o maquinário e procurou trazer conhecimento técnico e pragmático, inclusive na escolha dos funcionários, pois

[...] buscou uma equipe de estrangeiros para auxiliar no controle dos diversos setores produtivos. Dr. Ernest Gillman, inglês, um dos sócios majoritários que assumiu a direção, trouxe um saber que julgava técnico, visando potencializar a produção de forma a melhor adaptá-la às demandas internacionais e nacionais (TAVARES, 2016, p. 69).

A gestão dos “Leões” foi também caracterizada por traços assistencialistas, encabeçada pela esposa de Gillman, que se responsabilizava pela “doação” de brindes e brinquedos no período natalino, o que identifica a pobreza do operariado. Reformou o ambulatório e construiu uma creche. “Tal situação fortalecia a relação de dependência dos operários em relação aos patrões, seja pelo trabalho, seja pelos demais benefícios” (TAVARES, 2016, p. 70).

Em 1943, a União Mercantil foi adquirida pelo grupo Othon Bezerra de Melo<sup>111</sup>, originário de Recife-PE, que já possuía a aplicação de capital em diversas regiões do país em variados ramos. Inclusive o ano de 1943 foi o mesmo em que o grupo inaugurou o primeiro hotel e mais tarde (até a atualidade) o grupo tornou-se um dos mais fortes no ramo hoteleiro no país<sup>112</sup>.

No jornal Gazeta de Alagoas, de 20 de novembro de 1943, p. 3, o grupo Othon divulgou a Cópia Autêntica da Ata da Reunião da Assembléia Geral Extraordinária da Companhia União Mercantil Fiação e Tecidos, em que expôs que no dia 25 de outubro de 1943, em que o diretor Alberto Brito Bezerra de Mello, presidiu a Assembleia e foi escolhido como acionista Luiz Brito Bezerra de Mello e secretário Ernani Pereira Leite, junto a outros acionistas, representando o capital de Cr\$ 14.605.700,00, condizente a mais de dois terços do capital social.

<sup>111</sup> Detalhes sobre a trajetória empresarial de Othon Lynch Bezerra de Melo, ver: MELLO, 2012. Nesta tese, a historiadora analisou a gestão e articulação política do grupo Othon entre os anos de 1920 a 1949, quando da morte do patrono do grupo.

<sup>112</sup> O grupo Othon instalou seu primeiro hotel no Rio de Janeiro, em 1943 (mesmo ano da compra da fábrica de Fernão Velho), e se tornou a maior rede brasileira de hotéis com capital nacional. Entre as décadas de 1950 e 1970, ampliou a rede de hotéis para vários estados do país e no ano de 2.000 passou a atuar em outros países, como França, Portugal, Estados Unidos, Peru e Argentina, o que demonstra a ampliação de seu capital para além do setor têxtil. Informações obtidas do site oficial da Companhia Hoteis Othon, disponível em: <[http://www.ciahoteisothon.com.br/hoteisothon/web/conteudo\\_pt.asp?idioma=0&conta=28&tipo=43476](http://www.ciahoteisothon.com.br/hoteisothon/web/conteudo_pt.asp?idioma=0&conta=28&tipo=43476)>.

Assim, ao adquirir a indústria, o grupo Othon mudou a denominação da Companhia União Mercantil para Fábrica Carmen de Fiação e Tecelagem S/A. Segundo a oralidade<sup>113</sup>, durante o período áureo de sua gestão, a fábrica empregou entre 4.500 a 5.000 trabalhadoras/es. Entre fins da década de 1940 e o início da década de 1960 foi o momento de seu êxito fabril. É o período que aqui se denomina **apogeu fabril**. As marcas mais presentes na memória atual reportam-se com evidência a esse momento histórico.

Há aqui duas hipóteses: a primeira de que o grupo Leão, que comprou a indústria em 1938, tenha a vendido tão rapidamente, mesmo no período de grande fervor produtivo, em 1943 (durante a Segunda Guerra Mundial), por não ter conseguido se adaptar às demandas e resistências operárias, pois ao que se pode constatar, os Leões possuíam tradição ligada à cana-de-açúcar e à experiência bancária. Ou então, pelo fato de os Leões não terem capital suficiente para investir sobre o grande crescimento produtivo que então se ensaiava.

O motivo real agora não convém responder, mas interessa entender que a partir de meados da década de 1940, Fernão Velho teve o encontro entre um poderoso grupo capitalista, de capital ampliado e regionalmente diversificado, *versus* um proletariado fortalecido pelas relações fabris, ao menos desde as três últimas anteriores, marcadas pela mobilização operária e comunista no início dos anos 1930, desembocando em uma greve em 1932; além da fundação do Sindicato em 1939, que tornou-se posteriormente o maior Sindicato de trabalhadores de Alagoas.

O certo é que entre as décadas de 1940 e 1950, houve crescimento no número do operariado, pois durante a gestão do grupo Othon, ampliou-se a produtividade e aumentou a demanda de famílias operárias para, porque 10 anos após o Censo de 1940, havia o número de 7.246 domiciliados em Fernão Velho (COMISSÃO..., 1950). O ano de 1948, em Fernão Velho, foi marcado pela construção do Recreio Operário e da construção de casas de alvenaria no lugar de casas de taipa situadas no local (IPHAN, 1983 apud OLIVEIRA, 2016).

Concordando com esses números, obtém-se a confirmação da oralidade, já que a maioria das/os domiciliadas/os eram operárias/os ativas/os (entre 4.500 a 5.000) e as/os demais seriam crianças e/ou aposentados, haja vista que a região denominada Vila Goiabeiras (pertencente a

---

<sup>113</sup> Não foi possível encontrar dados oficiais escritos sobre a quantidade de trabalhadores/es da Fábrica Carmen nesse período.

Fernão Velho) foi construída nos anos 1920 para abrigar aposentadas/os da fábrica<sup>114</sup>.

Assim, o grupo Othon adquiriu a Fábrica Carmen e o núcleo fabril de Fernão Velho, em 1943, com alicerces bem consolidados internamente e externamente. Essa chegada não se fez numa situação inédita em termos econômicos e sociais, mas num processo de adaptação a um conjunto de relações já em formação havia mais de meio século pelo operariado e pela implantação de indústrias em Alagoas, tal como demonstrado.

Além do mais, o patrono do grupo procurava intervir sobre as artes e a política. Durante as pesquisas realizadas em periódicos em Alagoas, foi possível perceber uma relação próxima entre o Othon e a Academia Alagoana de Letras e o Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas (IGHAL). Em 07 de março de 1957, quinta página, do jornal Diário de Alagoas, foi possível encontrar na matéria “Centenário da fundação da primeira fábrica de tecidos em Alagoas”, na seção dedicada ao Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas, uma homenagem à fábrica e a seus fundadores, mais uma ênfase sobre a figura de Othon Lynch Bezerra de Mello:

O industrial que deu nome à atual firma proprietária da fábrica, além de um homem de trabalho era um homem voltado às instituições culturais. Era sócio benemérito do Instituto Histórico e foi instituidor de um “Prêmio” anual para o estímulo às letras alagoanas, o qual vem sendo distribuído pela Academia Alagoana de Letras.

Em outra matéria, “Indústria na capital alagoana”, também do Diário de Alagoas, de 09 de março de 1957, p. 1, apareceu referências ao centenário da fábrica e à memória do Othon, que foi homenageado numa seção do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas e da Academia Alagoana de Letras, pois “Othon Lynch Bezerra de Mello tornou-se um exemplar cooperador da ordem pública e conseqüente benfeitor do povo cidadão, porque a ele se deve a adoção, em 1948, de vasta área de matas dos mananciais do Catolé”.

A partir das matérias acima se percebe que a influência de Othon Bezerra em Alagoas estava além da Fábrica Carmen e de Fernão Velho, porque embreava-se na intelectualidade conservadora do Estado, da elite intelectual e artística. Fora da esfera alagoana, Othon foi também atuante em Pernambuco, pois foi presidente da Associação Comercial de Pernambuco,

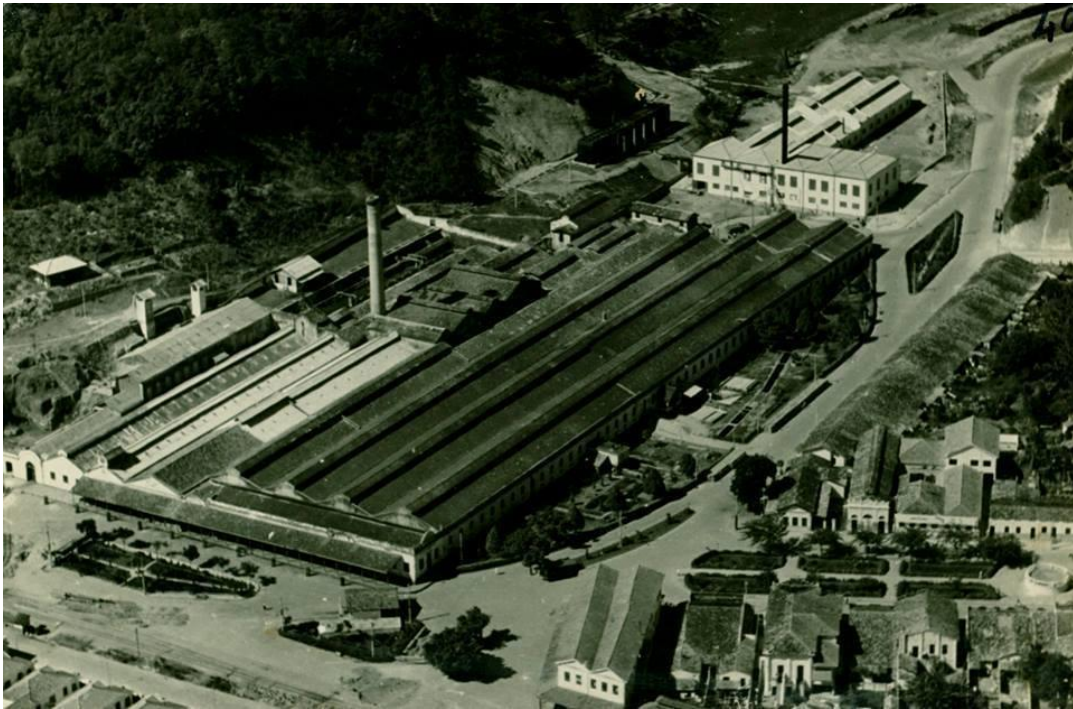
---

<sup>114</sup> COMPANHIA..., 1923.

Conselheiro Municipal de Recife e Deputado estadual (ANDRADE, 2009).

A próxima fotografia, feita por volta do fim da Segunda Guerra Mundial<sup>115</sup>, ou seja, período em que os Othons adquiriram a indústria, mostra uma estrutura física já bem consolidada. O espaço físico da fábrica foi praticamente o mesmo herdado da época em que a família Leão o administrava. A parte central da vila operária, composta pela Igreja Católica São José, Cineteatro São José, Casarão, Praça São José, Balança, Escola etc., já estavam presentes quando da aquisição dos Othons.

Figura 11 – Fábrica Carmen e parte da vila operária de Fernão Velho.



Fonte: Fernão Velho é de todos quem manda é o povo (facebook)  
 Autoria desconhecida, 194?.

<sup>115</sup> Não pôde ser encontrada a referência de ano ou autoria da fotografia, pois estava disponível na internet por meio da rede social *facebook*, compartilhada no grupo Fernão Velho é de Todos, quem Manda é o Povo. O membro que disponibilizou a fotografia não soube informar de onde foi extraída. Com base nas informações históricas sobre as construções e nas informações da oralidade, pode-se observar que na fotografia não aparecem: o escritório da fábrica (1952), a Sede Othon (anos 1950) e a reforma do casarão (1955), nem a reforma do prédio da fiação (1961). Tudo isso indica que a fotografia é possivelmente anterior aos anos 1950 e, percebe-se o contexto da Segunda Guerra onde era comum a presença de dirigíveis referenciado pelos Operários F e G, lança-se a hipótese de se tratar do período de 1944 ou 1945, ou seja, nos últimos anos da guerra.

Percebe-se com essa imagem, que os Othons fizeram modificações sobre o núcleo fabril, mas não mudaram os alicerces estruturais deixados pelos grupos anteriores. Durante o tempo dos Othons houve a construção do Recreio Operário, em 1948, a ampliação e modificação da fachada da fábrica, em 1962, reforma do casarão, em 1955 e construção do escritório da fábrica em 1952. Segundo a oralidade, as casas da Vila Bela Vista (na parte alta da vila operária) e a Rua da Lapinha foram construídas em sua gestão. Algumas/ns depoentes também afirmaram que a parte da frente da Rua da Praia foi dessa época; as ruas Praça Cel. Othon, Dr. Artur Machado e parte da Comendador Vasconcelos eram casas simples de operários/as, mas derrubadas para construção de bangalôs, onde residiam gerentes e contramestres da fábrica.

A operária B, que nasceu em 1932 e chegou em Fernão Velho por volta de 1934 (ainda na gestão da família Machado), afirmou que entre sua infância e a idade adulta não houve muitas mudanças no ordenamento das ruas:

[...] as mesmas ruas, era tudo assim... só não tinha aquela rua da Praia, aquela [da frente]... porque ali era lama... aí fizeram aquela rua todinha. Essa rua dali, que tem o sindicato, chamava rua da Loja, porque era uma rua simples, que nem essas casas [modelo colonial] e o sindicato era uma loja, aí chamava rua da Loja... eram casas simples assim, a rua toda né, não era casa daquele jeito não [com bangalôs]... fizeram depois. Essa rua aqui [rua do Cajueiro] só tinha essa casa, que meu tio dizia, que era a primeira casa que tinha nessa rua era essa [...]. Depois fizeram a rua todinha.

Assim, os Othons entraram num espaço arquitetonicamente definido, habitado por um proletariado com identidade de classe construída desde décadas anteriores, com um conjunto de elementos culturais herdados das relações com os grupos industriais anteriores e em contato com as demais esferas de trabalhadores/as maceioenses e de cidades circunvizinhas. Esse operariado também possuía um conjunto de simbologias e hábitos comuns a regiões agrárias mesclados à sua condição operária suburbana, já que eram oriundos de regiões de sítios ou fazendas arrendadas do interior de Alagoas, o que contribuiu para uma série de festividades com caráter rural, em que os folguedos e a cultura popular eram constantes, desde o carnaval à festa de reis (06 de janeiro), o que se verá melhor na subseção pertinente.

Além disso, a atuação comunista já se fazia presente no meio operário local, intensificada

durante as décadas de 1950 até 1964, principalmente no meio sindical. As atas sindicais, o jornal do PCB em Alagoas, A Voz do Povo, e a oralidade confirmaram essa atuação e as batalhas da gerência e da polícia contra o comunismo, que estava inclusive concatenado com o período da Guerra Fria em que a ideologia comunista se confrontou com o capitalismo, respaldada pelo estímulo soviético.

Se por um lado o grupo Othon precisou se adaptar a um espaço e relações fabris já estabelecidas há décadas; por outro, não se pode esquecer que esse grupo já se apresentava com uma longa experiência nas relações capitalistas em diferentes regiões do Brasil e ao entrar em Fernão Velho desenvolveu um processo de modernização industrial e de maior sistematização sobre a gestão fabril e a vila operária.

Essa inserção de um novo grupo com características mais modernizantes mesclou-se à mentalidade burguês-aristocrática instalada pelo patrono do grupo, o Othon Lynch Bezerra de Melo, nascido em Pernambuco, em 1880, filho de comerciantes de algodão e de tecidos. Othon possuía formação na Europa e experiências com o comércio desde o fim do século XIX, ampliando seu capital para o setor industrial têxtil, hoteleiro, açucareiro e hidroelétrico, a partir das primeiras décadas do século XX, nos estados de Pernambuco, Minas Gerais, Rio de Janeiro e por último em Alagoas. De meados da década de 1920 até sua morte, em 1949, foi um intelectual da burguesia industrial muito influente nacionalmente<sup>116</sup>.

Segundo relatos de operárias que viveram em Fernão Velho antes da gestão do grupo Othon, com a sua entrada houve melhorias nas condições materiais do operariado. Enfatizaram que antes dos Othons as casas não tinham móveis e que os “novos” industriais adotaram um sistema de crédito em que o operariado tinha incentivos à compra de móveis para suas residências, tais como cama, sofá, mesa de jantar etc., e poderiam adquiri-los com pagamento parcelado, descontando as prestações em débitos diretamente extraído dos salários.

Aí Fernão Velho foi melhorando depois que a Othon tomou conta de Fernão Velho. Porque quando era... parece que eram os Leão, o pessoal era muito

---

<sup>116</sup> Para o conhecimento mais aprofundado sobre o histórico do grupo Othon e suas peculiaridades na administração empresarial até 1949, ano da morte de Othon Bezerra de Mello, é recomendável o trabalho da historiadora MELLO, 2012.



pobre. Não tinha nada. Tinha nem uma cadeira para se sentar, era um banco de pau na sala para a pessoa sentar, sabe. Era tudo oco assim, não tinha nada. Só tinha mesa de comer e a cama para dormir. Era assim, mas depois que a Othon veio, aí ficou todo mundo rico em Fernão Velho. Todo mundo tinha móvel, todo mundo tinha tudo o que queria comprar, que ele botou um negócio para vender, um supermercado lá na casa-grande. Aí vendia de tudo, de alimento, de roupa, de sapato, de sombrinha, tudo para o povo comprar... móveis e tudo. Aí todo mundo foi ajeitando sua casa, foi ficando tudo rico [risos], porque tinha as coisas que ninguém tinha nada, podia comprar nada. (OPERÁRIA C).

Apesar de haver exageros na fala da Operária C, principalmente em apontar que “ficou todo mundo rico em Fernão Velho”, é inegável que há melhorias nas condições sociais do operariado de Fernão Velho com a chegada dos Othon, até mesmo porque o grupo possuía capital para inclusive buscar ganhar na concorrência por força de trabalho e mostrar-se socialmente “preocupado” com a condição social da classe operária, pois essa facilidade de acesso aos bens materiais ofertados pelo crédito, demonstravam o potencial de acumulação de capital do grupo Othon aliado a uma estratégia de dominação possibilitada pelo prévio endividamento do operariado, em que se põe na mira do discurso do bem-estar social empreendido pela ascensão pós-guerra. A possibilidade de melhoria no consumo em massa entrava como lógica de inserção de princípios como individualismo e de dedicação ao trabalho, incutindo ideias de obediência, de esforço e dedicação como méritos para o sucesso individual, intensificados com o modelo de produção fordista (HARVEY, 2012).

Assim sendo, não se pode esquecer que o operariado de Fernão Velho e o grupo Othon estavam sob o predomínio do modelo de produção fordista, porque

A ideia de Ford de produção em massa só pode se realizar a partir do momento em que uma classe operária forte exigiu uma parcela maior da riqueza gerada e a transformou em bens de consumo. As especificidades históricas do pós-guerra [Segunda Guerra Mundial], principalmente a “ameaça comunista”, também contribuíram para que a classe que vive do trabalho pudesse extrair maiores conquistas dos representantes do capital e do Estado (BOTELHO, 2008, p. 36).

Devido a essas circunstâncias, o grupo Othon precisou chegar com cautela e fazendo certas concessões ao operariado de Fernão Velho. É muito provável que antes de adquirir a fábrica, o grupo já tivesse procurado conhecer as condições políticas em que estava se inserindo, sendo obrigado a adotar, ao menos inicialmente, uma relação de poder negociável para com o



operariado.

Daí, os Othons implantaram uma política de moralização e disciplina sobre o operariado como peça central de sua administração fabril, calcada numa discurso de modernização, na formação de “um novo tipo humano”, um “novo tipo de trabalhador”, marcado pela repressão aos instintos sexuais (a aparência puritana), o controle sobre a higiene, um relacionamento distante entre as gerações mais jovens e as mais velhas (GRAMSCI, 2008). A prioridade na contratação pelos industriais é dada às famílias mais numerosas. A/O operária/o só conseguia casa na vila operária se junto trouxer ou estabelecer família. O mesmo ocorreu em diversos casos de vilas operárias (LOPES, 1988; LOPES; ALVIM, 1979; CORREIA, 1988; MELLO, 2012).

Em Fernão Velho, o processo de modernização incrementado pelos Othons a partir de fins de 1943, coincidiu também com o momento de ampliação industrial no Brasil<sup>117</sup>, junto à intensificação das organizações de classes, através das movimentações operárias de caráter comunista/socialista; da sindicalização, a partir de 1931; e da institucionalização dos direitos trabalhistas, principalmente nos anos finais do Estado Novo (1943). Embora tivessem surgido pela pressão dos movimentos operários, os sindicatos acabaram sendo utilizados como mecanismo de contenção e vigilância sobre o movimento operário a partir do crivo do Estado.

Essa modernização brasileira se fez imbuída de valores e símbolos aristocráticos, mesclando-se a um discurso de progresso, mas com conservadorismo nacionalista, moralista e liberal. O próprio grupo Othon buscou imprimir em sua gestão uma relação “[...] em que o paternalismo industrial correlacionado à noção de ‘família fabril’ fundamentou as relações sociais entre os próprios trabalhadores e destes com seus patrões” (MELLO, 2012).

A busca pela criação de uma “família operária” era constante na gestão Othon, o que servia como instrumento de controle e/ou de procura por estabelecer uma relação baseada na conciliação de classe, sob o crivo da moralidade existente na sociedade:

---

<sup>117</sup> “Os fabricantes de tecidos de algodão [do Brasil] ingressaram no seu período de maior prosperidade (1940-1945) com praticamente as mesmas instalações, equipamentos e técnicas empresariais dos anos críticos da década de 1930. [...] Os empresários têxteis foram surpreendidos com a oportunidade de abastecer a América Latina, a Europa e o Oriente Próximo. [...] As exportações – muito mais do o critério de eficiência interna – tornaram-se parte integrante e decisiva das operações normais das fábricas, e passaram a ser encaradas pelos empresários como expressão de um ‘destino manifesto’, igualando-se a, e talvez suplantando, o modelo tradicional de exportações de matéria-prima” (STEIN, 1979, p. 167).

[...] em 44 [1944] veio a mulher do tio meu trabalhar aqui nessa fábrica, aí quando se empregou, estava [com] poucos dias, ela mandou me chamar: - Zeca, tu quer trabalhar aqui em Fernão Velho? - Quero. Aí aqui me empreguei. Nessa fábrica aqui tinha 5.500 operários... era 5.500. Aqui em Fernão Velho *era uma família e só se empregava gente que se fosse da família que tivesse trabalhando*. Entendeu? Outra pessoa que chegasse no escritório e dissesse assim: - Quero trabalhar. - *Você tem família trabalhando aqui? Aí se empregava, mas se não tivesse, se empregava não* (OPERÁRIO G).

Além disso, como já apontado, foi comum nas falas dos/as entrevistados/as a ênfase numa teatralização da família Othon quando de suas visitas a Fernão Velho, o que fazia parte desse modelo de controle sobre o operariado, baseado em valores morais da família, como estratégia para conter os trabalhadores sob a incorporação da família, procurando fazê-los ter estabilidade e tranquilidade para o trabalho. A referência do Othon (“o velho”) distribuindo dinheiro para as crianças ou andando de branco pelas ruas, como uma espécie de coronel; ou a Maria Amália, sua esposa, entregando enxoval para operárias grávidas e distribuindo brindes às crianças, foram referências constantes. Não se pode esquecer que essas lembranças condizem com o período anterior a 1949, ou seja, antes da morte de Othon Lynch Bezerra de Melo.

Aquele ali [o Othon] era o mesmo que ser um pai para os operários, era. Quando ele chegava do Recife, porque ele morava no Recife, quando o “véio” chegava aqui, aí a meninada encostava nele, ele dava derrame de confeito nessa Sede, dava dinheiro aos meninos aqui nessa Sede, o “véio”, entendeu? (OPERÁRIO G).

A estratégia do Othon era a de se manter como um “pai” que quer ter “seus filhos” submissos às suas ordens em troca de brindes ofertados pelo bom comportamento, que se realizava em vários momentos, inclusive durante a administração dos herdeiros do Othon. Porém, para a memória do operariado a figura do pai “Othon” ainda assombrava vossas vidas. A estátua de bronze do Othon (já apresentada), exposta em praça pública (Praça Coronel Othon), retirada somente há pouco mais de três anos, reverberava o poder patronal do *pater* sobre os viventes.

Essa condição implica no entrelaçamento entre os “três tipos de dominação legítima”, apresentados por Max Weber, porque a figura patriarcal do Othon pode ser colocada como uma “dominação tradicional”, em que o quadro administrativo “[...] consta de dependentes pessoais do

senhor (familiares ou funcionários domésticos) ou de parentes, ou de amigos pessoais (favoritos), ou de pessoas que lhe estejam ligadas por um vínculo de fidelidade (vassallos, príncipes tributários)” (WEBER, 1979, p. 131).

Também, observa-se na gestão Othon, por ser uma empresa capitalista moderna, fins tratados burocráticos e formais, comuns à “dominação legal” (jurídica); e, por último, a “dominação carismática”, onde o líder era obedecido por qualidades excepcionais (WEBER, 1979).

Figura 12 – Jornal Gazeta de Alagoas, 7 dez. 1948, p.1.

TERÇA-FEIRA  
7 de Dezembro de 1948

# GAZETA DE ALAGOAS

ANO XV — N. 269 — 8 Pgs.  
Maceió - Alagoas - Brasil

## Fernão Velho é um centro industrial que honra não somente Alagoas como o Brasil

O GOVERNADOR SILVESTRE PERICLES, EM COMPANHIA DE AUTORIDADES CIVIS E MILITARES, PRESENCIA A DISTRIBUIÇÃO DE PRESENTES AOS OPERÁRIOS DA "FABRICA CARMEN" — ANIMADO COQUITELO OFERECIDO AO CHEFE DO EXECUTIVO E COMITIVA, NA RESIDÊNCIA PARTICULAR DO SR. OTHON L. BEZERRA DE MELO — A REPORTAGEM DA "GAZETA DE ALAGOAS" EM PALESTRA COM O OPERARIADO — OUTRAS NOTAS

**Texto de RENAN ROSAS**      **Fotos de ROBERTO STUCKERT**

Como acontece todos os anos, os diretores da Fabrica Carmen, pertencente à empresa Othon L. Bezerra de Melo Fiação e Tecelagem S/A fizeram distribuir, milhares de presentes entre o seu operariado, na manhã de domingo ultimo, em reconhecimento pelo esforço e dedicação empregados por aqueles trabalhadores da industria, no ano de 1948.

Para maior brilhantismo das festas programadas, o sr. Ernani Pereira Leite, representante da Fabrica Carmen, nesta capital, dirigiu um convênio do Sr. Silvestre Pericles de Coxas Monteiro e a outras autoridades civis e militares, para que "di visu" observassem o que, na verdade, vem se realizando no parque industrial de Fernão Velho, no tocante ao amplo assistência social ao operario.

**A PRESENCIA DO GOVERNADOR**

Debaixo de grande delírio popular chegaram, pelas 19 horas, ao parque industrial de Fernão Velho, o Governador Silvestre Pericles de Coxas Monteiro, esposa e filhas, dr. Campos Teixeira, seu etario do Governo, dr. Antonio de Góis Ribeiro, Secretario do Interior e Educação, dr. João Vasconcelos, prefeito da Capital, dr.

Alberto, ali se encontravam o sr. Ernani Pereira Leite, representante da Fabrica Carmen, sr. Bernardino de Souza, gerente da Fabrica, Mario Alberto, chefe do escritório, José Gonçalves (Lívio), Tarcido Antunes, gerente externo e outros funcionários de categoria do Escritorio da Fabrica que deram as boas vindas ao chefe do Executivo. Ainda se achavam ocupando toda a extensão da rua principal, a banda musical, Othon Bezerra de Melo, Grupo Escolar, encanteiras, senhorinhas da sociedade local e o povo em geral.

O dr. Silvestre Pericles, em companhia do sr. Ernani Pereira Leite e comitiva governamental dirigiu-se ao prédio "Recreio dos Operarios", onde ali se achava, em fila, o operariado da Fabrica Carmen aguardando a hora em que deviam receber os seus presentes.

Dando inicio a distribuição, é a mesma feita, inicialmente, pelo Governador Silvestre Pericles e seus auxiliares imediatos, passando-se, após, a direção dos trabalhos, a funcionários da Fabrica Carmen.

**COQUITELO OFERECIDO AO GOVERNADOR**

Na residência particular do

O representante da GAZETA DE ALAGOAS em palestra com operarios da "Fabrica Carmen", no parque industrial de Fernão Velho

do Sr. Silvestre Pericles e comitiva, regressaram a Maceió.

**A REPORTAGEM DA GAZETA FNTRE O OPERARIADO**

Procurando se entender detalhadamente com o operariado, a respeito da monumental obra que atualmente se processa no centro fabril em Fernão Velho, o representante da GAZETA DE ALAGOAS manteve uma palestra com os operarios da Fabrica Carmen, todos eles u-

existente entre o capital e o trabalho, força propulhora para o progresso do mundo.

O operariado de Fernão Velho — eles mesmo afirmam — têm hoje, a sua assistência hospitalar, social e religiosa garantidas, repudiando os princípios de doutrinas exóticas, tão prejudiciais à boa marcha dos trabalhos nos centros industriais.

**SERVIÇO MEDICO**

Possue atualmente esse posto medico 10 experimentados enfermeiros e 2 manipuladores. Fornecem medicamentos e hospitalização ao operariado e empregados, tendo ainda, um contrato com a Santa Casa de Misericórdia.

**NO SETOR EDUCACIONAL**

No setor educacional, mantem a Fabrica Carmen uma escola, com 12 salas de aula e 120 alunos matriculados.

**MODERNO GRUPO ESCOLAR**

Vivendo com um conforto mais amplo aos enrolados filhos do operario, está sendo construído um modernissimo grupo escolar situado em cerca de dois milhões de cruzeiros.

Na próxima semana, foi construído um "Recreio Operario" no qual foi estipulada a importância de 70 mil cruzeiros, tendo por finalidade a realização de jogos, que são abrihantada por uma banda de musica e um conjunto regional, ambos com instrumental novo.

A regencia da orquestra está a cargo do competente maestro José Nizacio, sargento da Polícia Militar.

**PRÁTICA DO ESPORTE**

A Fabrica Carmen, com o intuito de desenvolver a cultura física de seus trabalhadores possui times de foot-ball, basquete, volei e atletismo, denominada Othon Esporte Club, que existe sempre em

Durante o ano de 1947 e 1º semestre de 48 a empresa Othon Bezerra de Melo efetuou os seguintes pagamentos:

encontros com outros conjuntos esportivos de Maceió e do interior.

**ASSISTENCIA RELIGIOSA**

A assistência religiosa do centro industrial de Fernão Velho está a cargo do sr. Pe. Calval que celebra as solenidades liturgicas de Fernão Velho e Taboleiros dos Martins.

Além de missas semanalmente são realizadas anualmente santa-missas às quais afflu grande numero de católicos.

**DADOS FINANCEIROS**

A folha anual da Fabrica Carmen atinge a quinze milhões de cruzeiros.

A empresa teria de contribuir com 300 mil cruzeiros para o Set. Affim de desincumbrir-se dos encargos de assistência social que custaram cerca de 1 milhão e novecentos mil cruzeiros, afere os gastos determinados pela Legislação do Trabalho ao Trabalho.

	1947	1º semestre de 1948
Salarios a enfermeiros	44.333,80	17.624,10
Salarios a parturientes	166.027,40	85.132,80

Fonte: Hemeroteca da Biblioteca Pública de Alagoas.

Autoria: Gazeta de Alagoas.

Além da relação com o operariado, o grupo Othon precisou assentar articulações políticas para com a imprensa e estabelecer aproximação com o governador do estado de Alagoas. Esta relação tinha a ver com uma postura patriarcal e de propaganda interna (para com o operariado) e de preocupação com a opinião pública, muito bem arquitetada como mecanismos de dominação. Por isso, em matéria do Jornal Gazeta de Alagoas<sup>118</sup> (acima), de 07 de dezembro de 1948, percebe-se inclusive a ênfase às assistências ofertadas ao operariado e a modernização do espaço, representada por reformas e construções, principalmente o Recreio Operário, em 1948, espaço construído para realização de bailes, festividades e reuniões.

A conjuntura até então assinaladas serve como alicerce para aprofundar as questões que serão trabalhadas ao longo deste trabalho, tendo em vista que passa-se, a partir de então, a mergulhar na reconstrução desta memória operária entre os anos 1950 e 1964, interligando as falas das entrevistas com documentações escritas, tais como de jornais periódicos de circulação estadual: Diário de Alagoas e Gazeta de Alagoas; o jornal comunista A Voz do Povo; ata de reuniões do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Fiação e Tecelagem de Fernão Velho (1953-1964); fotografias; e o filme Memória da Vida e do Trabalho (1986), gravado nas vilas operárias de Saúde, Rio Largo e Fernão Velho, sendo este último o local de mais destaque.

---

<sup>118</sup> A seguinte imagem da matéria do jornal Gazeta de Alagoas, foi disponibilizada na rede social *facebook*, no grupo Maceió Antigo. Disponibilizado em meados de 2015, por Wagner Torres. Não foi possível ao pesquisador encontrar a matéria inteira, pois a mesma não se encontra nos acervos documentais pesquisados.

#### **4 A PRODUÇÃO DOS TECIDOS DA VIDA: TRABALHO E PROCESSO DE PROLETARIZAÇÃO**

Daqui em diante entra-se com mais clareza na análise do período de apogeu fabril correspondido entre o início da década de 1950 e o golpe civil-militar de 1964, ou seja, no momento de maior maturidade da constituição da identidade de classe em Fernão Velho, porque conectada a um conjunto de fatores internos e externos que contribuíram a esta condição.

A respeito da conjuntura de Fernão Velho, pode-se afirmar esse período como o de 1) maior produtividade da Fábrica Carmen e o de definitivo acabamento da construção da indústria e da vila operária; 2) o momento de desenvolvimento das relações políticas entre o operariado e sua atuação sindical, em que o Partido Comunista teve grande atuação; 3) a maior evidência das greves operárias, desembocando na mais representativa de todas, em agosto de 1962; 4) as festividades e a cultura popular também estavam em seu período de maior evidência.

Quanto aos fatores estaduais, nacionais e internacionais, havia 1) o predomínio do fordismo-taylorismo-americanismo no mundo; 2) a Guerra Fria; 3) o trabalhismo e populismo no Brasil; 4) as constantes tentativas de golpes de Estado no país, entre 1954 até 1964; 5) em Alagoas tinha-se a articulação trabalhista de Sebastião Muniz Falcão, entre os anos de 1956 a 1961, com breve interrupção a partir de setembro de 1957, com seu impeachment, em que a sessão da Assembleia dos deputados estaduais finda com tiroteio em que houve a morte de um deputado estadual; 6) também condiz com a relativa ampliação das comunicações entre o operariado alagoano, em que essa articulação repercutiu inclusive nas eleições municipais e estaduais; 7) e o momento de auge das indústrias têxteis de Alagoas.

É dentro do diálogo entre esses fatores internos e externos que se reconstrói a memória operária de Fernão Velho em seu momento de maior êxito. Chega-se (nesta subseção e na posterior) nas tramas da identidade operária constituídas em “seu fazer-se”, tal como proposto por Thompson (1987), entrelaçadas por uma concepção histórica em que se busca “escovar a história a contrapelo” (BENJAMIN, 1940). Por isso, procura-se adentrar na experiência de uma pequena parte daqueles que de fato construíram a história, através dos registros até então disponíveis.

#### 4.1 ORIGENS SOCIAIS E O PROCESSO DE PROLETARIZAÇÃO

O primeiro ponto que aqui se menção corresponde ao fato de que construir um levantamento estatístico sobre a origem social do operariado de Fernão Velho seria algo muito complexo, porque exigiria acesso a dados mais precisos, tais como número e origens de famílias por região, cidade, época etc. É possível que essas informações possam ser conseguidas dentre as documentações cujo acesso foi negado pelos responsáveis da Fábrica Carmen, as quais estão em larga escala no antigo escritório, situado na parte central do prédio em que a indústria funcionava ou em papeladas que os responsáveis levaram para Recife-PE, onde reside o atual proprietário<sup>119</sup>.

Ainda assim, elaborar e organizar quantitativamente esses dados obrigaria um esforço impossível de realizar para esta tese, tanto pelos prazos para conclusão da pesquisa, como pela indisponibilidade de recursos financeiros, técnicos e materiais. Seria necessário um projeto maior para cumprir tal tarefa. Sendo assim, a reconstrução da origem social desse operariado foi realizada com base na oralidade dos/as entrevistados/as associada a um conjunto de dados, e através do conhecimento da origem de algumas famílias devido à experiência enquanto pesquisador-membro e da percepção sobre o contexto histórico em que ocorreu. Há inclusive um esforço de trabalho etnográfico contido nesta pesquisa.

Essa construção foi feita aqui apontando para o fato de que, ao contrário do Centro-Sul, os/as trabalhadores/as das indústrias nordestinas, não eram oriundos/as de países asiáticos ou europeus, mas de regiões de tradição agrária ou semiurbanas de cidades próximas às fábricas. No caso de Fernão Velho, a classe operária foi originária de Maceió ou de cidades do interior do Estado, com predomínio deste último. No que consta na escassa documentação escrita, apenas alguns poucos trabalhadores técnicos vindos de algumas regiões europeias, trabalharam na União Mercantil no século XIX<sup>120</sup> e ao longo do século XX.

Ao que se percebe, em Fernão Velho a maioria dos/as trabalhadores/as vieram de regiões sítiantes, onde aqueles/as e/ou seus familiares viviam basicamente da agricultura em terras

---

<sup>119</sup> Durante a ocupação do prédio da Fábrica Carmen, realizada a partir de 30 de janeiro de 2017, o historiador Golbery Lessa, em visita à ocupação, comentou que existe uma série de documentos sobre todas/os as/os que trabalharam na fábrica, guardados no antigo escritório da fábrica e não foram destruídos porque a CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas) impede.

<sup>120</sup> Ver tópico A Classe Operária, em FARIAS, 2013.

arrendadas e/ou da pesca. Há períodos diferentes de fluxos de famílias. Em fins do século XIX, por exemplo, a bibliografia pertinente sinaliza que o operariado de Fernão Velho era composto por jovens aprendizes, crianças órfãs, além de técnicos especializados, estes últimos vindos de países como Portugal, Holanda, Bélgica e Itália (SANT'ANA, 1970). No Nordeste brasileiro, o imigrante europeu compôs apenas uma pequena parcela de trabalhadores/as especializados/as, em sua totalidade homens, ao menos até onde se pôde identificar, o que aponta que este operariado não era branco, mas formado pela miscigenação étnico-racial realizada há ao menos quatro séculos.

No início do século XX, quando a fábrica ampliou significativamente sua produção, principalmente durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), infelizmente não foi possível encontrar referências sobre a origem do proletariado, mas supõe-se que seja composta por filhos/as ou netos/as de escravizados/as ou trabalhadores/as livres, vindos das regiões de banguês<sup>121</sup> nas cidades próximas a Maceió ou de bairros suburbanos maceioenses<sup>122</sup>.

Através das fotografias a seguir, é possível se perceber esta miscigenação étnico-racial de operárias na Sede Othon, nos idos dos anos 1950<sup>123</sup>. Além de se notar os traços da miscigenação, é possível constatar a presença de jovens moças, muito provavelmente operárias. A separação entre homens e mulheres era uma prática comum para algumas atividades, tais como na distribuição de xepa (tecido pago ao operariado uma ou duas vezes ao ano) e em refeições (tal como na ocasião desta foto). Outra característica marcante é a simplicidade (timidez nos gestos e olhar) comum aos que vivem no campo. Ao que parece, a imagem corresponde a algum jantar, comemoração ou visita de alguma autoridade. Não foi possível durante a pesquisa identificar com

---

<sup>121</sup> “É em 1922 que a usina começa a dominar [em Alagoas], vencendo o bangüê na exportação. Já então a crise para o engenho alcançava situação alarmante. A baixa dos preços concorria para agravá-las; a falta de crédito, as dificuldades de transportes completavam os fatores da crise. Foi debatendo-se nesta situação que o açúcar, o de banguê, principalmente, chegou à crise mais aguda: a de 1929. Dela resultou, fomentada por circunstâncias econômicas que envolveram em cheio as condições políticas do momento, a revolução de 1930” (DIÉGUES JR., 1980, p. 151).

<sup>122</sup> José de Souza Martins (2010) apontou para o colonato como um meio de transição entre o escravismo e o trabalho assalariado nas lavouras de café, principalmente em São Paulo. No entanto, não há referência ao uso desse sistema de colonato no Nordeste. A referência sobre esse período de transição pode ser classificada como de famílias arrendatárias ligadas à produção de algodão, de alimentos para subsistência, usinas ou engenhos de cana-de-açúcar e à pesca. Nesse contexto, nota-se também a redução da produção canavieira, o que implica num processo de redução de contratação de trabalhadores por engenhos.

<sup>123</sup> Não foi possível encontrar com precisão os anos das fotografias.



precisão do que se tratava a ocasião.

Figura 13 – Operárias da Fábrica Carmen na Sede Othon, por volta dos anos 1950.



Fonte: Acervo da Fábrica Carmen.  
Autoria: Desconhecida, 19??.



Figura 14 – Operárias no Refeitório da Fábrica Carmen, por volta dos anos 1950.



Fonte: Acervo da Fábrica Carmen.  
Autoria: Desconhecida.

A figura 14 apresenta também jovens operárias em refeição. Parece não se tratar de ocasião festiva, apesar de parecer uma refeição extraordinária realizada no intervalo do trabalho, pois não estavam em espaço fora da fábrica. As vestimentas simples e a disposição dos objetos e do próprio espaço indicam um evento em dia comum, embora com a presença de uma autoridade política. Na imagem se percebe homens servindo a comida e a bebida, enquanto que ao fundo há quatro outros homens em pose formal para a foto. Um deles, o mais alto e colocado ao centro é Sebastião Muniz Falcão<sup>124</sup>, que foi delegado do trabalho, porém à época da foto provavelmente era deputado federal, mas se tornaria governador de Alagoas, entre os anos de 1955 e 1961. Se

---

<sup>124</sup> Nascido no interior de Pernambuco, foi advogado, jornalista e delegado regional do trabalho nos estados de Alagoas, Sergipe e Bahia. Iniciou sua carreira política em 1950, quando foi eleito deputado federal pelo PST [Partido Social Trabalhista] migrando depois para o PSP [Partido Social Progressista] onde foi alçado à condição de vice-líder da bancada. Reeleito deputado federal em 1954, foi eleito governador de Alagoas em 1955, para um mandato de 5 anos. Para maiores informações, ver: < <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/sebastiao-marinho-muniz-falcao>>.

for correta a hipótese de que Muniz Falcão, na ocasião da imagem ainda não era governador, este registro é da primeira metade da década de 1950.

A partir da fala de trabalhadoras/es nascidas/os em Fernão Velho por volta da década de 1930 ou que chegaram ainda muito jovens nesse período, levanta-se a hipótese de que a vinda para o núcleo fabril nos primeiros anos do século XX fez-se com famílias oriundas das cidades alagoanas de São Miguel dos Campos, Rio Largo, Capela, Pilar, Murici, Atalaia, Coqueiro Seco, Penedo, Marechal Deodoro e Coruripe, ou seja, regiões tradicionalmente ligadas à produção canavieira e/ou de produção de alimentos de subsistência em terras arrendadas, exceto São Miguel dos Campos, Pilar, Rio Largo e Penedo<sup>125</sup>, pois nessas havia também indústrias têxteis. Não se detectou nas entrevistas, famílias originárias de regiões de produção algodoeira ou pecuária, independente da época, o que pode ser explicado por uma certa estabilidade dessas produções até os anos 1950, situadas em sua boa parte entre o agreste e sertão.

Voltando à questão das fábricas têxteis alagoanas, elas estavam próximas ou inseridas em áreas suburbanas, o que possivelmente fez os industriais procurarem atrair jovens trabalhadores/as originários/as do campo. A criação e propaganda de bem-estar sob os núcleos fabris ou vilas operárias representavam bem essa disputa por força de trabalho entre industriais e latifundiários, porque um dos principais motivos das vilas era a de fixação, arregimentação e disciplinamento de trabalhadoras/es às funções e normas fabris (CORREIA, 1998).

Tal como apresentado na subseção anterior, em meados da década de 1940, Fernão Velho já tinha um operariado com base social bem consolidada. As próprias referências da oralidade nos confirmam esta hipótese. Dentre a afirmação de todas/os as/os entrevistadas/os, a vinda a Fernão Velho após a década de 1940, parte do contato com algum familiar que já estava trabalhando na fábrica e morando nas casas pertencente aos industriais.

Nos casos das/os que chegaram para morar sem a família, acompanhado ou não por irmão ou irmã, por exemplo, sempre moravam na casa de algum tio, avô, avó ou primo. Isso fazia com que esta inserção tivesse uma base familiar em sua constituição, o que parte tanto como estratégia

---

<sup>125</sup> O que se pôde perceber é que as famílias que já tinham experiências com o trabalho industrial têxtil, deslocam-se para Fernão Velho, porque este era tido como lugar mais próspero, em melhores condições de vida e trabalho, sem contar a proximidade com a capital.

de dominação, como por economia, já que a fábrica se responsabilizava pelo fornecimento de moradia do operariado, fazendo com que o custo de vida fosse reduzido.

Eu fui para a casa do meu avô. [...] O meu avô era, aqui... ele morava bem em frente onde morou o Pedro apontador [...] Quando eu cheguei aqui ele já era aposentado. Era um coroa, um cara bem [idoso]... (risos) (OPERÁRIO H).

Eles tinham uns tios, os meus pais, que morou nessa rua direto, lá no final. Antigamente se chamava era Rua da Linha, a última rua. Meu pai morou ali na casa 25 [...] na casa dos meus tios. Mas meus tios morreram, aí ficou meu pai, ficou minha mãe, trabalhando aqui na fábrica (OPERÁRIO E).

Eu vim para a casa desse tio meu que trabalhava, tio meu Rosalvo [...]. Morou muitos anos na Rua da Escada. [...] [Era] vigilante... [Ficamos] na casa dele, um bocado de tempo, eu e esse irmão (OPERÁRIA A).

Havia também uma “República” para operários-homens em Fernão Velho. Esta servia para trabalhadores não especializados, vindos sem familiares residentes no local. Estes tinham geralmente idade entre quatorze e dezoito anos. No entanto, ao que se indica, eram poucos e mantinham-se na “República” com curta duração de tempo, pois a gerência da fábrica costumava pressioná-los para conseguir uma casa para morar.

Nos tempos de grande produtividade, algumas famílias eram coagidas a dividir a casa com uma ou mais famílias recém-chegadas à vila operária.

Eu me lembro como hoje, eu morei numa casa no Major Prado [nome da rua], eram três famílias. [...] Então, tinha casas que, a minha mesmo que eu morava, tinha três famílias. Daqui para ali um quarto e uma cozinha, daqui para ali um quarto e uma cozinha. O banheiro, um só, que não era banheiro, chamava sanitário, para aquele pessoal todo. Uma lavanderia na esquina para todo o povo... meu filho óia... para todo o pessoal... cada um que lavava a sua roupa no canto que podia (OPERÁRIO E).

Tinha gente que já dividia casa. Dividia quer dizer quase no apulso, porque o gerente da fábrica botava e o pessoal sem ter para onde ir, os homens solteiros ficava na república, as mulheres às vezes ficavam na casa de colega passando um tempo, morando um tempo assim, passando um tempo enquanto arranjava uma casa. Era meio sacrificado a vida também, não era fácil não (OPERÁRIA A).

Nesse tempo era assim: nessas casas com três quartos, era duas famílias morando dentro. Casa com três quartos era duas famílias [que] morava. Era

muita gente nesse tempo (OPERÁRIO D).

A partir da exposição do operário E, que é o quinto de seis irmãos, percebe-se que a política de higienização e moralização, bastante difundida pelos industriais não correspondia às reais condições do núcleo fabril. O fato de três famílias dividirem a mesma casa, com apenas um sanitário, em que só uma família já continha oito pessoas, coloca em xeque esta política, inclusive a privacidade de cada uma das famílias.

A Operária A, ao apontar que esse compartilhamento de residência com famílias que estavam “sem ter para onde ir” complementou a fala do Operário E, porque enfatizou que isto não se fez de forma negociável, mas pela coação, “quase no apulso”, pois não era confortável dividir casa com pessoas, quase sempre desconhecidas, tanto que a operária afirmou ao fim de sua fala que “era meio sacrificado a vida aqui também”.

No entanto, nem sempre essa condição era aceita, havendo embate entre gerência e operários/as. O operário Luiz Gitaí, afirmou que: “na minha casa não. Na minha casa não aceito. Ele disse: - Por que o senhor não aceita? Os outros não aceitaram também? Eu digo: - Mas eu não aceito. Na minha casa só eu de homem e de mulher minha mulher, meus filhos” (MEMÓRIA..., 1986).

A fala de Luiz Gitaí demonstrou que as imposições dos industriais não eram sempre aceitas pacificamente pelo operariado. No caso de ter que dividir a residência com pessoas desconhecidas poderia ser uma ofensa contra a moralidade, porque implicava uma invasão de privacidade e constrangimento mútuo entre a família que já residia e a que estava chegando. Nesta circunstância, como em outras, percebe-se que a resistência não se faz somente contra questões de ordem diretamente materiais, mas relacionada à honra, tendo em vista que a maioria desse operariado era originário de regiões sítiantes e/ou filhos de arrendatários de terras para produção agrícola e guardavam certos valores tradicionais, dentre os quais o espaço de moradia poderia ser visto como lugar de apenas uma família.

Um dos fatores que explica essa origem rural é o início do processo de expansão da área canavieira pelos tabuleiros alagoanos, na década de 1950. Com essa expansão, as terras

arrendadas passaram a ser utilizadas pelo grande latifúndio canavieiro agroindustrial<sup>126</sup>, o que ocasionou grande fluxo de famílias oriundas de regiões situadas para espaços urbanos e suburbanos (HEREDIA, 1988). Uma opção para estas famílias era a imigração para a região de São Paulo ou Rio de Janeiro, mas também tinha a possibilidade de conseguirem se deslocar para as vilas operárias ou núcleos fabris de fábricas têxteis no Estado de Alagoas.

Nesse contexto, as vilas operárias e núcleos fabris representavam uma pista de mão dupla porque havia demanda industrial por operários/as e a procura destes/as últimos/as em se conseguir um espaço de moradia e de trabalho onde houvesse garantias trabalhistas e sociais, já que os espaços fabris nas Alagoas até meados do século XX exerciam o papel de símbolo da modernização, porque as indústrias estavam alinhadas com a política trabalhista iniciada pelo governo Vargas, em que o operariado conseguiu direitos até então inexistentes no território brasileiro. Para muitos, a opção pelo trabalho na indústria significava estabilidade através da carteira assinada.

Manuel Lourenço, que já tinha vasta experiência de trabalho braçal, afirmou que ao conseguir emprego na Fábrica Carmen, em 1949, ofereceram a ele o trabalho sem carteira assinada; ele não aceitou. Mas, quando voltou a seu lugar de origem, ficou sabendo que a fábrica estava empregando com carteira assinada.

Quando cheguei aqui o homem disse:

- Só emprego sem carteira.

- Ah, sem carteira eu vou trabalhar onde eu estou, clandestino.

Comecei a trabalhar clandestino, com trinta dias houve um problema de um trabalhador com o Campina<sup>127</sup>, ele botou no Ministério do Trabalho, veio a fiscalização e multou a Companhia, porque estava com trezentos trabalhadores trabalhando como clandestino... e daí por diante, eles passaram a trabalhar, aliás, a empregar com carteira. Quando eu soube eu vim, comecei a trabalhar com carteira (MANUEL LOURENÇO).

Assim, a procura pelo trabalho nas indústrias era compensada pela estabilidade e garantias de direitos ofertados através da carteira de trabalho. Trocar o trabalho no qual o trabalhador já se

<sup>126</sup> Dentre as falas, era frequente a afirmação de que nos seus lugares de origem não mais existem casas atualmente, porque foram todas demolidas e agora o terreno serve para plantação de cana-de-açúcar.

<sup>127</sup> Gerente externo da Fábrica Carmen. Será melhor abordado na próxima seção deste trabalho.

estava adaptado por outro trabalho “clandestino” muitas vezes não compensava, porque aparece como a troca de um certo pelo duvidoso<sup>128</sup>.

A oferta de estabilidade nas indústrias em regiões suburbanas tendeu a impulsionar uma onda de imigração do campo para as regiões suburbanas, portuárias, centros urbanos ou vilas operárias, porque além da segurança trabalhista, estes espaços ofereciam lazer, assistências sociais e possibilidade de ascensão social, assim como um maior contato com o que era produzido pela modernidade. O campo era visto naquele contexto como lugar sem expectativas de desenvolvimento profissional e social.

De acordo com Golbery Lessa (2013, p. 117), um dos motivos que levaram as famílias de regiões canavieiras seguirem em direção à procura de trabalho nas fábricas foi que as últimas

[...] não passavam por um processo anual de paralisia produtiva na entressafra de sua matéria-prima agrícola e nem necessitavam possuir latifúndios da mesma magnitude. Funcionavam com uma lógica plenamente industrial, sem subserviência excessiva aos humores da agricultura. Estas singularidades tinham consequências bem mais progressistas do que aquelas trazidas pelas usinas de açúcar. Os salários eram melhores e as leis trabalhistas puderam ser aplicadas, a partir da Revolução de 1930 e da legalização dos sindicatos, sem que as empresas se tornassem inviáveis.

Embora não necessariamente as leis fossem aplicadas no cenário fabril, a possibilidade de o operariado recorrer a elas era bem maior do que os trabalhadores do campo, o que apontava o espaço das indústrias como meio mais vantajoso para se conseguir garantias.

O Operário E, nascido em Fernão Velho, em 1938, com pais originários de Garanhuns, contou que a mudança de seus pais ocorreu do seguinte modo: “eles vieram para cá por motivo da parte financeira. Eles tinham terreno, né, aquilo ali é agricultura, né. Era macaxeira, batata, a peste... tudo. Mas eles achavam que estavam crescendo e não tinha mais como continuar lá. Aí vieram pra Maceió, para aqui pra Fernão Velho” (OPERÁRIO E).

Relato similar se encontra na fala da operária A, quando disse que “lá em Murici o meu pai trabalhava no interior... era fazenda assim... [...]. Plantava mandioca, viviam da roça os meus pais. [...] As terras era de um homem por nome Bené. Meu pai arrendava, arrendava aquele

---

<sup>128</sup> Apesar da estabilidade e das demais promessas trazidas com a inserção do operariado na indústria nos anos 1940 e 1950, as contradições da modernidade cairão sobre as costas da classe operária, tal como veremos adiante.

lote de terra para fazer plantio de mandioca”. Em seguida, a operária afirmou que não via futuro na vida que os pais levavam e por isso mudou-se para Fernão Velho.

De acordo com Skidmore (1998, p. 195, 196), o Brasil passou por um processo caótico de modernização, em que a população classificada como urbana subiu de 30% em 1940 para 40% por volta da década de 1950<sup>129</sup> e acrescentou que “embora a infra-estrutura urbana fosse pobre ou inexistente, esses imigrantes viam com razão melhores oportunidades de vida na cidade do que no campo<sup>130</sup>, encontrando trabalho no setor de serviço, muitos na economia informal”.

Segundo Dirceu Lindoso (2005a, p. 84, 85),

geraram, as vilas operárias urbanas, pela primeira vez na cultura alagoana, formas culturais urbanas proletárias. Essas formas, embora contivessem ingredientes ainda rurais, revelavam um conteúdo de nítida oposição às formas tradicionais de organização social vigente na cultura rural. [...] Em vez do sino da igreja, marcava o novo tempo urbano o apito das fábricas.

Moradias de alvenaria, expectativa de estabilidade no emprego, férias, cinema, festas públicas, hospital, estudos para os filhos, lazer, lugar limpo e relativamente urbanizado, recreação etc. eram atrativos para as populações rurais se deslocarem aos espaços urbanos ou semiurbanos, fato que já vinha ocorrendo em Alagoas desde fins do século XIX. Acrescenta-se a isso a situação de carência das condições materiais de subsistência em que estavam as famílias de regiões com produção predominantemente agrária.

No entanto, esses benefícios aos operários não correspondiam a dádivas governistas ou patronais, mas significava o resultado do acirramento da luta de classes no âmbito operário, o que forjava para que governo e industriais instituíssem uma série de garantias ao operariado, tais como: a obrigatoriedade da carteira trabalhista, jornada de oito horas diárias, férias, descanso semanal remunerado, direitos às mulheres e aos menores etc.

---

<sup>129</sup> Todavia, é importante não que a urbanização e a industrialização brasileira passaram por graves desigualdades regionais, tanto que durante o pós-Segunda Guerra “a cota paulista da indústria nacional havia subido de 36% em 1940 para 47% em 1950, por exemplo, alcançando 54% em 1960. Os maiores perdedores nessa concentração da nova indústria eram o Nordeste, que caíra de 12% para 8%, e o Rio de Janeiro, que foi de 27% para 17%” (SKIDMORE, p. 196).

<sup>130</sup> “[...] a massa rural optava por mudar para a cidade porque percebia que suas oportunidades econômicas seriam melhores ali e sempre seria possível voltar para o campo se as condições na cidade ficassem muito ruins (Ibidem, p. 199).

Um meio de atrair famílias aos espaços fabris foi destacado nos estudos de José Sérgio Leite Lopes (1988), quando apresentou que na Fábrica Paulista, em Pernambuco, havia “aliciamento” e “recrutamento” de trabalhadores/as do interior de Pernambuco e Estados vizinhos, através de propagandas em jornais, na criação do mito de que em Paulista havia montanhas de cuscuz e que nas torneiras jorravam leite (aliciamento). A Fábrica Paulista enviava um transporte chamado “sopa” com a função de buscar famílias inteiras para o trabalho na indústria (recrutamento).

Além disso, Lopes apontou um conjunto de rituais de contratação e de iniciação das famílias no mundo fabril, que aconteciam pelo contato direto com o patrão na casa-grande (e não no escritório). Lopes demonstrou que em Paulista o patrão olhava no olho e nas mãos do pai de família e lhe atribuía a função fabril. Havia também um atrativo para a fixação inicial dessas famílias, porque nos primeiros dias em que chegavam ao local recebiam muita comida, casa etc. No entanto, tal estratégia era parte do “endividamento prévio”, que criava um dos principais elos para dependência do operariado para com os industriais. “Desnudava-se” a família para fazê-la perceber que a partir de então estava sob o domínio do patronato.

Em Fernão Velho, embora houvesse um aliciamento, este não se dava do mesmo modo ou com o mesmo teor apresentado em Paulista. Lá, o que predominava entre as décadas de 1940 e 1960, segundo relatos, era a contratação de famílias vinculadas ao trabalho agrícola de regiões próximas, através de um conhecimento “boca a boca” de alguns parentes que já se situavam/trabalhavam no lugar desde décadas ou anos anteriores, como já sinalizado. Ou então os casos de operárias/os ou filhas/os de operárias/os de outras fábricas têxteis de Alagoas que se mudaram para Fernão Velho. Havia alguns casos também de trabalhadores do campo que conheceram o lugar através da relação comercial com a feira.

É possível que a diferença entre a forma de contratação em Paulista e em Fernão Velho, ocorresse pela proporção e concorrência entre indústrias têxteis em Pernambuco, que chegaram ao número de trinta e duas até os anos de 1960; enquanto Alagoas chegou ao máximo de doze, em seu período mais próspero. Além disso, a Fábrica Carmen de Fernão Velho, maior indústria de Alagoas, chegou a empregar entre 4.500 e 5.000 operários/as; enquanto que a Fábrica Paulista empregava, segundo Lopes (1988, p. 16), dez a quinze mil operários registrados e mais cinco a



oito mil extra fabris, chegando a ser a maior indústria têxtil brasileira no pós-Segunda Guerra.

Desse modo, a origem do operariado de Fernão Velho não estava ligada a um “recrutamento” direto de famílias, porém o “aliciamento” se fazia de forma indireta, porque, como já dito, a indústria e o núcleo fabril significavam garantias até então inexistentes para as famílias que viviam do trabalho agrícola.

Ao menos no modo de contratação do grupo Othon em Fernão Velho, existiam elementos burocráticos mais “refinados” do que em Paulista, pois não se encontrou nas falas operárias sinais de contratação direta com o patrão na casa-grande, por exemplo; em todas as falas, apresentaram-se as contratações no escritório, diretamente com a gerência, embora a indicação de algum familiar ou amigo da família fossem critérios apreciados pelos contratantes.

Acompanhemos os depoimentos abaixo:

A minha mãe me teve lá no Pilar, e no tempo que ela era enfermeira daí da fábrica, aí ela trouxe a gente para morar aqui em Fernão Velho. [...] Quando chegou aqui ela empregou os irmãos dela e a gente foi criado aqui. Quando eu já estava já criada, minha mãe ainda era enfermeira, empregou a gente na fábrica. Fui trabalhar eu tinha treze anos (OPERÁRIA E).

Meu pai, era ele funcionário antigo, técnico de preparação, aí entrou aqui um cidadão com nome italiano, esse nome dele italiano era Carlos Cucci, era italiano Carlos Cucci, mandou, chamou meu pai, mandou levar os filhos dele lá no escritório... três irmãos [...]. Cheguei lá não precisou papai ir lá não, foram as portas abertas.

- Você é filho do Cardoso?

Eu disse: - Sou.

- Entre aqui.

(Rapaz, assim, carteira branca).

- O senhor, que idade você tem?

- Tanto.

- O senhor?

- Tanto.

- O senhor vai trabalhar na sala de pano, o senhor vai trabalhar na manutenção, o outro, o senhor vai trabalhar na tecelagem.

Abriu margem de emprego para nós três. Começamos, começamos, começamos... resultado: todos nós três trabalhamos trinta e três anos aí (OPERÁRIO E).

Em ambas as falas, no processo de inserção no emprego, o que houve em comum foi a ênfase sobre a contratação através da mediação de familiares e as “facilidades” que os industriais

colocavam naqueles casos. Ter pai, tio, mãe, irmão etc. empregado na fábrica era condição essencial na abertura de portas ao emprego. Ao que consta, a qualificação profissional, tanto em Fernão Velho como em outras experiências fabris no Brasil até os anos 1960, era adquirida no “chão da fábrica”, pois o conhecimento preparatório em escolas ou similares era algo pouco comum entre boa parte do operariado.

Segundo Lopes e Alvim (1990), em Paulista os membros das famílias eram alocados em diferentes funções dentro da divisão social do trabalho, pois para a contratação se priorizava as famílias que tinham um número maior de moças, tendo em vista que havia maior demanda por mulheres no trabalho fabril; isso convergia com o fato de que nas famílias que viviam no campo, a filha trazia menor colaboração no trabalho do que o filho e a opção de emprego na fábrica, eliminava essa condição para a família.

A divisão do trabalho aproveitava-se, portanto, da condição de idade e de gênero e de etnia (que são socialmente estabelecidas) para articular sua exploração e a dominação. Com o processo de proletarização em Fernão Velho, havia a inversão dos papéis em relação ao trabalho no campo, promovendo rupturas com a vida social anterior, porque na família que vivia do roçado, a mulher tendia a ter seu trabalho mais concentrado nos afazeres domésticos, porém com a sua inserção na indústria ela se tornou operária, sendo remunerada e trazendo uma certa autonomia e exigências sociais mais complexas, porque se conseguia ter maior acesso aos espaços públicos e de discussões políticas. Mas, ao mesmo tempo em que conseguiu certa autonomia, o “papel doméstico” se mantinha, o que em muitos casos trazia à mulher uma dupla ou tripla jornada de trabalho, intensificando sua condição de exploração.

Para se perceber esse processo de proletarização em Fernão Velho, vejamos a fala da Operária A, branca, que chegou ao local aos treze anos de idade, vinda do município de Murici-AL, em 1946, juntamente com seu irmão. Seus pais trabalhavam na plantação de mandioca em terra arrendada. Ela disse que não via expectativas em seguir a mesma vida dos pais, por isso insistiu para morar em Fernão Velho, na casa de um tio.

Ela começou a trabalhar na fábrica aos quatorze anos, após mudar a idade em sua própria documentação, prática muito comum na época entre as/os operários/as. A operária afirmou que:

Eu vim passear na casa de meu tio e achei bonito o trabalho daí. Aí pedi meus pais para querer vim trabalhar aqui, queria trabalhar aqui, porque achava bonito, era o mesmo que passear, era mesmo que o povo ir para uma festa, que era muita gente que trabalhava. Moça, rapaz... eu queria trabalhar. Aí meus pais não queriam deixar, minha mãe não queria deixar. Minha mãe chorava tanto para eu não vim. Meu pai disse: minha fia nós não passamos fome, não vá não, ficar na casa dos outros, trabalhando. Eu disse: mas meu pai, é tão bonito lá. Bora um dia, para o senhor passar uns oito dias lá. Trouxe o meu pai, o meu pai veio, viu o trabalho como era, assim. Aí na vinda ele não conseguiu entrar. Mas eu vim trabalhar quase apulso por meus pais, eles não queriam. Eu gostava do trabalho, eu achava tão bom. Aí depois começou apertando, apertando... não pagava direito... A gente trabalhava a semana toda, passava... dava quinze dias e não fazia pagamento. Demorou muito isso para realizar... (OPERÁRIA A).

Nesse depoimento, visualiza-se expectativa da jovem que buscava condições de vida e de trabalho diferentes das de seus pais e enxergou em Fernão Velho um lugar “mágico” para o trabalho, com seus treze anos de idade. Insistiu com os pais para ir a um lugar diferente, que em seu ponto de vista era um trabalho bonito, encantador. Porém, ao se deparar com as reais condições, com a exploração do capital industrial, decepcionou-se com o trabalho. Foi nessa dimensão que tomou consciência de classe, proletarizou-se, pois passou a se perceber como mulher operária moderna, com todas as suas implicações e particularidades.

Seu depoimento serve para refletir sobre as condições reais do operariado de Fernão Velho, entrelaçadas pela complexidade das contradições de gênero, em que a mulher decidiu sair do campo pela suposta autonomia no trabalho industrial e, ao se deparar com esta nova realidade, chocou-se com suas contradições. A modernidade industrial capitalista apresentou à operária sua verdadeira lógica: a exploração camuflada sob encantamento. A promessa de garantias trabalhistas também caiu por terra, pois a mesma operária não conseguiu estabilidade, sendo demitida com sérios problemas de sistema nervoso e só conseguiu a aposentadoria por invalidez após vários anos.

Outras duas operárias mostraram-nos outros aspectos da relação de exploração capitalista. Maria de Lourdes e a Maria José (Dona Zezinha) não foram para Fernão Velho por encanto ao lugar, mas por necessidade extrema devido à condição precária em que estavam inseridas em seus lugares de origem.

Maria de Lourdes perdeu os pais quando criança e foi para Fernão Velho morar na casa da

avó e depois na casa de uma tia e, segundo ela, “não tinha vida” porque sempre foi muito maltratada pelas que lhe criaram. Esse mal tratamento estava possivelmente ligado à sua condição de mulher negra e órfã. Ela afirmou que as responsáveis por sua criação a tinham como fardo. Essa condição se repetia durante o trabalho na fábrica, pois a operária apresentou vários relatos de perseguições que, ao que se entende, davam-se também por conta de sua condição de mulher, negra e desobediente aos mandos de alguns contramestres e vigilantes, as quais ela os denominou como “puxa-saco”.

A segunda, embora também estivesse em condições bastante precárias, tinha elementos diferentes da primeira. Presenciou a morte de seu pai em acidente quando tinha apenas sete anos de idade. Sua família vivia no interior, no município de Atalaia-AL, em terras arrendadas e após a morte de seu pai, que era uma espécie de provedor da vida material nas condições em que vivia, foi obrigada a se mudar para Fernão Velho para morar na casa de um irmão que já trabalhava na indústria. Não conseguiu ser empregada no primeiro momento por ter apenas doze anos de idade, ou seja, cinco anos após a tragédia, mas com pouco tempo desde a chegada aumentou a sua idade no Registro de Nascimento e conseguiu trabalho na Fábrica Carmen. Em seguida, teve empregado seu irmão mais novo e trouxe a mãe e os demais irmãos para morarem em “sua” casa, pois seu irmão mais velho tinha emigrado para São Paulo.

Essa operária, branca, embora explorada pelas condições do capital, não apresentou em sua fala situações de perseguições na fábrica até o momento em que se envolveu numa greve, em 1962, quando denunciou aos industriais junto a mais três mulheres, as quais foram presas. Esse episódio será visto na subseção pertinente.

As três operárias acima viveram semelhante embate para com as condições de vida e de trabalho, pois todas demonstraram a exploração de classe, gênero e étnico-racial (SAFFIOTI, 1987) vividas tanto dentro da fábrica como no lar. Explicaram que conseguiram uma certa melhoria nas condições de vida ao comparar com a condição do campo, mas às custas de uma brutal exploração no trabalho e da extensão da jornada de trabalho através da pesca ou do trabalho doméstico de costura, que serviam para a sobrevivência da família.

Ao que se pôde notar, o processo de proletarização em Fernão Velho foi ocupado por uma expectativa de melhoria das condições de vida. Tornar-se operário entre os anos 1940/1950

significava, além de um suprimento de necessidades, um adentramento numa promessa de modernidade, a busca pela melhoria nas condições de vida e de trabalho. Em alguns casos, tais como os das Operárias B, E e F e dos Operários A, C, D, E e F, essa promessa de melhoria das condições materiais não se fazia com a mesma configuração com os que não tinham experiência fabril em casa. O fato de ter o exemplo em casa em que o pai e/ou a mãe já viviam na condição de operários demonstrava menores expectativas de ascensão social dentro da condição fabril.

Assim, a entrada na fábrica ainda muito jovem, representava aos filhos de operários o complemento na condição salarial da família, porque o salário que os pais recebiam não era suficiente. Vejamos nas falas a seguir, de filhos/as de operários/as:

Naquele tempo a gente aumentava a idade para poder trabalhar. A gente era tudo pequena e as mães da gente precisava. Aí ia trabalhar. Era Othon, quando eu fui trabalhar era Othon, quando eu fui trabalhar já era Othon... não, era os Leão, depois foi a Othon. A Othon eu trabalhei trinta e dois anos (OPERÁRIA B).

Tinha que trabalhar para ajudar a mãe mais o pai e eu caí nessa leva também [...] para ajudar a família. [...] O meu pai tinha falecido, eu tive que ajudar a criar meus irmãos e meus primos, aí tive que trabalhar mesmo. [...] Tinha parente: tinha mãe, tinha tio... (OPERÁRIO D).

Eu estava estudando, eu tinha meus doze anos. Estudava, eu estava no Segundo Ano Primário, na época chamava Segundo Ano Primário. Aí uma senhora falou para minha mãe: - Bote para trabalhar, para lhe ajudar. A gente era pobre, sabe. Eu não gosto nem de falar, porque fico emocionado (lágrimas)... a gente era muito pobre mesmo, aí a minha mãe foi falar com essa senhora, eu já estava no Segundo Ano, aí ela aumentou a minha idade para quatorze para trabalhar na fábrica. Aí, desde os quatorze anos [doze anos na realidade] que eu trabalho (OPERÁRIO C).

O relato destas experiências demonstra que há diferenças entre camponeses proletarizados/as e os/as filhos/as de operários/as. Estes últimos demonstraram uma melhor clareza sobre o trabalho que os esperava. A necessidade falou mais alto que o encanto. A observação cotidiana sobre a vida de seus pais, familiares e vizinhos contribuiu para que já entendesse os códigos da luta de classes no contexto fabril antes mesmo de emergir nele. Os camponeses, pelo contrário, sonhavam com a ascensão no mundo moderno e quase sempre demoravam um pouco mais para perceber a condição da exploração.

Mas, por outro lado, a prioridade dos industriais no emprego de filhos/as de operários/as, além de representar uma busca pelo padrão familiar, significava trazer para dentro da fábrica aqueles/as que já estavam disciplinados pela lógica fabril e que por sua vez pressupõe-se que já tenham transmitido esta moralização aos/às seus/suas filhos/as.

De um modo ou de outro, tem-se um conjunto de rearranjos articulados pela luta de classes, intermediado pela valorização de um operariado imbuído pelos requisitos cristãos de obediência e respeito à família, o qual, mesmo oriundo/a do campo recebeu de antemão a condição de que é preciso ter familiares dentro da fábrica para poder se inserir neste trabalho, o que já sinaliza um processo de proletarização, a inserção em uma “grande família fabril” e que deve estar subordinada/o a esta.

Por fim, esta condição corresponde a uma estratégia de dominação fabril calcada pela moralização e pela obediência e dedicação ao trabalho, do mesmo modo em que se deve obedecer à família. As relações e divisões sociais perpassavam por circunstâncias similares, porque a inserção da mulher na fábrica e no espaço de convivência operária estavam quase sempre alocados de acordo com fatores intercambiados pelas condições de gênero, de classe e/ou étnico-racial, tal como veremos adiante.

#### 4.2 (DES) ATANDO O NÓ DA DOMINAÇÃO-EXPLORAÇÃO

Na Fábrica Carmen, assim como na quase totalidade das fábricas têxteis, predominava o trabalho feminino, principalmente nos setores em que se exigia maior destreza e habilidade para com as operações de manuseio dos fios e tecido. Por isso, os setores de maior ocupação feminina eram a fiação e a tecelagem. O que explica inclusive a maior procura de industriais por mulheres para o trabalho fabril têxtil.

Acompanhemos a seguir o relato do Operário I, oriundo da cidade de Pesqueira, em Pernambuco, que começou a trabalhar na indústria têxtil “com a vassoura” e, após a realização de cursos e experiências acumuladas em algumas indústrias, chegou a ser gerente na fábrica de Fernão Velho entre as décadas de 1980 e 1990, pois ele afirmou que:

Na fábrica toda era mais mulheres, o pesado da fábrica era mulheres. O homem

era menos. [...] Até pela facilidade de mão-de-obra... pela facilidade de mão de obra... porque os homens geralmente eram requisitados para a construção civil, para outras atividades daí da cidade e as mulheres tinham mais dificuldade de arrumar emprego na cidade. Aí, eu acho que o mundo todo ainda usa, pelo menos na fiação, preparação, mais mulheres, que inclusive têm mais habilidade. Na tecelagem, *é muito difícil um homem ser melhor do que a mulher para trabalhar em tecelagem*, devido à habilidade de fazer o nó na hora que quebra o... porque toda a atividade... quebrou um fio tem que dá aquele nó... e *as mulheres têm muito mais habilidade manual do que os homens*. Está comprovado isso (OPERÁRIO I).

Analisando-se a fala acima, é preciso primeiro ressaltar que a mulher não tem em sua natureza a condição de habilidade e destreza necessária ao trabalho com as mãos. O que existe são elementos postos na formação sociocultural que acabam por estabelecer esta característica social. A construção dos papéis da mulher e do homem são estipulados por identidades que reproduzem a “função” de cada um dentro da sociedade<sup>131</sup>, em que esta última espera ver cumpridas, ao ponto de haver um significativo investimento na naturalização deste processo (SAFFIOTI, 1987; 1976).

Isso traz à tona a pertinente tese baseada no trio racismo-patriarcalismo-capitalismo defendida por Heleith Saffioti (1987; 1976; 1979) em sua análise político-social. A Tese central de suas obras é a de que o capitalismo se apropria da ideologia que coloca a mulher e o/a negro/a na condição de inferioridade para intensificar a exploração-dominação. Segundo Saffioti, o patriarcado e o racismo são elementos primordiais à acumulação capitalista, porque consegue, por exemplo, baratear o salário das mulheres e fazer com que o homem trabalhador se sinta na condição ilusória de superioridade no espaço doméstico e público, sendo colocado como “chefe de família”.

Fatores de ordem natural, tais como sexo e etnia, operam, aparentemente, como fatores limitativos da atualização de um modelo ideal de livre competição,

---

<sup>131</sup> “[...] a elaboração social do fator sexo não pode ser tomada simplesmente enquanto variável ideológica sem eficácia na produção, mas, ao contrário, como fenômeno cujas raízes se encrustam no núcleo econômico do modo de produção capitalista e, neste sentido, como parte constitutiva deste, e como contrapartida ideológica da parte econômica da sociedade, justificadora das mudanças e diferenciações que permitem a renovação constante das condições de produção capitalista em seu conjunto. Ora, a ideologia do patriarcalismo, presente em todas as fases de gestação da formação social e econômica capitalista e permeando todos os seus níveis, atinge, no modo de produção capitalista, sua expressão mais requintada, incorporando, crescentemente, conhecimentos científicos e/ou pseudocientíficos” (SAFFIOTI, 1976, p. 9).

quando, na verdade, funcionam como válvulas de escape no sentido de aliviar tensões sociais geradas pelo modo de produção capitalista, assim como no sentido de desviar da estrutura de classes a atenção dos membros da sociedade, centrando-se nas características físicas que, involuntariamente, certas categorias sociais possuem (SAFFIOTI, 1976, p. 6).

A autora reforçou que a “superioridade masculina” é um elemento central da ampliação da extração de mais-valia, na medida em que o operário precisa trabalhar ainda mais para manter a família, tendo em vista que as mulheres da família recebem salários inferiores. Assim, dentro do modo de produção capitalista, a própria “superioridade” do homem trabalhador é um elemento contra si, porque faz com que este intensifique ainda mais sua jornada de trabalho a fim de sustentar sua condição de “superioridade”. Nesta ideologia, o filho-homem também tende a ser forjado a formar família o mais cedo possível, o que intensifica a condição de exploração, na medida em que sobrecarrega ambos. Essa mesma divisão de gênero ocorre no aspecto étnico-racial. No Brasil, a “última bicada” é a mulher, negra e pobre (SAFFIOTI, 1976; 1987).

Assim, quando o Operário I afirmou que a mulher tinha/tem muito mais habilidade que o homem para “fazer o nó na hora que quebra”, vem à mente a “figura do nó” elaborada também por Heleieth Saffioti e utilizada por Maria Aparecida de Moraes Silva, pois no prefácio de *Errantes do fim do século* (SILVA, 1999, p. 9, grifos meus), Saffioti explicou que “a figura do nó foi usada por mim para mostrar, simultaneamente, a *simbiose entre o racismo, o sexismo e as classes sociais*, assim como deixar aberta a possibilidade de se puxar uma ou outra ponta dos eixos que o formam, para se realizar um escrutínio mais acurado”.

Portanto, o nó que a trabalhadora têxtil fazia em sua rotina laboral simboliza o nó das contradições sociais em que à mulher, negra e pobre, recai a maior carga de exploração. Seu nó representa bem mais que o reparo das falhas mecânicas das máquinas, porque este exemplo serve como analogia ao cotidiano do trabalho fabril, em que a mulher acabava se inserindo nas funções sociais postas como inferiorizadas.

Desse modo, a divisão do trabalho<sup>132</sup> se apropriou das contradições sociais e por conta de

---

<sup>132</sup> “A divisão do trabalho na sociedade é característica de todas as sociedades conhecidas; a divisão do trabalho na oficina é produto peculiar da sociedade capitalista. A divisão social do trabalho divide a sociedade entre ocupações, cada qual apropriada a certo ramo de produção; a divisão pormenorizada do trabalho destrói ocupações consideradas neste sentido, e torna o trabalhador inapto a acompanhar qualquer processo completo de produção. [...] Enquanto a



esta estar ligada às necessidades do mercado, adaptou-se às transformações técnicas e tecnológicas em que a concorrência e a competitividade acompanharam os desdobramentos do capitalismo em escala global. Com isso, as condições da mulher e do homem nas primeiras décadas do século XXI são diferentes das colocadas em meados do século XX, por exemplo. O desenvolvimento das forças produtivas e as metamorfoses do capital impactam diretamente sobre as condições de gênero, porque à medida que o capital se apropria de determinadas configurações sociais como meio para ampliação da exploração, ou seja, a posição social do homem, da mulher, do/a negro/a e do pobre interagem com as tramas do capital.

De acordo com Marx (1985b, p. 7), o uso da maquinaria pelo capital não tem o intuito de atenuar a vida da classe trabalhadora, porque

Igual a qualquer outro desenvolvimento da força produtiva do trabalho, ela se destina a baratear mercadorias e a encurtar a parte da jornada de trabalho que o trabalhador precisa para si mesmo, a fim de encompridar a outra parte da sua jornada de trabalho que ele dá de graça para o capitalista. Ela é o meio de produção de mais-valia.

Todavia, além do desenvolvimento das forças produtivas, o capital se ancora em determinadas estruturas sociais para ampliar a mais-valia, procurando conseqüentemente alongar a exploração e sua dominação, por isso o predomínio do emprego de mulheres no trabalho industrial têxtil de Fernão Velho em meados do século XX, correspondia a uma necessidade histórico-social específica do capitalismo naquelas circunstâncias, calcada em três fatores entrelaçados: 1) necessidade de emprego em massa nas funções manuais com o tecido; 2) aproveitamento do máximo possível de membros da família; 3) possibilidade de pagar salários mais baixos ao trabalho feminino e/ou aos menores de dezoito anos de idade.

A interseção entre esses três fatores estava intercambiada com as necessidades de produção em que “o pesado da fábrica” (os setores de fiação e tecelagem), empregavam o maior número de operários/as composto em sua grande maioria por mulheres, porque se percebermos a lógica de extração de mais-valia absoluta, de Marx (1985a), em que a indústria (neste caso a

---

divisão social do trabalho subdivide o *homem*, e enquanto a subdivisão da sociedade pode fortalecer o indivíduo e a espécie, a subdivisão do indivíduo, quando efetuada com menosprezo das capacidades e necessidades humanas, é um crime contra a pessoa e contra a humanidade” (BRAVERMAN, 1980, p. 72).

têxtil) tem seu coração pulsando sobre o processo de valorização da produção, o predomínio do emprego de mulheres era uma estratégia eficiente de ampliação de mais-valia, porque a mulher recebia menos que o homem para desempenhar a mesma função, porém com habilidade superior.

Desse modo, empregava-se o maior número de trabalhadoras mais habilidosas, ligadas diretamente com a produção, mas que muitas vezes recebiam salário inferior ao dos homens, aproveitando-se ao máximo de membros de uma mesma casa (pertencente à fábrica), mantendo os custos com a reprodução da força de trabalho menor ao capital e preservando inclusive o controle do “homem da casa” sobre a mulher trabalhadora, sendo esta última socialmente “obrigada” a despendar seu “tempo livre” para cuidar dos filhos e do esposo. A dominação-exploração estaria, por sua vez, completa.

É necessário também enxergar alguns aspectos das estratégias de organização fabril, partindo da ideia de “família patronal” estabelecida pelo grupo Othon, que se apresentava ao operariado e ao grande público, como uma família promissora que conseguiu ter êxito através do estabelecimento de um padrão moral, em que o “pai” era o responsável pelo provimento material, a “mãe” pelo zelo e educação à obediência e os “bons filhos” condiziam com respeito ao que era ensinado pelos pais.

Essa ilustração da família patronal reverberou para uma situação mais ampla, pois, tal como salientado anteriormente, o Othon (“o velho”) utilizava-se da imagem criada pela classe dominante como estratégia de dominação. “O velho” punha-se como o “pai dos operários”, na figura do homem rígido, mas caridoso com os/as filhos/as (operários/as); enquanto a mãe era aquela que apoiava o homem em suas decisões e que zelava pelo “bom trato” e disciplina dos/as operários/as (filhos/as); por sua vez, os/as filhos/as deveriam obediência aos pais e dar continuidade à sua obra. Com a morte do “velho”, em 1949, seu filho, Alberto Brito Bezerra de Melo, administrador da Fábrica Carmen, reproduzia a mesma lógica de seu pai.

De acordo com Marcelo Tavares (2016, p. 79), com a inserção do grupo Othon,

Inaugurava-se em Fernão Velho outra forma de gestão de trabalho, fundada na promoção de um pacto social mobilizando princípios de reciprocidade e lealdade entre patrões e empregados, como se todos fossem membros de uma mesma família, pautados, inclusive, em valores cristãos e reforçados pela permanente presença de padres e religiosos.

Não é fortuito que o Jardim Infantil<sup>133</sup> recebeu o nome de Maria Auxiliadora de Mello, esposa de Alberto Brito Bezerra de Melo. Outra escola na comunidade de nome ABC, também pertencente à fábrica (atualmente funciona como escola estadual) tem o nome de Maria Amália, esposa de Othon.

Colocar nas escolas o nome de mulheres da família patronal era um modo de inserir nos filhos/as de operários/as a gratidão para com quem cuidava de sua infância, isto é, a mulher-mãe. O fato de as professoras serem mulheres contribuía para fortalecer essa identidade.

Segundo Juçara Mello (2012), o grupo Othon se apoiava numa abrangente política de benefícios sociais (aos filhos-operários), interligada a uma moral familiar, sob um pacto social baseado em princípio de lealdade e reciprocidade, estabelecendo uma relação de consenso e resistência, em que o operariado recriava tais premissas de acordo com seus próprios interesses. Esta política representava um mecanismo de controle e obediência em que a família dos patrões procurava reproduzir seus valores no cotidiano fabril.

Assim, após (des)atar o nó da dominação-exploração em Fernão Velho, entremos nas divisões do funcionamento da produção têxtil propriamente, ao menos no que corresponde ao período que vai da década de 1950 até o início da década de 1960, em que poderemos enxergar melhor de que modo a divisão social e sexual do trabalho representavam as contradições apontadas nesta seção.

#### 4.3 A DIVISÃO SOCIAL E SEXUAL DO TRABALHO

Primeiramente, é preciso ressaltar que, segundo a oralidade, os trabalhos técnicos especializados da Fábrica Carmen eram desempenhados por homens, sendo alguns estrangeiros. Estes trabalhadores recebiam salários mais altos e passavam a ter da fábrica casas em condições melhores que as dos/as “operários/as comuns”.

Aqui chegou a situação, por exemplo, tecnicamente ninguém daqui assumia, entendeu? Tinha que vim estruturado de lá, que a empresa podia, a empresa era

---

<sup>133</sup> Escola pertencente à Fábrica Carmen, composta pelo Ensino Infantil e Alfabetização. Estava situada na parte central de Fernão Velho, na praça São José.

cara... trazia alemão, trazia português, trazia italiano, tudo para assumir a parte administrativa e a gente como peão, como se diz a expressão [faz gesto que significa que se davam mal] (risos), trabalhando para vencer. Está entendendo como é a história? (OPERÁRIO E).

O fato de trabalhadores especializados serem em parte estrangeiros pode ser explicado pela escassez de escolas técnicas no país, as quais só passaram a tomar maior relevo com o “Plano de Metas” do governo Juscelino Kubitschek (1957-1961)<sup>134</sup>. Em termos de Nordeste, a ausência de escolas técnicas voltadas à especialização de trabalhadores/as da indústria está ligada às políticas de concentração de indústrias no Centro-Sul. Essa deficiência justifica a procura por técnicos especializados do exterior e a desvalorização salarial dos trabalhadores locais.

Esses trabalhadores estrangeiros eram também demonstrativo de poder do estabelecimento fabril, porque se observarmos na colocação do Operário E: “a fábrica podia” trazer pessoal “estruturado”, ele coloca o operário não especializado como alguém com pouca estrutura, mesmo tendo este último muito tempo e experiência no trabalho fabril<sup>135</sup>. Sem contar que ter estrangeiros demonstrava a “riqueza” (poder) da fábrica (“a empresa era cara”), que tinha capacidade de trazer pessoas de outros países para trabalhar na gerência administrativa e na posição de mando técnico na produção.

Detalhe interessante é que não havia mulheres exercendo a função administrativa naquela conjuntura. Segundo o texto de Arnaldo Alves Peixoto<sup>136</sup> (filho do gerente externo da Fábrica Carmen, entre os anos 1950 e 1960), a Fábrica Carmen contava com os administradores por nomes: Carlos Cuchi, Sr. Campina, Tancredo Antunes, Orlando Figueiredo, Ernane Pereira Leite, José Lacet, José Brito, Carlos Araújo, entre outros. Em outras palavras, apenas homens estavam na condição de mando da fábrica.

Dito isso, adentremos em algumas minúcias das divisões nos setores de produção da

---

<sup>134</sup> “No ano de 1959, as Escolas Industriais e Técnicas são transformadas em autarquias com o nome de *Escolas Técnicas Federais*. As instituições ganham *autonomia didática e de gestão*. Com isso, intensificam a formação de técnicos, mão de obra indispensável diante da aceleração do processo de industrialização” (MINISTÉRIO..., 2009, p. 4, grifos originais).

<sup>135</sup> Simone Weil (1996, p. 414), apontou uma relação para com o camponês, mas pode ser válida para o operário: “um sistema social está profundamente doente quando um camponês trabalha a terra pensando que, se ele é camponês, é porque não era inteligente o bastante para ser professor”.

<sup>136</sup> Ver PEIXOTO, 1997.

Fábrica Carmen, mas antes de nos inserirmos é importante estar atento para o fato de que realizar todo o processo de produção – da entrada do algodão até o tecido acabado e inspecionado – utilizando-se fontes orais (com entrevista com algum técnico que trabalhou na década de 1950 na Fábrica Carmen), não foi possível devido a impossibilidade de termos encontrado alguém para trazer essas informações.

Por isso, embora aqui se faça a construção do processo de trabalho (da entrada do algodão à saída do tecido), optou-se por conduzir alguns aspectos das experiências de operários/as que trabalharam nos anos 1940, 1950 e 1960 em setores específicos, interseccionando estas informações com o depoimento do Operário I, que ocupou desde o cargo de técnico (1976) até o de administrador da fábrica (a partir de 1982).

Apesar de o Operário I não ter trabalhado entre as décadas de 1940 e 1960, ele explicou que a Fábrica Carmen não passava por um processo de modernização ao menos desde a década de 1950, sofrendo apenas grande diminuição no número de funcionários<sup>137</sup>. Durante a entrevista, o operário repetiu várias vezes a seguinte frase: “eu não vi isso, mas me contaram que era assim”, o que levou a entender que a “memória por tabela” (POLLAK, 1992) pôde ser útil também para a construção do processo de trabalho na Fábrica Carmen.

O único trabalho acadêmico referente ao processo de produção na indústria têxtil encontrado, foi a dissertação de Felipe Pereira Loureiro (2006), “Nos fios de uma trama esquecida: a indústria têxtil paulista nas décadas pós-Depressão (1929-1950)”, em que o autor apresentou como tópico da introdução “Aspectos relativos da indústria têxtil”. A descrição existente na dissertação foi similar ao que foi descrito pelo Operário I.

De um modo geral, a produção da indústria têxtil dividia-se em quatro etapas: 1) beneficiamento; 2) fiação; 3) tecelagem; 4) acabamento.

Tal como explicado pelo Operário I, o funcionamento da Fábrica Carmen ocorria do seguinte modo: o algodão, vinha em caminhões ou trem<sup>138</sup> e precisava ser pesado e conferido; em

---

<sup>137</sup> Quando o operário I chegou para trabalhar na Fábrica Carmen, em 1976, afirmou que esta tinha em torno 1.200 operários (mas não explicou se já estavam incluídas/os as/os trabalhadoras/es do escritório). Porém, entre os anos 1940 e 1950, esta indústria chegou a funcionar com cerca de 5.000 empregados.

<sup>138</sup> Segundo o Operário I, quando chegou em Fernão Velho, a produção da Fábrica Carmen era 100% algodão. Só em meados da década de 1980 foi introduzido o poliéster. Ele também afirmou que não alcançou o tempo em que o

seguida passava pela parte 1, isto é, pelos **batedores** ou **abertura**, o qual ficava responsável por abrir e limpar o algodão, condicionando-o entre 24 e 48 horas para perder a umidade; em seguida, ia para as **cardas**<sup>139</sup> (a última fase do beneficiamento, segundo Loureiro (2006)), que recebia o rolo já com peso e diâmetro padrão. Daí, seguia para o **passador**<sup>140</sup>, que regularizava as saídas das cardas, homogeneizando peso e comprimento. Passava-se então para a **maçaroqueira**<sup>141</sup>, onde se modificava a embalagem para possibilitar o maior número de rolos nos filatórios. O passador e a maçaroqueira foram apontados como a **preparação para a fiação**.

---

algodão chegava em trem, mas declarou que os mais antigos costumavam falar isso. Disse que o algodão vinha dos estados de Alagoas, Pernambuco, Bahia e Ceará.

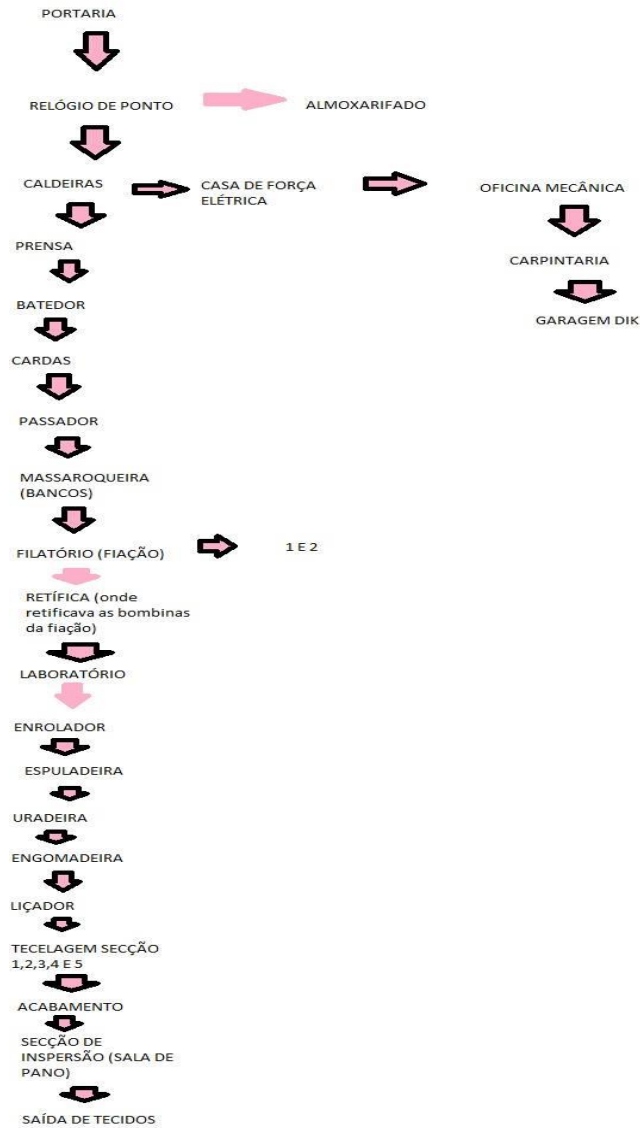
<sup>139</sup> “Máquina que desembaraça, destrinça e limpa fibras têxteis” (HOLANDA, 2008)

<sup>140</sup> Espécie de filtro.

<sup>141</sup> Máquina de fazer maçarocas (fio torcido e enrolado no fuso), que substituía o fuso.



Figura 16 – Fluxograma da Fábrica Carmen.



Fonte: Acervo pessoal.

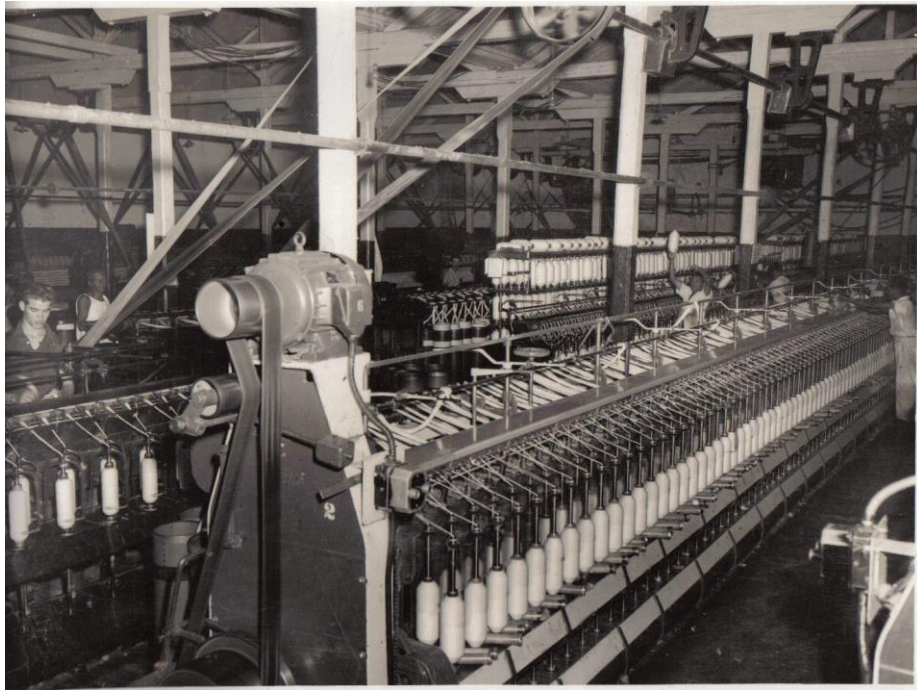
Autoria: Fábio Assis de Farias, jan. 2017.

Feito isso, avançava-se para o **filatório** ou **fiação**, que reduzia o diâmetro do fio, que já saía pronto. Seguiu para a **conicaleira**, que era o inverso da fiação, pois pegava em torno de trinta espulas (também chamada de canelas, quando vazia, isto é, sem fios: tratava-se de um cilindro de



madeira) saídas da fiação e as transformava em embalagens de 1kg ou 1 ½kg; em seguida, a bobina que saía do **enrolador**, seguia para a urdideira e espuladeira; passava para a **urdideira**, onde se enchia as bobinas para enviar para a **espuladeira**, a qual fazia a transferência da bobina para a espula.

Figura 17 – Filatório da Fábrica Carmen.



Fonte: Acervo da Fábrica Carmen  
Autoria: Desconhecida.

Concluído este processo, acontecia a **preparação para a tecelagem**, através da **engomadeira**, por onde entravam cerca de dez rolos, com aproximadamente cinco mil fios que eram engomados com fépora de mandioca ou de milho, num processo químico útil para que o fio tanto suportasse ser esticado, como para evitar atrito entre os fios na tecelagem (neste setor o líquido ou a goma funcionava na temperatura de cem graus *celsius*). Antes de seguir para a outra parte, era necessário passar por um teste de controle da goma. Daí, prosseguia para o **lissador**, onde os fios passavam de um lado para o outro *por duas mulheres*, que moldavam o fio de acordo com o tecido que seria feito. Havia a limpeza e lubrificação da tecelagem, onde se iniciava a

**tecelagem.** Nesta, os teares funcionavam com espuladeiras cheias de fio e com as lançadeiras, as quais, quando vazias caíam na caixa. A função do tear era a troca da lançadeira.

De acordo com Loureiro (2006, grifos originais),

O ato de tecer consiste no cruzamento e entrelaçamento dos fios produzidos nas etapas anteriores, os quais, congregados, formam um tecido. Para que a tecelagem se concretize, no entanto, devem ser alocados os fios de maneira distinta: um grupo tecerá no sentido longitudinal e o outro estará posicionado perpendicularmente àquele. Chama-se a formação do primeiro de *teia* ou *urdidura*; e, a dos segundos, levado pelas *lançadeiras*, de *tramas*. Os fios verticais, assim, iam para as *urdideiras* em forma de cartéis, enquanto os horizontais se dirigiam às *espulas* (cilindros de madeira), que alimentam as *lançadeiras*.

Feito isso, o tecido estava pronto e seguia ao setor de **inspeção**, onde se observava se neste havia furos, trama etc., classificando-o como de 1ª, 2ª ou 3ª qualidade. Da inspeção ia para o **acabamento** para desengomar o tecido<sup>142</sup>. Por fim, fazia-se a lavagem do tecido, o alveijamento (com cloro) e tingimento (em caso de tecidos tingidos). Estando o tecido pronto e classificado, estava disponível à comercialização.

Exceto o carregamento de rolos de algodão e de tecidos, a manutenção da parte mecânica das máquinas, o acabamento e a tinturaria, quase todo esse trabalho era realizado por mulheres. No escritório do estabelecimento fabril também predominava o trabalho feminino. As seções que existiam o predomínio ou quase totalidade do trabalho masculino eram as que não estavam ligadas diretamente à produção, ou melhor, as que não estavam em contato com a matéria-prima e o tecido, que eram a **mecânica, reparação e fabricação de peças, serralharia, carpintaria, elétrica, caldeiraria, manutenção geral** (soldador, torneiro) e a **funilaria**.

Com isso, pode-se dizer que o impacto de uma greve ou paralisação do funcionamento da fábrica dependiam em larga medida da decisão das mulheres, porque a maior parte do trabalho masculino na indústria têxtil não estava tão diretamente ligado à produção dos fios e dos tecidos. É possível que esse fosse um dos fatores com que os industriais pensassem para o controle sobre a exploração, porque partindo-se da lógica machista, as mulheres teriam mais possibilidade de

---

<sup>142</sup> “Desengomar: ação pela qual se retira a goma do tecido, através de enzimas ou purgas, para que haja uma boa penetração do corante e de outros produtos utilizados no processo de acabamento” (SOUSA, 2014).

recuar ou se intimidar frente aos mandos dos gerentes ou contramestres. Veremos sobre a resistência mais adiante neste trabalho.

Por ora, atentemo-nos aos depoimentos sobre as atribuições das funções fabris, segundo os depoimentos das operárias a seguir, para perceber o quanto em pequenos trechos de falas foi possível notar a posição ocupada pelas/os trabalhadoras/es no processo de trabalho. Iniciemos pela espuladeira.

[Comecei] com treze anos, na *espuladeira*. Depois foi que minha mãe falou com o Carlos Araújo, aí me botou para eu ir trabalhar na *tecelagem*... aprender a trabalhar na *tecelagem*. Quando eu trabalhei na *tecelagem* eu tinha quinze anos quando eu fui trabalhar na *tecelagem*, quando eu fiquei mesmo trabalhando na *tecelagem*, quinze anos, eu tinha completado quinze anos (OPERÁRIA E).

Trabalhei na *espuladeira*. Todo mundo sabe: a espuladeira é que tece as canelas para vim para a *tecelagem*. Espuladeira, a gente trabalhava com negócio de fio, enchendo umas que se chamava trama, trama, canela. A espuladeira era para preparar as canelas para vim para a *tecelagem*. [...] Entrei com quatorze anos e a gente só sai de lá, muita gente diz que só tiram de lá quando completa dezoito anos [de idade], porque *era tudo menina de menor, mocinha*. [...] Com dezoito anos eu saí da espuladeira e vim trabalhar na *tecelagem*. A *tecelagem* é tecer o pano (OPERÁRIA A).

Eu fui trabalhar com quatorze anos. Trabalhei na *espuladeira*, depois de um ano que eu trabalhei, saí de férias, fui trabalhar na *tecelagem*, trabalhei na *tecelagem*... trabalhei... e depois... porque naquele tempo, a pessoa quando era... não tinha máquinas, não tinha lugar certo para ficar, tinha que toda semana ir para um ponto, aí a pessoa ia... o Gastão pegava, botava onde estava faltando. Depois, trabalhei também na *fiação*, varrendo, tirando algodão assim das máquinas. [...] aí depois eu fui, terminei os meus anos na *bancada*. Eu varria, limpava banheiro, fazia avental. Fim de mês ficava fazendo... amarrando os panos, os que... fazendo malote, para fazer fardo... e terminei assim. (OPERÁRIA D).

Ao que se pode notar é que a espuladeira era um setor para iniciantes, para moças menores de idade, porque não se exigia tanta perícia técnica à sua realização. A hipótese é que se tratava de uma espécie de “formação fabril”, de adequação à condição operária, tanto que entre as/os depoentes, nenhum/a se manteve por muito tempo naquele setor.

Observando-se as falas das Operárias E, A e D, é possível notar que a espuladeira era um setor composto por “menina de menor, mocinha”. Era também um setor que as operárias

recebiam salários inferiores por serem menores de idade, de onde só era possível sair desta função após uma maturidade fabril, na qual a operária já se colocava em condição de maior responsabilidade no trabalho e, muito provavelmente, ligando essa responsabilidade com as “responsabilidades” do lar, porque era comum naquele contexto histórico moças de quinze ou dezesseis anos de idade já estarem casadas e mãe de família.

Com o passar do tempo, a “mocinha” tornava-se uma mulher responsável dentro e fora da fábrica. De acordo com a maior habilidade ou destreza os saltos para os setores menos brutais poderiam ocorrer. Vejamos na fala da Operária E:

Quando eu saí da espuladeira eu fui aprender na tecelagem. Depois que eu aprendi, aí o gerente me deu, o Carlos Araújo, me deu duas máquinas para eu ir trabalhando, até aprender direito. [...] Quatro máquinas só, porque era de xadrez. Era máquina de xadrez. A Otelina trabalhava mais eu... ela trabalhava assim e eu assim. Quatro máquinas de xadrez dela e quatro minha (OPERÁRIA E).

Outra função que não se exigia muito conhecimento técnico e que também era comum ter operárias moças era a fiação ou o filatório.

Eu comecei em cinquenta e um [1951] na fiação. Já comecei na fiação; trabalhei todo esse tempo na fiação. Quando eu fui para a tecelagem já foi quase no final, foi no tempo que eu me afastei, mas só eu, a gente, ajudava, ajudava a varrer, ajudava a emendar fio nas máquinas, até quando eu saí... (OPERÁRIA F).

Foi constado nas entrevistas, que a função de varrer chão dentro da fábrica ou na rua era atribuída a homens e mulheres negras. Dentre os relatos observados, os/as que disseram exercer uma infinidade de tarefas, dentre elas “a vassoura”, de lavar banheiro ou de fazer serviços muito perigosos e pesados, até onde se pôde ver aqui, todos/as os/as que exerceram essas funções eram negros ou negras.

Quando se tratava de força física o predomínio era o trabalho masculino, no qual o homem em seu relato tendia a enfatizar sua condição de “macho” e de desafiador, sobre as condições mais brutais. Abaixo pode-se observar o longo relato de Manuel Lourenço referente à sua trajetória para se empregar na Fábrica Carmen, no ano de 1949, logo após uma grande enchente e queda de barreiras que afetou várias regiões do Estado de Alagoas, inclusive Fernão

Velho.

Ele disse: - Arnaldo, você coloca os homens que vão ficar numa linha e coloca os outros que não ficam. Dois grupos né. O Arnaldo passou um para aqui, o outro para lá e terminou tudo, o Arnaldo disse: - Campina [gerente externo], os homens estão escolhidos. - Quais são os homens? *Eu estava no meio dos bons que ele escolheu.* Quando eu recebi a ordem para trabalhar, Campina olhou assim para mim e disse: - O senhor é um homem forte, um homem de patrulha [...]. Campina olhou assim para mim e disse: O senhor é bom de trabalhar? Eu disse: Sou. Ele disse: - *Porque você é bom é que eu vou botar você para varrer rua.* Eu disse: - Vamos lá. *Botou no lugar de mais gente que passava para varrer rua.* [...] Quando foi meio dia, eu fui almoçar, quando cheguei, ele disse: - Você não vai mais varrer rua, vai espalhar barro aqui no Canecão, que era o lugar de espalhar barro. No barro só tinha fedor de defunto<sup>143</sup>, que vinha da Rua do Cajueiro... eu trabalhei o dia. No outro dia ele me botou nos fundos da fábrica, para desentupir as valas do açude. Depois, no outro dia, ele me botou no ABC... tinha uma patôa raspando terra, eu vi até quando ela passou, deixou o cabelo de uma pessoa, arrancou o cabelo assim... ficou enterrado, caiu a barreira, caiu enterrado. O rapaz disse: - É cobrir e deixar aí, que ninguém vai levar mais não. Lá no ABC tem um cara debaixo da terra. E, eu fiquei trabalhando e quando foi mais ou menos dois meses, chegou umas caldeiras rabricó para botar na fábrica, para trabalhar também, que as outras já estavam muito ruim mesmo. Quando o doutor Valter disse: seu Campina, eu quero seis homens de qualidade para botar com as caldeiras, as caldeiras eram de oito toneladas. O Arnaldo procurou seis homens e eu não caí, fiquei até com espera, eu sei que eu vou agora, *o homem disse que quer cabra macho e eu sou um dos tais* (risos). Não fui. De tarde os homens disseram: - Eu não quero o serviço não, que ninguém aguenta não, que o serviço é pesado. No outro dia foram outros seis, voltaram à tarde, disseram que não iam. No terceiro dia eu entrei no meio. Fui, quando eu cheguei lá, me apresentei para o doutor Valter, o doutor Valter disse: - Veio para trabalhar? Eu disse: - Vim para ficar e não para sair. Trabalhei oito meses e só saí quando as caldeiras ficaram em ponto de base. Coloquei eu, o mecânico, o electricista, e uma série de coisas, fizemos o bueiro, com trinta metros de altura. E agora no bueiro, só um homem que tivesse coragem, porque na altura que estava, com vinte metros eles botavam três cabos de espinho assim e quando a gente botava os cones e o martetele e empurrava, ele fazia assim ó [gesto de balanço] lá naquele muro, aí eu dizia: - agora a gente vai... Terminou-se o serviço, quando terminou, eu já com minha pouca inteligência, já traçava, fazia parafuso, só não fazia porca [...] e uma série de coisas, mas não tinha vocação para negócio de

---

<sup>143</sup> Quando o operário fala sobre o trabalho que teve que desempenhar espalhando barro, que “tinha fedor de defunto”, remete-se à tromba d’água ocorrida em Maceió e demais cidades de Alagoas, em maio de 1949. Naquele episódio ocorreu de 3 dias de chuva intensa, gerando alagamentos e quedas de barreiras, provocando a morte de muitas pessoas. Dentre os/as depoentes, foi comum a menção a esta tromba d’água. Para conhecer melhor a respeito, ver: OLIVEIRA JUNIOR, 2008.

mecânica [...] (MANUEL LOURENÇO).

Com o relato de Manuel Lourenço, percebe-se a sua ênfase em colocar-se como homem forte e que faz uma série de atividades perigosas, que outros homens não se dispõem a realizar. Ao mesmo tempo, este operário estava na situação de órfão (disse que viu o pai falecer ao seu lado), negro, saído de uma condição incerta de trabalho, “clandestina”, como ele mesmo apontou em outros trechos de sua fala. É possível que arriscar-se a todas estas funções que “ninguém aguenta” era parte de necessidade extrema sua em tentar conseguir estabilidade na fábrica. Os responsáveis por sua contratação utilizavam de sua condição e intensificaram a exploração sobre o operário. É notório também que em nossa sociedade racista, o homem negro “precise” mostrar muito mais sua capacidade do que o branco para poder ter certo reconhecimento. Para a mulher negra a condição ainda é mais agravante.

Por conta disso, o Seu Campina atribuiu a Manuel Lourenço funções consideradas vergonhosas (“varrer rua no lugar que passa mais gente”) e perigosas (instalação do bueiro) como mecanismo de inserção do operário que antes havia negado trabalho na fábrica porque esta não empregava de carteira assinada. Além disso, manter um homem negro na condição braçal e humilhante era um instrumento de perpetuação da lógica de dominação do homem branco.

Detalhe interessante é que Manuel Lourenço conseguiu depois aprender a ler com intuito de trabalhar no escritório. Afirmou que já adulto se dedicou à leitura e à matemática até o ponto em que atingiu a função de responsável pelos pagamentos das dívidas da Fábrica Carmen, geralmente no Centro de Maceió e por fim trabalhou no escritório do estabelecimento fabril, onde foi responsável pelo pagamento de parte do operariado. Essa experiência deu condições para que apresentasse importantes detalhes sobre os números referente à produção e pagamentos da/na fábrica durante sua entrevista.

O relato de Manuel Lourenço também aponta para uma das contradições da modernidade industrial, pois após vermos todas essas situações perigosas e humilhantes, é possível pensar que o discurso e promessa de ascensão social trazido pelas garantias trabalhistas beneficiavam o capital, enquanto intensificava a exploração sobre o trabalhador.

Retomando a composição dos setores da Fábrica Carmen, vê-se que havia também

homens, embora minoria, na fiação. No entanto, ao que se constou, para esses tratava-se de um setor de aprendizagem, porque a prioridade era o emprego de mulheres:

Eu trabalhei na seção que chamava fiação, entendeu? Fiação... trabalhava preparando os fios para levar para a espuladeira, da espuladeira levava para o enrolador, do enrolador pra espuladeira, porque da espuladeira, aquelas canelas de fio iam para a tecelagem fazer o pano, aí quando eu me aposentei aqui [...] (OPERÁRIO G).

Em seguida, o Operário G afirmou que depois foi transferido para a seção de tinturaria e alvejamento, num setor insalubre, mas que ao se aposentar não recebeu o tempo de insalubridade, o que sinaliza outra contradição das promessas trabalhistas. A mudança de setores era comum entre operários e operárias, mas entre os homens era frequente que ocorresse o alcance a cargos de encarregados, contramestre etc. e/ou que exercessem funções mais bem remuneradas. Fato que era incomum entre mulheres.

O Operário I contou que houve mulher exercendo o cargo de contramestre, mas apenas no setor de fiação.

Chegou a ter mulher como contramestre, principalmente na fiação. Na fiação a gente colocou mulher como contramestre. Contramestre de produção para mandar diretamente na rapaziada. [Mas só na fiação] porque o contramestre da tecelagem, ele tinha que ser mecânico também. Como a gente não preparou nenhuma mulher para a mecânica, não botava na tecelagem. Na tecelagem só teve mesmo homem. É aquele camarada que veio oriundo desde a vassoura, como diz, até galgar o posto dele. O mecânico... *ter bom relacionamento com o pessoal para chegar a contramestre* (OPERÁRIO I).

Com esse relato, percebe-se com maior evidência a divisão entre gêneros “para galgar” posto. As mulheres dificilmente tinham formação na mecânica, setor que para poder exercê-lo era primordial o conhecimento técnico específico. Na fiação, o aprimoramento partia muito mais do conhecimento empírico-manual do que o da mecânica. Além do mais, o contramestre precisava “mandar diretamente na rapaziada”, o que se supõe que a mulher, segundo esses preceitos, não poderia ou não teria capacidade de exercer o posto de mando. É possível que uma mulher contramestre (que eram raras) precisasse ter muito mais desdobramentos que o homem para alcançar tal cargo.

Dito isso, em outros setores, diferente da espuladeira e da fiação, notou-se uma maior especialização do trabalho, tal como foi o caso do lissador.

Eu trabalhava no *lissador*. A Otelina era tecelagem, eu era no lissador. Trabalhei trinta e dois anos [...] na mesma função. Entrei, aprendi e fiquei... trabalhei trinta e dois anos, no lissador. [...] [o que fazia era] coisando [lissando] os fios. Agora aqueles fios, aí vinha, juntava aquele rolo e o rolo ia para a tecelagem para fazer o pano, botava nas máquinas para fazer os panos. Todo tipo de pano: era xadrez, era bramante, era zefri, era Maceió, era muitos panos... benjaime, tinha mochimon, era muito tipo de pano. [...] pano que ia para São Paulo. Os caminhões iam cheios de pano. Era muito pano. Pano cru (OPERÁRIA B).

Nota-se que a operária B, talvez até com mais profundidade que as/os entrevistadas/os anteriores, percebia a sua atividade como trabalho não isolada das demais, mas inserida num todo. O que ela produzia no lissador – e tinha consciência disso – era uma função que definia o “tipo de pano” dado por seu conhecimento técnico e empírico. E mais, ela sabia que o resultado de seu trabalho não era uma atividade banal, mas um produto acabado, que era enviado para vários lugares, pois era comum na localidade atribuir-se a São Paulo sinônimo de lugar distante, do qual não se tinha necessariamente clareza de onde ficava. A operária também acrescentou que a fábrica só vendia pano cru e vendia para outros lugares e lá faziam panos estampados etc.

Assim, a percepção que a operária tem sobre sua atividade se dá pelo fato de que para exercer a função de lissadeira se exigia maior conhecimento, porque tinha que separar os fios que definiam o pano (tal como afirmado pelo Operário I), tanto que a operária B disse que quando completou seu tempo para a aposentadoria (com trinta e dois anos de serviço), a gerência ainda negociou para que ela continuasse no trabalho, mas ela não aceitou. É provável que a gerência visasse a longa experiência da operária quanto a função que exercia.

Outra operária explicou o funcionamento do trabalho no lissador.

O *lissador* pegava um rolo de fio, botava numa máquina e depois a gente ia... era um ganchinho assim e a gente enfiava, puxava e transformava... formava o tecido e botava na máquina para fazer o pano. [...] era antes de ir para a tecelagem, ia para o lissador, para depois que estava pronto, ia, botava nos teares e ali fazia o pano (OPERÁRIA C).

Aqui também se nota aspectos parecidos com o que foi colocado pela operária B. A



formatação do tecido, ou melhor, o tipo de pano que era feito era responsabilidade das lissadeiras. Significava um trabalho que exigia além de conhecimento, muita atenção, e o desgaste mental devia se fazer presente em seus cotidianos. Ainda assim, as lissadeiras não tinham seus salários diferenciados dos demais setores.

Os saltos em setores costumavam ocorrer dentro da fábrica, mas estavam quase sempre limitados com o que o capital poderia extrair com mais intensidade de cada trabalhador/a individualmente. Vejamos o trajeto do Operário F:

Eu sei que o meu pai trabalhava aí de contramestre de tecelagem e minha mãe era tecelã. Trabalhava com ele, sabe, na seção dele. Ele era contramestre e ela tecelã. [...] Eu fui trabalhar no dia 12 de fevereiro de 53 [1953], com dezessete anos [de idade]. [...] Trabalhei dois anos na tecelagem, aí me botaram para *office boy* né, no escritório, em 55 [1955]. [...] fazia entrega de... o chefe do escritório tinha os seus, as suas ordens... aí mandava ordem para a farmácia, o contínuo levava, mandava uma ordem lá para a carpintaria, para a garagem, para o armazém... então o contínuo fazia. Isso servia também dentro do escritório. [...] só dentro de Fernão Velho. Agora, teve uma época em que eu fui como auxiliar de trocador da firma, para trocar dinheiro em Maceió, para fazer pagamento aqui ao povo (OPERÁRIO F).

Ao se observar a fala do operário acima, é possível entender que sua inserção no estabelecimento fabril, com idade avançada (dezessete anos) – comparando-se com as operárias até então apresentadas – e com o fato de ser branco, ter algum grau de estudos e o pai contramestre da tecelagem e a mãe tecelã, já davam a ele a possibilidade de iniciar na indústria num setor em que dificilmente alguém começava. Esse operário logo conseguiu outras atribuições, porque era comum a parte administrativa da fábrica deslocar trabalhadores/as com alguma base de estudos para funções que exigiam tal conhecimento.

O Operário F, portanto, utilizou-se das possibilidades de ascensão social e procurou seguir caminho diferente daquele exercido pelos pais. Por isso, dedicou-se ao estudo para não estar no “chão da fábrica”, o que também ocorreu com Manuel Lourenço, que podem ser entendidos como brechas deixadas pela dominação. Da função de tecelão, o Operário F passou para contínuo, auxiliar de trocador da firma (responsável por retirar o dinheiro do salário do operariado) e, por fim, chegou ao escritório. Ainda assim, ao descrever seu trajeto, o operário acrescentou uma série de dificuldades para continuar e concluir os estudos ginasiais (equivalente

ao que hoje denomina-se Ensino Fundamental Completo, que na época eram raros os que conseguiam realizá-lo), pago com dinheiro de seu salário: “Chegava lá no Tabuleiro do Martins, botava a mão no bolso, tirava uma vela, acendia para poder estudar... e tudo isso pagando... ora, veja que sacrifício”.

O operariado criou, desse modo, um conjunto de mecanismos para contornar as condições de exploração, seja procurando setores com que tivessem condições de se sobressair, seja através da indicação de algum parente que tivesse influência na fábrica ou através do estudo (bastante complicado na época), dentro de uma condição fabril instituída na lógica fordista-taylorista, em que o/a trabalhador/a precisava ser/estar preso a uma única função, produzindo com a maior velocidade possível, em péssimas condições salariais.

O operariado de Fernão Velho, mesmo assim, criou mecanismos afetivos com o trabalho como modo de se distanciar da rotina estafante imposta pelo capital, seja sabendo negar ao capital a continuidade no trabalho quando se conseguia a aposentadoria ou dando sentido ao trabalho alienado por meio da compreensão de seu funcionamento como um todo. Mas ao que temos apresentado até então foram medidas muito mais voltadas aos interesses individuais do que coletivos. A organização fabril, que ultrapassava a individualidade e chegava ao coletivo também estava presente e a veremos algumas subseções posteriores.

Após apontadas essas relações na divisão de trabalho, ilustradas pelo exemplo de depoentes que trabalharam na fábrica, passemos então a entrar nas condições de trabalho, apontando-se acidentes, prejuízos à saúde física e/ou psicológica, atrasos no pagamento e/ou a intensificação da jornada de trabalho.

#### 4.4 CONDIÇÕES DE TRABALHO NA FÁBRICA CARMEN

Embora as condições de trabalho na Fábrica Carmen nos anos 1950, estivessem em certos aspectos longe das apresentadas pela literatura sobre a industrialização do século XIX na Europa<sup>144</sup> e as primeiras décadas de implantação de indústrias no Brasil<sup>145</sup>, a exploração e brutalidade da/na produção não deixavam de existir, tanto pelos aspectos diretos, isto é, através

---

<sup>144</sup> Ver ZOLA, 1981; ENGELS, 2008; MARX, Karl. *Maquinaria e grande indústria*. I, 1985. Cap. XIII.

<sup>145</sup> Ver HARDMAN; LEONARDI, 1980.

de danos físicos: auditivos, oculares e dermatológicos (quanto a este último observou-se principalmente nos setores de acabamento e tinturaria), trabalho em altas temperaturas (dependendo do setor), incidentes com máquinas e/ou equipamentos etc.; bem como no aspecto moral, referente aos assédios sobre operárias, humilhações, a imposição de horas extras, artifícios que poderiam servir para provocar demissões por justa causa e/ou para estabelecer relações de poderio dentro do trabalho fabril.

Assim, é preciso primeiramente compreender que do ponto de vista jurídico, o operariado de Fernão Velho (bem como o de todo o Brasil) estava naquele contexto amparado pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943, que em vários aspectos protegia os/as trabalhadores/as contra algumas determinações apontadas no parágrafo anterior, pois o decreto teve como sustentáculo: o máximo de oito horas diárias trabalhadas e em caso de hora-extra não exceder duas horas, mediante acordo escrito entre empregado e empregador (art. 59); descansos semanais e por jornadas de trabalho; salário mínimo sem distinção de sexo “[...] e capaz de satisfazer, em determinada época e região do País, as suas necessidades normais de alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte” (art. 76); férias remuneradas; iluminação e ventilação (natural ou artificial) adequada ao ambiente em que ocorria o trabalho; proteção à maternidade (seis semanas antes e seis depois do nascimento da criança), insalubridade, etc.

Esses direitos foram parte do processo de avanço da luta de classes no Brasil, em que após décadas de reivindicações e mobilizações operárias<sup>146</sup>, a classe trabalhadora conquistou determinados direitos e garantias, bem como a institucionalização sindical, embora vigiado pelo Estado. O que se pode ver ao longo desta subseção é que o cumprimento de boa parte destes direitos atribuídos ao operariado não se fazia na prática.

Hardman e Leonardi (1982, p. 180), que analisaram das origens da indústria brasileira até os anos 1920, apontaram determinadas características das condições de trabalho fabril que continuaram a existir mesmo décadas depois em Fernão Velho, tal como veremos. Os autores alegaram que

---

<sup>146</sup> Ver REZENDE, 1990.

Na grande indústria têxtil, violências sexuais contra meninas e mulheres eram denunciadas rotineiramente na imprensa operária. [...] Além da violência física contra os menores, eram comuns as punições, o alcoolismo e doenças como tuberculose e a sífilis. Inexistia qualquer higiene nos locais de trabalho. As águas eram insalubres e a temperatura da fornalha chegava a um grau insuportável dentro de um barracão de zinco sem janelas nem ventilação.

Antes de apresentar alguns dos aspectos das condições de trabalho na Fábrica Carmen, é importante destacar que comumente as/os entrevistadas/os iniciavam suas falas ressaltando que Fernão Velho “era muito bom”. As referências sobre a localidade costumaram surgir num tom positivo, embora com condições de subsistências precárias. Porém, não foi o mesmo que costumou ocorrer quando se falava do trabalho na indústria. As condições de trabalho e os baixos salários foram recorrentes críticas do operariado como se pode ver adiante.

Não, não era muito pesado, só era quente. Muita quintura. Na *fiação* é muito quente, muito, muito mesmo. Não sei ultimamente se mudou, porque às vezes mudava, vinha máquina moderna, aí mudava, mas por cima assim eram aqueles canos, com aqueles forros assim. Aqueles canos eram [com] água fervendo para esquentar as máquinas. Embaixo das máquinas. Aí, nas cabeceiras das máquinas tinham aqueles motores bem grandes para puxar, para rodar as máquinas e fazer quintura, que as máquinas só trabalhavam com quintura... (OPERÁRIA F).

A inserção de moças com doze ou treze anos no trabalho fabril de Fernão Velho era comum. Em vários relatos as operárias apontaram a mudança de idade em suas documentações para trabalhar na fábrica.

Aí fiquei trabalhando, depois meu irmão foi trabalhar também, que era mais novo do que eu. Aumentaram a idade da gente, que a gente nem sabia da idade da gente. Ainda hoje os meus documentos são errados. [...] Eu vou fazer setenta anos agora em maio, dia primeiro de maio. Tem um documento que eu já tenho setenta e três e é isso... (MARIA JOSÉ, D. ZEZINHA).

No meu registro mesmo é oitenta e dois [anos de idade], mas na minha idade foi aumentada para trabalhar: é oitenta e três. A Otelina também é oitenta e três. *Naquele tempo a gente aumentava a idade para trabalhar, que era tudo pequena e as mães precisavam, aí ia trabalhar* (OPERÁRIA B).

Outra condição que se pode expor corresponde a das mulheres mães solteiras, que tinham uma complexa relação intermediada entre a exploração da fábrica e a do “tempo livre” (do lar).

As “obrigações” para com o trato dos filhos abandonados pelo genitor, forçavam para que algumas operárias tivessem dupla jornada de trabalho, que poderia servir como meio de coação dos gerentes e contramestres da fábrica para intensificar a exploração.

Vencer essa barreira... eu não acompanhei muito o estudo deles [dos filhos] porque eu não tinha tempo. Quando eu ia para casa para cuidar na comida, para dar comida a eles, que ia ver se comia também, já chegava um chamando: a fábrica está enrolada, o fulano está chamando, aí *a gente já voltava*. E tinha que fazer tudo com medo de perder o emprego, eu tinha tanto medo de perder o emprego. *Eu só não fazia apanhar*, mas tudo que mandavam fazer eu fazia [rápida interrupção] tudo que mandava: eu varria, eu limpava banheiro, eu ajudava, se me chamava: chega aqui me ajudar para emendar aqui, eu ia; chega aqui para fazer isso assim, eu ia, com medo de perder o emprego, porque se eu perdesse, pelo amor de Deus, com esse monte de menino pequeno (OPERÁRIA F).

A operária apontou a sua primeira dificuldade como a de não ter tempo nem estrutura para acompanhar o estudo dos filhos, justificada pelas condições de trabalho, pois nem no momento em que ela teria para alimentar a si e aos filhos, a jornada de trabalho na indústria muitas vezes não permitia, porque precisava intensificar a produção fabril. Ela se sentia coagida pela ordem da fábrica, por conta do medo de perder o emprego e a casa, ao ponto de fazer “de tudo” que mandavam: “eu só não fazia apanhar”.

Por aí pode-se notar que o capital se apropriava da fragilidade da operária mãe-solteira, dependente do salário fabril para sua sobrevivência e a de seus/suas filhos/as. Nesse caso, o capital não se assenhorava só da vida da operária, mas da de seus/as filhos/as. E há um detalhe importante em sua fala que é referir-se a “a gente já voltava”, indicando que ela não era única nesta condição, mas uma dentre outras companheiras de trabalho em situação similar.

No geral, as mães de família tinham maior sobrecarga de trabalho (as mães solteiras ainda mais), porque na concepção patriarcal de sociedade, elas acabavam tendo atribuída a si a “responsabilidade” do lar e, devido às más condições salariais na Fábrica Carmen, as operárias-mães mantinham-se exploradas entre o trabalho e o lar. A operária acima complementou a sua fala, reforçando o controle que a fábrica tinha sobre o tempo doméstico.

Era. Pocava [refere-se aos fios que estouravam] demais. Tempo frio, quando

começava a chover muito, aí quando começava quebrando, enrolava, enrolava, enrolava, aí a gente não tinha hora de sair não, tinha que ficar. Ia para casa, quando pensava que estava em casa já voltava, tinha que voltar para ajudar... (OPERÁRIA F).

Alguns depoimentos demonstraram que a mobilidade das funções ou o uso de determinados instrumentos de trabalho (dos mais aos menos pesados) costumavam acontecer de acordo com interesses de encarregados ou contramestres mais “enxeridos” (intrometidos). Algumas operárias consideradas “mais bonitas”, escolhidas “pelas caras” ou “do agrado” de determinados encarregados tendiam a ter funções menos árduas dentro dos setores da fábrica.

Aquilo era um porre [referindo-se a um encarregado], perseguia que só a derrota. Era um porre mermo. Eu tinha tanta da raiva dele. Ôxe, era muito ruim, não botava um rolo que prestasse para a gente trabalhar. Botava rolo pelas caras, sabe? Desses homens... ele era muito enxerido, que gostava de estar de conversinha com as pessoas. A que não gostasse, não fosse na onda dele, ele não fazia nada... aí ele não gostava de mim não, porque eu não ia na onda dele. Aí ele tinha raiva, só botava rolo ruim... era um trabalho para eu dar produção. Era por produção... aí quanto mais fizesse, mais ganhava. [...] era assim, era tudinho, tudo era assim, *puxa-saco do patrão*. [...] ia para o lissador, avexar a lissadeira para acabar logo e a máquina ficava parada. Aquilo era um porre. Aí ele chegava perto de mim e dizia: - Só vai largar quando acabar. Aí eu olhava assim para a cara dele, quando acabasse o rolo, sabe? Quando terminasse todinho, era que eu ia largar, senão não largava. Aí eu dizia para minha linhadeira: - mulher, ligeiro, vamos ver se acaba logo esse rolo para a gente não ficar (OPERÁRIA C).

Um detalhe importante de se perceber é que em quase sua totalidade os encarregados eram homens, o que não era fortuito, pois representavam a hierarquia da dominação, em que ao homem cabia ainda a função social de ditar as regras, as normas, controlar o tempo, o horário de saída, tal como dito pela operária acima. As atribuições domésticas socialmente estabelecidas para a mulher ficavam “ameaçadas” pela superexploração do capital industrial.

No caso da fala da operária acima, notou-se a existência de “brechas” no processo de trabalho, as quais não eram computadas nem pelo tempo nem pela produção/atividade, mas pela tarefa atribuída, ou seja, ao que se indica os industriais estabeleciam uma meta mínima de produção em que cada operária/o, de acordo com cada setor, precisava cumprir o mínimo, e em caso de não cumprir deveria ficar mais tempo na fábrica, sem receber a mais pelas horas extras.

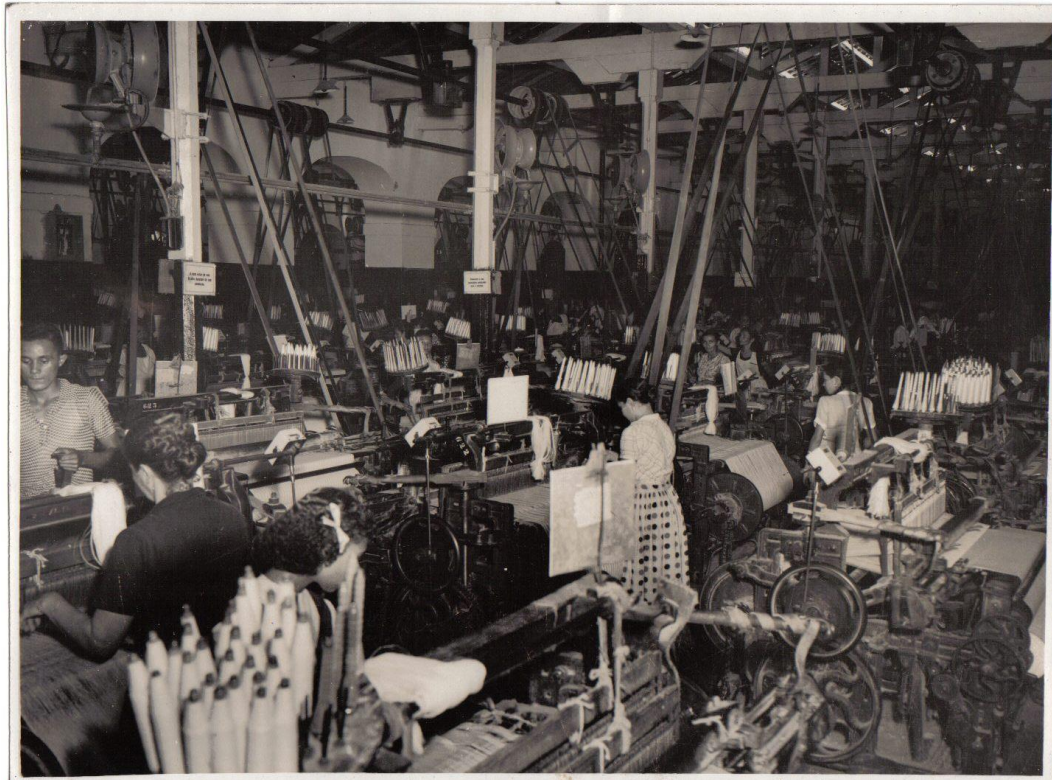
Tal fato foi encontrado com mais clareza no último trecho de sua fala, quando pede para a colega acabar logo, senão seriam obrigadas a ficar mais tempo: “mulher, ligeiro, vamos ver se acaba logo esse rolo para a gente não ficar”.

Dessa forma, a intensificação do trabalho ocorria para com as operárias do “chão da fábrica”, o eixo central da exploração, tal como confirmado por outra operária, quando declarou que: “Trabalhava até assim: fim de mês fazia balanço. Às vezes de a gente sair até de meia noite de lá. Eu, a Vera” (OPERÁRIA D).

Após apresentadas algumas condições específicas das mulheres na indústria, vejamos alguns dos perigos e relatos de acidentes nos quais o operariado estava cotidianamente comprometido.

Na fotografia a seguir é possível a tecelagem que obrigava as tecelãs a terem que usar cabelos presos ou tê-los cortados curtos para evitar acidentes. Nota-se também as máquinas em curtas distâncias umas das outras, bem como as correias, que iam do teto até as máquinas e que costumavam causar acidentes, além de um ambiente com pouca luminosidade, que tanto era maléfico para a saúde da visão, como contribuía para incidentes.

Figura 18 – Tecelagem da Fábrica Carmen.



Fonte: Acervo da Fábrica Carmen.  
 Autoria: Desconhecida, 19??.

Na tecelagem, um dos perigos mais enunciados foi a lançadeira. A lançadeira consistia numa peça da máquina de tecelagem, que fazia o movimento brusco de tecer os fios para cima e para baixo. Porém, quando havia alguma falha nos fios que estavam sendo tecidos, a lançadeira costumava ser lançada para cima ou para os lados pela máquina de tecer e poderia bater em alguma parte do corpo de algum/a operário/a<sup>147</sup>.

Segundo a operária abaixo, a lançadeira era um dos grandes perigos e não “escolhia” em quem, nem em que parte do corpo bateria, pois ela voava aleatoriamente e numa velocidade

<sup>147</sup> Ao menos até aproximadamente os anos 1920, as lançadeiras estavam apresentadas da seguinte forma: “No setor têxtil, por exemplo, as lançadeiras tornaram-se verdadeiro símbolo da violência do capital: ‘Esta peça, então, era uma constante ameaça para as tecelãs, pois, de quando em quando, escapava do tear e ia projetar-se com incrível velocidade, para os lados. Como possuía uma ponta de ferro bastante aguda, em forma de pião, constituía realmente um perigo’. Olhos vazados, dedos e braços amputados eram resultados comuns da ferocidade das lançadeiras”. (FOOT; LEONARDI, 1980, p. 182 apud PENTEADO, 1962, p. 62; p. 119).



muito grande.

Ah, tinha acidente, mas acidente era assim da *lançadeira*. Quando a lançadeira voava, tinha gente até que cegou e tinha gente que batia nas costas, em qualquer canto, a lançadeira quando voava das máquinas, porque às vezes botava a lançadeira e os fios estavam quebrados, aí ela voava. Teve gente cego, cegou umas pessoas. A lançadeira batia e batia no braço, em qualquer canto ela batia. Mas a pessoa tinha direito no acidente... mas eram as lançadeiras. E acidente assim de máquina, essas coisas, também tinha... os contramestres “coisavam” [machucavam] um pé, “coisavam” uma mão e uma coisa, assim (OPERÁRIA B).

A Operária C afirmou que as condições de trabalho não eram muito ruins, porém o grande perigo era a lançadeira, que chegou inclusive a cegar uma mulher. Vejamos:

A fiação que era muito quente. Onde fazia os fios lá para ir para cá para a tecelagem, para fazer o pano. Era muito quente a fiação. Mas a tecelagem não era tão quente não. Agora, vinham aquelas máquinas mecânicas com cada lançadeira desse tamanho assim [faz gesto com as mãos], quando voava... *pegou até numa mulher e cegou um olho. A lançadeira voou da peça e bateu no olho dela que cegou.* Era um negócio bem assim, com duas pontas de ferro, quando batia na pessoa... uma vez eu levei uma pancada da lançadeira, antes do lissador eu ainda fui para a tecelagem, levei uma pancada da lançadeira e eu disse: - ô mulher. Ela respondeu: - não fui eu não, foi a lançadeira (risos). Eu tinha um medo danado daquela lançadeira (OPERÁRIA C).

Percebe-se como na fala da Operária C, algumas intempéries eram contornadas com brincadeiras entre as operárias mesmo em condição perigosa, pois falar sobre a lançadeira, que chegou a cegar alguém, depois dizer que ela bateu nas costas e a colega brincou dizendo “não fui eu, foi a lançadeira”, mas tempo concluir a fala dizendo que tinha muito medo, demonstra contornos que o operariado fazia para driblar a exploração fabril.

Em outras funções também se convivia em situações de risco e de degradação física do operariado. Uma delas era a caldeiraria, onde operário D, afirmou, inclusive que: “nos tempos que trabalhei ainda assisti a duas mortes aí, durante o trabalho. A caldeira explodiu. [...]” (OPERÁRIO D).

Segundo o Operário E, encarregado da sala de pano, da manutenção e da garagem, contou os perigos da sala de pano:

A mais perigosa aqui era a caldeira; em segundo, a sala de pano. Mas a sala de pano, eu fui encarregado da sala de pano, ela recebia os panos engomados da engomadeira e passava na sala de pano. Na sala de pano tinha uma alavanca com um metro e dez [centímetros], parecia uma espada, dura. Aqui você pegava a cabeça do pano, dava vice-versa [...] com um varão... um varão daquele rodava era... com a correia. Aí vinha, engatava e você ligava [...] Quando a máquina dava vinte e cinco metros ou trinta, aí você vinha e passava a tesoura. Muitas das vezes, estava lá acumulado um montão da peste, o cara [que] estiver ocupado ou pensando, botava a fazenda [tecido pronto] todinha e esquecia de zerar, quando ele ligava era capaz de quebrar a cara dele: uns perdiam o dedo, outros arrancavam um pedaço do nariz (OPERÁRIO E).

Também, o Operário G contou que trabalhou na tinturaria e depois foi chamado para contramestre na mesma seção. Essa seção foi, segundo ele, o local onde passou por condições mais danosas dentro da fábrica, porque não havia proteção para o trabalho insalubre. Abaixo se pode acompanhar a longa descrição de suas condições de trabalho:

Me deram a seção de alvejamento para eu trabalhar de contramestre, eu só trabalhei um ano, porque minha leitura era fraca. E além da leitura fraca, *pense numa seçãozinha para matar a pessoa: alvejamento*. Trabalhei na tinturaria, da tinturaria me chamaram para o alvejamento, *porque tinha morrido um contramestre*, para eu ficar no alvejamento. E eu trabalhei um ano. Mas Ivo, tinha um tanque que tinha a fundura mais do que isso aí [em torno de dois metros]. Um tanque quadrado [...] com a solução de cloro com cloreto para alvejar o pano. E tinha uma bomba que puxava num cano de 100 e embaixo do piso do tanque tinha um ralo. O ralo era desse tamanho, de bronze. Aí quando ela entupia a bomba, que deixava de jogar o cloro pra cima da fazenda para alvejar – a fazenda ficava branquinha que só de pano aí –, quando ela entupia embaixo, você como responsável da seção, que era o contramestre como eu que tive trabalhando nela, eu tinha que parar a bomba, quando acabar, vedar os olhos, que não tinha máscara de jeito nenhum, aí pilotava, como quem pilota dentro de uma piscina... descia, lá embaixo ia direto pelo cano, pelo cano segurava com essa mão aqui no cano de 100 e com essa outra você pegava aqui, aí tirava a peça. *Aí chegava em cima do assoalho do tanque, fora do tanque, botava a peça, saía de dentro que só um quiabo. Se você pegasse no meu cabelo, puxasse aqui, o “móio” de cabelo vinha. Droga da moléstia*. Aí tinha que entrar num tanque d’água para tomar banho, entrava em outro tanque de solução de ácido sulfúrico, solução, não era o ácido puro. Mergulhava naquele tanque de ácido sulfúrico, solução dele, quando saía de dentro, pilotava noutro tanque de água natural, onde ia proteger sua pele. [...] até o couro se puxasse assim saía. Aí nessa fábrica não tinha proteção. [...] *Os que trabalharam comigo, não tem nenhum vivo* (OPERÁRIO G).

A narrativa do operário acima é importante para se visualizar a ausência de equipamentos para proteção individual do trabalhador, até mesmo em situação insalubre. No caso do Operário G, a promoção de cargo e o aumento salarial trouxeram a ele extremos riscos à saúde, num setor que já havia morrido o antigo contramestre, morte provavelmente causada pelas condições de trabalho. Sua consciência quanto aos malefícios do setor o fez perceber que a ocupação de cargo mais elevado não compensaria, tanto que disse que os que trabalharam com ele estavam todos já mortos<sup>148</sup>.

Outro detalhe interessante sobre este operário é que ele afirmou que a fábrica foi “covarda” com ele, pois ao se aposentar descobriu que não foi depositado em seu INSS o valor correspondente à condição de trabalho insalubre. Ele ainda recorreu à Justiça do Trabalho, mas não conseguiu ser ressarcido porque não guardou os comprovantes de pagamento de seus mais de trinta anos de contribuição.

Trazendo-se outro relato sobre a tinturaria e o alvejamento, é possível ver abaixo situação similar com a do Operário G, pois a Operária F afirmou que seu pai trabalhou por muitos anos na tinturaria. Segundo ela:

Ele [o pai da operária] trabalhava na tinturaria. Antigamente [n]a tinturaria o tecido saía da máquina cru, aí ele ia para a tinturaria, fazia o alvejamento para tingir. Fazia xadrez, fazia estampa, mudava a cor do tecido; era azul, era verde, era amarelo, mudava as cores. Ele trabalhava nisso, *ele era muito doentinho*, porque ele trabalhava com quintura e com frieza. E era um tanque bem grande, fervendo a água, aquela água fervendo, onde botava a tinta para ferver, para poder colocar os tecidos dentro, aí depois tirava os tecidos, aí levava para a máquina para enxugar, para secar (OPERÁRIA F).

Um ponto importante é o fato de os industriais usarem a estratégia de procurar fixar o máximo possível o operariado na indústria para não “desperdiçar” tempo fora do trabalho. Em determinada época (provavelmente quando necessária a intensificação da produção), o oferecimento de refeições passou a ser frequente no refeitório da fábrica.

---

<sup>148</sup> O Operário G, que na época da entrevista tinha setenta e nove anos, sofre há décadas com problemas dermatológicos, por conta disso tem que estar sempre com os braços cobertos para evitar contatos com a pele, que está em situação bastante sensível, além de ter que usar várias medicações para este problema.

Era meu fio, era muita gente. Muita mesmo. Depois botaram café [refeição] para o povo dentro da fábrica, para o povo não tomar café muito cedo. Quem pegava de seis da manhã, largava às dez; pegava às duas para as seis da noite. Na outra semana pegava às dez, largava às duas; pegava às seis para dez da noite a gente: era diferente de uma semana para outra. Aí, tinha direito a café, que o Othon botou né, para todo mundo. Café com pão, pão torrãozinho. Quem trabalhava era dona Maria, uma que morava ali em cima. *Era muito bom mesmo...* (OPERÁRIA B).

Embora a operária acima tenha entendido ou apresentado a oferta do patronato quanto à alimentação dentro da indústria como algo positivo, não se pode esquecer que desse modo o patronato estava ampliando a extração da mais-valia absoluta, ou seja, estava intensificando a jornada de trabalho com vistas de o capital se apropriar do mais-trabalho. “Para prolongar o mais-trabalho reduz-se o trabalho necessário por meio de métodos pelos quais o equivalente do trabalho é produzido em menos tempo” (MARX, 1985b, p. 106). Trocando em miúdos, a Fábrica Carmen intensificava a extração de mais-trabalho do operariado, fixando-o o maior tempo possível dentro da fábrica, evitando possíveis atrasos e/ou imprevistos na saída para a alimentação.

Pensando-se nas condições de mulheres que tinham filhos/as, estas ficavam ainda mais aprisionadas ao trabalho fabril e tendo sua função socialmente estabelecida de “mãe” comprometida, porque deixavam de usufruir o acompanhamento dos/as filhos/as.

Pelo fato de esta função de “mãe” ser atribuída pela sociedade e esperada pela mesma que se cumpra (SAFFIOTI, 1987), a operária poderia, se possível, optar por abandonar o trabalho fabril (quando casada com um operário, por exemplo) ou ter “sua função” de mãe radicalmente prejudicada, fazendo-a entrar numa condição de frustração por não conseguir cumprir o que a sociedade esperava de si. Por outro lado, poderia trazer para as operárias-mães a percepção mais aprofundada da exploração do capital sobre suas vidas e fazer com que fosse mais resistente, tal como ocorreu na greve de 1962 na Fábrica Carmen, tal como vemos mais à frente.

A possibilidade de demissão do trabalho, ou melhor, o “medo de perder o emprego” poderia também deixar as operárias-mães materialmente dependentes do homem, forçando inclusive para que este último precisasse ampliar ainda mais sua própria jornada de trabalho, colocando-se numa maior situação de superexploração. Com esses exemplos, é possível notar

como as condições de trabalho interferem sobre a vida e o convívio social. Ambos se completam na dominação-exploração (SAFFIOTI, 1987).

Outros exemplos da exploração sobre o trabalho na Fábrica Carmen puderam ser vistos em *A Voz do Povo*. No jornal do dia 04 de maio de 1958, p. 2, com matéria intitulada “Os Othons procuram introduzir novos métodos de exploração”, houve a denúncia de que as/os operárias/os da Tecelagem, que estavam obrigadas/os a trabalhar com o número estafante de quatro teares, não conseguiam alcançar a produtividade necessária para se atingir o salário mínimo. Insatisfeitas/os, as/os tecelãs/ãos pressionaram os apontadores para saberem sobre suas produções, porém estes últimos afirmaram que eram proibidos de revelar o valor pago por metro de tecido produzido. A matéria afirmou que as/os prejudicadas/os recorreram ao presidente do Sindicato, mas deste tiveram apenas o silêncio (OS OTHONS..., 1958).

Outra situação apresentada na mesma matéria é a do

[...] operário Odílio Teixeira de Lima, com mulher e sete filhos, desde o dia 17 de julho do ano passado, afastado da fábrica por doença, só recebeu do IAPI [Instituto de Aposentadoria e Pensões da Indústria] a quantia correspondente ao mês de dezembro de 1957 e vinte um dia de fevereiro do corrente ano, situação que lhe impôs voltar ao trabalho, mediante a altas de praxe da famosa “Junta Médica” e mais dos drs. José Lopes e Afonso, apesar de ter sofrido um derrame (OS OTHONS..., 1958, p. 2).

Sobre a primeira parte da matéria citada acima, nota-se dois pontos: 1) as possíveis fraudes dos apontadores sobre a produção na tecelagem; 2) a conivência do Sindicato frente a exploração do trabalho.

O primeiro ponto condiz com uma prática corriqueira na Fábrica Carmen, pois dentre outras afirmações, pode-se visualizar através da fala da operária Maria de Lourdes, a denúncia e insatisfação sobre os “erros” dos apontadores. Quando perguntada se os apontadores costumavam errar na contagem da produção, ela respondeu com sorriso irônico: “mais ou menos”. Ao ser indagada se lembrava de alguns dos apontadores, reiterou: “estão todos mortos, graças a deus”. Ela continuou a fala dizendo que muitas vezes brigava com os apontadores “quando a produção vinha vermelha, porque quando a produção era ruim vinha vermelha, quando era boa era azul. Aí, nós arengávamos [discutíamos] e era aquela coisa toda (risos)” (MARIA DE LOURDES).

Está evidente que os “erros” dos apontadores gerava conflitos com operários/as dentro e fora da fábrica. A prática de “errar” a contagem da produção provavelmente correspondia a orientações e pressões da gerência e de contramestres para os apontadores, o que fomentava o conflito entre operários, ao mesmo tempo em que ampliava a mais-valia-absoluta.

Quanto à convivência do Sindicato, esta não parece ser uma afirmação plausível. Pode até ter havido esta convivência, porém a pressão exercida pelo operariado em conjuntura de crise inflacionária, deve ter empurrado o Sindicato a uma postura mais combativa, porque embora a reunião do dia 15 de maio de 1958, cerca de 10 dias após a publicação da matéria, tenha tratado apenas de assunto referente à venda de remédios por parte dos Sindicato de Fernão Velho, a reunião de 18 de maio (três dias depois), que ocorreu com a presença do Delegado do Trabalho, Edson Falcão, o presidente do Sindicato de Bom Parto (da Fábrica Alexandria), do presidente e do secretário do Sindicato de Rio Largo e “de grande número de associados”, discutiu especificamente sobre a necessidade de aumento salarial.

Na Ata do dia 18 de maio não foi possível encontrar mais detalhes sobre o que foi debatido, mas o certo é que a reunião do dia primeiro de julho do mesmo ano foi realizada apenas “para a escolha de três vogais e três suplentes para comporem a comissão de salário mínimo do Estado de Alagoas<sup>149</sup>”.

Essas afirmações apontam para um Sindicato mais atuante frente à pressão do operariado têxtil de Alagoas, tendo em vista a presença de membros de outros Sindicatos. Essa mobilização operária aponta também para um enfretamento contra as condições de trabalho e de vida em Fernão Velho.

Outra situação que ocorria era a armação contra operários/as, para que estes/as fossem demitidos/as sem direitos trabalhistas. Alguns casos se davam para com quem estivesse envolvido em questões políticas contra a fábrica e/ou que apresentassem comportamento “suspeito”. Através do relato abaixo pode-se ver um dos mecanismos utilizados pela gerência para demitir por “justa causa”:

---

<sup>149</sup> “No final do ano de 1958, estava terminando mais uma campanha salarial de escala nacional que resultou na aprovação do novo salário mínimo. A classe operária em Alagoas havia participado do processo ativamente e os operários das Fábricas têxteis Alexandria e Carmen, em Maceió, conjuntamente com os têxteis da cidade de Rio Largo estiveram à frente do processo entre o proletariado têxtil” (MELO, 2012, p. 11).

Cheguei a ver inclusive armação. Lutador de boxe... não esqueci nunca, um cara que tinha sido lutador de boxe contra um cara que era sacristão, que nunca brigou com ninguém. Esse cara deu um murro tão grande no queixo do [lutador de] boxe, que ele ficou estatelado no chão. Armação. O cara do boxe, armou para cima do cara para perder os direitos; era tido como comunista esse. [...] Era filho do Seu Henrique. O Seu Henrique era Congregado Mariano. Ele veio da igreja, esse que eu estou dizendo, o nome dele era Sílvio, Sílvio Lira. Irmão do Lourival Lira, conhecido aqui em Fernão Velho. [...] Ele trabalhava na engomadeira, aí o Carlos Araújo era o mestre da tecelagem, na época era o Carlos Cuchi que era gerente. Aí armaram para ele perder a questão. Aí eu sei que ele foi, o apelido do cara era Tino [o boxeador] quem armou a arapuca, aí o Sílvio foi e caiu na arapuca. Ele levantou o braço, aí o Sílvio rebateu, aí ele fez que bateu nele, caiu de pernas para o ar e foi um “deus nos acuda” (OPERÁRIO D).

Segundo informação obtida com um dos filhos de Sílvio Lira, Paulo Lira, o relato acima apresentado condiz com a versão que ouvia do pai e tal fato ocorreu no ano de 1953, sendo sua família obrigada a sair de Fernão Velho. A situação havia sido amenizada pela interferência do irmão de Sílvio Lira, Lourival Lira, pois este tinha muita influência com a gerência da indústria. Paulo Lira também comentou que seu pai entrou com um processo contra a fábrica na Justiça do Trabalho, com texto muito bem escrito, redigido pelo próprio denunciante<sup>150</sup>, porém não conseguiu avanços na questão.

Postas estas condições, percebe-se que o universo do trabalho dentro do estabelecimento fabril constituía-se tanto pela exploração, como por riscos de saúde e de morte para o operariado, perseguições, armações etc. No entanto, além dessa esfera da exploração, havia o domínio, controle e vigilância sobre a classe trabalhadora, postas através da moradia e do cotidiano extratrabalho, sistematizados pelo núcleo fabril, tal como será a seguir apresentado, por isso entraremos a partir de então na discussão sobre a vida fora da fábrica, a qual estava dialeticamente entrelaçada com o trabalho e a organização da classe. Não havia, de modo algum, uma dissociação entre os dois pontos.

---

<sup>150</sup> Durante a pesquisa não foi possível encontrar a documentação referenciada por Paulo Lira.

## 5 OS FIOS QUE SE ESTENDEM PARA ALÉM DA FÁBRICA

Pensar o operariado de Fernão Velho é entendê-lo também como residente em um núcleo fabril pertencente e administrado pela Fábrica Carmen de Fiação e Tecelagem. Desde a moradia, até serviços médico-hospitalares, assistências sociais, mantimento de banda e orquestra de música, cinema, times de futebol, basquetebol, grupos de escoteiro, bombeiros, festividades, a repreensão direta (com uso de capangas da fábrica), ou indireta (com as influências sobre as decisões policiais) etc. eram incumbências da gerência fabril<sup>151</sup>.

Essa característica de operário/a-morador/a permitia que houvesse um maior vínculo entre o operariado. Vínculo esse que não se fazia somente a partir das relações de trabalho, mas da vizinhança e da participação de grupos em comum (desportivos, religiosos, de organização de festas, passeios etc.), pois se se pensar os grupos que compartilham somente as relações de trabalho, o contato entre si está relativamente voltado ao momento da produção. No caso de Fernão Velho e de outras localidades com aspectos similares, o operariado estava inserido numa relação extratrabalho com a qual não se consegue compreender sua condição de classe se a vida fora da fábrica não for levada em conta<sup>152</sup>.

Desse modo, Fernão Velho trazia traços diferentes do que foi apontado por Engels, nas grandes cidades industriais da Inglaterra, em meados do século XIX, porque naquela situação predominava uma indiferença e isolamento entre as pessoas, em que

[...] as pessoas se cruzam como se nada tivessem em comum, como se nada tivessem de realizar uma contra a outra e entre elas só existe o tácito acordo pelo qual cada um só utiliza uma parte do passeio para que as duas correntes da multidão que caminham em direções opostas não impeçam seu movimento mútuo – e ninguém pensa em conceder ao outro sequer um olhar (ENGELS, 2008, p. 68).

Ao contrário do que foi apresentado por Engels, Fernão Velho foi construído e mantido como espaço em que o convívio entre o operariado se fazia com muita proximidade entre si, pois

---

<sup>151</sup> Neste trabalho não se adentra nas especificidades do núcleo fabril de Fernão Velho, mas se procura apresentar traços da condição operária dentro desta última. Para se conhecer melhor as especificidades do núcleo fabril de Fernão Velho, ver FARIAS, Ivo dos Santos. **Nossa casa é do patrão: dominação e resistência operária no núcleo fabril de Fernão Velho – Maceió/AL**. Curitiba: Appris, 2014.

<sup>152</sup> Esta mesma relação é de grande valia para a reconstrução da memória, pois ao se falar do passado, praticamente todas/os as/os entrevistadas/os referem-se à vida fora da fábrica como primeiro aspecto de suas vidas.



as relações se estendiam muito além do trabalho e este convívio era inclusive estimulado pelos industriais, tal como será agora apresentado.

### 5.1 NÚCLEO FABRIL: ENTRE A DIVISÃO SOCIAL, AS CONDIÇÕES DE VIDA E A REPRESSÃO EM FERNÃO VELHO

De acordo com Telma Correia (1998), a implantação de um espaço construído para que o operariado mantivesse maior vínculo entre si, foi adotada por industriais no Brasil, principalmente a partir de fins do século XIX<sup>153</sup>, devido os riscos das grandes cidades, que eram vistas como sinônimo de falta de higiene, desorganização, tumultos, diversões imorais, greves etc<sup>154</sup>. O núcleo fabril ou a “cidade da fábrica” correspondia a um espaço em que os industriais procuravam manter a moradia e o trabalho afastados dos grandes centros urbanos, num relativo isolamento espacial, o que explica inclusive a compra de vasto território nas circunferências do espaço fabril de Fernão Velho.

José Sérgio Leite Lopes (1988) apontou o sistema de “fábrica com vila operária” como um instrumento de “imobilização” sobre o operariado, porque assim a família operária mantinha-se sob um “endividamento prévio”, na medida em que os industriais desnudavam estas famílias de suas antigas relações sociais, numa ritualização em que se oferecia inicialmente toda uma propaganda e promessa de ascensão social, mas em seguida colocava as famílias sob condições de dominação em que os/as trabalhadores/as ficavam sob a constante ameaça de serem demitidos/as e despejados/as caso enfrentassem certas determinações dos industriais e/ou se envolvessem em movimentos grevistas e/ou de cunho ideológico contrário aos interesses dos industriais.

No entanto, antes de seguir discutindo diretamente sobre Fernão Velho, é importante apresentar a distinção que Telma Correia (1988) fez entre “núcleo fabril” e “vila operária”. Para a autora, ambos compunham moradias e um conjunto de serviços prestados pelos industriais, mas

---

<sup>153</sup> Segundo Correia (2008), até 1880, a arquitetura das fábricas e locais de moradias de operários/as no Brasil aproximavam-se de modelos de mosteiros e casas-grandes do período colonial. Isso se deu porque até aquele período as fábricas estavam sendo instaladas aproveitando-se as instalações de fazendas. A partir de 1880, os espaços de produção industrial começam a ter feição própria.

<sup>154</sup> Sobre a condição do operariado nas grandes cidades, ver: ENGELS, 2008. ZOLA, 1981.

diferenciavam-se porque o núcleo fabril estava localizado longe dos centros urbanos, possuindo um relativo isolamento quanto a outras regiões; já a vila operária estava mais próxima desses centros e tinha maior fluxo de pessoas não diretamente ligadas aos serviços prestados à fábrica<sup>155</sup>. Correia acrescentou que sinalizar essa diferença é imprescindível para se perceber as particularidades entre a condição do operariado “isolado” e o daquele mais próximo das agitações das grandes cidades, bem como entender os diferentes mecanismos de dominação para cada um desses modelos.

Airton de Souza Melo (2012), apontou que em Maceió<sup>156</sup>, dentre os quatro estabelecimentos têxteis da cidade, algumas utilizavam o modelo de “núcleo fabril” e outras a de “vila operária”. As indústrias têxteis de Maceió eram a Fábrica Alexandria, localizada em Bom Parto; Fábrica Santa Margarida, em Jaraguá; a Fábrica Norte, localizada no povoado de Saúde; e a Fábrica Carmen, em Fernão Velho.

Seguindo a discussão apontada por Correia, Melo distinguiu cada um desses quatro estabelecimentos fabris com moradia, de acordo com os dois modelos apontados acima. Para o autor, a Fábrica Alexandria e a Fábrica Santa Margarida se encaixavam no modelo de vila operária, pois a primeira estava localizada apenas a dois quilômetros do Centro de Maceió e estava próxima de dois bairros populosos (Bebedouro e Mutange). A Fábrica Santa Margarida estava na região portuária de Jaraguá, onde o fluxo de diferentes grupos de trabalhadores era constante, facilitado inclusive pela proximidade com outras indústrias de pequeno e médio porte e pelo movimento oriundo do Porto de Jaraguá.

Já a Fábrica do povoado de Saúde (Ipióca) e a de Fernão Velho se acomodavam no modelo de núcleo fabril, porque Saúde estava situada a vinte quilômetros do Centro de Maceió e é, ainda na atualidade, local de difícil acesso. Fernão Velho estava a dez quilômetros do Centro de

---

<sup>155</sup> Optou-se aqui por utilizar o verbo no passado, porque os espaços que estavam sendo investigados deixaram de utilizar estes mecanismos de dominação. Porém, Telma Correia (1998), sinalizou que ainda existem empresas que utilizam de “núcleos fabris” e “vilas operárias” em diferentes regiões do mundo.

<sup>156</sup> Naquele trabalho, Melo (2012) também discutiu e classificou as vilas ou núcleos do interior de Alagoas. Apontou Rio Largo e Pedra como núcleos fabris. No entanto, autor deixou uma lacuna sobre duas fábricas da cidade de São Miguel dos Campos, a de Penedo, Piaçabuçu e Pilar. É possível que esta ausência tenha ocorrido pela dificuldade em se encontrar informações e documentos ou até mesmo pela distância dessas cidades em relação a Maceió. Deve-se levar em consideração que tal pesquisa demandaria maior tempo e recurso financeiro para se realizar.

Maceió e era (ainda é em partes) rodeado por uma faixa de mata Atlântica pertencente também aos industriais e, ao menos até as décadas de 1950 e 1960, tinha pouca povoação urbana em suas proximidades<sup>157</sup>.

Melo constatou, com base em rigorosa pesquisa documental, que dentre esses quatro espaços de moradia, o que estava em situação mais preocupante era o de Saúde, pois devido ao seu distanciamento para com outros aglomerados, havia nele maior exploração e vigilância sobre o operariado, o que o fez ser conhecido como “Alemanha pequena”, em analogia com o sistema nazista. Lá o operariado estava em condições mais vulneráveis no enfrentamento para com a classe patronal. Airton Melo apontou o núcleo fabril de Fernão Velho como o de melhores condições, justificadas pelo fato de estar na maior fábrica do Estado, fazendo com que o patronato tivesse mais possibilidade de investir recursos para o “bem-estar” da classe trabalhadora e junto a isso, o operariado estava mais articulado politicamente com outros grupos, tanto em Maceió, como em cidades próximas, tal como Rio Largo, onde havia duas indústrias têxteis com sindicatos atuantes.

Dito isso, perceber essa inserção operária dentro de um espaço de propriedade, controle e administração da fábrica é de fundamental importância para se visualizar a condição de vida da classe trabalhadora, porque parcela da reprodução da força de trabalho, nesse caso, estava controlada diretamente pela classe dominante, a qual interferia sobre o salário pago à força de trabalho, o qual era “[...] determinado pelo valor dos meios de subsistência habitualmente necessários ao trabalhador médio” (MARX, 1985b, p. 113).

Assim, os industriais barateavam os seus custos com a força de trabalho, porque ao extrair de parte dos salários as despesas que cada família operária teria para se manter (com aluguel de casa, gastos médico-hospitalares, transporte, lazer etc.), os industriais conseguiam extrair para si um montante maior de valor não pago, o que se acrescentava para a ampliação da mais-valia. Também, os industriais ofereciam um comércio dentro de Fernão Velho no qual o operariado quase sempre o utilizava devido à dificuldade de locomoção para outros bairros de Maceió. Esta

---

<sup>157</sup> Por volta dos anos 1970 e 1980 começou a crescer o número de moradias nas proximidades de Fernão Velho, compreendendo os bairros de Tabuleiro do Martins, Colina dos Eucaliptos, Clima Bom e Osman Loureiro, além de alguns conjuntos residenciais. Atualmente Fernão Velho está relativamente incorporado à cidade de Maceió, embora tenha aspectos similares ao período de seu isolamento, tal como já apontado no início deste trabalho.

dificuldade o que pode ser visualizado nas duas matérias a seguir, do jornal A Voz do Povo.

A primeira apontava a desorganização do transporte rodoviário que fazia o percurso Fernão Velho-Maceió, porque não havia horário definido e os ônibus estavam em condições precárias (SEM HORÁRIO..., 1958, p.1). Já na segunda matéria, houve maior destaque na denúncia da precariedade no transporte na localidade, pois apontou que só existiam dois ônibus e quatro marinetes (espécie de micro-ônibus), funcionando somente até às 18 horas, para ligar o centro fabril de Fernão e a região de Tabuleiro do Martins. A matéria destacou que era inadmissível um centro tão populoso ter essas condições de transporte, “[...] impedindo, portanto, que os jovens de Fernão Velho estudem em Maceió em cursos noturnos por falta de transporte, assim como no caso de necessidade de assistência médica [...]”. (FERNÃO VELHO..., 1958, p. 2).

Visto o que foi apontado referente às condições de transporte de Fernão Velho, a possibilidade mais viável àqueles/as que viviam na localidade, era a utilização do comércio oferecido diretamente pelos industriais ou pela feira<sup>158</sup> (existente até o início da década de 1980). A operária a seguir, quando perguntada se era comum saírem para outras localidades, ela, em sua resposta confirmou a feira como um meio para fixar o operariado no núcleo fabril:

Era uma coisa que a gente quase nem precisava ir lá para fora, porque tinha a feira. Tinha assim, negócio de alimentação, fruta, verdura, como também tinha roupa, calçado. A gente comprava roupa, calçado, tudo nas bancas da feira daqui. Não precisava nem a gente ir lá para fora e hoje se a gente precisar de uma roupa, um calçado, vai comprar lá fora. Aqui não, a gente tinha tudo aqui mesmo (OPERÁRIA F).

É importante perceber que a feira poderia contribuir para baratear o custo de vida, porque tinha uma diversidade de produtos oriundos de outras regiões do Estado e com preços mais acessíveis às famílias operárias. A vinda de produtos a Fernão Velho através da feira evitava também que os/as operários/as precisassem gastar com transporte para adquirir produtos em

---

<sup>158</sup> É possível que a feira de Fernão Velho tenha surgido entre a última década do século e primeiras décadas do século XX, com a expansão fabril ocorrida no período da gestão dos Machados. Foi possível encontrar um registro sobre a feira de Fernão Velho, a partir da “viagem etnográfica” de Mário de Andrade ao Nordeste, que em passagem por Maceió visitou a feira de Fernão Velho, em 09 dezembro de 1928, em que vendo a construção da barcaça para a Nau Catarineta, elogia a beleza da cabocla alagoana (LIRA, 2005).

outras localidades. Não pôde ser encontrada informações sobre os possíveis controles dos industriais a respeito dos preços dos produtos vendidos na feira, ou mesmo nas formas de organização das barracas<sup>159</sup>. A hipótese é que a fábrica mantinha a feira sob observação ou até mesmo poderia interferir em sua organização, pois como estava dentro do espaço de sua propriedade, ao menos intervenções básicas poderiam ser realizadas.

José Sérgio Leite Lopes (1988, p. 94) destacou que em Paulista-PE os/as operários/as recebiam da Companhia terras para cultivar o roçado e a criação de animais de pequeno porte, o que exercia um efeito pedagógico e legitimador, procurando ocupar o tempo livre das famílias, mas também como meio de subsistência, porque assim mantinha

[...] o operário ocupado nas suas horas de lazer, ligado à família tanto através do trabalho familiar na horta, no roçado ou na criação, quanto através do motivo de melhoria do consumo alimentar doméstico, criando hábitos de trabalho mesmo no seu tempo livre e evitando o consumo perdulário no bar.

Em Fernão Velho, o empréstimo de terras para cultivo de suplemento alimentar ou ocupação de tempo não era prática comum. A mata Atlântica inclusive era vigiada para que se evitasse extrair dela barro ou madeira. Era permitida apenas a extração de pequenos gravetos da mata segundo as informações dadas pelos/as depoentes. O que supriria a função da atividade do roçado era a lagoa, tal como veremos na próxima subseção.

Antigamente o pessoal até tirava assim lenha para queimar; às vezes até aqueles galhos de pau, quando seco, a gente catava aqueles galhos de pau para levar para casa para queimar, mas em certo tempo proibiram e a gente não pode tirar nem um cabo de vassoura né na mata. Tinha os vigias, eles não gostavam que a gente tirasse, derrubasse os paus verdes não, agora aqueles galhos secos do chão eles não se incomodavam não de tirar (OPERÁRIA F).

Voltando à feira, é interessante notar que ela se apresenta como importante elemento para a composição da memória e para a condição de subsistência, pois segundo os relatos abaixo:

Na época da feira chegava muita canoa. Canoa grande, canoa de barqueiro para botar as coisas na feira. Hoje nós não temos mais nada. Comendo uma banana

---

<sup>159</sup> José Sérgio Leite Lopes (1988), afirmou que em Paulista-PE os preços dos produtos da feira eram controlados pela Companhia Têxtil Paulista (CTP).

aqui na maior carestia, comprar uma laranja, cinco laranjas por um real, escolhida, desse tamanho, seca (OPERÁRIA A).

A fábrica daqui tinha quatro mil e poucos operários. A feira vinha do interior, do Norte, Santa Luzia, fazia a feira sexta, sábado e domingo. Mas aí tinha poder aquisitivo bom e a fábrica estava em alto vapor [...]. Fazia gosto. Parece que eu estou vendo um cidadão com um balaio na cabeça, vindo de Bebedouro para cá (OPERÁRIO D).

Era particular, cada pessoa que vendia, que tinha banca de roupa, de calçado, essas coisas, *vinha gente de fora, mas daqui mesmo não*. Vinha gente de fora, que vinha arroz, feijão, farinha, tudo do interior, que vinha de caminhão para aqui. Fruta, verdura, tudo era plantação de fora que vinha para aqui (OPERÁRIA F).

Assim, o operariado tendia a estar por mais tempo dentro do espaço fabril, porque neste se ofertava um conjunto de afazeres nos quais a necessidade de se procurar resolver algo fora era quase inexistente, mas isso não significa que as condições dentro do núcleo fabril ocorressem sem grandes problemas. Lembremos que se trata de um sistema de exploração em que o patronato procurava extrair o máximo possível da classe trabalhadora, ou seja, o comércio oferecido pelas vendas pertencentes à fábrica ou pela feira devem ser entendidos como uma espécie de auxílio com teor de dívida do operário com o patrão, porque aquele comércio estava mediado pelos baixos salários e descontos nas folhas de pagamento, que serviam como meio para ampliar a exploração, bem como para procurar fiscalizar o consumo do operariado, pois o que estes recebiam em dinheiro era muito pouco.

Além da feira e dos espaços mais próximos à fábrica, em torno de 1,5 quilômetros da parte central de Fernão Velho, existia uma extensão do núcleo fabril, denominada Vila ABC (antiga Vila Pedreiras). Tratava-se de uma espécie de povoamento que recebia menor atenção por parte da indústria, pois não possuía luz elétrica, nem água encanada, mas tinha tratamento de saúde semanalmente, escola e um campo de futebol, onde se realizavam os jogos do time de futebol Othon, composto por operários da Fábrica Carmen.

Eu ia para o ABC, quando tinha jogo. Eu nunca gostei de jogo, mas na folia da mocidade, a gente ia olhar o jogo no ABC. Todo domingo tinha jogo. Era o time aqui na fábrica e vinha os times de fora e se juntava e fazia aquele jogo e chamava muita atenção... *eram os divertimentos daqui* (OPERÁRIA F).

Uma das reivindicações do operariado que vivia na Vila ABC, era quanto à implantação de energia elétrica na localidade. Na edição de 27 de outubro de 1956, o jornal A Voz do Povo, p. 2, pode ser encontrada a matéria intitulada Luz Para os Operários do ABC, em que o operariado havia pleiteado para com a Companhia e em seguida para o governador do estado, Muniz Falcão, a quem haviam enviado um abaixo assinado com 500 assinaturas, “mas, que até hoje, não souberam de qualquer pronunciamento do governador” (LUZ..., 1956).

Interessante que a parte central de Fernão Velho já tinha luz elétrica nas residências desde o início da década de 1920, quando a fábrica ainda pertencia ao grupo Machado, o que demonstra a negligência dos industriais quanto à Vila ABC. No documentário ABC: memórias de uma vila (2010), a operária conhecida como Dona Chica contou que no ABC

Quem podia tinha Aladim, um candeeirão grande, que tinha as “camisas” que a gente comprava em Maceió, com aquela luzinha bem suave. Quem podia tinha muito, quem não podia era candeeiro de lata de leite. Se você quisesse um candeeiro grande, era grande; se quisesse um pequeno, era pequeno, você que fazia. E muita gente fazia e vendia (ABC..., 2010).

Saindo do ABC e entrando nas condições de vida das famílias operárias, por volta dos anos 1940 e 1950, é possível ver, através de lembranças da infância<sup>160</sup> do Operário E, nascido em Fernão Velho, em 1938, traços da materialidade em que estava inserido:

A minha infância aqui em Fernão Velho... hoje eu estou calçado de precata, estou vestido nesta roupa, que é muito antiga, mas antigamente era uma roupa que se chamava calça curta, camisa fechada. Essa calça curta que eu tinha aqui, todo dia ia pro colégio. Se era de manhã, que tinha que ir para a missa, que era obrigação – meus pais exigiam – a mesma calça lavada e o tamanco fechado (OPERÁRIO E).

O fato de o operário apresentar o exemplo da “calça curta”, uma “camisa fechada” e o “tamanco fechado”, enquanto únicas vestimentas para várias ocasiões, tais como para ir ao

---

<sup>160</sup> Um ponto interessante corresponde à inexistência da categoria “adolescência” para este grupo de operariado. Este período mediador entre a infância e a fase adulta apareceu-nos como desconhecida para a geração dos/as entrevistados/as. Muitos/as relataram que após a infância, ou até mesmo na infância, com sete ou oito anos de idade, já tinham responsabilidades de adultos, tais como cuidar da casa, contribuir com o orçamento doméstico, vendendo algo na feira, nas ruas ou em festas.

colégio e para ir à missa, demonstra a contradição da situação de um filho de operários (com pai e mãe empregados) da fábrica têxtil com maior produção em Alagoas, mas que tinha pouco acesso a usufruir o que produzia, ou seja, o tecido para própria vestimenta.

Aponta-se aqui tal característica como um dos resultados da alienação, pois no modo de produção capitalista,

A efetivação do trabalho tanto aparece como desefetivação que o trabalhador é desefetivado até morrer de fome. A objetivação tanto aparece como perda do objeto que o trabalhador é despojado dos objetos mais necessários não somente à vida, mas também dos objetos do trabalho. Sim, o trabalho mesmo se torna um objeto, do qual o trabalhador só pode se apossar com os maiores esforços e com as mais extraordinárias interrupções. A apropriação do objeto tanto aparece como estranhamento (*Entfremdung*) que, quanto mais objetos o trabalhador produz, tanto menos pode possuir e tanto mais fica sob o domínio do seu produto, do capital (MARX, 2010b, p. 80).

A contar dessa premissa, percebe-se que a propriedade privada traz consigo a alienação porque a produção da vida material e espiritual está direcionada exclusivamente para a produção de mais-valor ao possuidor dos meios de produção, não para o suprimento das necessidades humanas, o que condiciona para que o processo histórico apareça sob uma quantificação sem sentido, porque gera uma inversão em que o humano se coisifica e as coisas se humanizam. Tais pressupostos são os mesmos da teoria do fetiche da mercadoria (também de Marx), em que o mundo das mercadorias aparece aos indivíduos como um mundo mágico, em que todo o processo histórico e social incutido nas coisas que fazem parte da vida cotidiana dos grupos humanos desaparecem (SILVEIRA, 1989).

Esses objetos não só se voltaram contra quem o produz, mas o próprio produtor (entendendo-se aqui a classe trabalhadora) ficou na situação de ter abstraída de si a sua condição de subsistência. O tecido gerado pelo dispêndio de força de trabalho do operariado voltou-se contra si, porque mesmo sendo esse o produtor não tinha a possibilidade de usufruir do que produziu.

De acordo com a Operária B, os tecidos produzidos pela Fábrica Carmen não eram comercializados em Fernão Velho, pois eram todos vendidos “para fora”. Ela acrescentou que:



Aqui não vendia [tecido] não, mas era assim: quando morria uma pessoa, daí [a família] pedia para tinturar uma roupa e ia tudinho para a tinturaria, aí pintava de preto e *dava de graça*. E todo ano, *a gente ganhava a xepa*: os homens eram duas calças e as mulheres dois vestidos. Todo ano, todo ano, que *o Othon dava o pano*. [Recebia] o pano e era pano bom: xadrez, pano bonito (OPERÁRIA B).

Através do depoimento acima, é perceptível que o recebimento da matéria produzida pelo operariado, isto é, o tecido, trazia em si a condição de alienação em que “o trabalhador encerra sua vida no objeto; mas agora ela não mais pertence a ele, mas sim ao objeto” (MARX, 2010b, p. 81). Em outras palavras, parte daquilo que era resultante do trabalho total do proletariado chegava-lhe como uma dádiva da classe dominante, pois o Othon “dava de graça”.

Assim, mais dois pontos devem ser destacados sobre a fala da operária, pois se complementam dialeticamente na relação de trabalho alienado: o recebimento da roupa que veste a pessoa morta; e o tecido usado para fazer roupas para usar em período festivo. Ambos eram “dados” pela fábrica.

Outro relato interessante sobre as condições de vida e da superexploração do trabalho, pode ser visto abaixo, a partir da fala da operária A:

Quando eu largava [saía do serviço] da fábrica [...] eu ia para casa costurar, bordar, que o que eu ganhava era pouco e *eu gostava de andar bem direita*. Quando eu largava da fábrica, dez horas, eu ainda ia costurar e bordar. A minha mãe: minha fia vá dormir, minha fia você pega um cansaço de tanto trabalhar, mas o que eu ganhava, ganhava quarenta reais, quarenta e cinco, repara: quarenta, quarenta e cinco<sup>161</sup>, durante oito dias ou quinze. Aquilo ali não dava, não sobrava, porque uma casa com dez pessoas, só dava para reunir dentro de casa. *O dinheiro era pouco demais*. Agora, eu pegava enxoval de neném para fazer, eu costurava, eu pintava roupa, bordava, toda vida gostei de fazer essas coisas, aí pegava um dinheirinho a mais e comprava minhas roupas boas, brinco bonitinho, umas coisas assim diferentes [...] Meu fio, nesse tempo, negócio de luxo, estou te dizendo, que nesse tempo ninguém tinha condição, porque com o que ganhava não dava para comprar nada lá fora. Negócio de móvel, essas coisas de amostramento assim, para zelar bem a casa, para fazer tudo bem bacana, não tinha condição não, porque o dinheiro não dava. Só entrou um homem aqui querendo vender umas coisinhas assim ao operário, foi o finado Mané H, ele depois se meteu numa loja em Maceió e sempre quando um rapaz noivava com uma moça e queria alguma comprar alguma coisinha, falava com ele e ele ajeitava. Só esse homem. Todo mundo conheceu aqui em Fernão Velho, Mané H. Ele morava na casa que hoje é do Zé Benedito (OPERÁRIA A).

<sup>161</sup> Esses valores correspondem a lapsos de memória.

Se formos ver, o que a operária apontou como “luxo” ou “coisas de amostramento”, na verdade condizia com objetos para o lar, tais como móveis, eletrodomésticos etc., ou para estar “bem direita” (arrumada), porque embora em determinada época os Othons tivessem passado a financiar a compra de alguns desses produtos, tal como sinalizado em subseção anterior, parte do operariado não tinha condições de comprar. O que se indica é que pequena parte da população de Fernão Velho estava em condição favorável para adquirir esses bens, porque “nesse tempo ninguém tinha condição”.

A operária sinalizou a necessidade de trabalho extra fabril para complementar a renda, no caso dela, através do bordado e da costura para comprar “coisas diferentes”, o que indica mais uma vez a superexploração do capital sobre o trabalho e que a condição de operária, mesmo em situação mais favoráveis comparando-se com outras formas de emprego na época, o salário não era suficiente para a subsistência.

Desse modo, o modelo de organização do núcleo fabril buscava condicionar para que o operariado mantivesse dependente dos industriais, primeiro porque os serviços prestados eram descontados (in)diretamente do salário (que estão incluídos na própria mais-valia); segundo, ao estimular o operariado a se manter nas proximidades da fábrica, os industriais procuravam evitar que os membros da classe trabalhadora se “contaminassem” com ideias “subversivas” e/ou que procurassem outros meios de autonomia não interessantes ao trabalho da empresa.

Segundo os depoimentos abaixo, o primeiro da fiandeira Maria de Lourdes e o segundo do tecelão José de Freitas, registrados no filme *Memória da Vida e do Trabalho* (1986), percebe-se que o núcleo fabril servia também para os industriais como meio para extrair descontos sobre os salários, fazendo com que a família trabalhadora tivesse o mínimo de sustento a partir do dinheiro recebido da fábrica:

Lá tinha o empório, vendia fazenda<sup>162</sup> na loja e eletrodoméstico, e na estiva vendia comida. E *quando a gente recebia o dinheiro não dava para fazer a feira*, comprava pouca coisa, quando chegava dia de segunda-feira não tinha mais nada. Então *a gente ia na fábrica, pedia um vale*, eles davam aquele vale e a gente ia na estiva comprar alguma coisa (MEMÓRIA..., 1986).

---

<sup>162</sup> Fazenda era o nome dado ao pano pronto e acabado, ou seja, ao próprio tecido.

Descontavam em folha de pagamento quatro parcelas. Aí então saía a mensalidade. Todo mês se descontava a casa, descontava sindicato, higiene e caixa beneficente. Esse dinheiro todinho era tirado do pouco dinheiro que a gente ganhava. No final saía... *nós ganhávamos somente uma média de um terço; dois terços era de desconto* (MEMÓRIA..., 1986).

Essas declarações assinalaram a dependência financeira do operariado para com os industriais, pois devido à insuficiência salarial, o operariado era obrigado a submeter-se a empréstimos conseguidos pela fábrica para poder alcançar a subsistência. Com os descontos subtraídos do escasso salário, criava-se um prévio endividamento para o mês posterior, formando uma bola de neve de dependência para com os industriais. Não se pode esquecer que aqui se trata do operariado maceioense em condições mais favoráveis em relação aos demais estabelecimentos fabris do município.

Por outro lado, a fim de assegurar melhores condições aos trabalhadores de maior qualificação, os industriais costumavam lhes proporcionar um tratamento diferenciado, oferecendo, além de salário um pouco maior, uma moradia mais ampla e mais confortável. Vejamos o depoimento de Plácido, operário padrão:

Quando eu passei a contramestre, a empresa me deu um fogão a ferro, naquele tempo chamava fogão inglês. Dava lenha, dava o trabalhador para cortar a lenha. Então a gente sentia-se assim um pouco privilegiado com o tipo de tratamento que a empresa nos proporcionava (MEMÓRIA..., 1986).

No entanto, o mesmo operário seguiu sua fala em um trecho mais adiante do filme, apresentando certa desconfiança para com o “bom tratamento” dos industriais, o que demonstra que sua percepção da exploração sobre seu trabalho<sup>163</sup>:

Naquela oportunidade a gente sentia-se bastante satisfeito com aquele tipo de tratamento, porém, depois a gente raciocinando e observando que aquele tipo de tratamento que a empresa nos proporcionava não era nada menos... colocando assim como respaldo ou transformando em *respaldo para nossa vida, quando na*

---

<sup>163</sup> “Com base na taxa de mais-valia, é possível também concluir: mesmo trabalhadores melhor remunerados podem ser mais explorados do que aqueles que recebem salários menores, desde quando, para cada unidade de salário recebida, os primeiros produzam uma mais-valia proporcionalmente maior do que os últimos” (NASCIMENTO; DILLENBURG; SOBRAL, 2013, p. 111).

*realidade nós tínhamos um salário que não dava para nossa sobrevivência (MEMÓRIA..., 1986).*

O núcleo fabril, desse modo, garantia a moradia e uma série de assistências, porém em um quadro de insuficiência para a subsistência do operariado, o qual deveria estar em constantes articulações e mobilizações para se alcançar melhorias nas condições de vida, pois se tratava da conjuntura em que o país passava por crescente processo inflacionário, desde a década de 1930<sup>164</sup>, e em que o setor têxtil tradicional começava a sofrer instabilidades, principalmente entre fins da década de 1950 e meados da década de 1960. E esses fatores contribuíram para a mobilização do movimento operário-sindical em busca de melhorias salariais e trabalhistas.

Com isso, é importante também destacar o modo de organização espacial do núcleo fabril, que tem elementos similares ao da estrutura interna da fábrica, porque estava marcado pelo alinhamento, enfileiramento e pelo olhar da disciplina panóptica. Segundo os depoimentos a seguir:

As casas eram tudo por iguais. Quando era final de ano ele [Seu Campina] mandava pintar. As paredes eram pintadas por igual, porta era tudo pintada, tudo por igual. As portas pintadas toda por igual. Não tinha diferença de calçada menor, calçada maior não, era tudo por igual. Mas eram tão bonitinhas as casas. Depois foi... um faz dum jeito, um faz de outro, um bota para dentro, outro bota para fora, mas era tudo certinho (risos) (OPERÁRIA F).

Em tempo de festa, eles diziam: vamos começar a calhar a rua fulana de tal, aí calhava e pintava as portas. Aí começa do começo da rua até o fim, todas as casas de um jeito só. [Parede] branca e as portas verdes. Sempre era a fábrica, não tinha nenhuma particular não. Agora a maioria é do povo, as casas né. Compraram, foram indenizadas (OPERÁRIO D).

Essa “igualdade” nas pinturas, no desenho das casas e das calçadas, tal como sinalizada, além de ser utilizada por ser menos custosa aos industriais, trazia em si um mecanismo de inserção do operariado na disciplina do trabalho, porque regularizava a vida das famílias operárias nos padrões de trabalho repetitivo exigidos pelo fordismo. O mundo de fora da fábrica precisava educar o operariado a respeitar os enfileiramentos e a regularidade do ritmo das

---

<sup>164</sup> “A taxa média de inflação anual foi num crescendo de 6% nos anos 30 para 12% nos anos 40; 19% nos anos 50; 40% nas décadas de 60 e 70”; 330% nos anos 80 e 776% de 1990 a 1995, caindo para 8,6% de 1995 a 2000”. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/29092003estatisticasecxxhtml.shtm>>.

máquinas e da produção. Isto estava simbolizado no exemplo das casas.

Complementando esse raciocínio, é preciso perceber que a divisão social do trabalho também estava simbolicamente construída nas diferenças de algumas construções no núcleo fabril. As casas de contramestres, diretores, trabalhadores do escritório não eram do mesmo modelo que aquelas do operário do “chão da fábrica”. Essa constatação apresentava o viés contrário ao da “igualdade” apresentada pela operária.

O conjunto de casas comuns eram construídas em ruas largas<sup>165</sup>, em linha reta, conjugadas, feitas de alvenaria, em modelo colonial, geralmente com dois quartos, cozinha, sala e algumas com banheiro interno. A frente de certas casas possuía alpendre<sup>166</sup>, mas era em sua minoria (essa característica poderia ser visualizada somente nas casas mais antigas da Rua da Praia). As portas e janelas eram de madeira e sem detalhes, sendo as portas divididas ao meio.

Tanto as portas como as janelas costumavam ter o que os moradores denominavam por rótula<sup>167</sup>, uma tábua (que sobe e desce) usada para fechar metade da janela ou metade da parte superior da porta. Os quintais quase sempre eram abertos entre as casas ou separados por cercas feitas pelas/os próprias/os moradoras/es. A pouca privacidade vinha a ser um traço para os que viviam nesse modelo de moradia, tendo em conta a conjugação de paredes entre as casas, o que permitia ouvir sons oriundos das casas vizinhas, sem contar o fato de estar com quintais abertos, como dito, pois, os quintais divididos por muros só começaram a aparecer nas décadas de 1980/1990 e atualmente algumas casas ainda têm quintais divididos por cerca.

---

<sup>165</sup> Telma de Barros Correia (1998), explicou que era comum ter ruas largas nos núcleos fabris e nas vilas operárias, porque assim se conseguia visualizar melhor o movimento dos transeuntes e evitava-se a contaminação de doenças, dois fatores muito recorrentes nas grandes cidades. Evitar a existência de becos também era comum a esses espaços, porque evitaria esconderijos.

<sup>166</sup> “Em núcleos fabris foi localizada a presença de alpendres no Rio Grande do Sul, em Pernambuco, Paraíba e Alagoas. Trata-se de elemento solidário com o conforto diante do sol, do calor, das chuvas e dos ventos, protegendo a fachada do sol e criando um passeio coberto protegido. Trata-se também de um espaço intermediário entre a casa e a rua, ora criando um anteparo que protege o interior da residência, ora propiciando um espaço de encontro entre vizinhos. Trata-se ainda de elemento que valoriza em termos formais construções extremamente simples em termos de formas, programa e materiais” (CORREIA, 2008, p. 78).

<sup>167</sup> Segundo o Dicionário Aurélio (2008, p. 263), rótula é sinônimo de gelosia, que significa: “grade de tabuinhas de madeira cruzadas a intervalos, que ocupa o vão duma janela”.

Figura 19 – Rua da Praia, Fernão Velho.



Fonte: Sindicato dos Trabalhadores da Fiação e Tecelagem de Fernão Velho.  
Autoria: Celso Brandão, 1978.

Figura 20 – Rua Dr. Manoel Machado, conhecida como “Vai-quem-quer”



Fonte: Processo no 1242-T-87, IPHAN, 1983.  
Autoria: Desconhecida.

Figura 21 – Rua Dr. Pontes de Miranda, conhecida como “Vila Operária”.



Fonte: Processo no 1242-T-87, IPHAN, 1983.  
Autoria: Desconhecida.

Por outro lado, havia moradias diferenciadas das “comuns”. Ficavam quase sempre nas partes centrais do núcleo fabril. Em Fernão Velho, existia quatro ruas que tinham um conjunto de casas que os moradores denominavam como bangalôs<sup>168</sup>, que eram caracterizadas pelo ecletismo arquitetônico e variavam de acordo com a rua e época em que foram construídas. Estavam (e boa parte ainda se mantém preservada) na Praça São José, Praça Coronel Othon, Rua Dr. Artur Machado<sup>169</sup> e na parte superior da Rua Comendador Vasconcelos.

As casas daqui, tinha casa que já era *diferenciada*, era reservada para os gerentes, para os mestres. Onde hoje tem aquele abrigo de velho, dos idosos, ali era só dos gerentes. Ali, aquela casa era bem bonita, era organizada, era só gerente. Naquela casa que tem por trás do Mercadinho Júnior, entrando assim para o vai-quem-quer tem uma... a primeira casa, aquela casa ali ela era reservada para uma freira que tomava conta do colégio (OPERÁRIA F).

Essas residências (bangalôs) ficavam em locais de fácil visualização para quem passava pelo núcleo fabril, pois se não estavam na praça central, localizavam-se à vista do percurso realizado por via férrea. Uma hipótese é que a escolha dessas ruas em locais mais visíveis, fosse um meio para promover a propaganda de um suposto bom tratamento da fábrica para com o operariado.

As construções ou reformas dos bangalôs em Fernão Velho, ocorreram entre fins dos anos 1940 e início da década de 1950, ou seja, durante a gestão do grupo Othon. Antes da chegada desse grupo, exceto as residências da praça São José (praça central), todas demais casas eram “comuns”, mas parte foi demolida para a construção de casas para trabalhadores com cargos mais bem remunerados da fábrica.

As residências situadas nas ruas citadas acima eram caracterizadas por terem paredes separadas umas das outras, algumas com jardins e/ou primeiro andar, com garagens (estas construídas entre fins da década de 1950 e início da década de 1960, com o crescimento da indústria automobilística nacional, no governo de JK) e arquitetura moderna para a época. Após o

---

<sup>168</sup> Segundo o Dicionário Aurélio (2008, p. 104), “Bangalô: s.m. 1. Na Índia, casa de um só andar, e ger. com varanda coberta. 2. Casa de médio porte e de aspecto requintado, ger. avarandada”.

<sup>169</sup> Segundo o sítio [www.googlemaps.com](http://www.googlemaps.com), em Fernão Velho há duas ruas com o nome Dr. Manoel Machado. Uma está localizada em frente ao prédio da Fábrica Carmen, enquanto a outra está em frente à Rua Dona Maria Machado (Rua Nova). No entanto, a rua que aqui se faz referência pela existência de bangalôs é a de nome Rua Dr. Artur Machado, ou seja, a que está localizada em frente à Rua Dona Maria Machado.



início da década de 1960 não há registros de construções de residências pela Fábrica Carmen.

Figura 22 – Praça São José no início dos Anos 1920.



Fonte: MARROQUIM, 1922.  
Autoria: Desconhecida.

Figura 23 – Bangalôs na Praça Coronel Othon.



Fonte: MEMÓRIA..., 1986.  
Autoria: Celso Brandão, 1986.

Figura 24 – Casas com platibandas na Praça São José.



Fonte: Processo no 1242-T-87, IPHAN, 1983.  
Autoria: Desconhecida.

Nessas condições, entre fins da década de 1940 e o ano de 1969, o grupo Othon, em Fernão Velho, teve como gerente externo Dionísio Alves Peixoto, com alcunha Seu Campina. Era o gerente externo que aparece com maior destaque para a oralidade porque estava no período mais próspero da fábrica e do núcleo fabril, isto é, no contexto das construções mais imponentes e ainda hoje existentes, em sua maioria. A função de Seu Campina era a de administrar o núcleo fabril. Amparos, reformas e construções de prédios, casas, praças, saneamento urbano, organização de festas, repreensão sobre operários etc. eram funções atribuídas a esse trabalhador. A sua imagem caminha entre admiração e aversão pela oralidade local.

Segundo o relato da operária abaixo:

O Seu Campina era o chefe que chegou aqui para a fábrica. Ele tomava conta de Fernão Velho todo. Assim, das casas, conserto das casas. A gente precisasse duma porta, um telhado ruim, uma coisa qualquer nas casas, aí falava com ele. Ele autorizava, o pedreiro, o carpinteiro, para fazer os serviços das casas. Ele trabalhou aqui um bocado de ano (OPERÁRIA F).

Quando perguntado para o Operário F sobre Fernão Velho na época de Seu Campina, ele respondeu:

Isso aqui era de tal maneira em Fernão Velho que os jardineiros, por exemplo, andavam até com um aramezinho na mão, onde caía uma folha ele já apanhava. Aqui era limpo. *Fernão Velho era um lugar limpo*, todo cheio de jardim. Agora também tinha uma coisa: para vim morar aqui dentro, *ladrão não!* Se tivesse um ladrão na família, ou sai você ou sai ele, aqui não fica não. Rapaz, era um negócio interessante, interessante demais, *fazia gosto* (OPERÁRIO F).

Através desse relato, reforça-se a afirmação de que Fernão Velho era pensado como uma extensão da Fábrica Carmen, pois assim como acontecia com o espaço da produção no modelo fordista (a indústria), que deve funcionar sob ordenamento, sem sujeiras nem entulhos, demonstrando organização, o espaço da reprodução da força de trabalho precisava estar do mesmo modo, mas com aparência mais humanizada do que a do interior da fábrica, porque se tratava do espaço de reposição de energias do operariado e de propaganda dos industriais frente à opinião pública.

Quando o operário enfatizou que “aqui era limpo”, “cheio de jardim”, estava chamando a

atenção para os cuidados dos industriais para com o espaço externo à fábrica, para com sua imagem. Porém, o mais curioso foi a relação que o operário fez disso para com a não aceitação de ladrões na localidade. Qual relação teria um ponto com o outro? Responde-se aqui dizendo que o operário colocou nas entrelinhas de sua fala a premissa da moralidade, do higienismo e da limpeza, isto é, do “pobre honrado”, que eram elementos pregados pelos industriais. Para se viver nesse espaço limpo, era preciso ser probo. Para trabalhar na fábrica, deve ser cuidadoso e não extrair “aquilo que não é seu”, contentando-se com seu salário. Trata-se de uma aceitação da dominação<sup>170</sup> (WEBER, 1979) e da disciplina do trabalho (THOMPSON, 1998) pelo operário, explicitada através da moralização.

Dito isso, é preciso entender que o gerente externo de Fernão Velho cumpria função similar a dos gerentes da fábrica, porém com atribuições diferentes, porque não estava lidando diretamente com a produtividade, mas com os cuidados para com o cotidiano fabril e com a imagem do espaço. A sua intervenção mostra-nos o quanto o núcleo fabril era visto como importante instrumento da organização fabril e desempenhava papel central para a divisão social do trabalho, porque o Seu Campina não era um simples funcionário ou inspetor de operários, mas um gerente nos moldes científicos do taylorismo (o que não significa que tivesse formação técnico-científica, até porque os entrevistados apontaram-no como homem inteligente, mas de pouco estudo).

Segundo Harry Braverman (1980, p. 68), a função de gerente já existia muito antes da eclosão do capitalismo, mas a sua definição no capitalismo moderno trouxe traços muito similares aos de suas origens, que vem do verbo *to manage* (gerenciar, administrar), conduzindo ao sentido de adestramento, ou seja, de amansar o animal desde o nascimento para que o homem possa impor sua vontade. Do mesmo modo, “[...] o capitalista empenha-se, através da gerência (*management*), em controlar. E o controle é, de fato, o conceito fundamental de todos os sistemas gerenciais [...]”.

Assim, o Seu Campina enquanto responsável por gerenciar o operariado fora da produção, desempenhava funções também de “adestramento”, ou melhor, de repreensão e de acometimentos

---

<sup>170</sup> Segundo Weber (1979), o “poder” está relacionado à imposição sobre a vontade dos outros, enquanto na relação de “dominação” obtém-se a obediência a partir da legitimidade.

de violência física sobre parte do operariado. De acordo com a Operária F, o Seu Campina era uma pessoa temida na comunidade, e depois que saiu de Fernão Velho e administrou uma construtora (Construtora Campina), aconteceu de ser morto por seus próprios empregados. Versão similar é muito repetida em Fernão Velho.

Ele era tão ruim, tão ruim. Aí quando ele saiu daqui, ele foi trabalhar numa construtora, como mestre construtor. Aí ele foi trabalhar numa construtora lá para baixo, e disse que o pessoal não gostava dele, aí ele subiu no andaime, balançaram o andaime, aí ele caiu e morreu (OPERÁRIA F).

Outra operária sustentou o papel repressor do Seu Campina em Fernão Velho, comentando inclusive que as pessoas tinham muito medo, até mesmo medo de serem assassinadas:

Era arriscado a polícia [praticar alguma violência]. Era arriscado, porque nesse tempo era muito vigia, era arriscado o vigia mesmo matar na porta da fábrica. Os vigias eram muito malvados... pelo mandado do gerente... pelo mandado do homem da externa, o finado Campina... era o gerente da externa, o que ele dizia: é para fazer, os caras avoavam como mágoa de cachorro. *A gente tinha medo* disso, porque a gente conhecia todo mundo, todo mundo era amigo, aqui era que nem uma família só... (OPERÁRIA A).

O operário Luís Gitaí, em *Memória da Vida e do Trabalho* (1986), explanou que “chegou o ponto de ninguém poder fazer uma reclamação no escritório. E os vigias criminosos, vigias criminosos, que vinham de fora e o operário não podia falar”.

Em matérias do jornal comunista *A Voz do Povo*, foi possível encontrar denúncias que envolviam o nome do Seu Campina, apontando-o como uma espécie de chefe dos “capangas” da fábrica.

A primeira notícia, escrita em letras garrafais, na capa do periódico *A Voz do Povo*, de 23 de novembro de 1958, estavam da seguinte forma: “Espancado barbaramente um operário pelos vigias da Fábrica de Fernão Velho”. A matéria apontou para o fato de que o operário José Ferreira da Silva, com quatorze anos de serviço na Fábrica Carmen e pai de nove filhos, foi “[...] espancado pelos vigias ‘Manoel Oliveira’ e ‘Antonio Ricardo’, ‘em plena via pública, a mando de Campina’ e se não é a intervenção de terceiros eles, seus espancadores, tinham lhe posto fim à vida”. A matéria prosseguiu com a afirmação de que seria feita uma denúncia para o Secretário do



Interior, esperando que houvesse punição para os infratores (ESPANCADO..., 1958).

Figura 25 – A Voz do Povo, 23 de novembro de 1958. p. 1.

**ESPANCADO BÀRBARAMENTE UM OPERÁRIO Pelos Vigias da Fábrica de Fernão Velho**

Quando nossa reportagem transitava pelas ruas de Maceió, deparou-se com uma aglomeração, na esquina da Rua do Comércio com Rua Aurora, com surpresa viu um homem miserável e selvagem espancado.

Tratava-se do operário José Ferreira, da Silva, com 14 anos de serviços prestado a fábrica de Fernão Velho sendo pai de nove filhos.

O espancamento do operário José Ferreira não pode ficar impune quando todo mundo sabe quais foram os bandidos que o espancaram e o mesmo bandido que mandou, que

atende por "campina", apelamos para as autoridades competentes no sentido de mandar os criminosos para a cadeia sobre pena de não se comprometer seriamente com a opinião pública.

E acreditamos na honestidade do sr. Secretário do Interior dr. Euláasio Torres que saberá fazer cumprir a justiça.

**OS ESPANCADORES**

Contou-nos o referido operário que foi espancado pelos vigias "Manoel Oliveira e Antonio Ricardo" em plena via pública, a mando de "Campina" e se não é a intervenção de terceiros, seus espancadores, tinha lhe posto termo a vida.

**OS FERIMENTOS**

O clichê demonstra os dois ferimentos na cabeça e no braço esquerdo, para não se falar nas equimoses generalizadas por todo corpo.

**CADEIA PARA OS BANDIDOS**

**A VOZ do POVO**

ANO — XII MACEIÓ 23 DE NOVEMBRO DE 1958—Nº. 47

**A Assembléia Legislativa Homenageia O General Teixeira Lott**

Lembrado o 15 de Novembro — Deputado irá ganhar 65 Mil Cruzeiros — Teria sido equivoco?

Deputado Julio Fran... corretores do Legislati

Fonte: TRAMA..., 2007.

Autoria: A Voz do Povo, 1958.

Na semana seguinte, no dia 30 de novembro de 1958 (p. 1 e 4), o mesmo periódico deu continuidade à matéria da semana anterior, denunciando que os espancadores continuavam impunes e que a direção da Fábrica Carmen, além de não fazer nada pelo operário espancado, proibia qualquer operário de visitá-lo, sob a pena de quinze dias de suspensão. Em certo momento da matéria do dia 30, houve a correção sobre os nomes dos espancadores, pois os verdadeiros eram João e Ercílio, os quais, segundo informações estavam numa fazenda, no município de Pilar-AL (CADEIA..., 1958).

No jornal Diário de Alagoas, de 25 de novembro de 1958, p. 1, foram encontradas também referências ao caso do operário José Ferreira, com a matéria intitulada "O operário teria sido bastante espancado". Através do título, pode-se notar o verbo "teria", colocando sob dúvida/suspeita o ocorrido, o que se explica pela orientação política do jornal (O OPERÁRIO..., 1958), pois embora seus editores fossem ligados ao trabalhismo, defendiam o então governador

vigente Muniz Falcão. Afirmar a existência de impunidades contra algum operário não seria interessante para a imagem do governo, porque poderia soar como conivência deste para com estas práticas. Acusações sobre este posicionamento do jornal Diário de Alagoas foram apresentadas em A Voz do Povo, tal como será sinalizado um pouco mais à frente.

A mesma matéria, embora curta (cinco pequenos parágrafos), tratou de mais dois assuntos que foram abordados em reunião na Câmara Municipal de Maceió<sup>171</sup>: solicitação da não aprovação do Imposto da Indústria e Profissão e a leitura do ofício de Djalma Falcão por ter assumido a direção do Departamento de Assistência Social. Do terceiro parágrafo em diante, apresentou-se a fala do vereador Hamilton Morais (presidente da Câmara dos Vereadores) denunciando o espancamento do operário de Fernão Velho, em que afirmou que iria denunciar o caso à Secretaria do Interior, Justiça e Segurança Pública, para que houvesse punição aos que praticaram a violência e aos seus mandantes. Em certo momento afirmou-se na matéria que este não era o primeiro caso de espancamento contra operários naquele centro fabril (O OPERÁRIO..., 1958).

Desse modo, vê-se que Fernão Velho representava também um espaço de tentativa de “abrigo” para que a gerência fabril e a polícia (como veremos adiante) exercessem impunemente violências físicas sobre a classe operária.

Outra denúncia sobre a prática de violência contra operários em Fernão Velho, ocorreu meses antes do referenciado anteriormente, pois no jornal A Voz do Povo, de 25 de maio de 1958 (p.1, capa), foi encontrada a matéria intitulada: “Mais um crime da polícia em Fernão Velho”, que iniciou suas primeiras palavras, afirmando que esta era apenas uma das inúmeras denúncias feitas pelo jornal sobre a violência em Fernão Velho. Na matéria, dizia que no último domingo (dia 18 de maio), por volta das 23 horas,

[...] o cabo Pedro Araújo, comandante do destacamento de Fernão Velho, foi tomar uma faca peixeira do operário Olívio, como este não quis (sic) lhe entregar e correu, o cabo atirou no operário, deixando gravemente ferido. A violência criminosa revoltou a população de Fernão Velho, principalmente na vila operária (MAIS..., 1958).

---

<sup>171</sup> A data da reunião foi especificada na matéria.

A matéria continuou afirmando que o jornal Diário de Alagoas<sup>172</sup> apontou o operário acima como desordeiro, quando na verdade era um homem de quase quarenta e cinco anos de idade e tinha dedicado muitos anos de serviço na Fábrica Carmen (MAIS..., 1958).

Um ponto interessante é que nenhum dos operários referenciados nas matérias acima de A Voz do Povo (José Ferreira da Silva e Olívio) apresentaram registros de participação em movimentos grevistas, sindicalistas e/ou partidário, o que faz levantar a hipótese de que a perseguição sobre operários não tenha sido feita sobre aqueles que tinham perfil político contestador, mas também contra aqueles que possam ter infringido ordem dos responsáveis pelo núcleo fabril e/ou que tenha sido contrário a determinações de autoridades locais.

Outra possibilidade para as perseguições estava para com aqueles em condições mais vulneráveis, tal como em mendicância, alcoolismo ou mesmo por racismo, tal como ocorre nas práticas policiais ainda na atualidade. O processo de “higienismo” social e de branqueamento podem ser fatores que estejam envolvidos para com os operários das matérias referenciadas. No entanto, são apenas suposições. Nada diz nas matérias que comprove isso.

Todavia, a hipótese acima pode fazer sentido quando interligada com o que Telma de Barros Correia (1988) apresentou sobre o intuito dos núcleos fabris e das vilas operárias no país, porque foram criados e administrados como lugar de “correção” para os pobres, inserindo disciplina e obediência ao trabalho fabril, noções de higiene, de comportamento, moralidade etc., e, para isso se realizar, o uso da violência e de castigos eram práticas comuns.

Delmiro Gouveia<sup>173</sup>, inclusive, manteve no núcleo fabril da fábrica têxtil da Pedra, no sertão de Alagoas, o qual era proprietário, uma rígida disciplina ao operariado, com fim de moralizá-lo no trabalho e, dentre outras técnicas de controle, utilizava, na parte central do núcleo fabril, “[...] uma baraúna – árvore frondosa comum no Sertão –, onde os operários faltosos eram

---

<sup>172</sup> Em nossas pesquisas não foi possível encontrar a matéria a que se refere o jornal A Voz do Povo sobre o Diário de Alagoas.

<sup>173</sup> “De empregado da filial do Recife do curtume americano Keen Sutterly & Co., em 1892, passou a gerente no ano seguinte. [...] Em 1903, Delmiro tornou-se proprietário de uma fazenda em Pedra, no sertão de Alagoas, na qual centralizou seu comércio de peles. Em 1913, construiu uma usina hidrelétrica na cachoeira de Paulo Afonso para fornecer energia à fábrica de linhas de costura que inaugurou no ano seguinte em Pedra. Com a fábrica, criou no interior da fazenda um núcleo fabril dotado de habitações, comércio, hotel, casas e equipamentos de lazer. Em 1917 foi assassinado em Pedra” (CORREIA, 1998, p. 187, 188).



castigados, erguia-se como símbolo do poder do patrão, ficando nesse ponto estratégico” (CORREIA, 1998, p. 221).

Em Fernão Velho não foi possível encontrar referências simbólicas explícitas da repressão, tal como utilizada em Pedra nos tempos de Delmiro Gouveia. Não existem registros de árvores ou algo similar para castigo de operários. Se houve, foi pelos idos de fins do século XIX ou início do século XX, período similar ao de gestão de Gouveia (1914).

Até mesmo do ponto de vista jurídico seria complicado aos industriais conseguirem utilizar tais recursos, pois embora estivessem relativamente distantes dos grandes centros, isso não impediria denúncias ou resistências organizadas do operariado contra esses modos de impor a disciplina, pois no período que aqui se está estudando, entre das décadas de 1950 e 1960, o operariado brasileiro já tinha uma série de garantias legais contra essas formas de agressão, embora houvesse práticas violentas, tais como sinalizadas ao longo desta seção.

Apresentadas as características pertinentes ao modo de dominação e de controle do operariado dentro do núcleo fabril de Fernão Velho, passa-se então a trazer aspectos da condição de vida da classe trabalhadora, procurando enfatizar a importância da lagoa Mundaú como meio de subsistência para o operariado, fazendo-se diálogo entre as condições atuais e aquelas encontradas pelo operariado nos anos de apogeu fabril.

## 5.2 O SURURU E A “MÃE LAGOA” (MUNDAÚ)

Como já apontado, Fernão Velho está margeado pela lagoa Mundaú e é imprescindível falar na condição e identidade de seu operariado sem fazer menção à lagoa<sup>174</sup>, até porque esta foi apontada em vários depoimentos como importante meio para a sobrevivência das famílias operárias, já que dela se extraía o complemento alimentar e de renda. Além disso, era utilizada para banho e passeio (lazer) e meio de locomoção, inclusive para trazer produtos para a feira, tal como sinalizado na subseção anterior. A lagoa, desse modo, pode ser apontada como um dos

---

<sup>174</sup> Devido ao fato de o sururu ser ainda produto comercialmente muito desvalorizado, levando em consideração a complexidade na qual está inserida a sua cadeia produtiva, nesta subseção serão feitas pontes nítidas com a condição da lagoa e da produção lacunar na atualidade. Além disso, informações sobre o sururu ou a lagoa Mundaú nos anos 1950 foram pouco encontradas, talvez porque não se havia interesse sobre a região lagunar por ser esta tradicionalmente moradia das populações paupérrimas. A oralidade nesta ocasião também foi fundamental para se reconstruir a memória da/na Mundaú.

referenciais para a reconstrução da memória operária.

Ver-se-á que nesta subseção não frisaré o apogeu fabril de Fernão Velho, mas percorrerá entre os registros encontrados em diferentes períodos históricos, trazendo paralelos com a atualidade, pois o intuito desta parte do trabalho é entender também a lagoa como um espaço natural gradativamente degradado pela ação do ser humano em diálogo com essas ações como reprodutoras do modo de produção capitalista.

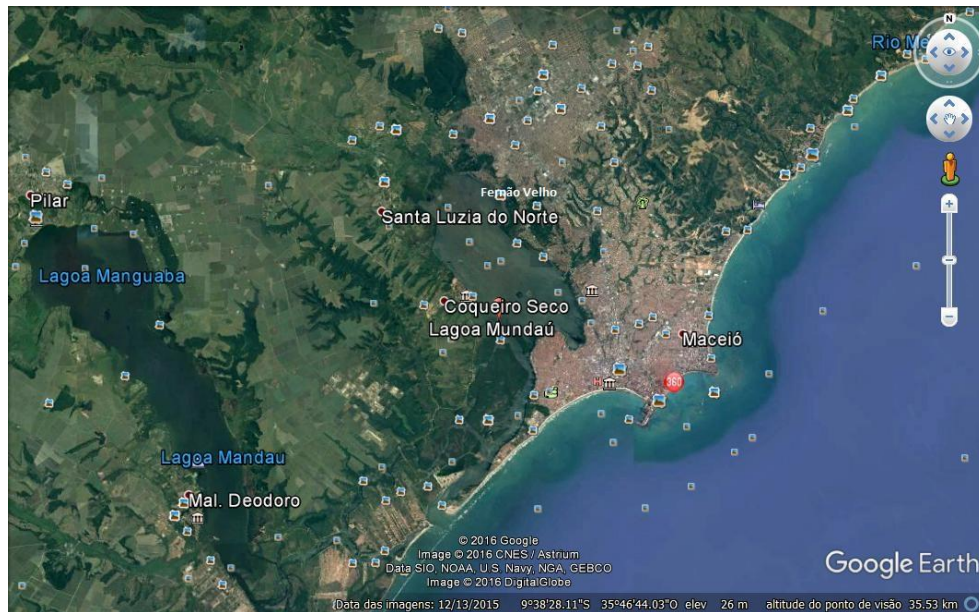
Todavia, é importante destacar que a lagoa Mundaú ou lagoa do Norte, como também era conhecida, obviamente não está restrita à região de Fernão Velho, mas inserida no Complexo Estuário Mundaú-Manguaba (CELMM), numa das mais importantes áreas úmidas do Nordeste brasileiro, que banha os municípios de Maceió, Santa Luzia do Norte, Pilar, Coqueiro Seco e Marechal Deodoro, fornecendo grande diversidade alimentícia às populações que vivem na região, ao ponto que beneficia direta ou indiretamente cerca de duzentas mil pessoas (SANTOS; SAMPAIO, 2013).

No entanto, todo esse território lagunar vem sofrendo sérios danos devido à ocupação irregular, à pesca predatória, assoreamento e à poluição oriunda de usinas de cana-de-açúcar e de indústrias de produtos químicos e fertilizantes, além dos descasos prestados pelos poderes públicos e privados, principalmente nas últimas décadas<sup>175</sup>.

---

<sup>175</sup> Em matéria na web da Gazeta de Alagoas (G1), de 05 de outubro de 2013, pesquisadores da Agência Nacional de Águas, apontaram que o assoreamento que poderia ocorrer em sete séculos, aconteceu em menos de um século no Complexo Lagunar Mundaú e Manguaba. Em Relatório expuseram que mais de 280 mil toneladas de sedimentos entram nas lagoas por ano. Concluíram que se nenhuma séria providência for tomada, as lagoas Mundaú e Manguaba se transformariam em um pântano em poucos anos.

Figura 26 – Complexo Estuário Mundaú-Manguaba.



Fonte: Google Earth, 2017.

Em 1871, o médico, jornalista e deputado provincial de Alagoas, Thomaz Espíndola (2001, p. 52) assim descreveu a lagoa, em seu livro *Geografia Alagoana*:

A Mundaú ou Lagoa do Norte. Demora entre o município de Maceió e o de Santa Luzia do Norte; tem 4.200 braças de comprimento – desde Pedreiras [atual vila A.B.C.] até a embocadura do canal da Ponta Grossa –, 4.700 – daquele povoado ao Pontal da Barra –, e 2.200 na sua maior largura – da povoação de Coqueiro Seco a Bebedouro –; banha pela margem setentorial e ocidental a vila de Santa Luzia do Norte, a povoação do Coqueiro Seco e a das Pedreiras, e pela oriental e meridional a fábrica de tecidos do Fernão Velho, a povoação de Bebedouro, a cidade de Maceió e os povoados do Trapiche e Pontal da Barra.

Mais adiante, na mesma obra, Espíndola apresentou já naquele período (1871), o aterramento de partes das lagoas Mundaú e Manguaba, quando apontou para a situação de navegação nelas:

Outrora entravam nestas lagoas [Mundaú e Manguaba] grandes navios, hoje, porém, que as areias do comoro da praia impelidas pelo nordeste tem mudado a barreta para a proximidade de um molhe de pedras e aterrado em

grandes partes as suas comunicações, dão apenas e com muito risco a entrada de barcas durante a preamar (ESPÍNDOLA, 2001, p. 53).

Pouco mais de um século da publicação do livro de Espíndola, o compositor e intérprete alagoano Altair Pereira escreveu a composição “Lagoa grande Bebedouro”, exposta no Festival de Música do Sesc-AL, em 1999. Nesta canção, o compositor apresentou poeticamente a condição e importância da lagoa, representando a resistência da “mãe lagoa” frente à brutal destruição na qual está submetida:

Sururu fresco! Mundaú, lagoa grande, Bebedouro, de muitas bocas o sustento, tantas vidas o prazer. És uma lagoa bela, teus mangues abissais, cercada de mistérios, o mar, favelas, coqueirais. Olhe o sururu fresco, olhe o sururu fresco, mororó, a carapeba, uçá, siri, mandi, quem vai querer. Mundaú, lagoa grande, Bebedouro, *de muitas bocas o sustento, tantas vidas o prazer*. Mesmo tendo suas forças sugadas pelo algoz poluição, *como mãe nunca se entrega, faz da lama nascer o sururu* (PEREIRA..., 1999, grifos meus).

A música-poesia acima sinalizou para características que podem ser utilizadas como metáforas aos/às que necessitam da lagoa para a sobrevivência, porque ela consegue resistir ao “algoz poluição”, que suga suas forças e ainda assim sustenta e dá prazer aos que margeiam suas águas. É dentro deste imaginário que se pode trazer a resistência lacunar como símbolo para a relação da lagoa com os que dela tornam-se sobreviventes, na medida em que a “mãe” (lagoa) enfrenta as intempéries para alimentar seus filhos, tal como aqui apresentado sobre a condição de algumas operárias.

A representação da lagoa, assim, estende-se para o campo social, simbólico e material, porque dentro do contexto em que o operariado de Fernão Velho vivia, este fazia brotar resistências contra o capital e se fortalecer enquanto classe. A lagoa era importante mediadora desse processo. Interessante é que o processo de desmonte fabril ocorreu paralelamente à degradação da lagoa Mundaú.

Por meio da fotografia abaixo, nota-se que em 2007 o capim já avançava pelas margens da lagoa, o que lhe é prejudicial, porque este contribui para o aumento da evaporação da água da lagoa, ressecando suas margens e contribuindo para acelerar o assoreamento da lagoa. Nas últimas visitas que o pesquisador fez a Fernão Velho, percebeu um maior agravamento das

condições da lagoa, sinalizadas inclusive pela afirmação de pescadores. Esta situação contribuiu para a diminuição na produção de alimentos da lagoa.

Figura 27 – Pescador na lagoa Mundaú (Fernão Velho).



Fonte: Acervo pessoal.  
Autoria: Lisandra Pereira, 2007.

Se não for exagero, pode-se considerar a lagoa como uma espécie de “fundo de greve” proporcionado pela natureza, porque como o operariado vivia numa condição em que o salário era insuficiente e em constante exploração no trabalho, ter a lagoa como um meio de extrair alimento durante uma paralisação ou greve, pode ser uma hipótese válida. Talvez por isso o grupo Othon tenha modificado um aspecto importante na construção de algumas casas, pondo-as de costas para a lagoa, tal como sinalizaremos ao fim desta subseção.

A lagoa Mundaú servia uma importante variedade de alimentos para as populações que dependiam dela para a subsistência, pois através da pesca de peixes como tainha<sup>176</sup> (*Mugil sp.* ou

---

<sup>176</sup> As denominações científicas e uma série de informações a respeito da lagoa Mundaú deram-se a partir da colaboração do biólogo Everson Cardoso dos Santos.

*Mugil Lisa*<sup>177</sup>), mandim (*Cathorops spixii*) curimã (*Mugil Curema*), morongo (*Gobioides broussonnetii*) camurim (*Centropomus undecimalis*), mororó, moré foguete ou cipó de padre, tal como conhecido (*Gobionellus oceanicus*), carapeba (*Diapterus rhombeus*), muçum (*Synbranchus marmoratus*), boca de cavalo (*Anchovia clupeoides*); dentre os crustáceos, destacam-se: siri (*Callinectes sapidus* ou *Callinectes danae*<sup>178</sup>), caranguejo uçá (*Ucides cordatus*) e caranguejo guaiamum (*Cardisoma guanhumi*), camarão (*Macrobrachium acanthurus*), sururu (*Mytella Charruana*); dentre outros alimentos provenientes da lagoa, eram (e ainda são, porém em frequência bem menor devido a intensificação da degradação ambiental) prática comum em Fernão Velho e demais regiões que circundam a lagoa.

De acordo com Sampaio e Santos (2013, p. 520), dentre os peixes de maior valor comercial no Complexo Mundaú-Manguba, encontram-se a tainha, o curimã e a boca de cavalo.

Já o mandim (*Cathorops spixii* Spix & Agassiz, 1829), o mororó (*Gobionellus oceanicus* Pallas, 1770) e o morongo (*Gobioides broussonnetii* Lacepède, 1800) são espécies de baixo valor de mercado, todavia de grande valor social, pois são acessíveis à comunidade de baixa renda, sendo, muitas vezes, comercializados secos e salgados.

Dentre todos os alimentos apontados anteriormente, o sururu merece ser analisado com maior notoriedade, por seu rico valor nutritivo e porque apareceu com destaque nas falas ainda na atualidade. O sururu (*Mytella Charruana* ou *Mytella Falcata*) paira como símbolo inclusive da alagoanidade – tal como será melhor comentado adiante. Além disso, o imaginário a seu respeito vai muito além de Fernão Velho e ao mesmo tempo é para esta localidade referência à memória<sup>179</sup>.

<sup>177</sup> Existem várias espécies de famílias das tainhas (cambiro, curimã, sauna etc.). Para contemplar todas as espécies, usa-se apenas o gênero *Mugil* sp., porém o uso mais comum para as espécies do Complexo Estuário Mundaú-Manguaba é *Mugil lisa*.

<sup>178</sup> Do mesmo modo que as tainhas, há algumas espécies de siris pertencentes ao gênero *Callinectes*. Logo, pode-seu usar *Callinectes danae* (mais abundante) ou *Callinectes sapidus*.

<sup>179</sup> A nutricionista Theresa Siqueira, em jornal da website da Gazeta de Alagoas, de 07 de setembro de 2013, publicou a matéria “O sururu da grande mãe-lagoa, entre o nutritivo e o cultural”, em que defendeu o sururu como meio para realizar a soberania cultural de Alagoas, pois quando passou pelas favelas e periferias de Maceió que margeiam a lagoa, percebeu que “o sururu estava lá, nas falas, nos saberes e nas práticas alimentares. Alimento nutritivo, protético, rico em cálcio, fósforo e também gerador de renda, cultura e história. Alimento este tão próximo e tão distante...”

Mas, o que é o sururu? Segundo o artigo de Ernani Viana e Edson Bezerra (2014, p. 98, 99, grifos meus), o sururu é um

[...] molusco comum nas lagoas do Estado de Alagoas [...]. De forte conteúdo calórico, brota e é retirado manualmente da lama da mais importante das lagoas alagoanas: a Mundaú. [...] *Alimento secular de pobres, mestiços e negros*, pode ser consumido frito, no capote, ou seja, na concha que o protege, ou ainda preparado com outros moluscos, como o Massunin e a Unha-de-Véio.

Os autores acima seguem afirmando que o sururu é hoje consumido nos bairros lacustres e periféricos de Maceió e cidades adjacentes e, por fatores históricos e sociais é considerado patrimônio imaterial de Alagoas<sup>180</sup>.

Essa relação que os grupos paupérrimos de Alagoas tiveram (e ainda têm) com o sururu ao longo de sua história resultaram do processo de colonização em que este molusco, comida nativa dos grupos indígenas desde antes do contato com os colonizadores, foi sendo incorporado àqueles que estavam em condições vulneráveis no litoral alagoano. O fato de ser considerado alimento de pobres deve-se, possivelmente, ao fato de ser retirado da lama da lagoa. O sururu se alimenta da lama e é preciso um longo processo para que se possa estar em condições comestíveis. Além do mais, seu gosto e aparência particulares não costumam agradar àqueles/as que não tenham hábito de consumi-lo para a alimentação.

No livro Maceió de Outrora, que teve sua primeira edição publicada em 1976, mas escrito ao menos duas décadas antes da publicação, Félix Lima Junior (1976), trouxe traços dos aspectos sociais e culturais da capital alagoana e, dentre estes, apontou uma seção intitulada A Pesca do Sururu, em que o autor apresentou o sururu como “[...] saboroso molusco que *sustenta tanta gente pobre*”, que “homens, mulheres e crianças iam pesca-lo no Félix Bandeira, nas margens da lagoa Mundaú, na levada, em Fernão Velho e em Coqueiro Seco” (LIMA JUNIOR, 1976, p. 34-35).

---

<sup>180</sup> Segundo a matéria Sururu será registrado como patrimônio imaterial de Alagoas, de Alagoas 24 horas, do dia 11 de junho de 2014, no dia 10 de junho de 2014, o Conselho Estadual de Cultura de Alagoas, tornou o “Sururu como referência cultural Alagoana”. No entanto, apesar do avanço legal sobre o sururu, não se nota avanços sobre as precárias condições de vida e de trabalho das famílias marisqueiras de sururu em Alagoas. Pelo contrário, houve um aumento cada vez maior da degradação da lagoa, o que prejudica ainda mais diversas comunidades que dependem do molusco.

Pelos apontamentos acima, pode-se perceber o sururu como “comida de pobres”, o que o relacionaria com a identidade da classe social explorada e talvez por isso seja este alimento tão desvalorizado comercialmente, apesar de toda a complexidade que envolve sua produção, o que será então aqui apresentado, para que se visualize o quão trabalhosa e desvalorizada é esta atividade ainda na atualidade, o que não era diferente no período em que o operariado têxtil de Fernão Velho estava em sua condição de auge fabril. O que muda é que agora as condições estão ainda mais agravantes para a classe trabalhadora, devido à degradação ambiental, o maior índice de desemprego e o fato de a pesca estar na condição de sustentação principal para diversas famílias.

Dito isso, através de depoimentos e constatações existentes no vídeo “Projeto de diagnóstico da cadeia produtiva do sururu na lagoa Mundaú”, desenvolvido em 2014<sup>181</sup> pode-se perceber que seu processo produtivo não é tão diferente do que era no passado.

O vídeo mostrou que os pescadores costumam sair para a pesca por volta das 3 horas da madrugada e só voltam às 7 horas da manhã, trazendo em média 32 latas de sururu por dia; cada lata pesando cerca de 16 quilos: o pescador recebe (vendendo o molusco às marisqueiras) aproximadamente R\$ 3,00 por lata, recebendo em torno de R\$ 96,00 por pesca<sup>182</sup>. Vê-se, desse modo, que o pescador é aquele que está em condições materiais mais favoráveis dentro deste processo produtivo.

---

<sup>181</sup> O estudo apresentado no documentário foi realizado no período de um mês, em Maceió, entrevistando 353 pessoas. Dentre elas, 75,4% não tem Ensino Médio Completo; 22,4% vivem em casas sem saneamento; e 17,6% são menores de idade.

<sup>182</sup> Entre os meses de maio a setembro, a pesca do sururu praticamente desaparece, porque é período chuvoso na região. Como o sururu depende da água salobra para se desenvolver, as chuvas diminuem a intensidade do sal na água. A época de melhor êxito para sua pesca está entre novembro e fevereiro.



Figura 28 – Pescador retirando sururu para a pré-lavagem.



Fonte: Gazeta de Alagoas, 21 dez. 2014.  
Autoria: Ricardo Ledo.

O vídeo não mostrou, mas se formos observar, para ser pescador é preciso ter barco ou canoa, motor (com combustível), remo ou vela, ou seja, os instrumentos de trabalho mais custosos. Além disso, o pescador deve estar em boas condições físicas, porque muitas vezes é preciso mergulhar em dois ou até três metros de profundidade para se retirar o sururu do fundo da lagoa. Em quase sua totalidade os pescadores são homens; as mulheres em alguns casos costumam ser apenas companhia na pesca, o que acentua a desigualdade de gênero também nesta condição precária.

Retornando ao vídeo, este apontou que o sururu passa por uma pré-lavagem dentro da própria lagoa; depois da lavagem é “despincado<sup>183</sup>”, após despincado o sururu vai para a fervura. É penerado e logo em seguida tem os últimos resíduos e conchas retirados. O sururu é novamente lavado, mas agora com uma água de melhor qualidade. É embalado para a venda. O quilo é vendido em média por R\$ 8,41 já limpo e sem casca, mas em alguns supermercados o quilo pode custar em torno de R\$ 30,00, embora vendido em quantidade menor.

A desvalorização do sururu no mercado maceioense pode ser observada comparando o seu

---

<sup>183</sup> A “despincagem” do sururu consiste em retirar dele restos de lama, de cascalho para pô-lo ao fogo e abrir a casca. É etapa que ocupa maior parte da cadeia produtiva. Esta atividade é realizada por mulheres em sua maioria. Cada mulher recebe em torno de R\$ 2,70 por dia. Cada uma despica cerca de 4 latas por dia. A renda mensal não chega a R\$ 300,00.

preço com o das carnes ou peixes. O quilo do sururu limpo é aproveitado em praticamente toda sua inteireza, porque não contém gorduras, nervos ou algo similar. A desvalorização comercial passa pela desvalorização do produto de origem regional direcionado ao consumo interno.

Figura 29 – Sururu de capote (na casca).



Fonte: Manifesto Sururu, 2015.  
Autoria: Desconhecida.

Félix Lima Júnior (1976, p. 37, 38), também descreveu o tirador de sururu no início do século XX, o que não se distingue muito da condição atual.

O tirador de sururu, coitado! Mora, quase sempre, num casebre perto da margem da lagoa. [...] O tirador acorda, de madrugada, e sai imediatamente, às vezes com a vela e o mastro da canoa, enquanto um filho ou um companheiro conduz um cesto com quatro forquilhas de cinco ganchos e uma ou duas latas vazias de querosene. Pula para a canoa que, amarrada, está sendo embalada docemente pelas águas salobras, abre a vela e rema, parando [...]. Enfia o remo na lama, desce a vela, amarra a canoa, fica apenas de calção velho, curto, remendado. Mergulha e volta com o sururu.

A partir do que foi até aqui colocado, é possível concluir que o processo de produção do sururu é bastante desgastante e muito pouco compensatório do ponto de vista físico e material. Entretanto, nota-se que para o operariado de Fernão Velho<sup>184</sup> há uma complexidade diferente

<sup>184</sup> Em o Diário de Alagoas, de 11 de fevereiro de 1958, p. 1, foi encontrada uma matéria que referenciava a inauguração da Colônia de Pescadores de Fernão Velho, ocorrida no dia 09 de março do mesmo ano. A matéria não apresenta, mas é possível que esta instalação esteja ligada às articulações dos pescadores para se conseguir direitos e

daquela dos sururuzeiros da atualidade, tal como apontado no vídeo acima referenciado, ou na condição do pescador não operário mesmo nos anos 1950.

A importância do sururu era tamanha que durante a crise inflacionária e aumento de preços de gêneros alimentícios, ocorrida entre fins da década de 1950, pôde ser encontrada uma matéria no jornal Diário de Alagoas, de 30 de janeiro de 1959, p. 1, “Cobram até 120 cruzeiros por um quilo de carne: sururu a trinta e cinco cruzeiros – aumentam os gêneros”. Na matéria apontou-se o fato de o custo de vida ter aumentado de modo assustador e que isto poderia ser visto no preço da carne (bovina) e do sururu, sendo a primeira quase quatro vezes mais cara que a segunda, o que aponta novamente a desvalorização do sururu (COBRAM..., 1959).

Todavia, para os que vivem somente da pesca e/ou do preparo do sururu, a exploração do capital surge indiretamente, porque estes/as trabalhadores/as não se deparam diretamente com o possuidor dos meios de produção e não recebem salário ou garantias trabalhistas. Trata-se de uma espécie de trabalho “autônomo” em que a exploração do capital ocorre indiretamente, através da desvalorização historicamente construída do produto alimentício sururu e da transformação de parcela da classe trabalhadora em exército industrial de reserva, tendo que submeter-se às mais degradantes condições de trabalho.

Para o operariado de Fernão Velho, a extração do sururu aparece na memória bem mais com um sentido complementar, às vezes até de lazer, porque a sua identidade principal não é a pesca, mas a condição operária. A pesca é um complemento para a insuficiência salarial, embora muitos/as operários/as que tenham vindo de localidades em que antes as famílias sobreviviam da pesca e em Fernão Velho continuou o ofício, mesmo estando empregado como operário/a.

No plano simbólico da dominação-exploração patriarcalismo-capitalismo, esta relação do operariado têxtil de Fernão Velho é como se apontasse que o “pai” do operariado fosse o Othon, a fábrica, o provedor, aquele que garante emprego, carteira assinada, férias e que mais tarde garantirá a aposentadoria; e a “mãe” lagoa é aquela que provém “naturalmente” a subsistência da classe trabalhadora. É uma relação entre o afeto com a “mãe bondosa” e o “pai” que explora, mas lhes dá garantias quase inexistentes em outros meios.

Dessa forma, a lagoa Mundaú e o sururu se tornaram elementos com características particulares na memória do operariado da mais próspera indústria têxtil alagoana: a Fábrica Carmen<sup>185</sup>. O sururu, assim como a lagoa Mundaú, é referência constante do operariado de Fernão Velho, explanando, tal como na música referenciada anteriormente, a expressão “mãe lagoa” para a lagoa que margeia o núcleo fabril.

Ah, a lagoa toda vida *foi a mãe de todo mundo aqui*. A lagoa, *tinha gente que trabalhava na fábrica*, quando largava já vinha com um reduzozinho nas costas, aqueles reduxo de mão pra pegar o pirão... Tinha criança aqui, tinha casa de família aqui, que os menino assim pequeno um atrás do outro, o gogó<sup>186</sup> que tomava era do caldo de sururu, que *o que ganhava não dava pra comprar uma lata de leite* – e era tão barato o leite nesse tempo – custava quarenta e cinco centavos<sup>187</sup>, era um negócio assim... não era nem cinquenta centavos uma lata de leite e tinha pai de família e mãe que não podia comprar (OPERÁRIA A).

Parte do operariado, mesmo recebendo salário da fábrica, não conseguia sequer ter condições de reproduzir materialmente sua sobrevivência, o que demonstra o grau de exploração posta pelas relações de trabalho. A condição de subsistência do operariado era precária e isso pode ser visto através da necessidade de complementar a renda salarial através da extração de frutos lagunares. A fala da operária acima confirmou o que havia sido colocado quanto à relação do operariado com a “mãe lagoa” ou a “mãe de todo mundo aqui”, enquanto um paliativo contra a exploração do capital. A exploração industrial sobre famílias operárias, que estavam empregadas, recebendo salário, em muitas circunstâncias sequer têm a subsistência familiar. A

---

<sup>185</sup> É provável que relação similar houvesse também entre o operariado da Fábrica Alexandria, em Bom Parto (Maceió), pois a localidade era também estava margeada pela lagoa Mundaú. A mãe do pesquisador que aqui escreve é filha de operária da Fábrica Têxtil Sebastião Ferreira, em São Miguel dos Campos-AL, e afirmou que a relação com o operariado com o Rio São Miguel também era muito frequente, mas não há a presença de um alimento que seja central para a memória, tal como em Fernão Velho. Segundo diálogo informal com o historiador Leandro de Oliveira, no caso do operariado das fábricas de Rio Largo, a hipótese levantada através de entrevistas, é que a relação deste operariado com o Rio Mundaú não fosse de meio para complemento alimentar, tal como em Fernão Velho, embora houvesse pesca nele. O historiador Alex Oliveira, que pesquisa sobre o movimento pesqueiro em Pilar-AL, cidade onde havia duas indústrias têxteis, afirmou que várias/os operárias/os utilizavam também a pesca como complemento salarial. É possível que o operariado da fábrica da Saúde, em Ipióca também utilizassem da pesca, porque estavam próximos ao mar. Não foi possível obter informações sobre as fábricas de Piaçabuçu, nem a da Pedra, no sertão.

<sup>186</sup> Gogó é uma expressão regional, que significa o leite dado à criança quando ainda bebê.

<sup>187</sup> É possível que estes preços não correspondam à realidade, mas apenas uma referência que a depoente utilizou para poder enfatizar o quão barato era o produto.

lagoa supria como complemento familiar, seja retirando dela algo para alimentar a família de um modo direto, seja para retirar produtos para vender na feira ou no trem.

Mas também existiam situações em que a lagoa não só servia para extrair o necessário para suprir necessidade imediata, mas para retirar o “trocadinho” para a diversão. É possível que o uso da lagoa fosse diferente para gerações diversas, ou seja, nos casos de jovens que ainda não haviam constituído família, a lagoa parecia não se constituir enquanto provedora da necessidade imediata, mas provedora do lazer:

O sururu a gente cozinhava na beira da lagoa mesmo. Lavava mesmo lá com a água da lagoa, cozinhava ali mesmo, fazia aqueles pratos desse tamanho e ia vender no trem, porque naquela época a gente tinha trem para Pernambuco, Arapiraca, para quem vinha. Muitos passavam o dia vendendo esses negócios e fazia dinheiro e eu ia e fazia meu trocadinho para ir para o cinema, botava no bolso e dizia: então está pronto, vou para o cinema... era... Cine-Teatro São José (OPERÁRIO F).

Fazendo-se um paralelo entre o depoimento do operário acima e o da operária A, pode-se perceber que a situação da classe trabalhadora poderia variar de acordo com a geração e com a ocupação que exercia no processo produtivo, pois é preciso lembrar que o Operário F era filho de contramestre da tecelagem e depois tornou-se trabalhador do escritório, ou seja, apresentar a mesma lagoa como “mãe” e apontá-la como um meio de extrair um “trocadinho para ir para o cinema”, são duas dimensões diferentes. O homem jovem que ainda não havia ainda constituído família e filho de operários trazia uma visão de mundo diferente da operária casada, vindo do campo, mãe de três filhos e financeiramente dependente do marido por estar afastada do trabalho por problemas de saúde, tal como era o caso da Operária A.

O depoimento a seguir aponta uma relação do Operário B muito similar com a do Operário F sobre a lagoa, porém aqui apresenta duas dimensões desta relação: o lazer e o complemento salarial. Vejamos:

Tomei muito banho nessa lagoa. Era muito limpa. Agora esse negócio de festa na lagoa, dentro, nunca houve. Festa era fora. Dentro era para tirar sururu, sururuzeiros. Eu me lembro que eu ia ali, onde é o coqueirinho era o porto de sururu. Aí eu ficava lá para ganhar sururu [faz gesto de dinheiro com as mãos], ficava ali, aí o cara dizia: - quer abrir o saco? Eu digo: - quero. Aí pegava, abria

o saco, para o cara botar sururu, para ir para os interiores. Aí eu ganhava o meu sururu, ói [risos]. O trem era quem levava, de Satuba para lá, ia até Murici, Arapiraca, sei lá. Sururu ensacado (OPERÁRIO B).

A ênfase sobre o banho na lagoa é muito importante para se percebê-la também enquanto lugar de lazer para o operariado, ou seja, mais um meio para o complemento salarial, porque o operariado não precisa só alimentar-se, vestir e morar, mas utilizar seu tempo livre, pois

[...] o âmbito das assim chamadas necessidades básicas, assim como o modo de sua satisfação, é ele mesmo um produto histórico e depende, por isso, grandemente do nível cultural de um país, entre outras coisas também essencialmente sob que condições e, portanto, com que hábitos e aspirações de vida, se constitui a classe dos trabalhadores livres. Em antítese a outras mercadorias, a determinação do valor da força de trabalho contém, por conseguinte, um elemento histórico e moral (MARX, 1985a, p. 141).

Os industriais, desse modo, beneficiavam-se de uma condição natural em que o operariado poderia retirar alimento e lazer através da lagoa, sem que tivessem custos com isso. Este fator contribuía para ampliar a extração de mais-valia, pois como o valor da força de trabalho é definido pela soma dos meios necessários para a subsistência da classe trabalhadora, a lagoa contribuía para que os industriais pudessem elevar seu lucro, sem necessitar dispêndios, pois a própria natureza já lhes provinha parte da subsistência da força de trabalho. É possível, inclusive, que a escolha pelo terreno para instalação da fábrica tenha sido feita tendo isso em vista.

Complementando o aproveitamento da lagoa, os industriais e o operariado tinham mais um elemento para ampliar os seus benefícios: o trem. Este servia não só como transporte, mas principalmente como possibilidade de se comercializar os produtos extraídos da lagoa. Vender sururu no trem era uma prática comum entre o operariado, tal como apresentado pelos depoimentos dos operários anteriormente. É daí que surgia uma renda complementar.

Finalizando-se esta discussão a respeito da lagoa e do sururu, chama-se aqui a atenção para o fato de que apesar de sua importância, a Mundaú foi e continua sendo tratada com desdém. Foi assim pelos industriais e o é hoje pelos herdeiros fabris e pelos poderes públicos. Atualmente a região de Fernão Velho não produz sururu e é uma das localidades em que a lagoa está em

condições mais degradantes.

Saindo-se um pouco da lagoa Mundaú, passa-se então a entrar em outra dimensão da memória operária: a festividade ou o fazer a arte e a diversão coletiva operária em Fernão Velho, pois se por um lado a lagoa complementava o salário, a festividade servia como elo de identificação operária, mas também como mecanismo de controle patronal.

### 5.3 A SIMBIOSE DA CULTURA FESTIVA OPERÁRIA: O ASPECTO LÚDICO DA MEMÓRIA

Um ponto que não se pode deixar de fazer menção em Fernão Velho é sobre seu caráter festivo, porque ao menos até a primeira metade da década de 1990, quando os Othons ainda não tinham decretado falência da Fábrica Carmen, este bairro fabril era visto como um dos locais onde a festividade era marcante, tendo seu período mais emblemático pelos idos da década de 1950. Através disso, pode-se perceber que as festas e a cultura popular que estavam ali envolvidas traziam importantes elementos para compreender sua representação para a memória deste grupo operário. É inclusive este um dos aspectos mais ressaltados pelos/as depoentes e ainda é importante referência para a memória na atualidade.

Dito isso, é considerável retomar a festividade<sup>188</sup> como uma das dimensões do operariado, pois a história da classe trabalhadora é também uma história de risos, de diversões e de brincadeiras. Ao tratar o operariado apenas no trabalho e na luta institucional corre-se o risco de omitir uma esfera significativa da vida da classe trabalhadora, pois além da esfera institucional, o operariado vive sua ludicidade. No entanto, estas festividades não estão desconectadas da materialidade concreta, isto é, da condição de pobreza, exploração e resistência do operariado.

De acordo com Rita Amaral (1998), boa parte dos estudos ou fragmentos sobre a festa, costumam trazer uma descrição minuciosa dos eventos, com pouca análise e em desconexão com as condições históricas, econômicas e sociais. Apontou também que entre boa parte dos teóricos

---

<sup>188</sup> “Como toda festa é um ato coletivo, ela supõe não só a presença de um grupo mas, também, sua *participação*, o que diferencia a festa do puro espetáculo. Por esta razão é que certos acontecimentos (como os festivais, os shows etc.) não podem ser considerados como festas *strictu sensu*. O critério da participação parece ser fundamental na definição das festas e, historicamente, negociações de vários tipos, entre diferentes classes sociais, estamentos, gêneros, etc. têm sido realizadas a fim de obter maior adesão às festas. Uma festa com pouca participação ou poucas pessoas não é considerada uma boa festa” (AMARAL, 1998, p. 17).

européus era comum relacionar a “decadência” das festas com a expansão capitalista, pois esta expansão havia provocado o fim das “tradições” e o aumento da individualização. Por isso, para eles, era preciso resgatar o que sobrou de “pré-moderno”. No entanto, Amaral apontou que na sociedade brasileira tal teoria não é válida, tendo em vista que nela o capitalismo cooptou as festas populares ao mesmo tempo em que foi cooptado por elas, e que o povo vem reinventando suas festas dentro destas novas condições.

Dito isso, não se busca aqui fazer uma construção pitoresca da cultura popular operária tal como ocorreu entre folcloristas ou colecionadores, mas de conectá-la dialeticamente às suas condições concretas. O intuito é buscar na festividade e na cultura popular elementos para compreender a identidade operária em sua reconstrução da memória, além de poder investigar as formas de dominação e de resistência contra o capital, porque é preciso

[...] estudar o folclore [...] como ‘concepção do mundo e da vida’, em grande medida implícita de determinados estratos (determinados no tempo e no espaço) da sociedade, em contraposição (também esta, na maioria dos casos, implícita, mecânica, objetiva) às concepções do mundo ‘oficiais’ (ou, em sentido mais amplo, das partes cultas das sociedades historicamente determinadas que se sucederam no desenvolvimento histórico) (GRAMSCI, 2002, p. 133).

Daí, surge aqui as seguintes indagações: o que motivava essa festividade operária em Fernão Velho? Era apenas o intuito de controle pelos industriais a fim de se estabelecer uma espécie de política do “pão e circo”, para propaganda do espaço fabril ou para se inventar uma “tradição”<sup>189</sup>? Ou seria uma forma de organização da classe operária em que o próprio patronato não conseguia conter as aspirações festivas operárias, ao ponto de permiti-las para evitar embates? Ou então era uma simbologia dos conflitos de classe, representando os interesses antagônicos?

Para responder essas perguntas, é preciso primeiro lembrar que a formação social do operariado têxtil de Fernão Velho, ao longo dos anos 1950, esteve marcada pela inserção de

---

<sup>189</sup> “Por ‘tradição inventada’ entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas; tais práticas de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, *tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado*” (HOBSBAWM, 2012, p. 9, grifos meus).



famílias originárias do interior de Alagoas, ligadas principalmente à cultura da cana-de-açúcar ou de arrendamento de terras em cultura de subsistência, situadas em regiões constituídas por grupo sociais que tinham como característica a proximidade com elementos da cultura popular festiva, existentes desde a época escravista, num entrelaçamento étnico-racial-cultural construídos ao longo de três ou quatro séculos (DIÉGUES JÚNIOR, 1980; DUARTE, 2010b; BRANDÃO, 2003). Danças, folguedos, hábitos, crendices etc., eram elementos presentes nos “costumes”<sup>190</sup> daqueles povos.

Eric Hobsbawm (2015, p. 117), no capítulo As Transformações dos Rituais do Operariado, apontou que o trabalho manual coletivo tem tradicionalmente como particularidade o fato de ser ritualizado, porque está interligado “[...] com a estruturação ritual da vida dos indivíduos e das coletividades sociais, os ciclos das estações do ano, início e fim, os ritos de passagem e tudo o mais. Tanto os lugares de trabalho quanto os grupos de trabalho são estruturados e, com frequência coesos”.

Assim, essas famílias que chegaram em Fernão Velho levaram seus costumes e sua ritualização, porém dialogando/negociando com uma situação específica, pois estava permeada pela condição operária<sup>191</sup>, em que a sistematização, a disciplina e controle fordistas regulavam a vida dentro e fora da fábrica. Desse modo, os costumes do campo, ancorados por uma menor rigidez sobre o tempo, precisavam se “adequar” à rotina industrial têxtil, porque a rigurosidade do tempo das máquinas passava a regular as relações sociais. Houve em seu processo de proletarização uma espécie de metamorfose social, em que as antigas ritualizações que estavam postas na condição do trabalho rural fundiam-se à condição fabril e vice-versa.

Todavia, do mesmo modo que as famílias de origem rural precisavam se “adequar” ao *ethos* industrial-semiurbano, os industriais também necessitavam dialogar com as resistências dos

---

<sup>190</sup> Diferentemente da “tradição inventada”, o “costume” “não impede as inovações e pode mudar até certo ponto, embora evidentemente seja tolhido pela exigência de que deve parecer compatível ou idêntico ao precedente. Sua função é dar a qualquer mudança desejada (ou resistência à inovação) a sanção do precedente, continuidade histórica e direitos naturais conforme o expresso na história” (Ibidem, p. 10).

<sup>191</sup> “As sociedades que se desenvolveram a partir da Revolução Industrial foram naturalmente obrigadas a inventar, instituir ou desenvolver novas redes de convenções e rotinas com uma frequência maior do que antes. Na medida em que essas rotinas funcionam melhor quando transformadas em hábito, em procedimentos automáticos ou até mesmo em reflexos, elas necessitam ser imutáveis, o que pode afetar a outra exigência necessária da prática, a capacidade de lidar com situações imprevistas ou originais (Ibidem, p. 11).

costumes trazidos pelo proletariado, pois alguns desses costumes poderiam prejudicar o rendimento da produção. Esta “negociação” era parte também do conflito de classes e lembra o emblemático texto de E. P. Thompson (1998), *Tempo, Disciplina do Trabalho e Capitalismo Industrial*, em que o autor apontou que a inserção do capitalismo industrial transformou vários aspectos da rotina e do tempo da classe trabalhadora, acentuando-se a desconexão social para com os tempos da natureza, pois o relógio mecânico passou a ser o “grande senhor do tempo”, o que em várias circunstâncias gerou embates entre classe trabalhadora e burguesia industrial<sup>192</sup>.

No caso de Fernão Velho, os apitos da fábrica ditavam o tempo de trabalho, enquanto o calendário condicionava a ritualização das festividades, ambos seguidos quase de modo religioso. Interessante notar que para esse operariado, o festejar surgia como uma espécie de ritual sagrado.

Era uma coisa sublime, tinha gosto de ir à festa... até 63. Carnavais, nessa época que nós estamos, era época de a gente estar por aqui? Não. Era de estar brincando, já começando a brincar. *Os quatro dias de carnaval, você não se lembrava de nada na vida, só de deus, porque era lindo, todo mundo brincava* (MEMÓRIA..., 1986).

Essa “coisa sublime” do festejar indicava uma consequência das condições de vida e de trabalho, pois a festa era um dos momentos em que o operariado poderia se sentir como peça importante da engrenagem social, já que o patronato procurava neutralizar as ações políticas, as reivindicações, a organização operária. As festas, desse modo, seria o local e o momento não só de expressão de aspectos da identidade de classe, mas o momento de descanso da exploração fabril, numa espécie de grande encontro informal. Muitos encontros poderiam ser realizados a partir das festividades e por isso era um momento sempre muito esperado, também porque significava sair da labuta alienada fabril, ao menos momentaneamente.

Os carnavais, festa de padroeiro, procissões, festas natalinas, festas de São João (ou festas juninas), desfiles cívicos e comemorações religiosas católicas eram pontos marcantes para a ritualização operária das festas. E assim, o operariado oriundo do campo inseria-se numa cultura

---

<sup>192</sup> “Essa mediação incorpora uma relação simples. Aqueles que são contratados experienciam uma distinção entre o tempo do empregador e o seu ‘próprio’ tempo. E o empregador deve *usar* o tempo de sua mão-de-obra e cuidar para que não seja desperdiçado: o que predomina não é a tarefa, mas o valor do tempo quando reduzido a dinheiro. O tempo é agora moeda: ninguém passa o tempo, e sim o gasta” (THOMPSON, 1998, p. 272).

de comemorações cívico-nacionalistas, implementadas e incentivadas principalmente a partir do Estado Novo varguista, embora já existisse marcante festividade em Fernão Velho ao menos desde o início do século XX, pois, tal como apontado por Waldir Cipriano (1999), na época da gestão da família Machado o carnaval e as festas religiosas católicas eram “esplendorosas”.

Dessa maneira, em Fernão Velho, por volta dos anos 1950, os recém-chegados mesclavam-se aos operários veteranos e vice-versa. O encontro entre os “costumes” daqueles/as oriundos/as do campo e uma “tradição inventada” do operariado fixo (já existente havia quase um século e fomentada pelos industriais), formaram o que aqui denomina-se como a **simbiose da cultura festiva operária**, caracterizada pelo 1) civismo estatal-empresarial, 2) a cultura popular (de origem rural e suburbana), 3) a cultura oriunda dos meios de comunicação de massa (pela inserção do rádio, do cinema e de periódicos impressos) e a 4) religiosidade católica (interseccionada entre a formação colonial e o incentivo/controlado do empresariado têxtil).

Os depoimentos abaixo demonstram inclusive a simbiose entre os quatro elementos expostos acima:

Tinha Chegança<sup>193</sup>, tinha Baiana<sup>194</sup>, tinha Pastoril<sup>195</sup>, tinha Guerreiro<sup>196</sup>, tinha Reisado<sup>197</sup>, festa de São José, festa muito boa, festa bonita, agora não tem mais nada. Tinha um coreto ali na praça, todo domingo tinha trinta e dois músicos tocando ali para o povo, que ficava ali passeando. Meu marido era músico. Tinha dança no Recreio, carnaval, tinha dança todo domingo aí na Sede [Othon].

<sup>193</sup> “Representação popular constituída por uma série de canções náuticas, de várias épocas e origens, que falam sobre as odisséias marítimas de navegadores, recordando os sofrimentos de um barco perdido, a calma, a fome e a solidão no mar e que narram, por outro lado, as lutas e o heroísmo dos marinheiros” (COIMET, 2006, p. 50).

<sup>194</sup> “As baianas, figuras que dão nome ao folguedo, segurando as amplas saias rodadas que atingem os tornozelos, executam aceleradamente meio (1/2) giro para a direita, meio (1/2) giro para a esquerda, sem perder o centro de gravidade. O ritmo, ora mais, ora menos acelerado, mantém-nas em constante evolução. [...] em sincronia com o som cadenciado do ganzá e dos pífanos (pifes), às vezes da cuíca também, até que soa o apito indicando o final do número ou da peça. O canto acompanha esse bailado” (DUARTE, 2010b, p. 330).

<sup>195</sup> “O Pastoril é o mais conhecido e difundido folguedo popular de Alagoas. É uma fragmentação do Presépio, sem os textos declamados e sem diálogos. É constituído apenas por jornadas soltas, canções e danças religiosas ou profanas, de épocas e estilos variados”. Disponível em < <http://asfopal.blogspot.com.br/p/folguedos.html>>. Acesso em 17 abr. 2017.

<sup>196</sup> “[...] o folguedo dos Guerreiros não passa de uma cópia aumentada e sincrética do velho Reisado das Alagoas. Para o novo auto transplantaram-se, a papel carbono, elementos dos Reisados e dos Caboclinhos, que fornece os principais subsídios temáticos; dos Pastoris; das Cheganças. Não é tão antigo” (DUARTE, 2010b, p. 295).

<sup>197</sup> “O Reisado das Alagoas [...] resulta de uma fusão de autos diversos a que se incorporaram elementos folclóricos peninsulares e também motivos originais. [...] Contudo, devo salientar, dando-lhe maior destaque, a participação negra africana, dos Congos, que parece ter sido a sua forma primitiva, e do Bumba-meu-boi [...]” (Ibidem, p. 283).

Agora, hoje, ninguém vê mais nada. Tinha carnaval na rua; nunca vi uma morte, nem briga (OPERÁRIA B).

Aqui antigamente era maravilhoso, porque tinha desfiles, a banda tocava, [tinha] os escoteiros, chegava muitos colégios. Aquele povo que estudava de corte e costura, bombeiro, tinha tudo aqui em Fernão Velho. Tinha Guerreiro, mas vinha de fora, Guerreiro, Pastoril, Chegança, Baianas, tinha até um com nome de Fandango<sup>198</sup>, não sei se era, que vinha de fora. A festa aqui era maravilhosa. Era muito falada a festa daqui. [...] *Quem fazia tudo isso aqui era a fábrica*. Quando vinha brinquedo para aqui, dançar aqui nessas festas, *a fábrica quem pagava* (OPERÁRIO C).

Quando se observa uma grande variedade de folguedos natalinos (de cunho católico) convivendo com a orquestra (que tocava músicas oriundas das rádios e do cinema), mesclados aos desfiles cívicos e às festas e crenças religiosas católicas, percebe-se aspectos da formação da cultura operária em Alagoas por volta dos anos 1950, onde a modernização chegou em diálogo e entrelaçamento com os costumes regionais. Tal entrelaçamento simbolizava justamente a proletarização daquele operariado, porque se entrecruzava a cultura do campo com a cultura fabril suburbanizada.

Através do depoimento do Operário A<sup>199</sup>, que foi cantor da orquestra e da banda Othon, pode-se ver a dimensão que o festejar está colocado para esse operariado e como a simbiose da cultura festiva operária aparece:

Para você ter uma ideia, no ano de 1952 da festa de Natal aqui... aí *todo ano a Companhia* contratava, antecipadamente, Pastoril, Chegança e Reisado. *Era um negócio que só a gente quem sentia mesmo*. Quando veio a contramestre de cena, a música que a mulher cantava, eu fiquei doido para aprender e não sabia. Ela veio outros dias. Ela vinha véspera e dia de Natal, véspera e dia de Ano e véspera e dia de Reis. Você acredita que eu aprendi a música? Aprendi. Eu não tinha rádio, não tinha nada. Era muito atrasado naquele tempo. Aí eu aprendi [e canta]: “vidas que se acabam a sorrir, luzes que se apagam, nada mais, é sonhar em vão, tentar aos outros iludir (...)”. O nome dessa música é Luzes da Ribalta, do saudoso Charles Chaplin. É linda essa música. Eu acho que é uma das

<sup>198</sup> “Também conhecido como marujada ou chegança de marujos, é um fragmento da chegança propriamente dita. Não tem enredo próprio, nem sequência lógica. São versos soltos que falam da vida no mar, de amor de marujo, saudade, de lutas náuticas. A música dolente, de ritmo lento, lembra o balançar das ondas do mar.” (DANTAS, 1986, p. 23).

<sup>199</sup> Este operário comentou que sua vida estava toda ligada à música. Durante boa parte de seu depoimento, as referências sobre músicas eram constantes. Um detalhe importante é que na época em que foi entrevistado sofria com “Mal de Parkinson”, o que o impedia de cantar, porque sempre que se emocionava os sintomas se acentuavam.

músicas que eu jamais vou esquecer (OPERÁRIO A).

Através do depoimento acima, enxerga-se numa festa religiosa católica de caráter público, a inserção de uma obra de arte de Charles Chaplin (que chegou na comunidade através da cultura de massa) num folguedo popular, isto é, o cruzamento entre a cultura popular, a religiosidade e o que havia de modernidade na época. A referência que o operário lançou, ao colocar a cantoria de uma mestra de folguedo popular regional, apresentando uma música de um filme internacionalmente conhecido é algo que explica esta relação dialética em que as classes populares absorveram o que era reproduzido pelos meios de comunicação de massa, mas sem se desconectar com elementos de sua cultura regional e vice-versa, gerando uma experiência marcante para este grupo, por isso de o operário afirmar que “era um negócio que a só a gente quem sentia”.

Não se pode esquecer que essas festas representavam também uma tentativa de dominação fabril, em que os industriais as incentivavam, bancando gastos (“todo ano a Companhia contratava”), procurando dar o tom da festa, usando desses meios como propaganda de um suposto bom tratamento sobre o operariado, a fim de fixar a classe trabalhadora no núcleo fabril e usar o lazer como respaldo para as precárias condições materiais do operariado, o que gerava uma certa dependência deste último para a organização de sua própria festividade.

Essa lógica fazia parte da reprodução da força de trabalho (aplicação de capital em festas) e também servia como controle patronal, tal como pode ser visto na fala da Operária F:

*A gente dançava, mas quando dava assim meia noite, aí parava tudo, porque no outro dia a pessoa tinha que trabalhar, porque eles [a gerência fabril] não queriam que ninguém faltasse o trabalho. Ninguém dizia assim: ah, eu não fui trabalhar porque estava com sono, estava dormindo, estava enfadado, não. A diversão era aqui e todo mundo tinha que meia noite parar, porque encerrava para todo mundo estar nas suas casas para no outro dia ter que trabalhar (OPERÁRIA F).*

Essa dimensão do controle patronal sobre o tempo da diversão então se fazia presente, pois estava posta na “tradição inventada”. Os industriais procuravam ter em suas mãos o domínio sobre o tempo livre. Além dos meios e instrumentos de produção, da moradia, da assistência à saúde, do financiamento de móveis, saneamento básico etc., o patronato tentava encontrar meios

para regular o lazer do operariado, disciplinando a sua diversão no tempo do trabalho industrial, “porque eles não queriam que ninguém faltasse ao trabalho”. Todavia, essa determinação sobre o horário do fim da festa nem sempre se fazia. É possível que tal controle não existisse, por exemplo, em vésperas de Natal, Ano Novo ou festividades em que não houvesse funcionamento da fábrica no dia posterior.

Ao que se indica, o maior investimento nas festas foi no tempo em que o Othon Bezerra de Mello estava vivo (até 1949), porque após a sua morte, parte dos/as depoentes sinalizaram que a grandiosidade das festas havia diminuído, mas não deixou de ser imponente:

As festas aqui eram uma maravilha. Festa era aqui e a de Cachoeira [Rio Largo], as duas melhores do Estado. Carnaval era bom também. Era a fábrica mesmo [quem fazia as festas]. Agora, fizeram uma Sociedade entre os comandantes da fábrica, que depois vieram tomar conta. Mas no começo mesmo quem fazia era a fábrica nos tempos do velho Othon, mas quando o velho Othon morreu, acabou-se as festas, acabou-se as farras, acabou-se tudo. O dono parece que vivia somente na boa, desfrutando os frutos do “véio” [Othon] (OPERÁRIO D).

Isto posto, as famílias que viviam da produção agrícola, pecuária e/ou pesqueira, tinham ritmos festivos muito mais interligados e dependentes dos ciclos da natureza do que no núcleo fabril. Para os industriais, era preciso que o operariado estivesse regrado pelo apito e pela produção da fábrica e para que este rendimento não fosse prejudicado, o “escape” (tempo livre) precisava ser controlado.

Não foi possível encontrar em Fernão Velho elementos que representassem um enfrentamento direto contra o patronato dentro das festas, apenas se pode ver em simbologias que indicam resistência, tal como veremos alguns parágrafos adiante. No entanto, foi possível localizar em depoimentos “dribles<sup>200</sup>” de mulheres contra o domínio patriarcal. Algumas operárias relataram que ir às festas (seja quando solteiras ou quando casadas) era algo muito complicado, porque o pai ou o esposo não permitiam, mas algumas operárias falavam que ainda assim iam às escondidas.

---

<sup>200</sup> Aponta-se aqui os “dribles” como mecanismos utilizados pelo operariado contra a dominação, pois não se trata de um enfrentamento direto e organizado contra a classe ou grupo dominante, mas de contornos que envolviam “jogo de cintura”, numa espécie de malandragem individual.

Aí eu já grandona. Aí a gente ia para a missa e de noite a gente ia para as festas passear, era eu e minhas duas irmãs, minhas duas irmãs e a gente tinha que passear, aí nesses passeios aí eu dançava, *eu gostava de dançar, mas o meu pai não gostava não. Eu dançava escondida*. Mas era bacana: carnaval, um carnaval que tinha dança no recreio, tinha dança na sede, tinha o carnaval de rua, o Antônio Costeleta um tempo ainda fez uma escola de samba. Ele começou... ele tinha ido para o Rio de Janeiro, para São Paulo para lá, aí quando ele voltou, ele fez uma escola de samba e de noite tocava pela rua, assim tipo um ensaio, assim pelas ruas. Ele passava nas ruas tocando com aquele pessoal, mas era uma diversão, tudo isso aqui era diversão (OPERÁRIA F).

A festa, desse modo, costumava ter muito mais o caráter de “drible” contra a opressão cotidiana, em que se faz algo às escondidas, mas não se contestava diretamente, mas era a condição que existia como possibilidade de resistir contra o controle e a exploração. Talvez por esse caráter é que a festividade é um dos pontos mais ressaltados pelos/as depoentes. A memória das dores é comumente desviada, mas a memória da alegria, daquilo que se fazia escondido, aparece com mais evidência. Inclusive, quando parte das gerações mais jovens de Fernão Velho procura “recuperar” a história da localidade, costumam remeter-se às festividades, aos blocos, aos bailes. As greves, prisões de operários/as, perseguições a comunistas, expulsões de famílias por reivindicações etc., são pontos que se procura esquecer, mas as festas são ressaltadas, lembradas, reinventadas.

Outro elemento marcante para o operariado era a musicalidade. Os industriais incentivavam a existência de banda e orquestra de música, que já existia mesmo antes dos Othons. Os operários-músicos recebiam seus cachês junto ao salário da fábrica. Não foi possível encontrar mulheres participando da banda ou orquestra musical em Fernão Velho. Isso se explica pela discriminação social para com a participação feminina sobre as artes, ao menos até a década de 1970. Em Fernão Velho, as mulheres costumavam estar inseridas em grupos religiosos, organização de desfiles cívicos, folguedos, ou na organização de festas juninas em algumas ruas, pois era comum a construção de um palhoção<sup>201</sup> em cada rua, durante o mês de junho na

---

<sup>201</sup> Espécie de construção rústica, feita com pedaços de pau e coberta por palha, sendo enfeitado com palha de com palha de coqueiro e bambus, mas não tem paredes. Na região Nordeste do Brasil, é comum ser feito apenas no mês de junho e desmontado após as festividades. É usado para apresentações de quadrilhas juninas, coco de roda e para dançar forró. Atualmente, a construção de palhoções em Fernão Velho praticamente deixou de ser realizada. Quando ocorre é por intervenção da Prefeitura Municipal de Maceió.

comunidade.

Os músicos da banda e da orquestra Othon eram também operários, ou seja, não havia alguém que vivesse apenas com a música, o que sinaliza para mais um meio de exploração praticado pelos industriais:

Tudo que fosse da fábrica, que dependesse de música, a orquestra tinha que estar no meio, porque a fábrica nos pagava. A gente recebia o cheque, na época não chamava cheque, chamava cupom. Aí vinha o dinheiro da gente. Recebia o dinheiro que trabalhava na fábrica e o dinheiro que tocava na banda de música (OPERÁRIO C).

Com a banda e orquestra composta por operários, os industriais conseguiam ter como vantagem a ocupação do tempo livre do operariado e a diminuição de custos com as festas, porque quitavam a dívida na folha de pagamento, porém tal pagamento não entrava como salário real para o trabalhador, mas como uma espécie de “serviço extra”. O talento e a dedicação artística dos operários eram superexplorados pelos industriais para expandir a sua dominação, pois além do trabalho na fábrica, o operário-músico precisava dedicar seu tempo livre com o trabalho na banda ou na orquestra. Além disso, os industriais se beneficiavam porque faziam propaganda da fábrica sobre um suposto bom tratamento do operariado, ao mesmo tempo que barateavam os custos com as festividades:

Quando eu comecei a ir para a banda de música, eu já cantava na orquestra, [pois] dia de domingo tinha baile no Recreio e baile lá na Sede Othon, onde é a quadra agora. E eram dois cantores: o finado Massa ficava na primeira orquestra, porque ele era mais velho do que eu e tinha mais tempo na orquestra, e eu fiquei na segunda. Tanto fazia baile como carnaval. [...] *Tinha o baile da tarde, começava de duas horas até seis horas. Quando terminava às seis horas, a gente vinha para casa jantar, para voltar de sete para começar o baile da noite, que era o baile oficial e sempre a mesma banda.* Aí nós dávamos um intervalozinho de meia hora para abastecer, tomar uma cervejinha [...] (OPERÁRIO C).

[A banda tocava em] Procissão, retretas, festas, *onde chamasse a gente ia.* Só não tocava em baile, porque baile era a orquestra. Baile chamava jazi [jazz], agora a banda de música era para festas (OPERÁRIO B).



Figura 30 – Banda de Música Othon.



Fonte: TRAMA..., 2007.  
Autoria: Desconhecida.

Na fotografia, pode-se ver a banda de música tocando possivelmente em desfile cívico, sob o comando de Veríssimo Ferreira, último maestro da banda. As roupas brancas, engravatadas, em estilo social, com quepe em estilo marinheiro, além da postura imponente dos músicos, fazem lembrar uma banda de música militar<sup>202</sup>, o que condizia com a disciplina fabril fordista.

Crianças com vestimentas simples observam a banda em contraste com a imponência dos músicos, o que abre a possibilidade de se pensar que a inserção na música poderia ser sinônimo de orgulho para os operários-músicos, pois eles poderiam desempenhar uma função artística e estar em evidência no núcleo fabril. Ao que a oralidade indica, os músicos eram respeitados em Fernão Velho<sup>203</sup>. Era uma condição honrosa desempenhar esta função. Tal condição pode ser vista

<sup>202</sup> Segundo o depoimento de Veríssimo Ferreira, o maestro que foi seu antecessor era um senhor por nome Sargento Nicácio, regente de várias bandas de música no Estado de Alagoas.

<sup>203</sup> Em 1974, músicos de Fernão Velho participaram do II Festival Canção do Trabalhador, organizado pelo SESI/SENAI. Os 4 primeiros lugares foram dados aos músicos de Fernão Velho, com canções autorais e a premiação foi a gravação de um LP pelo SESI. A gravação foi feita em Rio Grande do Norte. Segue respectivamente as 4

ainda na atualidade, porque quando os blocos de carnaval passam pelas ruas, fazem reverência na frente das casas dos antigos músicos da banda e da orquestra:

Fernão Velho é um lugar que sempre teve cultura, agora que não foi aproveitada. Tem Veríssimo aí, compositor de mão cheia, tem ritmo, tem tudo, escreve bem, escreve música direitinho. Tem o saudoso Pinheiro, tem o Sargento Silval, o início da carreira dele foi na Jazz Banda Othon. É um celeiro de bons músicos. Fora alguns que foram importados, por exemplo, o Siqueira, vinha de Marechal Deodoro. Mas aqui tinha uma orquestra ousada: uma orquestra de carnaval com cinco saxes [saxofones], quatro pistons, dois trombones e a bateria completa, dois cantores, é pau mesmo. Aqueles frevos bonitos do Recife, os frevos do Veríssimo. Veríssimo fez Juventus no frevo, homenageando um time de futebol de salão daqui (OPERÁRIO A).

A orquestra toca outros ritmos, mas a banda sempre é dobrado e marcha, marcha cívica. A gente tocava em passeata, tocava em retreta. Bem ali na praça, perto do correio, tinha um coreto, [onde] a banda tocava a retreta. Retreta era para o pessoal só ouvir. O pessoal passeando ali na praça, para lá e para cá, e outros ficavam sentado ou em pé ouvindo a banda de música. Tocava todos os ritmos: bolero, baião, marcha, samba, a banda tocava tudo isso. Agora, tinha a orquestra, na orquestra era mais [sinal de firmeza]. A banda de música Othon e a orquestra Othon (OPERÁRIO C).

Apresentada a questão da musicalidade em si, é importante sinalizar que por volta dos anos 1950, Fernão Velho tinha ao menos quatro espaços de lazer criados pela fábrica<sup>204</sup>. São eles: o Farinheiro, o Recreio, a Sede e o Cine-Teatro São José.

Sobre o Farinheiro, há a descrição no depoimento a seguir:

Onde ainda hoje tem aquele cimentado assim na praça [São José], aquilo ali eles fizeram e em tempo de festa era só armar, fazia a armação de cobertura de palha e fazia assim um cercadinho e ali dentro o pessoal dançava, tinha a orquestra, o povo dançava ali mesmo. Ôxe, era de amanhecer o dia, menino. O “caba”

---

músicas, com compositores e intérpretes: 1) Canto sublime, J. Guimarães e J. Jorge, J. Guimarães; 2) Eu, você e um amigo, J. Guimarães, Gilson Ferreira; 3) Maceió, Veríssimo Ferreira (compositor e intérprete); 4) Vou pedir seu coração, J. Pinheiro (conhecido como Massa), Edson Borges.

<sup>204</sup> Além desses espaços, as/os depoentes destacaram os banhos de bica na Goiabeira, banho no Rio da Mata, a lagoa (tal como já apontado), campo de futebol no ABC e os banhos no Clube Catolé, pertencente à Fábrica Carmen (situado a cerca de 7 quilômetros de Fernão Velho, nas proximidades da divisa com a cidade de Satuba-AL. Além desses espaços, foi apresentado também o Cruzeiro, uma espécie de local de celebração religiosa na parte alta da mata Atlântica pertencente à fábrica. Não se trata de um espaço de lazer, mas de ocupação de tempo livre, comumente utilizado por quem residia na localidade; a época em que tinha maior fluxo era no feriado da sexta-feira santa.

ralando o chinelo ali. Eu dancei muito ali naquela, naquele que o povo chamava farinheiro, o farinheiro [risos]. Ali teve o farinheiro um tempo ali [onde hoje funciona a Escola Estadual Padre Cabral], mas depois desceu para a praça, era ali na praça. Aí eu gostava de dançar no farinheiro, aí eram as diversões daqui. Eu dancei carnaval, dançava no farinheiro, o meu pai não gostava não que eu dançasse, mas óia, eu era tão danada, eu ia para o jogo, eu ia para a missa, a gente ia para a missa, tinha que todo domingo ir para a missa (OPERÁRIA F).

O Farinheiro, ao que se percebe através da fala acima, era um local rústico criado para a realização das festas, que além de acontecerem nas praças e ruas, ocorriam em locais mais reservados. Não se sabe muito bem o período que o farinheiro foi criado e o porquê de receber esse nome, mas se caracterizava pela proximidade com o modo de festejar interiorano, marcado pelo improvisado, pela “cobertura de palha” e pelo “cercadinho”. Era ali também onde aconteciam as apresentações de folguedos. Era um espaço que pode ser entendido como resistência contra as imposições industriais, porque continha evidentes elementos da cultura trazida do campo.

Outro lugar é o Recreio Operário. Construído em 1948, durante a gestão dos Othons, é uma das maiores referências para a memória do operariado de Fernão Velho, porque simboliza um espaço imponente e moderno para o lazer, para as cerimônias oficiais e extraoficiais. Bailes, carnavais e demais festividades operárias aconteciam quase sempre neste espaço.

Caracterizado por ter uma fachada pomposa e uma estrutura interna moderna, está situado na lateral da linha férrea, visível aos que transitam pelo trem. Tal localização deve corresponder a uma estratégia de propaganda da fábrica. A construção do Recreio Operário era típica do modelo de administração dos núcleos fabris do grupo Othon.

Em sua tese, Juçara Mello (2012), apresentou também o Recreio Operário de Apipucos, em Recife, construído pelo Cotonifício Bezerra de Mello, na década de 1920. Em Apipucos, o Recreio tinha função similar à de Fernão Velho, pois era utilizado para festas de São João, Natal e festas cívicas como comemorações do Sete de Setembro. Para Mello (2012, p. 50), “tal dado remete à valorização e difusão de princípios e valores religiosos e cívicos pela administração do cotonifício entre seus trabalhadores”.

Figura 31 – Fachada do Recreio Operário.



Fonte: Acervo pessoal.  
Autoria: Lisandra Pereira, 2007.

Através da fotografia a seguir, pode-se ver o Recreio de Fernão Velho sendo utilizado para alguma comemoração formal, provavelmente organizada pela Fábrica Carmen, o que pode ser percebida pelas vestimentas e pelo fato de as pessoas estarem sentadas, porque era comum ser usado para a entrega de prêmios aos operários-padrão, comemorações de fim de ano, dia das mães, dia dos pais etc. Naquelas ocasiões costumava-se fazer sorteios ou entrega de brindes. Não foi possível encontrar imagens internas do Recreio em período festivo.

Figura 32 – Recreio Operário.



Fonte: Acervo da Fábrica Carmen, 19??.  
 Autoria: Desconhecida.

Para concluir essa breve abordagem sobre o Recreio Operário, faz-se então menção a um fato que ocorreu nele e foi repetido entre alguns/mas depoentes. Trata-se de um assassinato ocorrido no carnaval de 1957, no Recreio. De acordo com as falas, um homem que estava sob efeito de drogas esfaqueou várias pessoas, ferindo algumas pessoas e matando outras. Tal fato foi registrado no Diário de Alagoas, de 07 de março de 1957, p. 1, com a matéria: Matou dois jovens e feriu quinze, num baile. Segundo o periódico, o soldado Paulo Nazário da Silva havia matado duas pessoas no domingo de carnaval, utilizando-se de arma branca. O periódico apresentou o nome das pessoas assassinadas e dos feridos (MATOU..., 1957).

Referente ao terceiro espaço, a Sede Othon, foi possivelmente construída entre fins dos anos 1940 e no início dos anos 1950, em frente à estação ferroviária e está constituída por duas divisões: uma parte com quadra desportiva, onde era utilizada para jogos de futebol de salão e de basquetebol, pois existiam times de ambos os esportes (sob denominação Othon) que disputavam o campeonato alagoano. A outra parte da Sede corresponde a um salão de festas coberto, com

palco e espaço para bar, tendo uso muito similar ao do Recreio, a diferença é que em algumas ocasiões a Sede era reservada para festas da gerência e de seus convidados, em que se apresentava também a distinção de hierarquias nas festividades:

A gente fazia [tocava no] carnaval aqui. Era baile na Sede e baile no Recreio. No Recreio era popular, né? Na Sede, era para uma sociedade que tinha aqui: Sociedade Recreativa Othon. Só entrava sócio. Agora, no Recreio, entrava todo mundo. Aí na Sede era baile da Sociedade Recreativa Othon, aí era mais... (OPERÁRIO C).

Já o Cine-Teatro São José, dentro os quatro espaços é o mais antigo, pois foi construído em 1917, na gestão dos Machados. Estava<sup>205</sup> localizado na praça São José e representava sinônimo de contato com o cinema da época, peças de teatro e apresentações musicais.

O cinema era o seguinte: eram trezentas e poucas cadeiras. A Companhia tinha contrato com todas as distribuidoras. As fitas vinham do Recife. Tinha dia de ter cinco, seis tambores [de fitas]. Os grandes filmes passavam aqui nesse cinemazinho. E tinha a parte cultural: veio aqui Orlando Silva, Cauby Peixoto, Marinês e Sua Gente. Veio Luiz Gonzaga para aqui três vezes... Raul de Barros, fora outros artistas que passaram por aí (OPERÁRIO A).

---

<sup>205</sup> O Cine-Teatro São José foi desativado na década de 1980, mas a estrutura do prédio se manteve até 1997, quando foi demolida juntamente com o Ambulatório São José (que funcionava em prédio vizinho). Após serem demolidos foi construído um galpão para funcionar um supermercado, que fechou após cerca de 7 anos de funcionamento, sendo atualmente utilizada apenas uma pequena parcela de sua estrutura como um minimercado. A maior parte da estrutura mantém-se hoje sem uso.



Figura 33 – Cine Teatro São José.



Fonte: MEMÓRIA..., 1986.  
Autoria: Celso Brandão, 1986.

O cinema, portanto, significava a possibilidade de contato do operariado de Fernão Velho com a produção da cultura de massa, tanto na esfera internacional (principalmente através de filmes), nacional (também por filmes e músicos/bandas de circulação pelo país) e local (com apresentações de peças teatrais e musicais do Estado e também de Fernão Velho<sup>206</sup>). Proporcionava também um local de encontro, de ocupação do tempo livre para o operariado.

Vistos os espaços de lazer, outro elemento que aparece com frequência nos depoimentos condiz com a existência de desfiles cívicos, realizados principalmente no 7 de setembro, em comemoração à chamada independência do Brasil, ou ao 16 de setembro, aniversário da emancipação política de Alagoas. Esses desfiles eram geralmente organizados pelas escolas e acompanhados pela banda de música Othon. Tinham o intuito de inculcar valores como ordem,

---

<sup>206</sup> Através de conversa informal com a sobrinha de Dona Aracy (professora, atriz e organizadora de peças teatrais em Fernão Velho e regente do coral Pio X da Igreja Católica), foi obtida a informação de que havia várias peças teatrais organizadas pelo operariado e exibidas no cineteatro. A informante comentou inclusive que existiam várias fotografias destas peças, mas que uma pessoa da família resolveu queimá-las todas durante uma reforma da casa.

patriotismo, disciplina e obediência civil entre o operariado. Na imagem abaixo, é possível notar a presença de meninas padronizadas e enfileiradas, com vestimentas que lembram jardineiras. Esses padrões conciliavam-se também com as relações de produção e de organização do espaço no núcleo fabril. Os desfiles também poderiam despertar o orgulho para o operariado, e/ou serviria como instrumento de propaganda.

Figura 34 – Desfile cívico.



Fonte: TRAMA, 2007.  
Autoria: Desconhecida.

Assim como os desfiles, outra atividade interligada ao controle sobre o operariado, era a igreja Católica<sup>207</sup>. O domínio da religiosidade católica no Brasil, embora sincrética, permeou todo o período colonial e parte significativa do século XX. Para o operariado de Fernão Velho, o catolicismo era praticamente uma obrigação. Ir à missa era comumente uma imposição dos pais

<sup>207</sup> Segundo Waldir Cipriano (1999), a igreja Católica de Fernão Velho era uma pequena capela, quando construído um imponente templo pela gestão da família Machado. Cipriano não fez referência à data e também não foi possível encontrar documentação que a apresentasse, porém supõe-se que foi construída entre a os últimos anos do século XIX e a segunda metade da década de 1910, período em que a gestão Othon está em crescimento na produção, acompanhando o ritmo das indústrias têxteis nacionais. Atualmente a igreja Católica mantém a mesma estrutura de sua origem, sendo o prédio mais antigo ainda preservado no bairro.



para com os/as filhos/as.

Figura 35 – Paróquia de São José, Fernão Velho.



Fonte: TRAMA, 2007.  
Autoria: Desconhecida.

Mas, é importante perceber que a religiosidade se mesclava à festividade. Tal como ocorre em diversas sociedades, o calendário de festas estava conectado ao calendário religioso; os folguedos traziam temas religiosos em seu repertório, o que significa dizer que o profano e o sagrado<sup>208</sup> estavam em diálogo, por isso resolveu-se apresentar aqui a conexão entre a religiosidade e a festividade. Em Fernão Velho, também a igreja era diretamente controlada pelos

---

<sup>208</sup> No artigo “As mediações culturais da festa”, Rita Amaral (1998), apresentou uma revisão bibliográfica sobre os estudiosos da festa e do modo como os diferentes autores aborda a questão da ritualização, do sagrado e do profano, das comemorações etc., em diversas sociedades

industriais<sup>209</sup>, porque o prédio da igreja era propriedade da fábrica:

Nós sabemos que qualquer arquidiocese não funda uma paróquia, sem primeiro ter a posse de uma igreja e da casa para o vigário, para que tenha uma certa independência no seu morar e no agir dentro de sua igreja. Mas em Fernão Velho se deu o contrário: como ali era uma propriedade privada da fábrica, não só a fábrica, como casa, igreja e clubes. A igreja era uma propriedade da fábrica e o vigário não tinha onde morar (MEMÓRIA..., 1986).

Além dos desfiles cívicos e da religiosidade, destaca-se aqui outra dimensão da cultura operária: o carnaval. Dentre as comemorações existentes no calendário anual, o carnaval deve ser a que trazia significado mais marcante para Fernão Velho, talvez porque estava composto por uma dimensão própria em que a organização da festa estava mais próxima do operariado do que as demais festividades, pois os blocos carnavalescos não eram criados e nem passavam pelo controle dos industriais, tais como nas festas natalinas ou juninas. Era bem mais uma organização operária do que patronal. A festa carnavalesca de Fernão Velho se dividia em pelo menos dois modos: 1) em bailes realizados em espaços fechados, tal como o Recreio Operário ou a Sede; 2) o carnaval de bloco ou de rua, percorrendo praticamente todo núcleo fabril.

O carnaval realizado nos bailes tem como característica a divisão etária (como o carnaval para crianças) e/ou econômica (tal como a distinção entre o baile do Recreio e o da Sede Othon, apontado pelo Operário C), além de ser realizado em local fechado, entre paredes e não haver espectadores. A banda de música também não se misturava aos foliões, pois estava no palco. As vestimentas dos foliões costumavam apresentar-se de modo mais formal, com fantasias e/ou roupas compradas para o carnaval.

Porém, o carnaval de rua compreendia uma completa amálgama: não havia separação de idade, nem necessidade de convite ou ingresso, a banda de música estava misturada aos foliões e o bloco estava em movimento, passando por quase todas as ruas do núcleo fabril. A divisão existente era entre foliões e espectadores, pois estes últimos ficavam nas calçadas ou nas portas

---

<sup>209</sup> Embora a igreja de Fernão Velho tenha se tornado paróquia em 24 de fevereiro de 1947, o controle da fábrica sobre ela não deixou de existir. Em conversas informais com Golbery Lessa, este apontou que o pároco também era escolhido e/ou retirado da arquidiocese pelos industriais. O padre Salomão de Barros Lima havia sido pressionado a deixar a paróquia porque tinha proximidades com movimentos progressistas, tanto que anos depois ingressou no movimento da Teologia da Libertação. Porém, trata-se apenas de hipótese, porque adentrar nestes detalhes fugiria do foco deste trabalho. São questões para se trabalhar posteriormente.

das casas assistindo o bloco passar. Os blocos sempre eram puxados por um estandarte feito artesanalmente, com nome do bloco e desenhos. Não há registro de blocos carnavalescos em Fernão Velho, que saíssem no período da noite<sup>210</sup>, o que pode ser alguma proibição dos industriais, a fim de evitar alguma indisciplina ou desmoralização, tendo em vista que o carnaval de rua costumava ter maior desregramento que os bailes.

O carnaval de rua trazia uma ritualização própria, pois cada bloco poderia definir um modo próprio de comportamento. E não só isso: o bloco, para que tenha uma adesão coletiva, precisa trazer em si significados e uma maturação própria para que possa até mesmo tomar a dimensão de símbolo identitário para o grupo social.

Dentre os blocos de rua de Fernão Velho, o que é tomado como maior referencial na memória operária é o Ferrugem, que surgiu na mecânica da Fábrica Carmen, no início dos anos 1950 e saía

[...] às ruas de Fernão Velho nas segundas e nas terças-feiras de carnaval. De acordo com os antigos operários locais, nos primeiros anos de existência do bloco, as pessoas se sujavam umas às outras apenas com o ferrugem das máquinas quando saíam do trabalho nos dias de carnaval, tanto que os fundadores do bloco trabalhavam na mecânica da fábrica. E dessa maneira o bloco durou por certo tempo. Em seguida, começa-se a inserir melão de engenho, o mel cabaú, trazido em caminhão. A chegada do caminhão é considerado o momento mais esperado pelos que saem no bloco, porque representa uma espécie de elemento central para sua realização. O caminhão de melão é por muito tempo o símbolo-mor do Ferrugem (FARIAS, 2016).

---

<sup>210</sup> Maria Isaura Pereira de Queiroz (1994), ao analisar os carnavais na cidade de São João del Rei (MG), Tatuí (SP) e Rio de Janeiro (RJ), no início da década de 1990, observou que os carnavais de rua nas três cidades os blocos desfilavam pela noite e circulavam apenas em alguns pontos da cidade e não havia separação nítida entre foliões e espectadores, porém nos últimos anos em que fez a pesquisa, começou a perceber a introdução de arquibancadas, principalmente nas cidades maiores, o que contribuía para ter uma separação econômica dentro do carnaval de rua.

Figura 36 – Meninos do Carnaval.



Fonte: Acervo pessoal.  
Autoria: Celso Brandão, 1984.

Entende-se aqui que o nome ferrugem faz analogia à corrosão das máquinas. É possível que simbolize uma rejeição às condições do trabalho fabril. O desregramento existente no bloco, em que homens não podiam usar camisas, senão seriam rasgadas para “melar” de óleo a quem estivesse no bloco, o sujar o patrimônio da fábrica e o sujar-se de preto, podem ser considerados uma contraposição à imposição da disciplina fordista estendida ao núcleo fabril, e que a gerência da fábrica mandava pintar as casas de branco, sob enfileiramento, buscando representar a obediência às normas fabris (FARIAS, 2016).

Figura 37 – Ferrugem I.



Fonte: Acervo pessoal.  
Autoria: Celso Brandão, 1984.

No Ferrugem, o operariado sujava-se de melão, de tinta preta ou outra cor escura, amido de milho, lama, ovos estalados etc. Exceto os músicos da banda, qualquer pessoa que estivesse na rua, poderia ser “melada”. Estar na porta de casa não significava estar livre de ser sujo pelo bloco (FARIAS, 2016). Tal forma de brincar só é possível para um grupo que está muito bem articulado entre si, pois, tal como a oralidade ressaltou, no carnaval não havia conflitos e “todo mundo brincava”.

Figura 38 – Ferrugem II.



Fonte: Acervo pessoal.  
 Autoria: Celso Brandão, 1984.

O Ferrugem findou em 1996, mesmo ano do decreto de falência da Fábrica Carmen pelo grupo Othon. Tal “coincidência” está em concordância com o pressuposto marxiano de que a representação do mundo, ou seja,

o representar, o pensar, o intercâmbio espiritual dos homens, aparecem aqui como emanção direta de seu comportamento material. O mesmo ocorre com a produção espiritual, tal como aparece na linguagem da política, das leis, da moral, da religião, da metafísica de um povo (MARX; ENGELS, 1977, p. 36).

Dito de outro modo, esta simbiose da cultura operária festiva de Fernão Velho, representou um contexto histórico específico de sua história. A cultura não estava desligada do modo de produção. As festas foram um mecanismo de dominação fabril e uma espécie de negociação do patronato para com a classe operária, senão não faria sentido as despesas com as festas. Mas ao mesmo tempo foi importante instrumento de resistência do operariado, porque quebrava as normas, rompia com as imposições da condição fabril e criava autonomia em seu modo de fazer-se enquanto classe.

A aplicação de parte do capital industrial em time de futebol, basquetebol, igreja, festas, folguedos, banda e orquestra musical etc., representavam tentativas de negociar com o operariado, pois caso este último não tivesse resguardado aquilo que fazia conexão com o coletivo, com suas origens sociais etc., ou seja, as festividades, o enfrentamento contra a exploração, ocorreria de modo mais intenso, ou seja, os industriais não faziam as festas por bondade ou por caridade, mas porque se não o fizesse teria conflitos bem mais intensos dentro da luta de classes.

Tal afirmação explica inclusive o gradual abandono do núcleo fabril e das despesas para com este à medida em que diminui o número de operários/as na fábrica. As festas, assim como o núcleo fabril, só fazem sentido para os industriais enquanto tentativa de amenizar os conflitos de classe.

Assim, após a análise sobre a moradia, a lagoa e a simbiose cultural festiva, entremos nos embates entre operariado e patrão no meio institucional, a partir dos acabamentos das contradições postos também na reivindicação sindical e na paralisação da atividade fabril a fim de perceber outras dimensões da luta de classes e de como esta dimensão é apresentada pela documentação escrita pela oralidade.

## 6 O ACABAMENTO DAS CONTRADIÇÕES DE CLASSE: RESISTÊNCIA ORGANIZADA DO OPERARIADO

### 6.1 A ORGANIZAÇÃO SINDICAL: ENTRE A VIGILÂNCIA E AS ARTICULAÇÕES OPERÁRIAS

A Lei de Sindicalização brasileira, criada por Lindolfo Color, Ministro do Trabalho de Getúlio Vargas<sup>211</sup>, estabeleceu medidas para contenção e vigilância sobre a classe trabalhadora, ao passo que o governo passou a regulamentar uma série de exigências postas pelo operariado desde décadas anteriores<sup>212</sup>, direcionando essas reivindicações para questões trabalhistas, na medida em que o Estado impunha instrumentos de poder e leis que buscavam limitar a atuação do operariado brasileiro.

Segundo o historiador Marcelo Badaró Mattos (2009, p. 63),

os objetivos desses novos sindicatos serão claros: servir como interlocutores dos trabalhadores junto ao governo e vice-versa, funcionando por dentro do Estado, como órgãos públicos e, portanto, submetidos também às diretrizes das demais instâncias governamentais.

Desse modo, o governo condicionava as discussões em torno de temas como salário mínimo, regimes e horas de trabalho, assistências sociais, impostos sindicais etc., buscando evitar debates de cunho político-ideológico e/ou revolucionário, enquanto afirmava que a contestação política era oposta ao progresso e desenvolvimento em que o Brasil estava se inserindo, devido ao seu crescimento industrial e sua consequente modernização (ANTUNES, 1988).

Todavia, a imposição do controle sindical, junto à elaboração de uma política colaboracionista e de conciliação entre trabalhadores e patrões não aconteceu passivamente, porque após a tomada de tais medidas a classe operária articulou um conjunto de mobilizações reivindicando sua autonomia política. Segundo Koval (1982, p. 261 *apud* REZENDE, 1990, p.

---

<sup>211</sup> Getúlio Dorneles Vargas tornou-se presidente da República Brasileira em 1930, após um golpe de Estado e manteve-se no poder até o ano de 1945. Em 1951, voltou à presidência através das eleições de 1950, dentro de uma delicada democracia e sustentou-se no poder até agosto de 1954, quando ocorreu seu suicídio. (SKIDMORE, 1998).

<sup>212</sup> “Desde as primeiras décadas da República Velha a luta operária travou-se no sentido de conquistar os direitos fundamentais do trabalho. Nos congressos operários e sindicais e nas inúmeras manifestações grevistas tornaram-se constantes as reivindicações visando a melhoria salarial, redução da jornada de trabalho, regulamentação do trabalho da mulher e do menor, férias, estabilidade, etc.” (ANTUNES, 1988, p. 63).



34), “de janeiro de 1931 a julho de 1932 foram realizadas 124 greves no país, com o envolvimento de 221.500 trabalhadores”.

Atuação similar pode ser observada entre o operariado têxtil de Fernão Velho, já que no ano de 1932 houve uma greve na então denominada União Mercantil S/A, pertencente à época à família Machado. Com o ocorrido, dezessete famílias foram demitidas do trabalho e expulsas da localidade. Devido à expulsão, foi criado um comitê de socorro aos operários dispensados. E essa atitude de auxílio aos resistentes, gerou grande problema com a polícia (ALMEIDA, 2006).

Essa repressão sobre o operariado de Fernão Velho, no início dos anos 1930, repercutiu inclusive na preservação e disponibilidade de fontes primárias relativas aos primeiros anos de funcionamento desse sindicato. O que existe atualmente como principal fonte disponível é o Livro de Atas de Reuniões, correspondente ao período de 06 de março de 1953 a 11 de março de 1964<sup>213</sup>. Além disso registros orais de trabalhadores/as, matérias no jornal do Partido Comunista *A Voz do Povo* (1954-1964), notícias no jornal Diário de Alagoas e processos trabalhistas recentemente encontrados no Memorial Pontes de Miranda da Justiça do Trabalho<sup>214</sup>.

O Sindicato de Fernão Velho só teve o início de sua história em 03 de dezembro de 1939, tal como ainda aparece na fachada do prédio em que funcionava. Não se sabe ao certo se sua fundação se deu antes desta data, o que poderia corresponder a um apagamento da memória. O que se tem como certo é que há registros sobre a atuação operária em Fernão Velho no início dos anos 1930, tal como salientado parágrafos acima. É provável que a fundação do sindicato de Fernão Velho esteja ligada à publicação do Decreto-Lei nº 1.402, de 05 de julho de 1939, que regula sobre a associação em Sindicatos no país. Foi a chamada “nova lei de sindicalização”, que restabeleceu a unidade e a tutela sindicais.

---

<sup>213</sup> O Livro de Atas, as entrevistas e os referidos Jornais foram digitalizados em 2007, através do projeto Trama da Memória, *Tessitura do Tempo: registro da memória e da iconografia das famílias de tradição operária têxtil residentes em Fernão Velho – Maceió/AL*, coordenado por Golbery Lessa e Analice Dantas.

<sup>214</sup> O acervo desse Memorial passou a ser investigado pelos idos de 2010/2011 pelos historiadores Anderson Moura e Airton Melo. Nas dissertações de ambos, a análise sobre a documentação referente a este acervo foi bastante explorada, principalmente no que condiz ao processo referente à greve ocorrida na Fábrica Carmen, no ano de 1956. Nesta tese, faz-se referência a análise que estes historiadores realizaram, mas não foi possível o acesso direto às fontes primárias.

Figura 39 – Fachada do Sindicato dos Trabalhadores Têxteis de Fernão Velho.



Fonte: TRAMA..., 2007.  
Autoria: Desconhecida.

O historiador Golbery Lessa levantou a hipótese de que a rasura sobre a memória dos primeiros fatos deste Sindicato aconteceu por causa das suas lutas de influência comunista, as quais foram apagadas devido:

A repressão do início da década de trinta, reforçada pela reação à chamada Intentona de 1935, conjugou-se com algumas atitudes positivas do governo e dos trabalhistas no campo da aplicação da CLT para que a memória coletiva negasse ao PCB sua participação pioneira na estruturação da luta sindical. Esse esquecimento foi reforçado pela morte da maioria dos operários que eram adultos no início dos anos 1930 (LESSA, 2013, p.173).

Há um registro sobre a existência em Fernão Velho da Sociedade de Auxílio e Proteção da Cia. União Mercantil, fundada em 1876, que, segundo Maciel (2010), acompanhava uma forma de organização mutualista por empresa, existente em boa parte do país. No entanto, não foi possível obter informação sobre a duração dessa Sociedade, se esta continuou a existir quando da aquisição da fábrica pela família Machado, no ano de 1891.

Apontadas essas considerações sobre as origens da organização operária em Fernão Velho, busca-se de agora em diante problematizar algumas questões e tensões registradas nas Atas de reunião do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem de Fernão Velho, no período de 1953 a 1962, relacionando-as com a oralidade e com algumas matérias de *A Voz do Povo*. Ao analisar tais registros, é possível perceber onde e qual o papel deste órgão de classe na organização e representatividade operária, além de evidenciar reivindicações sobre melhorias das condições de vida e trabalho. Além disso, procura-se perceber outros meios de organização de classe, pois o Sindicato tem como característica a constante vigilância e controle, tanto pelos industriais, sindicalistas cooptados e pelo Estado.

É importante destacar que o período correspondente ao aqui analisado (1953/54-1964) condiz com a época que os comunistas brasileiros estavam “[...] trabalhando intensamente no movimento sindical brasileiro. Eles estarão na direção, em parceria ou isolados, das primeiras instituições sindicais do país” (SANTANA, 2001, p. 89). Tal relação não é diferente em Fernão Velho, onde houve participação frequente de militantes comunistas em reuniões sindicais, tal como veremos.

Na época, a Fábrica Carmen de Fernão Velho vivia o momento de seu esplendor produtivo, sob a gestão do grupo Othon Bezerra de Mello. O poder econômico do grupo representava forte articulação política do empresariado com os setores ligados à Justiça e demais autoridades, já que se tratava da maior fábrica produtora de tecidos do Estado de Alagoas. Isso não significa que dentre os setores dominantes houvesse uma postura homogênea na relação capital e trabalho, tendo em vista que entre os anos de 1957 e 1961, o governador do estado, Muniz Falcão, tinha mais proximidade com setores progressistas e trabalhistas.

O que se pôde observar nas Atas do Sindicato de Fernão Velho é que o Sindicato, enquanto instituição legalmente responsável pela reivindicação trabalhista, estava constantemente mantido sob a vigilância do Ministério do Trabalho, do pároco local e da frequente presença de autoridades políticas como o governador do Estado de Alagoas ou seus representantes, membros da gerência ou o próprio diretor da Fábrica Carmen, tal como se pode observar na posse do presidente sindical registrada na Ata de 21 de abril de 1960, quando esteve presente Alberto Brito

Bezerra (diretor da Fábrica Carmen), entre outros membros representantes da classe dominante e/ou de grupos conservadores.

Por causa dessa vigilância, o operariado encontrou um espaço extra institucional em Fernão Velho, onde poderiam discutir questões de trabalho, assuntos referentes à fábrica e onde se organizavam greves. Este espaço era denominado Senado<sup>215</sup>.

Onde surgiam as greves era ali [no Senado], o começo era ali. Era a onda. Tinha uma roda que os camaradas sentavam, ficavam tudo ali reunido de tarde, de tarde e à noite. Conversava [sobre] negócio de greve e assunto de fábrica, era ali. Ali o vigia descia o cacete. Era vigia que fazia gosto, no tempo do Seu Campina. Era um batalhão (OPERÁRIO D).

Por outro lado, havia a presença de integrantes e dirigentes do PCB em reuniões deste Sindicato, tais como Sílvio Lira<sup>216</sup>, Jayme Miranda<sup>217</sup> (que na reunião de 08 de junho de 1960 foi cogitado por um operário para assumir o cargo de advogado desta entidade), Nilson Miranda<sup>218</sup> e Rubem Ângelo<sup>219</sup>.

Estas presenças, predominantemente masculina, seja de grupos mais conservadores ou progressistas, muitas vezes poderiam inibir a participação do operariado, principalmente aquelas pessoas que tinham pouca instrução de leitura e/ou não se sentiam representadas pelas decisões dos sindicalizados ou demais participantes:

---

<sup>215</sup> Sobre este espaço, ver FARIAS, 2014. p. 140-142.

<sup>216</sup> Este operário de Fernão Velho escreveu em algumas edições do jornal comunista *A Voz do Povo*, o que demonstra sua atuação também fora do núcleo fabril de Fernão Velho.

<sup>217</sup> Segundo Barros (2005), Jayme Miranda nasceu em Maceió, em 1926, estudou Direito em Maceió, tornou-se terceiro-sargento do Exército, no Rio de Janeiro, mas retorna para sua cidade de nascimento. “Enquanto estudava Direito, foi secretário-geral do PCB em Alagoas. Diretor do semanário comunista *A Voz do Povo*. Foi preso em Recife e transferido para Maceió, onde ficou mais de um ano preso, durante o governo de Arnon de Mello. Após libertado, é mandado para o Pará, onde permanece até a posse do governador Muniz Falcão, quando regressa a Maceió”. Representou o PCB-AL em Havana, Moscou e no diretório nacional do partido. Com o golpe de 1964, muda-se com a família para o Rio de Janeiro, onde é sequestrado em 4 de fevereiro de 1975 e nunca mais foi encontrado.

<sup>218</sup> Nascido em Maceió, em 1933, irmão de Jayme Miranda, jornalista e radialista. Advogado de alguns sindicatos em Maceió e Editor de *A Voz do Povo*. Vereador de Maceió pelo PSP. Com o golpe de 1964, entrou na clandestinidade, indo morar em Moscou, Paris e Lisboa. Meses antes da Anistia de 1979, retornou para Alagoas, onde exerceu funções junto aos radialistas (BARROS, 2005).

<sup>219</sup> Redator do jornal comunista *A Voz do Povo*, tomou posse como advogado do Sindicato dos Trabalhadores de Fernão Velho em 06 de maio de 1962, alguns meses antes da greve que durou três dias, no mês de agosto do mesmo ano.

Tinha, o pessoal ainda fazia amizade, fazia amizade, ia assim para o sindicato, fazia reunião. Ia a reunião assim para o sindicato. Chegava aqueles homens naquela época de política, prometia uma coisa, prometia outra e o povo se iludia ainda daquele jeito, daquele mesmo jeito de hoje (OPERÁRIA A).

Isso posto, nas primeiras Atas de reunião do Sindicato de Fernão Velho (de 25 de março a 21 de maio de 1953), as principais preocupações apontadas pelos presentes foram as questões assistenciais. Os assuntos debatidos se voltavam à prestação de serviço médico, odontológico, auxílios para produção de documentação de filhos de associados, despesas em caso de doença de associados ou parentes etc.

É importante salientar que a conjuntura assinalada acima correspondia a um período bastante conturbado para a classe trabalhadora brasileira, devido ao aumento da inflação, em que o incremento no salário mínimo era insuficiente para a subsistência. Tal situação desembocou na Greve dos 300 mil, em São Paulo, greve intersindical, que ocorreu nas últimas semanas do mês de março de 1953. A greve saiu vitoriosa e o operariado mais fortalecido, pois foi criado o Pacto de Unidade Intersindical (SANTANA, 2001).

De acordo com Airton Melo (2012), a produção têxtil em Alagoas no início dos anos 1950 também não estava favorável, porque lidava com alto preço de algodão, baixo valor de tecidos, por conta do aumento da produção e ainda a alta concorrência nacional. Entre os anos de 1953 e 1954 houve leve melhora, mas não veio a animar os diretores das fábricas têxteis.

A crise na indústria têxtil e as mobilizações operárias em âmbito nacional não deixaram de interferir sobre Fernão Velho, pois nas Atas de Reunião de Fernão Velho no ano de 1953, encontrou-se uma tentativa do presidente do Sindicato em “acalmar os ânimos”, tanto que na reunião de 29 de abril de 1953, este pedia aos operários:

[...] a cooperação de todos no caso de indisciplina no serviço, dizendo que se os companheiros quisessem ajudariam muito nesse sentido, pois evitando uma má resposta, o abandono das máquinas no horário de serviço, evitava dessa maneira serem tomadas medidas desagradáveis pelos responsáveis da seção.

Na reunião de 06 de maio de 1953, o presidente advertia aos associados presentes “[...] da reação da política existente, dizendo que evitassem o mais possível falar em tal assunto, pois era

grande a guerra de nervos local e que só os pequenos seriam prejudicados”, o que demonstra movimentação operária e repressão por parte do governador Arnon de Mello (1951-1956), que havia prometido harmonia com a classe trabalhadora, mas na prática não se diferenciava da truculência policial, existente no governo estadual anterior, de Silvestre Péricles (MELO, 2012).

Essa postura de conciliação por parte de alguns presidentes sindicais pode ser observada na fala do operário Luís Gitaí:

Nós tratávamos com nossos companheiros sobre política. Agora, política como? Reajustamento de salário, quando a Companhia não queria pagar. Falávamos com o presidente do Sindicato para fazer reuniões, ele não queria. Nós obrigávamos, botava uma turma, fazia com que ele fizesse a reunião para chegar um salário (MEMORIA..., 1986).

Retornando às duas Atas citadas anteriormente, percebe-se na fala do presidente sindical, na primeira reunião, um tom de conciliação, tal como também apresentado pela fala do operário acima; na segunda, o mesmo presidente aconselhou passividade quanto aos acontecimentos políticos que rondavam a realidade local, solicitando que os associados mantivessem uma posição de neutralidade frente aos conflitos políticos ali existente. É possível que esta postura esteja condicionada ao próprio temor do operariado quanto à repressão e também de inserção clara de comunistas dentro das reuniões sindicais.

Um bocado que tinha aqui, que era chegado ao partido [comunista], que era sindicalizado. E os outros corriam com medo do sindicato (risos). Quando vinha naquela época ia tudo para a cadeia. Até o pobre do meu sogro foi para o pote, foi preso (risos). Ele era [do partido comunista] e atuava no sindicato também (OPERÁRIO D).

Em outras duas reuniões (02 de julho e 05 de julho de 1953), o presidente do sindicato declarou que havia apresentado ao Diretor da Fábrica a necessidade de aumento salarial e afirmou que este último demonstrou solicitude em atender esta demanda operária. Porém, surgiu entre os presentes a discussão de que os presidentes sindicais do Estado de Alagoas em outra ocasião se reuniram na Delegacia do Trabalho e decidiram por não aceitar aumento salarial menor que 40%. O associado Sílvio Lira (já militante do PCB) enfatizou que o aumento de 20%

era insuficiente para suprir as atuais condições de vida. O presidente respondeu que o Diretor da Fábrica só aceitaria os 20% e sugeriu aos presentes a aceitação da proposta patronal.

Nesse meio, o operário Sílvio Lira pediu ao presidente a convocação de uma reunião para discutir o assunto. Foi marcada a Assembleia Extraordinária em 05 de julho de 1953, que, ao ser iniciada, o presidente do sindicato deixou clara sua opinião: “[...] os 20% sem luta e com a boa vontade dos patrões seria preferível aos 40% com lutas e atrapalhos, portanto achava mais acertado que aceitassem o menos trabalhos”. No final da reunião decidiu-se que seria aceito o aumento de 20%.

Esta reivindicação salarial do operariado de Fernão Velho estava conectada a um contexto de crise nacional para a classe trabalhadora. Segundo José Álvaro Moisés (1978), o contexto de 1953 foi marcado por claros sinais da crise econômica e política brasileira, porque foi o primeiro ano de declínio da produção industrial, que desde 1947 estava em ascensão. A burguesia industrial se mostrava insatisfeita com a insuficiência do trabalhismo e com as denúncias de Vargas, contra os grupos internacionais. Além disso, as massas trabalhadoras nacionais se sentiam mais à vontade para mobilizar-se devido à postura mais liberalizante do varguismo democrático, tanto que os anos de 1951 a 1953, foram destacados por grandes mobilizações operárias no país. Nesse meio, os preços subiram 27% em âmbito nacional<sup>220</sup>.

Na Assembleia de 27 de novembro de 1953, na inauguração da nova dependência do Sindicato, fizeram-se presentes o delegado do trabalho Edson Falcão, Osvaldo Veloso como representante da Federação dos Trabalhadores, Alberto Brito Bezerra de Mello, que atuava como diretor da Fábrica Carmen, Jorge Assunção representando a Imprensa, o pároco local Pe. Antônio Cabral, José Maria Albuquerque que era o presidente do sindicato dos marítimos, além de um grande número de associados.

Essas presenças mostram tanto o grau de vigilância e de inibição, quanto a representatividade da organização dos trabalhadores dentro do maior sindicato de Alagoas, ligado à então maior indústria têxtil do Estado. Qualquer operário contrário às determinações da

---

<sup>220</sup> Não foi possível encontrar especificamente os números correspondentes aos preços em Maceió, porém as discussões postas nas Atas do Sindicato de Fernão Velho e no jornal A Voz do Povo, sinalizam para a denúncia de condições precárias para a classe trabalhadora devido ao aumento dos preços dos bens de consumo primário.

empresa estaria, no mínimo, visado pela gerência da fábrica e/ou pelas demais autoridades em âmbito estadual. De acordo com o Operário D: “A gente só vivia sufocado. Qualquer coisa que houvesse lá pelo Rio Grande do Sul, a gente aqui pagava. O pessoal do Sindicato ia tudo preso, era aquela agonia” (OPERÁRIO D).

O controle sobre os associados propõe uma postura de aceitação frente às condições que enfrentavam, pois na reunião de 02 de dezembro de 1953 e na de 03 de março de 1956, nota-se o discurso de conciliação e harmonia entre o capital e o trabalho. Na primeira, o delegado do trabalho, Edson Falcão, afirmou que sua função era a de “[...] fazer cumprir as leis trabalhistas e assim criar dêste modo a harmonia entre o capital e o trabalho”.

Na reunião de 03 de março, o mesmo delegado acima – que assumia a direção da Assembleia, convidado pelo administrador do sindicato<sup>221</sup> – discursava sobre a maneira de o operário se portar no trabalho, pois havia muitas reclamações de trabalhadores quanto às perseguições dentro da empresa. Finalizou afirmando que iria buscar os meios de resolver estas queixas de maneira harmoniosa com os patrões.

Em seguida, o sacerdote local elogiou a administração do delegado de trabalho e fez uma explanação da harmonia entre capital e trabalho, o que enfatizava a afirmação de que a presença desses indivíduos condizia com a defesa dos interesses do patronato, na medida em que buscavam conter as contestações levantadas pelos associados.

Ao analisar a Ata dessa reunião, percebe-se um certo controle sobre aqueles que registravam e atribuíam destaque às falas dos participantes, a exemplo da falta de ênfase à fala de José Viana Filho (Presidente da Federação das Indústrias de Alagoas) quando discorria sobre o novo salário mínimo a ser decretado naquele mesmo ano. Isso talvez explique o fato de não haver nas Atas menção a uma greve ocorrida na tarde de 11 de agosto de 1956, motivada o pagamento de salário com valor inferior ao salário mínimo estabelecido em âmbito estadual (MELO; MOURA, 2011).

Esta greve foi registrada pelo jornal *A Voz do Povo*, na edição de 12 de agosto de 1956, com o título: Ontem – Greve em Fernão Velho. Na matéria, no periódico explicou-se que os/as

---

<sup>221</sup> Não foi possível encontrar informações sobre esta intervenção no Sindicato, pois no período em que ocorreu esta reunião, Fernão Velho não tinha presidente sindical.



trabalhadores/as recebiam um salário inferior ao mínimo. Ao perceberem, os trabalhadores procuraram o Sindicato. O presidente, junto a uma comissão de trabalhadores, procurou a gerência da fábrica, que se recusou a recebê-los. Em protesto, os operários teriam afirmado que só voltariam ao trabalho após o recebimento do salário integral. No jornal consta que os operários voltaram a trabalhar precisamente às 17 e 30 horas, mas

Algumas horas durante a paralisação cheg[ou] a polícia. Um grupo de tiras chefiados pelo primeiro Delegado Silval Gaia invad[iu] a fábrica para forçar os operários a trabalharem, juntamente com a polícia chegou o Delegado do Trabalho Edson Falcão (ONTEM..., 1956).

Em artigo intitulado “Uma Greve Espontânea em Fernão Velho: Comissão Operária, Sindicato e Repressão Patronal”, os historiadores Anderson Vieira Moura e Airton de Souza Melo, analisaram esta greve, tomando como fontes o jornal *A Voz do Povo* e três processos trabalhistas contra cinco operários, considerados pela fábrica como líderes do movimento.

Os autores acima afirmaram que após a greve foram processados (entre os cinco) dois operários (Manoel Gabriel e Solon Araújo) que não compunham nenhuma comissão de representante dos trabalhadores, já que a participação de ambos estava limitada a ter:

[...] ficado parados junto a seus teares. [...] Alguns contramestres, em seus depoimentos afirmaram não saber a razão dos dois estarem na Junta, pois sua participação foi igual a da maioria: apenas aderiram ao movimento, não tomando iniciativa em nenhum momento (MELO; MOURA, 2011, p. 5, 6).

Segundo o advogado do sindicato na época, a razão da inclusão desses trabalhadores no processo foi o meio encontrado pela empresa para demiti-los, já que os cinco possuíam legalmente o direito à estabilidade, uma vez que já trabalhavam há mais de dez anos na empresa. O único meio de demiti-los seria justificar que teria ocorrido uma falta grave cometida por eles (MELO; MOUR 2011).

Melo e Moura afirmaram que o advogado da fábrica buscou respaldo no Decreto-lei nº 9.070, de 15 de março de 1946, que regulamentava as greves no Brasil. Este decreto evidenciava que o trabalhador só poderia realizar greve após aviso prévio à empresa com antecedência de 48 horas, para oportunizar a possibilidade de conciliação. O não cumprimento deste aviso prévio era

considerado falta grave, o que autorizava e justificava a demissão do trabalhador envolvido, independentemente de estar liderando o movimento.

O advogado do sindicato ainda buscou suporte na Constituição de 1946, que regulava o direito de greve no Brasil. Os trabalhadores conseguiram vencer o processo na Junta de Conciliação de Julgamento de Maceió. Contudo, os cinco trabalhadores processados pela fábrica, que recorreu da decisão na primeira instância, foram levados para júízo no Tribunal Regional do Trabalho – TRT da 6ª região. Nesta instância, a decisão foi favorável à Fábrica.

Os trabalhadores tentaram recorrer, mas o veredito do TRT foi mantido, ou seja, em favor da demissão dos trabalhadores. A fábrica conseguiu a vitória com a “confissão” de José Correia como líder do movimento, porém a dita confissão “[...] não se deu em momento algum, sendo acusado de líder apenas pelas testemunhas patronais” (MELO; MOURA, 2011, p. 9).

Os processos acima deixaram evidente a forte influência dos industriais de Fernão Velho em parte dos setores políticos e judiciários do Estado de Alagoas, porém não se pode deixar de ressaltar que ainda assim há divergências internas nestes setores, pois é necessário uma série de conflitos jurídicos para que o patronato tenha conseguido a vitória.

Posto isso, apesar de a greve ter custado muito caro aos operários que sofreram inquérito policial e foram demitidos, o movimento grevista conseguiu o alcance de sua reivindicação, pois colocou em pauta de discussão o direito ao novo salário mínimo decretado pelo governo Juscelino Kubitschek alguns dias antes da greve (MELO; MOURA, 2011, p. 9).

Com o passar desses acontecimentos, só se encontra Ata de reunião do sindicato em 12 de maio de 1957, realizada às 9 horas pela manhã, a fim de discutir a prestação de contas deste órgão. Por não haver quórum mínimo de associados, a reunião foi remarcada para as 10 horas da manhã, a ser realizada com qualquer número de associados. Esta lacuna entre as reuniões e a quantidade reduzida de associados, pode ser entendida como resultado da repressão ao sindicato e/ou receio dos trabalhadores em se reunir nesta instituição devido aos acontecimentos oriundos da greve do ano anterior.

Logo após a greve de agosto de 1956, voltou a ser frequentes Assembleias no sindicato com as finalidades de discutir alguns pontos: escola de representantes na Escola do Delegado Fiscal na Escola de Leis Trabalhistas do I.A.P.I. (Instituto de Aposentadorias e Pensões dos

Industriários); a possibilidade de construção de uma biblioteca neste órgão; o estabelecimento de uma Escola de Corte e Costura para os associados e filhos de associados; debates sobre a venda de remédios; entre outros.

Na Ata de 20 de abril de 1958, referente à posse da nova diretoria, a reunião foi presidida por Emiliano Nabuco, então vice-governador do Estado de Alagoas. Resultante da reunião, fora registrado no livro de Atas do Sindicato apenas a fala do delegado do trabalho, elogiando os participantes do curso de orientação técnica do trabalho; o discurso do então reempossado presidente do sindicato (José Abelardo Lins) e do vice-governador elogiando a gestão recém-empossada.

É importante perceber a importância desse sindicato frente às discussões dos setores políticos na sociedade alagoana, pois a edição do jornal *A Voz do Povo*, de 16 de março de 1958, p. 4, intitulada “Será reeleito Abelardo Cavalcante”, informou sobre as eleições para a presidência do sindicato de Fernão Velho. Inclusive, este jornal defendia a reeleição de Abelardo Lins para presidente deste sindicato, alegando que as outras três chapas faziam o “jogo da empresa” e que o candidato Abelardo merece a vitória, porque este

[...] até hoje desde o dia da sua eleição e posse, jamais se passou para a empresa nem tampouco deixou de atender aos associados do sindicato e este é o motivo principal que leva os operários a estarem dispostos a reconduzi-lo na presidência. (SERÁ..., 1958).

Todavia, ao mesmo tempo em que se teve o apoio do jornal comunista ao candidato Abelardo Lins, houve em sua posse a presença de lideranças políticas de setores conservadores.

Um ano após a posse do presidente Abelardo Lins, este foi afastado da presidência do sindicato sob a acusação de desvio de patrimônio deste órgão, tal como consta nas Atas de reunião dos dias 02 e 10 de julho de 1959, quando estão presentes: o segundo secretário da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria (CNTI), delegado da mesma entidade no Estado de Alagoas, presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem de Maceió e grande número de associados. A Ata deu ênfase ao fato de o presidente deposto não ter comparecido à reunião (apesar de o convite ter sido feito com antecedência), o que põe em dúvida, ainda mais, sua inocência.

Por fim, a Assembleia aprovou o afastamento de Abelardo Lins e decidiu encaminhar o documento em apreço nesta Ata ao Secretário do Interior de Segurança Pública do Estado de Alagoas, em que foi instaurado inquérito policial de apuração sobre a responsabilidade criminal do presidente e para apurar a venda da ambulância do sindicato sem autorização da diretoria e da Assembleia geral de associados. Em seguida, vários associados denunciaram irregularidades na administração do citado presidente investigado. Na Assembleia foi organizada uma comissão de sindicância para fiscalizar e fazer um levantamento do movimento financeiro do sindicato. Decidiu-se que Antônio Domingos dos Santos permanecesse como presidente do sindicato até que se apurassem as denúncias contra Abelardo Cavalcante Lins<sup>222</sup>.

Em 21 de abril de 1960, na posse da nova diretoria do sindicato de Fernão Velho, estavam presentes: Alberto Brito Bezerra (diretor da Fábrica Carmen), Coronel Oest (Secretário do Interior, Justiça e Segurança Pública de Alagoas), vereador Renalvo Cerqueira, Padre Salomão, o militante comunista Jaime Miranda.

Novamente, os diferentes eixos políticos que integraram as reuniões do sindicato de Fernão Velho se encontraram. O encontro ocorreu na reunião de 08 de junho de 1960, em que um associado indicou o nome do militante comunista Jayme Miranda para advogado do sindicato, o que mostra a aproximação ou simpatia de alguns destes operários com a política comunista.

Contudo, Jayme Miranda não assumiu o cargo de advogado sindical de Fernão Velho, mas outro militante comunista – Rubem Ângelo – foi convidado a assumir. Após insistências da Assembleia de associados, Rubem Ângelo assumiu o cargo em 30 de julho de 1962, ou seja, em menos de um mês da posse de José Conrado Alves como presidente do sindicato.

Desse modo, em 19 de agosto de 1962, na reunião do Sindicato de Fernão Velho, houve uma discussão sobre o aumento no número de teares para as tecelãs, que antes trabalhavam com quatro e a fábrica determinou o número de seis por tecelã. As tecelãs reivindicavam que não suportavam o trabalho com o número de teares determinado pelos industriais. Os embates apresentados até aqui desembocaram na maior greve existente em Fernão: a Greve de agosto de 1962.

---

<sup>222</sup> As Atas seguintes não apontam para o desfecho da questão do presidente Abelardo Lins.

## 6.2 A GREVE DAS TECELÃS EM 1962: O FIM DO APOGEU FABRIL

Em agosto de 1962, ocorreu em Fernão Velho a mais emblemática de suas greves operárias, pois foi a que durou mais tempo (três dias), envolveu todas as secções da fábrica, houve clara iniciativa das mulheres tecelãs, repercutiu sobre a mídia local, esteve articulada com o Partido Comunista e saiu vitoriosa. Esta greve pode ser apontada como a de maior destaque na memória do operariado que estava inserido no processo produtivo quando ela ocorreu, tanto que dentre as falas recolhidas, um dos assuntos que mais repercutiu foi a respeito desta greve.

Nos últimos cinco anos, ao menos três historiadores<sup>223</sup> escreveram sobre esta greve. Pelo fato de esta greve já ter sido relativamente discutida, busca aqui acrescentar alguns pontos não levantados até então, retomando-a como um dos aspectos da memória que sofreu esquecimento pelas gerações que a sucederam.

Primeiramente, o contexto em que a greve eclodiu estava marcado por intensas mobilizações sociais no país, que vivia em governo parlamentarista, como desfecho das negociações políticas entre as forças progressistas e as forças conservadoras<sup>224</sup>. Havia em âmbito nacional forte articulação política do operariado nacional, das ligas camponesas, a atuação do PCB (embora na ilegalidade) e a ala progressista do PTB dentro dos sindicatos. Os ecos da Revolução Cubana de 1959 e sua integração ao socialismo em 1961 reverberavam na América Latina.

Em Alagoas, as forças progressistas ligadas ao governo de Muniz Falcão<sup>225</sup> (1956-1961), com a candidatura de Abraão Moura, perderam as eleições de 1960 para o Major Luiz

---

<sup>223</sup> FARIAS, 2014, p. 142-151; MELO, 2012, p. 130-135; TAVARES, 2014, p. 107-134.

<sup>224</sup> “O sistema de governo passou de presidencialista a parlamentarista, e João Goulart tomou posse, com poderes diminuídos, a 7 de setembro de 1961. Desse modo, o parlamentarismo, proposto como uma fórmula capaz de dar maior flexibilidade ao sistema político, entrou em vigor pelas portas dos fundos. Utilizado como simples expediente para resolver uma crise, não poderia durar muito, como não durou” (FAUSTO, 1995, p. 443). O parlamentarismo perdurou até 1963, quando em plebiscito nacional venceu a volta do presidencialismo.

<sup>225</sup> Segundo o historiador Anderson Vieira Moura (2012), o governo Muniz Falcão desempenhou uma relação de proximidade com a esquerda, mas a sua vitória para governador não havia gerado incômodos para a direita até a vitória de JK, pois a partir de então a direita golpista liderada pela UDN investiu de modo massivo contra o governo e a esquerda. Depredaram o prédio de A Voz do Povo, roubando materiais e espancando funcionários, além de fazer campanha violenta contra o governo, tentando derrubá-lo por meio da Justiça, mas perderam várias vezes. Abrem pedido de impeachment contra o governo e no dia 13 de setembro de 1957, a sua votação é marcada por tiroeteio na Câmara dos Deputados Estaduais, em que o governador é afastado, mas voltou a assumir o cargo em janeiro de 1958.

Cavalcante, que era ferrenho anticomunista, opositor de Jango, articulador do golpe de 1964 em Alagoas e investidor de muita força contra a classe trabalhadora local (MELO, 2012).

Embora perdendo as eleições para o opositor, a classe operária de Alagoas estava bastante articulada, pois na noite de 07 de setembro de 1961 (mesmo dia da posse de Jango), ocorreu em Maceió o “Comício pela Legalidade”, que “[...] contou com a participação de parlamentares, vereadores, líderes estudantis, sindicatos, jornalistas, democratas e populares que saíram às ruas em defesa da Constituição contra os golpistas” (MELO, 2012, p. 49). No mesmo ano, houve campanha de luta pelo salário mínimo e combate à carestia, encampada pelo PCB, movimentos sociais e sindicatos. No contexto alagoano, assim como em boa parte do país, os militantes do PCB estavam atuantes nos sindicatos<sup>226</sup> (MELO, 2012).

Em outubro de 1961, ocorreu a greve dos bancários de Maceió, que durou seis dias, com dezessete agências, com cerca de seiscentos funcionários. Entre 9 e 10 de janeiro de 1962, aconteceu em Maceió a Manifestação em Solidariedade à UNE, marcada pela violência policial e a prisão de dois estudantes (Nilson Miranda e Laudo Braga). O sindicato de Fernão Velho, em fevereiro 1962, passou a integrar a “Comissão Sindical Permanente contra a Carestia”, o que representou muito para o movimento contra o governo. Junto a este sindicato houve a adesão dos sindicatos têxteis de Rio Largo e Alexandria (MELO, 2012).

Tendo em vista a conjuntura de intensa mobilização e da importante atuação do operariado de Fernão Velho, um detalhe interessante diz respeito ao apagamento da memória dessas lutas para as gerações que nasceram ou chegaram na localidade após os anos 1960. Através de vários diálogos obtidos entre o pesquisador que aqui escreve com as gerações mais jovens da localidade, percebeu-se que não há referências do conhecimento sequer da existência desta ou qualquer outra greve na Fábrica Carmen. O próprio pesquisador só teve conhecimento das greves durante o processo de pesquisa para a dissertação de mestrado, por volta do ano de 2010. Tal constatação indica um apagamento do passado de resistências operárias e da repressão para com os movimentos grevistas, o que não é particularidade de Fernão Velho.

---

<sup>226</sup> Em 16 de setembro de 1961, houve a posse do comunista Nilson Miranda como presidente do Sindicato dos Radialistas, ocorrida no bairro do Bom Parto, na sede do Sindicato dos Têxteis de Maceió, estando presentes muitos comunistas e várias delegações de Maceió, o que demonstra a proximidade entre comunistas e sindicatos (MELO, 2012).

Tais silêncios da memória servem inclusive como reflexão para se pensar aquilo que este grupo social quer manter ou não vivo para as demais gerações. Resgatar um passado doloroso talvez não seja a melhor alternativa para um grupo que está presenciando o desmonte de suas relações sociais. De acordo com Michael Pollak (1989, p. 6)

O longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais. Ao mesmo tempo, ela transmite cuidadosamente as lembranças dissidentes nas redes familiares e de amizades, esperando a hora da verdade e da redistribuição das cartas políticas e ideológicas.

E assim, um dos poucos relatos que fazem menção à greve de 1962 é a de uma operária que estava em São Paulo (entre 1958 e 1968) na época que esta aconteceu. A depoente disse saber da greve a partir de uma carta, o que demonstra que apesar do silêncio das últimas décadas, a paralisação da produção teve bastante repercussão quando ocorrida.

Antigamente tinha... *o pessoal fazia greve*, mas eu não lembro... Quando eu estava em São Paulo teve uma greve aqui, eu não alcancei não, teve uma greve que a minha irmã trabalhava. Ela escrevia para mim, dizia que teve uma greve que *foi até gente preso*, foi até gente preso nessa greve por causa de negócio do sindicato. Agora eu não sei se foi por falta de dinheiro, por falta de não sei o que. Não lembro não, mas teve greve aqui. Agora, no meu tempo, nunca teve não (OPERÁRIA F).

Outro operário, em seu relato, deixou transparecer como era temeroso envolver-se nessas mobilizações, pois

Aqui o povo temia muito fazer greve, porque naquela época qualquer coisinha o pessoal era tachado como comunista. Se se encabeçava uma greve pacífica, o “caba” tomava seu nome logo como comunista, tá entendendo? Como essa novela que está passando, a novela das seis. Qualquer coisinha que o operário faz, o patrão tacha comunista. Cada vez que houvesse uma revolução era tudo preso, como iam presos os daqui. Sempre iam e iam preso, tinham vários camaradas daqui de Fernão Velho, várias pessoas, *não quero citar nomes, mas várias pessoas foram presas aqui*. Qualquer coisinha que havia numa revolução, sabe, aí: prende! E prendiam tudinho (OPERÁRIO F).

Ao que se pôde perceber na fala acima, o temor de se envolver em greves era algo comum em Fernão Velho, por medo de ser “confundido” com comunista e ser preso. O fato de muitos/as

terem sido presos/as é um mecanismo utilizado pelos industriais para inibir outras participações. E não se pode esquecer que a relação com o comunismo estava se dando no contexto da Guerra Fria e de pós-Revolução Cubana. A perseguição ao Partido Comunista, que estava na ilegalidade no Brasil, era também importante tática da classe dominante para criar terror entre o operariado, porque ao colocar qualquer pessoa sob suspeita, fazia com que existisse uma constante precaução em enfrentar determinações da gerência da fábrica, ao tempo em que poderia ter qualquer pessoa como suspeita.

Era pouca gente que falava essas coisas [de comunista]. Eu me lembro que tinha um barbeiro<sup>227</sup> aqui, que cortava cabelo e ele gostava muito de conversar mais meu pai. Ele ia cortar o cabelo em casa e ele falava muito *histórias de comunista*. Eu não sabia nem o que era. Eu não sabia nem sei, que eu não entendo de política (OPERÁRIA F).

Os poucos registros orais que se referem às prisões as tratam não só como algo perigoso, mas vergonhoso entre o operariado de Fernão Velho, pois parecia ferir a moralidade, o que pode ser visto quando o operário disse: “não quero citar nomes, mas várias pessoas foram presas aqui”. Outro operário falou que: “O camarada ia amarrado que nem bode, amarrado pelos pés. Jogavam no camburão, amarrado que nem bode. Amarrada a mão com o pé e jogava dentro do camburão” (OPERÁRIO D).

Todavia, cabe apontar que a greve de 1962 foi resultado de um processo de maturação dos conflitos internos e externos a Fernão Velho. O sindicato de Fernão Velho nesse contexto estava sob a presidência de José Conrado, empossado na reunião sindical de 21 de abril de 1962, ocasião em que estavam presentes o governador do Estado, Luiz Cavalcante, delegado do trabalho, José de Barros Sarmiento, sindicalistas de outras entidades e número considerável de operários/as.

Ao que se indica nas Atas sindicais, esta nova diretoria do Sindicato era mais combativa e tinha maior diálogo com os comunistas, tanto que foi contratado Rubem Ângelo (respeitado intelectual do PCB-AL) para advogar por este sindicato, após sugestão dada na reunião de 6 de maio de 1962, ainda com a antiga diretoria. Porém, a aprovação só se deu na reunião de 30 de julho, ou seja, em menos de um mês da eclosão da greve, que foi delibera no dia 20 de agosto do

---

<sup>227</sup> Trata-se do operário conhecido como Laranjeira.



mesmo ano, após a tentativa de diálogo do advogado e presidente do Sindicato com a direção da fábrica, em Recife.

A reivindicação central do operariado era contra o aumento de teares pela gerência da Fábrica Carmen, porque as tecelãs trabalhavam com quatro teares, mas estavam sendo obrigadas a trabalhar com seis teares por tecelã e ainda sem aumento salarial.

Esta questão foi colocada na reunião de 19 de agosto de 1962, ocasião em que estavam presentes, além do presidente sindical, segundo secretário, advogado do sindicato, presidentes sindicais de Alexandria, de Rio Largo, dos Ferroviários, o deputado estadual Henrique Equelman (PTB), além de grande número de associados.

O conteúdo foi posto na pauta da reunião por Rubem Ângelo, apontando que legalmente para que haja mudança no número de teares, tal medida deve ser acordada entre patrão de operários/as, tendo inclusive aumento salarial. O advogado defendeu que por não ter havido comunicação, o operariado não deveria aceitar tais medidas, e quem aceitasse estaria contra o sindicato e seus companheiros. A Ata desta reunião apresentou que vários tecelões de “ambos os sexos” afirmaram que estavam de acordo de trabalharem apenas com quatro teares, não admitindo aumento, e tal decisão foi aceita unanimemente.

Interessante neste movimento é a presença de mulheres nesta reunião. Este comparecimento também marcou um posicionamento mais combativo por parte das operárias, mas a Ata de reunião do sindicato abafou esta participação, apontando apenas que “uzaram a palavra vários tecelões de ambos os sexos (sic)” e no parágrafo abaixo há escrito que “uzou a palavra uma outra tecelã disendo que aceitou 6 teares porque foi ludibriada pela gerência, mesmo assim estavam ao lado de suas companheiras (sic)”.

Tal omissão diz muito sobre o caráter patriarcal no Sindicato, pois o movimento grevista foi encabeçado pelas tecelãs. O companheirismo e a coragem das tecelãs foi elemento de importante validade para o deslanchar da greve.

Airton Melo (2012, p. 110), em sua dissertação escreveu uma subseção denominada Mulheres de Ferro: greve das tecelãs contra o aumento no número de teares, em que analisou de modo bastante criterioso esta greve e concluiu que no Sindicato de Fernão Velho, assim como em outros no Estado, não foi encontrado participação de mulheres em diretorias sindicais, mas

o advogado de diversos sindicatos e de Fernão Velho entre 1961-1964, R. A. [Rubem Ângelo], afirmou que as mulheres eram valentes e que presenciou essas mulheres puxarem o movimento grevista de 1962. R. A. chegou a escrever um poema, “Mulheres de Ferro”, em homenagem à garra das operárias têxteis de Fernão Velho. A falta de participação de operárias na direção do sindicato vai além dos afazeres domésticos e da dupla jornada, passa por uma questão de gênero.

Entrevistada em 2007 pelo projeto Trama da memória, tessitura do tempo, a operária Dona Maria Zezinha, uma das lideranças da greve, que inclusive foi presa, apontou em sua entrevista que esta greve ocorreu porque as tecelãs não estavam mais suportando a dor do trabalho, pois não conseguiam dar conta do que lhe era atribuído e com isso o rendimento era ainda menor, prejudicando também as condições materiais de vida. Em suas palavras:

Nesse período todinho de trabalho, veja o que foi que nós passamos ali dentro. Na tecelagem trabalhava com quatro teares, depois passou para seis teares; uma pessoa só para dá conta e acontecia muitas coisas. Cada um que vinha dizia uma coisa. Aí começou aquela luta, aí fizeram uma reunião no Sindicato, aí eu fui para falar pelas pessoas, porque isso a gente tem que saber que tem que falar a verdade, não a mentira. A verdade tem que ser dita (DONA ZEZINHA).

E desse modo, a greve tem seu ponto crucial quando a direção da fábrica Carmen lançou a proposta de cinco teares, mas esta não foi aceita pelas tecelãs e a paralisação tem seu início na tecelagem.

O primeiro que parou foi a tecelagem, foi a tecelagem porque eles saíram combinando os contramestres uns com os outros, saíram parando a fábrica. Ninguém amanhã vai trabalhar, porque ninguém recebeu dinheiro, quem parar vai apanhar. Aí eles disseram quando entravam iam parando as máquinas, aquele ia rodar, aí paravam na outra seção... era assim... parando, parando, parando, ficava no meio da fila, embaixo... todo mundo ali, mas todo mundo sem trabalhar (OPERÁRIA A).

A greve durou três dias e alcançou todos os setores da Fábrica Carmen, sob grande repressão patronal e policial, “[...] a exemplo da presença da ‘Rádio Patrulha’, noticiada pelo *Jornal Gazeta de Alagoas*, para proteger as instalações da fábrica e coibir violentamente os trabalhadores caso necessário [...]” (TAVARES, 2014, p. 128, 129).

Ficaram tudo no sindicato, a turma que estava no sindicato não saiu não. Ficaram tudo lá, mas era uma agonia tão grande, porque o pessoal tinha medo, o pessoal nunca tinha feito, não sabia como era, não sabia se libertar... o povo... aqui era uma turma de gente, ali era outra turminha, ali era... e ficou tudo assim agoniado o povo, num lugar desse tamanho. Nesse tempo era muito operário [...]. Também só foi a [greve] que teve... (OPERÁRIA A).

A Operária A acrescentou que:

Veio uns caminhões cheios de policiais. *Nesse dia eu tive medo*. Os caminhões cheios de policiais. O padre daqui se atravessou no meio, aí eu chorei tanto: para mim o povo ia matar o padre: menino, eu chorei tanto. Não, não vai matar o padre não, a gente não vai matar o padre não... e o padre no meio, aconselhando a turma... o povo daqui era tudo calmo, era mesmo que ser uns filhos do finado doutor Alberto, eles não mereciam isso, *eles estavam necessitados, estavam passando fome a família...* nesse dia eu tive medo... (OPERÁRIA A).

Um pouco mais adiante em sua fala, a mesma operária afirmou que existiam pessoas que queriam furar a greve e que eram perseguidas pelos grevistas:

Teve gente que ainda quis bater na porta da fábrica, tinha gente que chorava tanto, pedindo: não bata não, querendo furar a greve. E diziam: se você entrar nós vamos matar você de cacete, a turma mesmo revoltada, os operários. Eu tive medo nessa época dessa greve (OPERÁRIA A).

O desfecho desta greve foi a vitória parcial do operariado, pois foram mantidos os quatro teares. No entanto, muitos do envolvidos na greve ficaram sob a listagem dos que seriam presos ou investigados durante o golpe civil-militar de 1964. Além disso, a fábrica iniciou um processo de modernização em meados da década de 1960<sup>228</sup>, desempregando paulatinamente parte do operariado.

Alguns dias após a greve, três operárias foram presas, “[...] em pleno horário de trabalho, retiradas de suas máquinas e presas pela polícia a mando da fábrica. Esse ato envolveu a

---

<sup>228</sup> Em meados da década de 1960, a região Nordeste passou a ter uma série de incentivos do governo federal, em que a indústria têxtil foi reequipada e modernizada “[...] com taxas de crescimento superior às da economia brasileira como um todo, tais mudanças traduziram-se em ponderável participação no investimento da renda interna e, portanto, em notável capacidade de acumulação no período 1965-1979. [...] ao alterarem a estrutura produtiva, introduziram novos processos de trabalho, de um lado, redução da demanda de mão-de-obra em determinados subsetores da indústria como a têxtil; de outro, a expansão dessa mesma demanda, em decorrência dos investimentos em atividades industriais anteriormente inexistentes” (ARAÚJO; SOUZA; LIMA, 1997).

comunidade e o pároco da localidade, padre Cabral, intervindo para a liberação das tecelãs” (MELO, 2012, p. 134).

Em algumas falas foi possível se perceber a participação do padre Cabral, pároco local, como conciliador de conflitos e que muitas vezes ia pessoalmente na delegacia intervir pelo/a operário/a preso/a:

Meu sogro foi o padre Cabral quem intercedeu. Senão tinham matado lá, porque sumia gente. Até hoje tem gente desaparecida. [...] Teve um que desapareceu, mas depois apareceu: foi o João Lírio. Era daqui do Tabuleiro, foi pra Saúde, depois se envolveu no Sindicato, era desses caras antigos, era baixinho, mas era macho que só guará, aí abriu a boca demais, aí pegaram ele (risos) e desapareceu uns tempos. Ele era presidente do Sindicato da Saúde, mas de vez em quando vinha dar uma voltinha aqui (OPERÁRIO D).

Com base no que foi apresentado ao longo desta breve análise sobre a organização e a greve operária em Fernão Velho, é possível perceber o rigoroso método de vigilância sindical em que estava colocado o operariado de Fernão Velho, através da constante presença de autoridades políticas e econômicas do estado de Alagoas.

Esta mesma presença demonstra a importância e força deste operariado, o que representa mais uma forma de resistência contra os ditames da fábrica, sobretudo em momentos de tensões políticas em que o operariado tende a se mobilizar junto ou não com lideranças sindicais ou não sindicais e/ou mesmo comunistas.

Apesar de todo controle por parte da fábrica e do Estado, a notória presença comunista faz perceber o quanto este operariado conseguiu manter-se integrado com o que havia de vanguarda política na esquerda brasileira, ou seja, o PCB, que (apesar das contradições que hoje pode-se apontar) trazia um projeto de autonomia e liberdade para as organizações sindicais, bem como o discurso da emancipação política para a classe trabalhadora classe.

Esta atuação comunista em Fernão Velho, ao mesmo tempo, demonstra o peso deste operariado frente às discussões políticas em Alagoas, o que o coloca, ao menos até o golpe de 1964, como um dos elementos-chave para se compreender a realidade do Estado em sua conjuntura democrática.

Dito isso, esta greve pode também ser apontada como um divisor de águas para a história de Fernão Velho e parte de Alagoas, principalmente no que se refere às relações dos industriais para com o núcleo fabril, pois de acordo com o operário Luís Gitai:

Quando nós terminamos a greve de três dias [em 1962], o dono da fábrica falou em cima do prédio dele: vocês ganharam a greve, mas vocês vão se arrepender. Deste dia para cá, Fernão Velho foi caindo, caindo, caindo, e está na situação desgraçada que está hoje. Mas, do dia que o doutor Alberto disse isso para cá. Para trás não, antes da greve tudo aqui era assim [faz sinal de positivo]. (MEMÓRIA..., 1986).

No depoimento acima, o operário acabou sinalizando a greve como algo que gerou uma espécie de “castigo” para o operariado, pois foi retirado aquilo que era ofertado pelo núcleo fabril, deixando o local na condição de abandono.

No entanto, aqui se entende que a greve de 1962 significou importante símbolo de resistência organizada do operariado de Fernão Velho, apesar de ser o marco de um processo de decadência fabril que iria se prolongar gradualmente por cerca de três décadas, período em que a classe operária foi entrando num processo de desenraizamento e em que os/as que conseguiu se manter na condição de empregado/a sofre exploração ainda mais intensificada do que em períodos anteriores.

Em outras palavras, encerrar esta tese com a greve de 1962 é apresentar o fim do ciclo de auge fabril, compreendido entre a década de 1950 e primeiros anos da década de 1960. Com o golpe de 1964, o medo passou a ser ainda mais forte entre o operariado de Fernão Velho, pois

Em 64 [1964] foi a noite de correria. Os camaradas atrás e os comunistas na frente. Comunista e quem não era. Bastava você dizer: esse foi presidente do Sindicato. Prende ele. Aí aquele ia preso, não tinha perdão não. Ia como comunista. Agora lá que eles arranjassem um jeito para provar que não era comunista (OPERÁRIO D).

Este medo da perseguição pelos militares foi uma das marcas do fim do auge fabril e que ficou marcado como silêncio entre várias gerações. Falar em greve, em comunismo em Fernão Velho, passou a ser sinônimo de algo que se deveria evitar. Os nomes das pessoas presas não poderiam ressoar para as gerações posteriores.

Assim sendo, a memória operária desta localidade passou a concentrar sua identidade na nostalgia das festas, dos banhos e das brincadeiras de infância. Falar sobre resistência organizada passou a ser perigosa, porque além da perseguição militar, havia o medo do aumento do desemprego e a retaliação dada através da prisão das operárias era algo que deveria se manter apenas na garganta, mas que não se poderia reverberar de modo direto para o futuro. O passado da resistência organizada das mulheres que enfrentaram diretamente os mandos da fábrica, foi sendo silenciado, mas não esquecido, o que nos obriga a pensar este silêncio como uma voz para se reconstruir o passado.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS: O DESFECHO DA TRAMA

Ao se observar o que foi escrito até então, notou-se que o passado recente (há cerca de 50 ou 60 anos) foi se desconectando entre as gerações a partir das condições postas, principalmente dos últimos 20 anos até a atualidade, ou seja, do auge ao processo de decadência e desmonte fabril aconteceu uma série de abalos sobre a materialidade e a imaterialidade de Fernão Velho, que afetaram diretamente os (sobre)viventes, porque no auge fabril tinha-se uma identidade de classe marcada pela arte coletiva, lutas (in)diretas contra a exploração e pela condição cotidiana de controle industrial dentro e fora da fábrica, que faziam com que o operariado estivesse concatenado em seu fazer. A classe social explorada se via como tal e convivia com um evidente antagonismo de classe posto pelo capital.

Isso não significa que no passado o operariado estivesse em condições mais humanizadas que no presente, mas em uma circunstância que lhe possibilitava o enfrentamento contra a exploração e uma organização de classe mais coesa, por condições internas e externas, porque a formação de um operariado oriundo do interior de Alagoas e inserido na maior indústria têxtil do Estado, condicionou para que Fernão Velho abrigasse um espaço de resistências, representando importantes experiências da modernidade alagoana, na simbiose entre a industrialização e os hábitos das populações de origem rural. Tal traço significou a marca da experiência fabril em Alagoas<sup>229</sup>.

Tanto em suas origens (em meados do século XIX), como em sua decadência (ao longo dos anos 1990 e primeira década do ano 2000), a sobrevivência fabril da União Mercantil ou da Fábrica Carmen manteve-se quando seu modelo de produção industrial era inconveniente. Em tais contextos, a situação do proletariado era de exploração ainda mais intensa, mesmo sendo a classe que na prática ampliou o capital e que ergueu e segurou o fardo fabril, até quando este fardo estava insuportável<sup>230</sup>.

No entanto, o que se enxerga atualmente em Fernão Velho e demais espaços onde havia indústrias têxteis em Alagoas é uma população desmobilizada politicamente, em que o passado se

---

<sup>229</sup> A memória da indústria têxtil em Alagoas estaria em situação de total apagamento, caso não houvesse os registros e análises de estudiosos, principalmente na última década, como já mencionado neste trabalho.

<sup>230</sup> “O trabalhador não precisa necessariamente ganhar com o ganho do capitalista, mas necessariamente perde quando ele perde” (MARX, 2010b).

apaga e escorre como água entre os dedos (como já apontado). Pode-se dizer que os herdeiros fabris desta localidade estão na condição de “desenraizamento operário de segundo grau”, porque “eles não estão em suas casas nem nas fábricas, nem em seus alojamentos, nem nos partidos e sindicatos – que se dizem feitos para eles –, nem nos lugares de prazer, nem na cultura intelectual, se tentarem assimilá-la” (WEIL, 1996, p. 413).

O desemprego por si ocasiona uma situação de instabilidade e maior concorrência entre a classe trabalhadora, porque esta não tem garantida a própria subsistência e não está diretamente inserida na produtividade. Além disso, a condição de desenraizamento operário de Fernão Velho mostrou que além da extração de mais-valor sobre o trabalho, a lógica do capital contribuiu para o apagamento da memória, seja através da destruição ou abandono material dos espaços referenciais da identidade operária, do silenciamento dos velhos ou do esquecimento das lutas e resistências do passado, o que contribui para desarticular os viventes do presente.

A fala abaixo serve para ilustrar a condição de desenraizamento operário, porque também o espaço de produção é visto pelos depoentes com ar de “tristeza”:

Ôxe menino, chega dá uma tristeza. Não é minha não, mas dá uma tristeza tão grande ver aquele desprezo, porque dentro da fábrica – agora não porque deve estar tudo bagunçado, sujo – mas antigamente a gente ó... aquelas salas, aquele salão grande, bem grandão, com aquelas máquinas trabalhando era coisa bonita, muito bonito dentro da fábrica, aquele movimento, mas hoje em dia está tudo aí abandonado, cheio de mato (OPERÁRIA F).

As referências dos antigos, dos velhos, remetem-se ao abandono do espaço material da produção e do convívio social, com uma certa melancolia e parece querer reparar uma situação histórica na qual parecem não compreender em sua profundidade. Esta sensação é compartilhada pelos sobreviventes, mas há pouca mobilização para reagir contra o abandono daquilo que foi o espaço onde se conseguiu o primeiro emprego, aprendeu uma profissão e em que alguns/mas conseguiram se aposentar, é destruído sem consentimento ou negociação com o operariado. Até mesmo a última leva do operariado (cerca de 230 que estavam empregados até 2010, mais outros 200 demitidos em 2007), que ficou desempregado e sem receber os devidos direitos trabalhistas fizeram poucas mobilizações para recorrer a seus direitos. Vejamos a seguir estas mobilizações.



No dia de fechamento da fábrica, um grupo de operárias/os entrou no prédio do escritório e quebrou ou levou alguns computadores, mas foram rapidamente contidos por vigilantes. Uma semana depois, houve um abraço simbólico em frente à fábrica com ex-operários/as e simpatizantes da causa, mas tal ação não gerou grande repercussão.

Em fevereiro de 2010, tentou-se implantar uma cooperativa para continuação da produção, apoiado pelo governo estadual, através de reunião realizada com o secretário estadual do trabalho, Regis Cavalcante, o proprietário da fábrica, Roberto Brito, o presidente do Sindicato de Fernão Velho, José Maria Malta da Silva e outros representantes operários<sup>231</sup>. Porém, tal proposta não se concretizou e a fábrica continuou nas mãos do antigo proprietário (FÁBRICA..., 2010).

Alguns meses após o fechamento da fábrica (em janeiro de 2010), os proprietários da fábrica iniciaram a venda dos maquinários e no primeiro momento começaram a retirá-los à luz do dia, com caminhões passando pela localidade, o que foi dificultado por alguns operários. Os proprietários passaram a fazer a retirada dos maquinários pela madrugada, o que conseguiram realizar com êxito e sem resistências.

Em meados de 2014, os proprietários da fábrica iniciaram a destruição de telhados e paredes internas da fábrica, mas nesta condição não houve mais resistência operária, apenas denúncias, dentre as quais o próprio pesquisador que aqui escreve entregou-a ao Ministério Público, mas não conseguiu sequer resposta. A mesma queixa também foi prestada ao IPHAN e à secretaria estadual de Planejamento de Maceió, fora denúncias através da internet e de emissora de televisão local. A destruição do patrimônio deixou de ter continuidade, ao menos com máquinas, pois a deterioração natural é a que permanece<sup>232</sup>.

---

<sup>231</sup> Mais detalhes sobre esta reunião podem ser encontrados na matéria de 10 de fevereiro de 2010, no periódico Gazetaweb.com, com endereço: <http://gazetaweb.globo.com/portal/noticia-old.php?c=196233&e=6>.

<sup>232</sup> Há informação encontrada através da oralidade de que o terreno da fábrica já está em leilão para a construção de condomínio e que os proprietários o tenham comprado através de uma empresa “laranja”. Todavia, esse espaço não pode ser demolido, porque Fernão Velho (incluindo o prédio da fábrica) está como Zona Especial de Proteção Cultural Z-4 (ZEP-4), por conta de sua edificação de interesse histórico e arquitetônico, porém não se pode perder de vista a influência política e os possíveis subornos dos proprietários para realizarem a ampliação de seu capital.

Figura 40 – Imagem interna da edificação da Fábrica Carmen.



Fonte: Acervo pessoal  
Autoria: Larissa Lisboa, mar. 2017.

Algumas reuniões foram realizadas em fins de 2016, na sede do Sindicato de Fernão Velho, com a presença de advogado trabalhista, a fim de se reivindicar os direitos da classe trabalhadora, mas também não houve andamento ao processo e também teve pouca adesão de operários/as.

Por fim, em 29 de janeiro de 2017<sup>233</sup>, o prédio da antiga Fábrica Carmen foi ocupado por militantes do Movimento Via do Trabalho (MVT), grupo com certa experiência em ocupações agrárias, mas com pouco histórico em ocupações urbanas, embora tenha se direcionado à luta pela moradia nos últimos tempos (EX-FUNCIONÁRIOS..., 2017).

Através de informações obtidas com lideranças locais e de outros movimentos e partidos políticos que apoiaram a ocupação, pode-se concluir que a adesão dos moradores de Fernão Velho foi quase nula. Segundo constatou-se, o desinteresse ocorreu porque para os herdeiros fabris, o movimento não tinha ligação com o operariado e um não conhecia as condições do

---

<sup>233</sup> Ver: <http://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2017/01/ex-funcionarios-ocupam-predio-da-fabrica-carmen-em-fernao-velho.html>.

outro; além do mais, existia uma imagem estereotipada sobre a forma de ocupação, porque utilizaram barracas de lona, tal como é comum entre movimentos de luta pela reforma agrária. Para boa parte dos moradores de Fernão Velho, tal forma de mobilização era vista como “desordeira” e perigosa, o que demonstra um estranhamento para com as lutas de trabalhadores pela reforma agrária no país.

O pesquisador deste trabalho tentou contato com as lideranças do movimento, mas houve apenas dois breves diálogos em que se notou pouca consistência de uma delas (de Recife) sobre as condições sociais, históricas e trabalhistas de Fernão Velho. O mesmo apresentou o propósito de o movimento contribuir para a luta trabalhista na localidade, mas demonstrou pouco conhecimento sobre esta situação. Foi apresentado pelo pesquisador alguns trabalhos acadêmicos sobre a localidade e o apoio à ocupação, porém não houve retorno.

Assim, a ocupação teve seu êxito reduzido, tanto pela falta de nexos e coerência das lideranças do MVT, como pela desmobilização e desconfiança do operariado para com o movimento e pela forma como foi conduzido. Seu bônus foi a reativação da água do açude da fábrica para as moradias de Fernão Velho através de um grupo de moradores, o acesso às condições internas da fábrica, a ciência da existência de documentações no antigo escritório da fábrica e diversos registros fotográficos, que podem inclusive servir como denúncia.

No início de maio deste ano, houve a reintegração de posse do prédio da Fábrica Carmen, onde cerca de 20 famílias do Movimento Via do Trabalho, que residiam há cerca de três meses tiveram que deixar o local. Segundo informações orais e matéria no sítio G1, de 03 de maio de 2017<sup>234</sup>, a reintegração ocorreu pacificamente, embora a operação tenha se dado com presença de corpo de bombeiros e significativo número de policiais (POLÍCIA..., 2017). Soube-se também que após a reintegração, a parte central da fábrica (na entrada do escritório) teve seus portões fechados com a construção de um muro de tijolos e cimento.

Observando-se estas movimentações ocorridas após a falência definitiva da Fábrica Carmen, é inegável que houve resistências, porém dada de modo desordenado, sem muita força e com rumo pouco definido. É óbvio que as condições materiais, com grande número de

---

<sup>234</sup> Ver a matéria em: < <http://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/policia-cumpre-reintegracao-de-posse-na-antiga-fabrica-carmen-em-maceio.ghtml>>.

trabalhadores em condição de desemprego ou subemprego dificultou o andamento do embate contra o capital, mas não se pode esquecer que este operariado também é enfraquecido por um processo de desmonte da identidade de classe e da dissipação de seu passado.

O apagamento das lutas das “mulheres de ferro”, das/os operárias/os presas/os por enfrentar os mandos patronais, por resistir às condições de exploração do passado, o esquecimento da forte presença comunista entre os anos 1940 e início dos anos 1960, dos sindicalistas atuantes e de uma classe social que utilizou da festividade como resistência e meio para manter seus costumes oriundos do interior de Alagoas, ou seja, a amnésia do “passado escovado a contrapelo”, foram condições de enfraquecimento para as lutas do presente.

Dito isso, a hipótese levantada neste trabalho, mostrou-se coerente: o modo de produção capitalista extrai, além do mais-valor, os elos sociais da classe trabalhadora, mediados pela memória, pelas lembranças. Em Fernão Velho, o apagamento do passado segue ritmo acelerado e passos largos, e nesse meio se enfraquecem as articulações de resistência contra o capital, ao tempo em que a localidade que abrigou um dos mais emblemáticos espaços da modernidade alagoana, com um operariado embebido em artes e movido por uma série de resistências, passa agora a ser escanteada, porque sua memória pode ser instrumento contra a dominação oligárquica do Estado de Alagoas.

O que resta a Fernão Velho, além de algumas estruturas arquitetônicas e elementos do cotidiano, é uma manifestação cultural denominada “Boi”, que sai às ruas no primeiro ou segundo domingo do ano, com caráter festivo e que se remete ao passado operário. Passou dois anos sem sair às ruas, por causa da violência física que costumava acontecer após seu término, mas voltou em 2016 e 2017<sup>235</sup>.

Por fim, a luta de classes perpassa também pela luta da memória. O avanço do capital significa o aumento da amnésia social. Fernão Velho tende a entrar num ciclo de esquecimento, principalmente após o fracasso da ocupação feita neste ano. Este é ainda o espaço mais conservado da memória operária de Alagoas, pois praticamente todos os demais encontram-se em situação de abandono, sendo inclusive localidades de destaque para com a violência urbana de

---

<sup>235</sup> Para maiores informações ver FARIAS, 2016.

Maceió, com destaque a antiga vila operária de Bom Parto.

O que ainda resta a Fernão Velho é sua memória fabril, pois a condição material de sobrevivência encontra-se em estado precário. Muitas pessoas que ainda vivem da aposentadoria dos/as antigos/as operários/as vão compassadamente perdendo sua subsistência com o falecimento dos familiares. A degradação da lagoa Mundaú e o não desenvolvimento de atividades econômicas na localidade são fatores que dificultam o meio de sobrevivência. Sem contar o desprezo dos poderes públicos, pois para estes há apenas o olhar sobre a região turística praieira de Maceió.

Vale aqui uma ressalva a título de possível estudo para o futuro e que vale uma justificativa para não se compreender como apagamento de um passado recente, pois o/a leitor/a deve ter notado que o período correspondente à ditadura civil-militar brasileira (1964-1985) não foi aqui apresentando. Aponta-se então os três motivos: 1) a escassez da produção historiográfica sobre este período em Alagoas<sup>236</sup>; 2) demandaria ampliar ainda mais o tempo e as condições da pesquisa e de exposição e análise dos conteúdos, o que não seria cabível para o tempo de um doutoramento; 3) para o operariado têxtil de Fernão Velho, é um período que ainda reverbera um certo receio em se falar, principalmente para as gerações mais antigas.

Sobre este último ponto, é importante sinalizar que em diálogo com alguns operários que chegaram na localidade no início dos anos 1970, estes afirmaram não conhecer o que era a repressão militar e/ou nunca terem ouvido falar em casos de prisões em Fernão Velho. Estas afirmações, se forem corretas, faz-se pensar que após o primeiro momento de repressão, entre 1964 e 1968, alguns locais, tal como Fernão Velho, a militância política de esquerda deve ter sido expulsa ou reprimida a tal ponto que passou a agir na “surdina”, pois entre alguns entrevistados foi comum a afirmação de que existiam comunistas que eram “na dele”, que não “se mostrava”. Acrescenta-se a isso o fato de o setor têxtil tradicional estar num processo de decadência e consequente demissão em massa.

---

<sup>236</sup> Sobre a ditadura civil-militar em Alagoas, foi possível encontrar a dissertação de mestrado de Rodrigo José Costa (2013): O golpe civil-militar em Alagoas: o governo Luiz Cavalcante e as lutas sociais (1961-1964). Costa tem também quatro artigos publicados sobre a conjuntura que antecede o golpe de 1964 em Alagoas, um artigo sobre o PCB no processo de redemocratização em Alagoas e está escrevendo Tese de doutorado sobre os comunistas em Alagoas entre 1979 e 1992. Além destas pesquisas, não foi possível encontrar trabalhos históricos que abordem sobre o período mais crítico da ditadura, entre 1964 e 1977-79.

Apontadas essas condições, sobraria a Fernão Velho a possibilidade de reconstrução de sua memória como instrumento para retomar as lutas do presente. Porém, as condições são largamente desfavoráveis, pois vive-se um momento de reajustes políticos nacionais e internacionais, que no caso brasileiro se deu a partir de um recente golpe de Estado (2016) que traz nítidos intuítos de degradação para a classe trabalhadora.

A condição alagoana traz contradições ainda mais acentuadas, porque é um território que está sob o domínio de oligarquias canavieiras, que têm como lógica central a acumulação de capital através da concentração de terra e de medidas políticas autoritárias, brecando possibilidades de quebrar-se as barreiras que começaram a ser construídas principalmente após as décadas de 1950/1960, com o avanço canavieiro pelos tabuleiros alagoanos. Este avanço veio como um rolo compressor sobre diversas formas de identidades sociais, contribuindo inclusive com o apagamento da memória operária.

Assim, reconstruir a memória fabril de um dos territórios historicamente mais devastado de um país periférico do imperialismo no século XXI, significa retomar experiências e formas de resistência que estavam apagadas internamente e externamente. Espera-se que este trabalho sirva como uma arma contra a devastação capitalista e que sirva de ânimo a uma série de outros grupos oprimidos e derrotados pela lógica destrutiva da propriedade privada burguesa.

## REFERÊNCIAS

### BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Luiz Sávio de. **Notas sobre o poder, operários e comunistas em Alagoas**. Maceió: EDUFAL, 2006.
- ALVIM, Maria Rosilene Barbosa. Notas sobre a família num grupo de operários têxteis numa grande cidade regional. In: LOPES, José Sérgio. et al. **Mudança social no Nordeste: a reprodução da subordinação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. (Série estudos sobre o Nordeste; v. 5). p. 99-124.
- AMARAL, Rita. As mediações culturais da festa. **Mediações**, Londrina, v. 3, n. 1, p. 13-22, 1998.
- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 2. ed. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1995.
- \_\_\_\_\_. **Classe operária, sindicatos e partidos políticos no Brasil: da revolução de 30 até a Aliança Nacional Libertadora**. 2. ed. São Paulo: Cortez e Editora Ensaio: Autores Associados, 1988.
- ARAÚJO, Tarcísio Patrício de; SOUZA, Aldemir do Vale; LIMA, Roberto Alves de. Nordeste: economia e mercado de trabalho. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 11, n. 29, 1997.
- ARRUDA, Pedro Fassoni. **Capitalismo dependente e relações de poder no Brasil: 1889-1930**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- BARROS, Francisco Reinaldo Amorim de. **ABC das Alagoas: dicionário bibliográfico, histórico e geográfico de Alagoas**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005.
- BENJAMIN, Walter. **O capitalismo como religião**. São Paulo: Boitempo, 2013.
- \_\_\_\_\_. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: \_\_\_\_\_. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 197-211.
- \_\_\_\_\_. Pobreza e experiência. In: \_\_\_\_\_. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1987a. p. 1114-119.
- \_\_\_\_\_. Sobre o conceito de história. In: \_\_\_\_\_. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre**

literatura e história da cultura. v. 1. São Paulo: Brasiliense, 1987b. p. 222-232.

BOGO, Ademar. **Identidade e luta de classes**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOTELHO, Adriano. **Do fordismo à acumulação flexível: o espaço da indústria num contexto de mudanças das estratégias de acumulação do capital**. São Paulo: Annablume, 2008.

BRANDÃO, Théo. **Folguedos Natalinos de Alagoas**. 2. ed. Maceió: Edufal, 2003.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1980.

BRECHT, Bertold. Se os tubarões fossem homens. In: \_\_\_\_\_. **Histórias do Senhor Kenner**. Lisboa: Hiedra Editora, 1993.

\_\_\_\_\_. **Perguntas de um trabalhador que lê**. Disponível em:  
<<https://tokdehistoria.com.br/2012/09/07/bertolt-brecht-perguntas-de-um-trabalhador-que-le/>>.  
Acesso: 12 nov. 2015.

CANO, Wilson. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil: 1930-1970**. São Paulo: Global; Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1985.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Folclore do Brasil**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1967.

COIMET, Iaracylda Farias. **Dicionário das manifestações folclóricas de Pernambuco**. Recife: Editora Universitária da UEPE, 2006.

CORREIA, Telma de Barros. A indústria moderna no cenário clássico. **Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo**, São Paulo, v. 8, n. 2, 2008, p. 69-101.

\_\_\_\_\_. **Pedra: plano e cotidiano operário no sertão**. Campinas: Papirus, 1998.

COSTA, Rodrigo José da. **O golpe civil-militar em Alagoas: o governo Luiz Cavalcante e as lutas sociais (1961-1964)**. 2013. 159f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia, Letras e Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.

DANTAS, Carmen Lúcia Tavares Almeida. **Aspectos da cultura popular de Alagoas**. Maceió: Universidade Federal de Alagoas; Museu Théo Brandão, 1986.

DIEGUES JUNIOR, Manuel. **O banguê nas Alagoas: traços da influência do sistema econômico**



do engenho no açúcar na vida e na cultura regional. 2. ed. Maceió: EDUFAL, 1980.

DOSSE, François. Entre histoire et memoire: une histoire sociale de la memoire. **Raison présente**, p. 5-24, set. 1998.

DUARTE, Abelardo. **Dom Pedro II e dona Teresa Cristina em Alagoas**. Maceió: Editora do Diário Oficial de Alagoas, 2010a.

\_\_\_\_\_. **Folclore negro das Alagoas: áreas da cana-de-açúcar: pesquisa e interpretação**. 2. ed. Maceió: Edufal, 2010.

ENGELS, Friederich. **A situação da classe trabalhadora inglesa**. São Paulo: Boitempo, 2008.

ESPÍNDOLA, Thomaz do Bomfim. **Geografia alagoana, ou descrição física, política e histórica da província das Alagoas**. Maceió: Edições Catavento, 2001.

EVANGELISTA, João Emanuel. **Crise do marxismo e o irracionalismo pós-moderno**. 3. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2002.

FARIAS, Ivo dos Santos. **Nossa casa é do patrão: dominação e resistência operária no núcleo fabril de Fernão Velho (Maceió-AL)**. Curitiba: Appris, 2014.

\_\_\_\_\_. Os fios e seus teares: o processo de implantação da indústria têxtil em Alagoas na segunda metade do século XIX. **Revista Documento/Monumento**, Cuiabá, v. 10, n. 1, dez. 2013. Disponível em: <<http://200.129.241.80/ndihr/revista/revistas-anteriores/revista-dm-10.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2013.

\_\_\_\_\_. Quando carnaval é operário: uma discussão simbólico-material sobre os blocos ferrugem e “boi” na vila fabril de Fernão Velho – Maceió/AL. **Revista Documento/Monumento**, Cuiabá, v. 20, n. 1, dez. 2016.

FENELON, Dea Ribeiro. Costume e cultura na Inglaterra do século XVIII: resenha do livro de Edward Palmer Thompson. **Revista Projeto História**, São Paulo, v. 19, p. 405-411, 1999.

FERNANDES, Florestan. A história de vida na investigação sociológica: a seleção dos sujeitos e suas implicações. In: \_\_\_\_\_. **Ensaio de Sociologia Geral e Aplicada**. 2. ed. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1971. cap. 07.

FERREIRA, Aurélio Buarque de. **Aurélio: o dicionário da língua portuguesa**. Curitiba: Editora Positivo, 2008.

FREDERICO, Celso. **A vanguarda operária**. São Paulo: Símbolo, 1979.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. Verdade e memória do passado. **Proj. História**, São Paulo, 17, nov. 1998.

GOLDMANN, Lucien. **Ciências Humanas e Filosofia**. 9. ed. São Paulo: Difel, 1984.

GRAMSCI, Antonio. **Americanismo e fordismo**. São Paulo: Hedra, 2008.

\_\_\_\_\_. Observações sobre o “folclore”. In: \_\_\_\_\_. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. v. 6, Caderno 27 (1935), p. 131-138.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro: 2003.

HARDMAN, Francisco Foot; LEONARDI, Victor. **História da indústria e do trabalho no Brasil**: das origens até os nos vinte. São Paulo: Global Ed., 1982.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 23. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

HEREDIA, Beatriz Alaisa de. **Formas de dominação e espaço social**: a modernização da agroindústria canavieira em Alagoas. São Paulo: Marco Zero; Brasília, DF: MTC/CNPq, 1988.

HOBBSAWM, Eric J. Introdução: a invenção das tradições. In: HOBBSAWN, Eric; RANGER, Terence (Org.). **A invenção das tradições**. São Paulo: Paz e Terra, 2012. p. 9-23.

\_\_\_\_\_. **Mundos do trabalho**: novos estudos sobre a História Operária. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

KONDER, Leandro. **Marxismo e alienação**: contribuição para um estudo do conceito marxista de alienação. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

\_\_\_\_\_. **Walter Benjamin**: o marxismo da melancolia. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

KOSMINSKY, Ethel Volfzon. A utilização do dado qualitativo e a subjetividade do pesquisador. In: \_\_\_\_\_. **Agruras e prazeres de uma pesquisadora**: ensaios sobre a sociologia de Maria Isaura Pereira de Queiroz. Marília: Unesp-Marília-Publicações; São Paulo: FAPESP, 1999. p. 77-88.

LESSA, Golbery; TENÓRIO, Douglas Apratto. **O ciclo do algodão e as vilas operárias**. Maceió: Sebrae, 2013.

LIMA JUNIOR, Felix. **Maceió de outrora**. Maceió: Arquivo Público de Alagoas, 1976.

LIRA, José Tavares Correia de. Naufrágio e galanteio: viagem, cultura e cidades em Mário de Andrade e Gilberto Freire. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 20, n. 57, p. 143-209, 2005.

LINDOSO, Dirceu. **Interpretação da província**: estudo da cultura alagoana. 2. ed. Maceió: EDUFAL, 2005a.

\_\_\_\_\_. **A utopia armada**: rebeliões de pobres nas matas do tombo real. 2. ed. Maceió: EDUFAL, 2005b.

LOPES, José Sérgio Leite. **A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés**. São Paulo: Editora Marco Zero; Brasília Editora da Universidade de Brasília, 1988.

\_\_\_\_\_. Fábrica e vila operária: considerações sobre uma forma de servidão burguesa. In: LOPES, José Sérgio Leite. et al. **Mudança social no Nordeste**: a reprodução da subordinação. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. (Série estudos sobre o Nordeste; v. 5). p. 41- 98.

LOPES, José Sérgio Leite; ALVIM, Rosilene. Famílias operárias, famílias de operárias. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 14, ano 5, out. 1990.

LOUREIRO, Felipe Pereira. **Nos fios de uma trama esquecida**: a indústria têxtil paulista nas décadas pós-Depressão (1929-1950). 2006. 297 f. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Departamento de História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

LOWRY, Lois. **O doador de memórias**. São Paulo: Arqueiro, 2014.

LOWY, Michael. **As aventuras de Karl Marx contra o barão de Münchhausen**: marxismo e positivismo na Sociologia do Conhecimento. 2. ed. São Paulo: Busca Vida, 1987.

\_\_\_\_\_. De Marx ao ecossocialismo. In: LOWY, Michael; BENSALID, Daniel. **Marxismo, modernidade, utopia**. São Paulo: Xamã, 2000. p. 227-238.

\_\_\_\_\_. O capitalismo como religião. In: \_\_\_\_\_. **A jaula de aço**: Max Weber e o marxismo weberiano. São Paulo: Boitempo, 2014. p. 95-110.

\_\_\_\_\_. **Walter Benjamin**: aviso de incêndio: uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”. São Paulo: Boitempo, 2005.

\_\_\_\_\_. **Ideologias e ciências sociais**: elementos para uma análise marxista. 11. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

LOWY, Michael; SAYRE, Robert. **Revolta e melancolia**: o romantismo na contramão da modernidade. São Paulo: Boitempo, 2015.

LUKÁCS, Gyorgy. In: \_\_\_\_\_. **História e consciência de classe**: estudos sobre a dialética marxista. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MACIEL, Osvaldo Batista Acioly. Estatutos de sociedades mutualistas e a história social do trabalho – conjecturas em torno da Sociedade Beneficente Proteção e Auxílio da Cia. União Mercantil (Fernão Velho 1876/1879). **Revista Crítica Histórica**, Maceió, v. 1, n. 1, 2010, p. 22-41.

\_\_\_\_\_. **Operários em movimento**: documentos para a história da classe trabalhadora em Alagoas (1870-1960). Maceió: EDUFAL, 2007.

\_\_\_\_\_. **Trabalhadores, identidade de classe e socialismo**: gráficos de Maceió (1895-1905). Maceió: EDUFAL, 2009.

MARROQUIM, Adalberto. **Terra das Alagoas**. Maceió: Grupo João Lyra, 2000. Edição Fac-similar, 1922.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

MARX, Karl. **Crítica a filosofia de Hegel, 1843**. São Paulo: Boitempo, 2010a.

\_\_\_\_\_. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.

\_\_\_\_\_. **O Capital**: crítica da economia política. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985a. Livro I, v. 1, 301p.

\_\_\_\_\_. **O Capital**: crítica da economia política. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985b. Livro I, v. 2, 306p.

\_\_\_\_\_. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2010b.

MARX, Karl; ENGELS, Friederich. **A ideologia alemã**. I – Feurbach. São Paulo: Grijalbo, 1977.

\_\_\_\_\_. **O manifesto comunista**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MASSUDA, Ely Mitie. A indústria têxtil brasileira sob o impacto da abertura econômica. **Acta Sci Human**, Maringá, v. 28, n. 1, 2006. p. 121-129, 2006.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Trabalhadores e sindicatos no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MELLO, Juçara da Silva Barbosa. **Fios da rede: industrial e trabalhadores na criação e expansão de um grupo empresarial (1920-1949)**. 2012. 239f. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, Pontifícia Católica do Rio de Janeiro (PU-RJ), Rio de Janeiro, 2012.

MELO, Airton de Sousa. **Operários têxteis em Alagoas: organização sindical, repressão e vida na fábrica (1951-1964)**. 2012. 155f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.

MELO, Airton de Souza; MOURA, Anderson Vieira. **Uma greve espontânea em Fernão Velho: comissão operária, justiça do trabalho e repressão patronal**. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH, 26., São Paulo, julho 2011.

MÉSZÁROS, István. **A teoria da alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo, 2016.

MOISÉS, José Álvaro. **Greve de massa e crise política: estudo da Greve dos 300 mil em São Paulo – 1953-1954**. São Paulo: Editora Polis, 1978.

MOURA, Anderson Vieira. **Comunistas e trabalhadores urbanos em Alagoas (1951-1961)**. 2012. 198f. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.

\_\_\_\_\_. Os trabalhadores também são notícia: a relação dos operários alagoanos com os jornais dos anos 1950. **Revista Crítica Histórica**, Maceió, Ano V, n. 9, p. 222-243, jul. 2014.

NASCIMENTO, Carlos Alves do; DILLENBURG, Fernando Frota; SOBRAL, Fábio Maia. Exploração e superexploração da força de trabalho no Livro I de *O Capital* de Marx. **Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas**, Vitória da Conquista-BA, n. 15, 2013. p. 107-128.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

OLIVEIRA, Daniela Christina Aciolli do Carmo. Vilas operárias e sua trajetória de reconhecimento e guarda pelo IPHAN. **Revista arq.urb**, São Paulo, n. 16, p. 77-95, 2016.

OLIVEIRA JÚNIOR, José de. **Uma tragédia**: Maceió, Maio de 1949. In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 26., Porto Seguro, 2008. p. 12.

PEIXOTO, Arnaldo Alves. Fernão Velho. **Bairros de Maceió**, Maceió, 10 out. 1997. Disponível em: < <http://www.bairrosdemaceio.net/site/index.php?Canal=Bairros&Id=21>>. Acesso em: 10 nov. 1997.

PEREIRA, Parmênides Justino. **Educação popular e consciência política na luta pelo espaço urbano**: a resistência da vila de pescadores de Jaraguá. 2015. 414f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas. Campinas.

PEREIRA DE QUEIROZ, Maria Isaura. **Variações sobre a técnica de gravador no registro de informação viva**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1991.

\_\_\_\_\_. A ordem carnavalesca. **Tempo Social**, São Paulo, p. 27-45, 1994.

PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz. Levantamento da produção bibliográfica e de outros resultados de investigação sobre a história operária e o trabalho fora do eixo Rio-São Paulo. **Cadernos AEL**. Campinas, UNICAMP, v. 14, n. 26, 1º sem. 2009.

\_\_\_\_\_. Texto introdutório. In: JORNADA DE HISTÓRIA DO TRABALHO NO RIO GRANDE DO SUL, 2., Pelotas: NDH da UFPel/GT Mundos do Trabalho da ANPUH, 18 jun. 2005.

\_\_\_\_\_. Cruzando as fronteiras. As pesquisas regionais e a história operária brasileira. **Anos 90**, n. 3. Porto Alegre, Editora da UFRGS, maio 1995.

POLANYI, Karl. **A grande transformação**: as origens da nossa época. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n.3, 1989. p. 3-15.

\_\_\_\_\_. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

PORTELLI, Alessandro. O massacre de civitella vai di chiana. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. **Usos & abusos da história oral**. Fundação Getúlio Vargas, 1998. p. 103-130.

REZENDE, Antônio Paulo. **História do movimento operário no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Editora Ática, 1990.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. Petrópolis: Vozes, 1979.

\_\_\_\_\_. A mulher sob o modo de produção capitalista. In: PINSKY, Jaime. **Contexto**. São Paulo: Hucitec, 1976. p. 1-21.

\_\_\_\_\_. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SAMPAIO, Cláudio Luis Santos; SANTOS, Everson Cardoso dos. A pesca artesanal na comunidade de Fernão Velho, Maceió (Alagoas, Brasil): de tradicional a marginal. **Revista da Região Costeira Integrada**, v. 13, n. 4, dez. 2013. p. 513-524.

SANT'ANA, Moacir Medeiros de. Algodão: cultivo e indústria. In: \_\_\_\_\_. **Contribuição à história do açúcar em Alagoas**. Recife: Instituto do Açúcar e do Alcool, Museu do Açúcar, 1970. p. 53-69.

SANTANA, Marco Aurélio. **Homens partidos**: comunistas e sindicatos no Brasil. Rio de Janeiro: Universidade do Rio de Janeiro; São Paulo: Boitempo, 2001.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. O pesadelo da amnésia coletiva: um estudo sobre o conceito de memória, tradição e traços do passado. **Cadernos de sociomuseologia**, v. 19, n. 19, 2002. Disponível em: <<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/search/results>>. Acesso em: 10 jun. 2015.

SCOTT, Joan Wallach. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. **Educação & Realidade**, v. 20, n. 2, jul/dez., 1990. p. 71-79.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **Errantes do fim do século**. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1999.

SILVEIRA, Paulo. Da alienação ao fetichismo – formas de subjetivação e de objetivação. In: **Elementos para uma teoria marxista da subjetividade**. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1989.

SIMONSEN, Roberto Cochrane. **Evolução industrial do Brasil e outros estudos**. São Paulo: Editora Nacional; Editora da USP, 1973.

SKIDMORE, Thomas E. **Uma história do Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

SOUSA, José Tancredo de. **Dicionário têxtil**: glossário têxtil. Natal: Engenharia Têxtil, 2014.

STEIN, Stanley J. **Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil: 1850-1950**. Rio de Janeiro: Campus, 1979. 272p.

TAVARES, Marcelo Góes. **Do tecer da memória ao tecido da história**: operários, trabalho e política na indústria têxtil de Fernão Velho (1943-1961). 2016. 309f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

\_\_\_\_\_. Vila operária, território fabril: cartografia de uma greve em Fernão Velho nos idos de 1962. In: CAVALCANTI, Erinaldo; CABRAL, Geovanni. **A história e suas práticas de escrita**: narrativas e documentos. Recife: Editora UFPE, 2014. p. 107-136.

TENÓRIO, Douglas Apratto. **Capitalismo & ferrovias no Brasil**. 2. ed. Curitiba: HD Editora, 1996.

\_\_\_\_\_. **A tragédia do populismo: o impeachment de Muniz Falcão**. 2. ed. Maceió: EDUFAL, 2007.

THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

\_\_\_\_\_. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. v. 1. A árvore da liberdade.

\_\_\_\_\_. O termo ausente: experiência. In: **A miséria da teoria ou um planetário de erros**, 2009.

VELHO, Gilberto. **Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas**. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

VIANA, Ernani; BEZERRA, Edson de Gouveia. Imaginário sururu: um patrimônio a contrapelo. **Revista Rosa dos Ventos**, Caxias do Sul, v. 6, n. 1, 2014.

VIRGINIO, Roseane Monteiro; LIMA, Maria de Lourdes. Celso Brandão: um intermediário cultural. **Revista Extensão em Debate**, 3ª Ed. Especial de Cinema, Maceió, 2016. p. 31-39.

WEBER, Max. Os três tipos de dominação legítima. In: COHN, Gabriel (Org.). **Max Weber: Sociologia**. São Paulo: Ática, 1979.

WEIL, Simone. **A condição operária e outros estudos sobre a opressão**. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

ZOLA, Émile. **Germinal**. São Paulo: Abril Cultural, 1981.

## ACERVO DIGITALIZADO

TRAMA da memória, tessitura do tempo: registro da memória e da iconografia das famílias de tradição operária têxtil residentes em Fernão Velho – Maceió/AL. Coordenadores: Analice Dantas Santos e Golbery Lessa, 2007.

## DOCUMENTÁRIOS OU FILMES



ABC: memórias de uma vila. Direção: Hugo Leonardo e Cláudio Albuquerque. Maceió, AL: Ateliê Sesc de Cinema, 2010. 1 DVD (10 min). son., color.

O COMENDADOR do povo. Direção: Pedro da Rocha. Maceió, 2013. 1 DVD (54 min). son., color.

COMPANHIA Alagoana de Fiação e Tecidos. Produção de Willian Gericke. Rio Largo: Meridional Filmes, 1946.

MEMÓRIA da vida e do trabalho. Direção e produção de Celso Brandão. Argumento e texto: José Sérgio Leite Lopes e Rosilene Alvim. Roteiro: Regina Coeli. Maceió: Estrela do Norte, 1986. 1 DVD (20 min). son., color.

OS NARRADORES de Javé. Direção: Eliane Caffé. Roteiro: Luiz Alberto de Abreu e Eliane Caffé. Produção: Vânia Catani. Música: DJ Dolores e Orquestra Santa Massa. Fotografia: Hugo Kovensky. Direção de arte: Carla Caffé. Edição: Daniel Rezende. 2003. 1 DVD (100m), son., color.

PROJETO de diagnóstico da cadeia produtiva do sururu na lagoa Mundaú. Produção João Schwartz. Maceió, 2014. 1 DVD. (7min.), son., color.

TRAMA da Memória, urdidura do tempo. Produção de Pedro da Rocha. Maceió, 2011. 1 DVD (30 min), son., color.

## JORNAIS

ANDRADE, Maria do Carmo. Othon Bezerra de Mello. **Pesquisa Escolar On Line**, Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: < [http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com\\_content&view=article&id=189:othon-bezerra-de-mello&catid=49:letra-o](http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=189:othon-bezerra-de-mello&catid=49:letra-o)>. Acesso em 30 out. 2011.

ANJOS, Estevão dos. Metrô de superfície passa a operar em Maceió em 2010. **Alagoas 24 horas**, Maceió, 20 de mai. 2009. Disponível em: < <http://www.alagoas24horas.com.br/696420/metro-de-superficie-passa-a-operar-em-maceio-em-2010/>>. Acesso em: 15 mai. 2016.

CADEIA para os espancadores do operário de Fernão Velho. **A Voz do Povo**, Maceió, 30 nov. 1958.

CIPRIANO, Waldir. Fernão Velho tradição e história. **O Jornal**, Maceió, 17 jan. 1999. Caderno de cultura, p. B/4, B/5.

COBRAM até 120 cruzeiros por um quilo de carne: sururu trinta e cinco cruzeiros – aumentam

os gêneros. **Diário de Alagoas**, Maceió, 30 jan. 1959.

ESPANCADO barbaramente um operário pelos vigias da fábrica de Fernão Velho. **A Voz do Povo**, Maceió, 23 nov. 1958.

EX-FUNCIONÁRIOS ocupam prédio da fábrica Carmen em Fernão Velho. **Gazeta de Alagoas**, 30 jan. 2017. Disponível em: <<http://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2017/01/ex-funcionarios-ocupam-predio-da-fabrica-carmen-em-fernao-velho.html>>. Acesso em: 01 fev. 2017.

FÁBRICA Carmen vai reabrir como cooperativa de operários. **Gazeta de Alagoas**, Maceió, 10 fev. 2010. Disponível em: <<http://gazetaweb.globo.com/portal/noticia-old.php?c=196233&e=6>>. Acesso em: 10 fev. 2017.

FERNÃO Velho vila sem transporte. **A Voz do Povo**, Maceió, 09 mar. 1958.

GOMES, Rodrigo. Ministro do STF decide pela suspensão de Lei alagoana baseada no Escola sem Partido. **Rede Brasil Atual**, São Paulo, 22 mar. 2017. Disponível em: <<http://www.redebrasilatual.com.br/educacao/2017/03/ministro-do-stf-decide-pela-suspensao-de-lei-alagoana-baseada-no-escola-sem-partido>>. Acesso em: 23 mar. 2017.

INAUGURAÇÃO da colônia de pescadores de Fernão Velho. **Diário de Alagoas**, Maceió, 11 fev. 1958.

INDUSTRIA na capital alagoana. **Diário de Alagoas**, Maceió, 09 mar. 1957. p.1

LESSA, Golbery. Raízes da violência política em Alagoas. **A Voz do Povo**, Maceió, 09 set. 2011. Disponível em <<http://pcbalagoas.blogspot.com.br/2011/09/raizes-da-violencia-politica-em-alagoas.html?view=magazine>>. Acesso em: 02 jun. 2010.

LUZ para os operários do ABC. **A Voz do Povo**, Maceió, 27 out. 1956.

MAIS um crime da polícia em Fernão Velho. **A Voz do Povo**, Maceió, 25 mai. 1958.

MATOU dois jovens e feriu quinze, num baile. **Diário de Alagoas**, Maceió, 07 mar. 1957.

OLIVEIRA, Vanessa. Em Alagoas, Prefeitura de Maceió extingue comunidade de pescadores. **Vaidapé**, Maceió, 27 jun. 2015. Disponível em: <<http://vaidape.com.br/blog/2015/06/em-alagoas-prefeitura-de-maceio-extingue-comunidade-de-pescadores/>>. Acesso em: 10 jan. 2016.

ONTEM – Greve em Fernão Velho. **A Voz do Povo**, Maceió, 12 ago. 1956.

O OPERÁRIO teria sido espancado. **Diário de Alagoas**, Maceió, 25 nov. 1958, p. 1.

OS OTHONs procuram introduzir novos métodos de exploração. **A Voz do Povo**, Maceió, 12 mai. 1958. p. 2.

PAIVA, Arnaldo. Comendador Teixeira Machado, pioneiro da indústria têxtil de Alagoas. **História de Alagoas**, Maceió, 15 dez. 2015. Disponível em: <<http://www.historiadealagoas.com.br/comendador-teixeira-basto-pioneiro-da-industria-textil-de-rio-largo.html>>. Acesso em: 10 jan. 2016.

PEIXOTO, Arnaldo Alves. Fernão Velho. **Bairros de Maceió**, Maceió, 08 out. 1997. Disponível em: <<http://www.bairrosdemaceio.net/site/index.php?Canal=Em%20Verso%20e%20Prosa&Vai=OK&Poesia=53&TextoApresentativo=djfung&Id=37>>. Acesso em: 23 ago. 2011.

PESQUISA mostra que lagoas de Alagoas podem se transformar em pântanos. **Gazeta de Alagoas**, Maceió, 05 mai. 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2013/10/pesquisa-mostra-que-lagoas-de-al-podem-se-transformar-em-pantanos.html>>. Acesso em: 30 out. 2016.

POLÍCIA cumpre reintegração de posse na antiga Fábrica Carmen, em Maceió. **Gazeta de Alagoas**, Maceió, 03 mar. 2017. Disponível em: <<http://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/policia-cumprereintegracao-de-posse-na-antiga-fabrica-carmen-em-maceio.ghtml>>. Acesso em: 08 mai. 2017.

PRIMEIRA sessão da directoria da Companhia União Mercantil. **Diário de Alagoas**, Maceió, 07 mar. 1957. p. 3.

ROSAS, Renan. Fernão Velho é um centro industrial que honra não somente Alagoas como o Brasil. **Gazeta de Alagoas**, Maceió, 07 dez. 1948. p. 1.

SEM horário as lotações de Fernão Velho. **A Voz do Povo**, 12 jan. 1958. p. 1.

SERÁ reeleito Abelardo Cavalcante. **A Voz do Povo**, Maceió, 16 mar. 1958.

SIQUEIRA, Theresa. O sururu da grande lagoa-mãe – entre o nutritivo e o cultural. **Gazeta de Alagoas**, Maceió, 07 set. 2013. Disponível em: <<http://gazetaweb.globo.com/gazetadealagoas/noticia.php?c=229758>>. Acesso em: 12 out. 2016.

SURURU será registrado como patrimônio imaterial de Alagoas. **Alagoas 24 horas**, Maceió, 11 jun. 2014. Disponível em: <<http://www.alagoas24horas.com.br/428464/sururu-sera-registrado-como-patrimonio-imaterial-de-alagoas/>>. Acesso em: 01 mar. 2017.

TICIANELI, Edberto. Muniz Falcão. **História de Alagoas**, Maceió, 03 mai. 2015. Disponível

em: < <http://www.historiadealagoas.com.br/muniz-falcao-2.html>>. Acesso em: 07 jan. 2017.

## DECRETOS E LEIS

ALAGOAS. Governo do Estado. **Diário Oficial**, 22 agosto 2016. Maceió, 2016.

BRASIL. **CLT**: Decreto-Lei n.º 4.452 de 1.º de maio de 1943. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/topicos/10709394/artigo-482-do-decreto-lei-n-5452-de-01-de-maio-de-1943>>. Acesso em: 10 out. 2016.

\_\_\_\_\_. **Decreto-Lei nº 21.076, de 24 de fevereiro de 1932**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21076-24-fevereiro-1932-507583-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 05 set. 2016.

\_\_\_\_\_. **Constituição de 1934**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1930-1939/constituicao-1934-16-julho-1934-365196-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 04 jun. 2016.

\_\_\_\_\_. **Decreto-Lei n. 1.402, 05 de maio de 1939**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del1402.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del1402.htm)>. Acesso em: 17 out. 2016.

\_\_\_\_\_. **Lei n. 5.347, de 27 de março de 1992**. Disponível em: <[http://www.icmbio.gov.br/cepsul/images/stories/legislacao/Decretos/1992/dec\\_pr\\_1231\\_1992\\_uc\\_apaeestadualescarpadevoniana\\_camposgerais\\_pr.pdf](http://www.icmbio.gov.br/cepsul/images/stories/legislacao/Decretos/1992/dec_pr_1231_1992_uc_apaeestadualescarpadevoniana_camposgerais_pr.pdf)>. Acesso em: 08 fev. 2017.

## DOCUMENTOS SINDICAIS

LIVRO DE ATAS DE REUNIÃO DO SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA DE FIAÇÃO E TECELAGEM DE FERNÃO VELHO. **Atas do período de 1953-1964**. Maceió: Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem de Fernão Velho, 1953-1964. (Acervo do Arquivo Público de Alagoas).

\_\_\_\_\_. Ata de sessão ordinária de 25 de março de 1953. In: **Livro de atas**. Maceió, 1953-1964.

\_\_\_\_\_. Ata de sessão ordinária de 29 de abril de 1953. In: **Livro de atas**. Maceió, 1953-1964.

\_\_\_\_\_. Ata de sessão ordinária de 21 de maio de 1953. In: **Livro de atas**. Maceió, 1953-1964.

\_\_\_\_\_. Ata de sessão ordinária de 02 de julho de 1953. In: **Livro de atas**. Maceió, 1953-1964.

\_\_\_\_\_. Ata de sessão ordinária de 05 de julho de 1953. In: **Livro de atas**. Maceió, 1953-1964.

- \_\_\_\_\_. Ata de sessão ordinária de 02 de dezembro de 1953. In: **Livro de atas**. Maceió, 1953-1964.
- \_\_\_\_\_. Ata de sessão ordinária de 27 de dezembro de 1953. In: **Livro de atas**. Maceió, 1953-1964.
- \_\_\_\_\_. Ata de sessão ordinária de 03 de março de 1956. In: **Livro de atas**. Maceió, 1953-1964.
- \_\_\_\_\_. Ata de sessão ordinária de 12 de maio de 1958. In: **Livro de atas**. Maceió, 1953-1964.
- \_\_\_\_\_. Ata de sessão ordinária de 02 de julho de 1958. In: **Livro de atas**. Maceió, 1953-1964.
- \_\_\_\_\_. Ata de sessão ordinária de 03 de março de 1958. In: **Livro de atas**. Maceió, 1953-1964.
- \_\_\_\_\_. Ata de sessão ordinária de 10 de julho de 1959. In: **Livro de atas**. Maceió, 1953-1964.
- \_\_\_\_\_. Ata de sessão ordinária de 21 de abril de 1960. In: **Livro de atas**. Maceió, 1953-1964.
- \_\_\_\_\_. Ata de sessão ordinária de 08 de julho de 1960. In: **Livro de atas**. Maceió, 1953-1964.
- \_\_\_\_\_. Ata de sessão ordinária de 21 de abril de 1962. In: **Livro de atas**. Maceió, 1953-1964.
- \_\_\_\_\_. Ata de sessão ordinária de 30 de julho de 1962. In: **Livro de atas**. Maceió, 1953-1964.
- \_\_\_\_\_. Ata de sessão ordinária de 19 de agosto de 1962. In: **Livro de atas**. Maceió, 1953-1964.

## **DECRETOS COM RELATÓRIOS E ATAS DE FÁBRICAS**

COMISSÃO CENSITÁRIA NACIONAL. **Sinopse do Censo Industrial e do Censo de Serviços, 1948**. Rio de Janeiro, 1949; IBGE, v. 10, 1950.

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL, seção II, 20 set. 1957, p. 2373.

COMPANHIA UNIÃO MERCANTIL. Relatório dos negócios sociaes da Companhia União Mercantil, relativos ao anno de 1922, para ser apresentado em Assembléia Geral de Accionistas no dia 15 de março de 1923. **Diário Oficial de Alagoas**, Maceió, 15 mar. 1923.

## **DOCUMENTO SONORO**

II Festival da canção do trabalhador. [Alagoas]: SESI; SENAI. p1974. 1 disco.

PEREIRA, Altair. Mundaú grande bebedouro. Intérprete: Altair Pereira. **II Festival de Música**

do Sesc. Maceió: Sesc Alagoas, 1999. 1 disco sonoro.

## DADOS ESTATÍSTICOS

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Anuário Estatístico do Brasil, Ano XI, 1950**. Rio de Janeiro, 1951.

\_\_\_\_\_. **População de Fernão Velho**, Alagoas, 2010. População. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?uf=27&dados=29>>. Acesso em: 03 jan. 2017.

\_\_\_\_\_. **Estatísticas do século XX**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/29092003estatisticasecxxhtml.shtm>>. Acesso em: 02 mar 2016.

MINISTÉRIO da Educação (Brasil). **Centenário da Rede Federal de Educação Tecnológica**. Brasília, 2009.

## SITES CORPORATIVOS

HISTÓRICO e perfil corporativo. **Hoteis Othon**. Disponível em: <[http://www.ciahoteisothon.com.br/hoteisothon/web/conteudo\\_pt.asp?idioma=0&conta=28&tipo=43476](http://www.ciahoteisothon.com.br/hoteisothon/web/conteudo_pt.asp?idioma=0&conta=28&tipo=43476)>. Acesso em: 05 jan. 2017.

ASSOCIAÇÃO DOS FOLGUEDOS POPULARES DE ALAGOAS. Disponível em: <<http://asfopal.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 3 mar. 2017.

## DOCUMENTO DE TOMBAMENTO

IPHAN, Processo de Tombamento n. 1242-T-84, Vila operária em Fernão Velho, Maceió-AL. 1983.

**ANEXOS**

**ANEXO A: RESUMO DO PERFIL DOS/AS ENTREVISTADOS/AS<sup>237</sup>****Operárias**

**Operária A:** entrevista realizada na manhã do dia 10 de janeiro de 2014, em seu espaço de trabalho, situado em Fernão Velho. Branca. A entrevistada nasceu em Murici-AL, no ano de 1933. Filha de trabalhadores/as rurais em terras arrendadas, mudou-se para Fernão Velho acompanhada de um irmão para morar na casa de um tio, após diversas insistências suas com os pais. Começou a trabalhar na Fábrica Carmen aos 14 anos de idade, poucos meses depois de sua chegada à localidade, no setor de espuladeira, depois foi transferida para a tecelagem. Casou-se com um operário. Foi várias vezes afastada do trabalho por problemas de saúde, até aposentar-se por invalidez. Atualmente sobrevive com a aposentadoria e um pequeno comércio na localidade.

**Operária B:** entrevista realizada na tarde de 11 de janeiro de 2014, na residência da entrevistada, em Fernão Velho. Negra. Nascida no bairro de Ponta Grossa (Maceió-AL), no dia 15 de outubro de 1932, chegou em Fernão Velho com poucos meses de nascida. Sua mãe trabalhou na enfermaria, na creche e na fiação da Fábrica de Tecidos Pilarense, em Pilar-AL e desempenhou as mesmas funções na União Mercantil (posterior Fábrica Carmen) de Fernão Velho. A operária foi criada apenas pela mãe, porque seu pai abandonou a família. Ela começou a trabalhar na Fábrica Carmen com 11 anos de idade (mas teve 3 anos aumentado em sua documentação). Aposentou-se após 32 anos de serviço. Casou-se aos 18 anos de idade, teve 12 filhos, mas apenas 7 estão vivos. Seu esposo faleceu aos 42 anos de idade. Há aproximadamente 2 anos a operária faleceu.

**Operária C:** entrevista realizada na noite de 16 de julho de 2015, em sua residência, no bairro de Tabuleiro do Martins (Maceió). Negra. Nascida na vila operária de Saúde, situada em Ipióca (Maceió), em 06 de novembro de 1931, mudou-se para Fernão Velho com aproximadamente 3 anos de idade. Seus pais já eram operários em Saúde. Casou-se aos 24 anos de idade e teve 12 filhos. Na Fábrica Carmen trabalhou no liçador, mas passou um tempo na loja da fábrica. Seu companheiro foi preso por envolvimento político. Atualmente vive da aposentadoria.

---

<sup>237</sup> Nos anexos seguem os retratos ampliados dos/as entrevistados/as.



**Operária D:** entrevista realizada em 12 de janeiro de 2014, em sua residência, em Fernão Velho. Negra. Nascida em um povoado de Rio Largo-AL, em 25 de novembro de 1933. Seus pais viviam do roçado, mas mudaram-se para Fernão Velho quando a entrevistada tinha em torno de 4 anos de idade. Seu pai faleceu por um acidente na linha férrea, onde trabalhava quando ela era ainda criança. Sua mãe trabalhava na Fábrica Carmen e aposentou-se por invalidez. A entrevistada trabalhou durante 36 anos nas funções de varredora, espuladeira e tecelagem da mesma fábrica até a aposentadoria. Tem cinco filhos. Hoje vive da aposentadoria.

**Operária E:** entrevista realizada na tarde de 11 de janeiro de 2014. Irmã da entrevistada B por parte de mãe, nasceu em Pilar-AL (não foi possível ter acesso à data de seu nascimento e a mesma afirmou não lembrar). Negra. Começou a trabalhar na Fábrica Carmen aos 13 anos de idade, no setor da espuladeira e depois mudou para a tecelagem. Aposentou-se por invalidez por conta de acidente na própria fábrica. Morou por 8 anos em São Paulo, quando ainda solteira. Atualmente vive da aposentadoria.

**Operária F:** entrevista realizada na noite de 26 de dezembro de 2013, em frente à sua residência, em Fernão Velho. Negra. Nascida em 10 de setembro de 1936, em Fernão Velho, teve 10 filhos, dos quais 4 morreram. Seus pais são originários do interior de Alagoas. Começou a trabalhar no setor de fiação da Fábrica Carmen aos 14 anos de idade (1951), mas em 1958 mudou-se para São Paulo, ainda solteira. Após dez anos retornou para Fernão Velho, onde conseguiu voltar a trabalhar na fábrica, já com três filhos e divorciada. Aposentou-se por invalidez em 1992, com 26 anos e 3 meses de contribuição. Hoje vive da aposentadoria.

### **Operários**

**Operário A:** entrevista realizada na manhã de 30 de setembro de 2007, no Sindicato dos Trabalhadores de Fiação e Tecelagem de Fernão Velho. Negro. Nascido em Fernão Velho, em 1938. Seu pai trabalhava como barbeiro (da barbearia Othon). Teve uma filha. Sua vida estava voltada à música, era cantor da banda e orquestra da Fábrica Carmen, entre as décadas de 1950 e

1980. Foi um dos intérpretes vencedores do II Festival da Canção Popular do Trabalhador, pelo Sesi, no ano de 1974. Faleceu há aproximadamente 7 anos.

**Operário B:** entrevista realizada na manhã de 07 de outubro de 2007, em sua residência, localizada em Fernão Velho. Negro. Nascido no interior de Alagoas, chegou em Fernão Velho aos 3 anos de idade, junto à sua mãe e mais 3 irmãos. Trabalhou como sacristão na Igreja Católica por volta dos 14 anos, depois começou a trabalhar na Fábrica Carmen, no setor de tecelagem onde passou pouco tempo e logo foi transferido para o escritório, onde trabalhou por 40 anos. Foi regente da banda e orquestra Othon a partir de meados da década de 1970 e presidente do Sindicato dos Trabalhadores de Fiação e Tecelagem de Fernão Velho. Também participou do mesmo festival que o entrevistado A, com duas composições premiadas, sendo uma interpretada por ele. Faleceu há 3 anos.

**Operário C:** entrevista realizada na manhã de 29 de julho de 2007, em sua residência, em Fernão Velho. Nascido em Fernão Velho, no dia 20 de maio de 1941. Negro. Começou a trabalhar na fábrica aos 14 anos de idade, em diversos setores, desde varrer o chão até a mecânica. Depois empregou-se no setor público como porteiro de uma escola estadual, onde conseguiu aposentadoria. Pai de 4 filhos. Foi baterista e cantor da banda e orquestra Othon e também participou do festival de música assinalado acima. Faleceu há aproximadamente 8 anos.

**Operário D<sup>238</sup>:** entrevista realizada na tarde de 07 de janeiro de 2014, em sua residência, em Fernão Velho. Nascido em 20 de abril de 1932, em Fernão Velho. Seus pais são oriundos do interior de Alagoas. Branco. Ele trabalhou na Fábrica Carmen entre os anos de 1946 e 1951, quando passou a trabalhar nos correios, mas sempre viveu em Fernão Velho e todos os seus 10 filhos (de dois casamentos diferentes) trabalharam na fábrica. Sua primeira companheira e seu sogro eram do Partido Comunista entre os idos dos anos 1950 e 1960. Atualmente sofre de Mal de Parkinson e vive da aposentadoria.

---

<sup>238</sup> As entrevistas com os Operários D e E são feitas em parceria com o colega historiador Marcelo Góes.

**Operário E:** entrevista realizada na tarde de 24 de julho de 2015, em sua residência, em Fernão Velho. Nascido em Fernão Velho em 09 de maio de 1938. Seus pais (que trabalhavam no roçado) mudaram-se muito jovens (mas já casados) da cidade de Garanhuns-PE para trabalhar na União Mercantil. Sua família (seus pais e quatro filhos destes) chegaram a dividir casa com mais 2 famílias por algum tempo. Começou a trabalhar na fábrica em 1952, onde chegou a ser encarregado de manutenção. Aposentou-se com 33 anos de serviço. Pai de 3 filhos do mesmo casamento. Atualmente vive de aposentadoria e aluguel de uma residência.

**Operário F:** entrevista realizada na manhã de 30 de dezembro de 2013, em sua residência, em Fernão Velho. Branco. Nascido em Fernão Velho, em 20 de abril de 1936. Começou a trabalhar em 1953, com 17 anos de idade, na tecelagem da Fábrica Carmen, depois passou à função de contínuo (espécie de office boy) e, por fim, no escritório. Após aposentar-se trabalhou numa construtora, no bairro de Tabuleiro do Martins, em Maceió. Pai de dois filhos. Faleceu há 3 anos, meses após a entrevista.

**Operário G:** entrevista realizada na tarde de 06 de janeiro de 2014, em sua residência, situada em Fernão Velho. Branco. Nascido em Murici-AL, no ano de 1928, trabalhou desde criança no roçado, em terras arrendadas por seus pais. Em 1944, aos 14 anos, mudou-se sozinho para Fernão Velho para trabalhar na Fábrica Carmen. Pai de apenas um filho do primeiro casamento. Trabalhou na tecelagem, mas passou mais tempo na tinturaria e de alvejamento da fábrica (por 20 anos), mas ao se aposentar não recebeu direitos por insalubridade. Vive hoje da aposentadoria.

**Operário H:** entrevista realizada em 30 de dezembro de 2013, em sua residência, em Fernão Velho. Nascido na cidade de Marechal Deodoro-AL, mudou-se para Fernão Velho aos 17 anos de idade para trabalhar na Fábrica Carmen. Sempre trabalhou na tecelagem (de aprendiz até tornar-se encarregado). Pai de 2 filhas e 1 filho. Vive hoje da aposentadoria.

**Operário I:** nascido em Pesqueiras-PE, em 11 de maio de 1946, na vila operária da Fábrica Peixe (que fabricava doces, extrato de tomates, ketchup e derivados). Branco. Mãe de origem humilde e

pai marinho. Trabalhou na parte agrícola da Fábrica Peixe, mecânico na Ford, na produção de jornais. Aos 18 anos ficou desempregado, foi para Recife e conseguiu na Gráfica e Editora Nordeste. Estudou por 3 meses e meio (1969-1972) no SENAI-RJ, após passar em concurso. Voltou para Pernambuco e trabalhou na Companhia Industrial Pernambucana (Camaragibe-PE), até 1975. Em 1976, foi convidado para trabalhar na Fábrica Carmen, como técnico e ficou até se aposentar. Chegou a ser gerente da fábrica. Atualmente vive com a aposentadoria e com aluguel de casas conseguidas através de indenização por tempo de trabalho. É pai de 2 filhos.

### **Entrevistas do registro Trama da Memória Tessitura do Tempo<sup>239</sup>**

**Maria de Lourdes:** Nascida em 12 de junho de 1926, na cidade de São Miguel dos Campos-AL. Negra. Tornou-se órfã de pai e mãe, e por isso foi morar em Fernão Velho na casa de uma avó e de uma tia. Começou a trabalhar na Fábrica Carmen aos 14 anos de idade, nos setores enrolador e tecelagem. Aposentou-se com 33 anos de serviço. Casou-se com um pescador com quem teve 3 filhos. Faleceu há cerca de 4 anos.

**Maria José (Dona Zezinha):** Nascida na zona rural do município de Atalaia-AL. Branca. Seus pais trabalhavam no roçado e sua mãe teve 18 filhos, sendo que 6 morreram. Mudou-se com alguns irmãos para Fernão Velho após um acidente que gerou a morte de seu pai. Começou a trabalhar na Fábrica Carmen aos 14 anos de idade, na espuladeira, no liçador e na tecelagem até sua aposentadoria. Faleceu há cerca de 3 anos.

**Manuel Lourenço:** nascido em 1931, no engenho Roncadeira, na cidade de Pilar-AL. Órfão de pai e mãe desde muito cedo. Negro. Enquanto esteve no engenho nunca trabalhou, apenas se alfabetizou. Em 1949, após ter vivido e trabalhado em outros lugares, mudou-se para Fernão Velho em busca de trabalho com carteira assinada. Empregou-se na Fábrica Carmen, onde começou limpando os destroços da enchente e queda de barreiras de 1949, passou a varredor de rua, espalhador de barro, desentupidor de vala, caldeira, mecânica e aposentou-se no escritório.

---

<sup>239</sup> Aqui se expõe os nomes das entrevistadas pelo fato de estes já serem divulgados através do registro realizado.

## ANEXO B: PRODUÇÃO INDUSTRIAL

SITUAÇÃO ECONÔMICA

### PRODUÇÃO INDUSTRIAL

#### I - RESULTADOS DO CENSO INDUSTRIAL DE 1940

##### 7. PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DE ORGANIZAÇÃO E MOVIMENTO DE ALGUMAS CLASSES DE INDÚSTRIA, SEGUNDO AS UNIDADES DA FEDERAÇÃO

f) Indústria têxtil

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	EM 1.º - IX - 1940					ANO DE 1939					
	Estabele- cimentos	Capital aplicado (Cr\$ 1 000)	Pessoal ocupado		Potência disponível (c.v.)	Estabele- cimentos em atividade	Consumo (Cr\$1 000)		Salários e vencimentos(Cr\$1 000)		Produção (Cr\$1 000)
			Total	Do qual, operários			Matérias primas	Combustí- veis, lubrifi- cantes e energia elétrica	Total	Dos quais, de operários	
Pará.....	16	12 920	909	838	1 209	13	6 503	322	1 470	1 163	13 268
Maranhão.....	59	25 762	3 420	3 119	5 777	49	11 488	1 535	4 769	4 188	24 698
Piauí.....	24	4 310	473	427	905	22	1 337	137	488	346	2 503
Ceará.....	125	40 817	3 091	2 633	4 735	112	37 801	1 675	3 685	2 585	55 247
Rio Grande do Norte.....	144	31 557	1 620	1 300	3 434	132	45 532	733	1 497	951	55 461
Paraíba.....	212	93 518	9 844	8 984	8 520	197	78 378	3 988	10 781	8 895	120 963
Pernambuco.....	84	258 284	24 194	21 784	24 292	80	106 788	11 480	35 079	26 857	218 317
Alagoas.....	53	79 232	6 721	6 294	8 797	50	30 176	2 084	8 406	7 125	64 663
Sergipe.....	40	51 526	6 472	6 149	7 640	37	21 981	2 323	6 792	5 734	48 792
Bahia.....	75	44 659	6 247	5 574	10 349	62	20 264	3 134	7 846	7 109	39 935
Minas Gerais.....	123	187 715	17 667	16 588	24 507	112	73 388	4 763	29 946	25 619	169 660
Espírito Santo.....	3	(*)	(*)	(*)	466	1	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Rio de Janeiro.....	62	216 104	18 241	17 336	25 052	60	68 443	8 829	36 863	31 451	167 138
Distrito Federal.....	88	479 288	22 633	21 298	39 376	78	105 636	13 851	63 891	54 878	299 426
São Paulo.....	998	1 411 968	100 867	94 161	142 944	869	1 413 935	55 028	243 578	207 092	2 192 492
Paraná.....	18	10 904	686	569	811	15	9 134	128	1 258	741	13 718
Santa Catarina.....	40	62 980	5 405	4 972	5 260	37	26 359	1 290	12 439	9 381	62 229
Rio Grande do Sul.....	44	99 371	4 542	4 063	9 831	40	32 629	3 291	13 611	10 448	66 694
Mato Grosso.....	1	(*)	(*)	(*)	(*)	1	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Goiás.....	3	(*)	(*)	(*)	(*)	2	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
<b>BRASIL.....</b>	<b>2 212</b>	<b>3 113 884</b>	<b>233 443</b>	<b>216 477</b>	<b>323 929</b>	<b>1 969</b>	<b>2 091 227</b>	<b>114 719</b>	<b>482 909</b>	<b>405 077</b>	<b>3 618 674</b>

FONTES - COMISSÃO CENSITÁRIA NACIONAL, Sinopse do Censo Industrial e do Censo dos Serviços, 1948, Rio de Janeiro. Tabela extraída de: Anuário Estatístico do Brasil, 1949. Rio de Janeiro: IBGE, v. 10, 1950.

NOTA - Para a perfeita compreensão dos elementos aqui divulgados, vê-se as observações transcritas no "Prefácio".

(\*) Resultado omitido para evitar a individualização de informações. Os dados omitidos estão incluídos nos totais do Brasil.